

ERIVAN CASSIANO KARVAT

da *História como Cânone*
ou
sobre *Homens de Subida Têmpera*

reflexões sobre a constituição da crítica e
da história literárias no Brasil oitocentista, 1826-1882.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Oliveira Burmester.

CURITIBA
2008

ERIVAN CASSIANO KARVAT

**da *História como Cânone*
ou
sobre *Homens de Subida Têmpera***

reflexões sobre a constituição da crítica e
da história literárias no Brasil oitocentista, 1826-1882.

CURITIBA
2008

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	1
APRESENTAÇÃO.....	4
INTRODUÇÃO. Dentre digressões e ressalvas	
1. Ressalvas sobre uma leitura/abordagem historiográfica.....	10
2. Mais algumas ressalvas.....	14
3. Histórias da Literatura: mais alguma história.....	27
PARTE 1. <u>ENTRE HISTÓRIAS E CRÍTICAS, O ROMANTISMO</u>	
1.1. Em busca de uma <i>comunidade de</i> leitores.....	36
1.2. Com pronomes possessivos e maiúsculas: Uma leitura do (nosso) Romantismo (Brasileiro).....	43
1.3. Gonçalves de Magalhães e as leituras sobre o <i>passado literário</i> brasileiro.....	54
PARTE 2. <u>AS HISTÓRIAS, ENTRE O ROMANTISMO E A CRÍTICA</u>	
2.1. De antecessores e procedências: em busca de uma história da literatura brasileira.....	82
2.2. Parnasos, Bosquejos e Florilégios: ecos de Denis e Magalhães e seus leitores.....	102
2.3. De <i>um garfo do tronco português</i> a um <i>Brasil Literário</i> : as histórias da literatura de Fernandes Pinheiro e Ferdinand Wolf.....	129
PARTE 3. <u>A CRÍTICA, ENTRE O ROMANTISMO E AS HISTÓRIAS</u>	
3.1. Uma comunidade de leitores encontrada: a crítica literária brasileira na primeira metade do século XIX.....	148
3.2. Entre a crítica e a história, a busca do <i>sentimento íntimo</i> : o <i>Instinto de nacionalidade</i> em Machado de Assis.....	166
3.3. Sílvio Romero e o (des)fazer das <i>legendas</i> : a crítica moderna e a história da literatura brasileira.....	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
FONTES.....	201
BIBLIOGRAFIA.....	205

RESUMO

Estudo acerca dos primeiros trabalhos de história da literatura brasileira – programas e historiografias – escritos no período que tradicionalmente se denomina como romântico, do *Resumo da História Literária do Brasil* (1826), de Ferdinand Denis a *Introdução à História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, de 1882, buscando perceber seus principais elementos de orientação, seus fundamentos teórico-filosóficos e suas principais questões, bem como as leituras que estes textos buscaram construir, ou promover, acerca do “passado”. Leituras estas que, com isso, projetaram um “lugar” para determinados autores e obras – além de um “lugar” para si mesmas.

Palavras- Chave: historiografia literária; historiografia brasileira; cânone; história & literatura

PREÂMBULO

Minha era, minha fera, quem ousa,
Olhando nos teus olhos, com sangue,
Colar a coluna de tuas vértebras?
Com cimento de sangue - dois séculos -
Que jorra da garganta das coisas?
Treme o parasita, espinha languê,
Filipenso ao umbral de horas novas.

Todo ser enquanto a vida avança
Deve suportar esta cadeia
Oculta de vértebras. Em torno
Júbila uma onda. E a vida como
Frágil cartilagem de criança
Parte seu ápex: morte da ovelha,
A idade da terra em sua infância.

Junta as partes nodosas dos dias:
Soa a flauta, e o mundo está liberto,
Soa a flauta e a vida se recria.
Angústia! A onda do tempo oscila
Batida pelo vento do século.
E a víbora na relva respira
O ouro da idade, áurea medida.

Vergôntes de nova primavera!
Mas a espinha partiu-se da fera,
Bela era lastimável. Era,
Ex-pantera flexível, que volve
Para trás, riso absurdo, e descobre
Dura e dócil, na meada dos rastros,
As pegadas de seus próprios passos.

Óssip Mandelstam, *A Era*, 1923.
(Tradução de Augusto de Campos)

Como um doente, ardendo em febre, transforma em idéias delirantes todas as palavras que ouve, o espírito do nosso tempo se apropria de todas as manifestações de mundos intelectuais passados ou distantes, arrasta-os para si e, (...) incorpora-as às suas fantasias egocêntricas.

Walter Benjamin, *Origem do Drama Barroco Alemão*, 1925.

“O século que passou não gostava de falar de si na primeira pessoa, mas amava projetar-se na tela de épocas estranhas, e sua vida consistia nisso, que era seu movimento”. Assim, em 1922, o poeta russo Óssip Mandelstam, nascido em 1891,

caracterizava o século XIX, num texto intitulado, justamente, “The Nineteenth Century”. Autor de *O Rumor do Tempo* (1925) - obra de caráter memorialístico, mas que, ao mesmo tempo, distancia-se da prosa de natureza tradicionalmente autobiográfica - Mandelstam dizia que sua memória não trabalhava para a reprodução mas, sim, para o “descarte do passado”: “Não quero falar de mim mas seguir de perto o século, o rumor e a germinação do tempo”.

Permanentemente interessado na história e atento ao seus movimentos, Mandelstam, ao caracterizar os *oitocentos*, está sugerindo, talvez, que pensemos, historicamente, o nosso próprio tempo, no caso, o século XX. É isto que parece fazer o próprio escritor, publicando, um ano depois de “The Nineteenth Century”, o poema “O Século” (ou “A Era”, conforme tradução de Augusto de Campos, transcrita como epígrafe no início deste trabalho):

*Século meu, fera minha, quem conseguirá
Fitar as tuas pupilas
E com seu sangue colar
As vértebras de dois séculos?*

Aquele que se canonizou como “o Século da História”, notoriamente conhecido também como iniciador das literaturas de ficção científica, é o mesmo “século que amava projetar-se na tela de épocas estranhas.” Ainda neste sentido poderíamos acrescentar, nestas projeções, a consolidação das próprias histórias da literatura. Mesmo que atreladas à própria história, ou a uma noção desta, as histórias da literatura permitiram que o século XIX, referindo-se a um outro tempo, subliminarmente, falasse de si mesmo. Ou, através destas histórias, permite que nós, desta forma, o ouçamos. Assim fazendo, até que ponto não detectamos também, no rumor e germinação do tempo, as pegadas dos nossos próprios passos? De certa forma, toda elaboração historiográfica, ao falar de um tempo outro, silenciando-se, entre outras, nas supostas assertivas do(s) método(s), não está também - e sempre - segredando seu próprio movimento?

Walter Benjamin (1892-1940), autor da outra epígrafe apresentada, sugere

várias similitudes com Mandelstam. Observadores sagazes de sua época e da história, ambos perceberam, atentíssimos, aquilo que acontecia ao “espírito” de seu tempo, denunciando – cada um à sua maneira – as próprias artimanhas da história, ou de concepções de história que se queria impor, ou se impunha. Ambos, podemos supor, parecem perceber os vínculos entre diferentes tempos e a elaboração destes vínculos, a partir de um presente. Um presente que, mesmo em aparente silêncio, sem “falar de si na primeira pessoa”, apropria-se e incorpora-se do passado, inventando-lhe leituras, tradições e histórias.

Mandelstam morreu na Sibéria, em 1938, vitimado, assim como Benjamin, por seu tempo e história. Apesar das breves existências num século que também ficaria caracterizado por sua brevidade, o poeta parece nos indicar, assim como o filósofo, que o nosso próprio tempo e história, que tanto se projetam em telas outras, acabam por se denunciar nestas mesmas projeções.

*Mas a espinha partiu-se da fera,
Bela era lastimável. Era,
Ex-pantera flexível, que volve
Para trás, riso absurdo, e descobre
Dura e dócil, na meada dos rastros,
As pegadas de seus próprios passos.¹*

1A citação de “The Nineteenth Century” foi retirada de LIMA, Luiz Costa. **Dispersa demanda**: ensaios sobre teoria e literatura. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 50-51. A estrofe do poema “O Século” (*O Século meu...*) utilizada no corpo deste trabalho foi traduzida por Paulo Bezerra e está no seu prefácio, intitulado “As vozes subterrâneas da história”, para a edição brasileira do livro **O Rumor do tempo e viagem à Armênia**, de Mandelstam. MANDELSTAM, O. **O Rumor do tempo e viagem à Armênia**. São Paulo Ed. 34. 2000. p.14. A tradução do mesmo poema, que serve de epígrafe e encerra este texto está em CAMPOS, Augusto. **Poesia russa em tradução**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 152. Por fim, a referência ao texto de Benjamin encontra-se em BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 76.

APRESENTAÇÃO

I.

Curiosa a relação de nós, brasileiros, com o século XIX: ao passo que a maioria de nossas fontes remete a pensadores que aí viveram ou se formaram(...)- das obras brasileiras, com exceção apenas das de Machado, conhecemos apenas o que pertence à nossa especialidade. Isso sucederia porque tamanho hiato se cavou que vislumbramos nosso passado próximo à semelhança de um campo arqueológico, a que só temos acesso ao cabo de penosos esforços, ou porque, demasiado colonizados, mal toleramos ter tido antepassados?

A partir destas indagações de Luiz Costa Lima, escritas num aparentemente já distante ano do século XX2, podemos propor e apresentar nosso problema de pesquisa, objeto deste ensaio: refletir sobre as relações - melhor seria dizer (inter)cruzamentos - entre história e literatura, a partir da constituição da(s) História(s) da Literatura – e de seu corolário, a crítica literária – no Brasil oitocentista.

Mais especificamente, ou de forma mais refinada, propõe-se a pensar essas relações voltando-se o *olhar* para os exercícios de apropriação – praticados por essas Histórias que se constituíam – em relação ao próprio *passado*, ou ao seu próprio *passado*. Em outros termos, quer-se aqui, simplesmente, *perseguir* as diferentes leituras dessas Histórias em relação à produção precedente.

Para tanto, voltamo-nos aos escassos *ensaios* que *marcam* o que se pode chamar de período de constituição de uma historiografia literária brasileira, bem como à *recepção* da crítica posterior, – mas ainda oitocentista – sobre estes mesmos textos, além dos embates suscitados nestas, ou com estas, apropriações.

O período que privilegiamos para o recorte deste trabalho, 1826-1882, equivale ao do aparecimento do *Resumé de l'Histoire Littéraire du Portugal suivi du resumé de l'Histoire Littéraire du Brasil*, de Ferdinand Denis à publicação da *Introdução à História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero.

2LIMA, Luiz Costa. “A crítica literária na cultura brasileira do século XIX” In. **Dispersa demanda**: ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 30. O artigo é datado do ano anterior, 1980.

Assim, insiste-se, este texto tem como intenção (ou que se pretende assim): acercar-se dos primeiros “programas” da historiografia literária brasileira, comumente apontados como os românticos e/ou precursores da história e da crítica literárias brasileiras, buscando perceber sua *invenção* do passado literário e o decorrente movimento de canonização de obras e autores, ou, posto de outra maneira, ver em diferentes textos de época – período que se pode caracterizar como o da busca por uma idéia de literatura brasileira – a constituição de uma visão de história da literatura, e de seu corolário, a crítica literária. Além disso, percebe-se nas décadas posteriores uma reiterada permanência de questões e de problemas projetados por esta pretensa historiografia e, por consequência, o embate entre tais leituras, se caracteriza, por exemplo, nas polêmicas em torno dos nomes instauradores de uma história da literatura, e do jogo de precedências e afiliações – ou negações – entre um primeiro período, de influências românticas e outro, aquele que José Veríssimo chamou de *modernismo*, e que diz respeito às últimas décadas do século XIX.

II.

Antonio Candido no seu imprescindível *Formação da Literatura Brasileira*, estabeleceu uma nova abordagem sobre o próprio movimento de constituição do sistema literário brasileiro, voltando-se aos seus “momentos decisivos”, rompendo com as explicações tendencialmente lineares e de cunho deterministas. Da mesma forma, motivou a renovação do entendimento sobre a própria natureza dos estudos literários praticados no Brasil.

Distinguindo manifestações literárias de literatura propriamente dita, pois esta implica a efetivação de “um *sistema* de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase” – denominadores que se traduzem na articulação orgânica entre autores, público e obra – com a sua *Formação*, Antonio Candido passava a explicar a formação “como síntese de tendências universalistas e particularistas”, e, com isto, objetivava mostrar como a literatura se

efetivou no “jogo dessas forças – universal e nacional, técnica e emocional”, que a plasmaram “como permanente mistura da tradição européia e das descobertas do Brasil.”

Ao historiar os momentos fundamentais da formação da literatura brasileira como sistema, ocorrido entre o Arcadismo e o Romantismo, Candido, alertava:

Ao descrever os sentimentos e as idéias de um dado período literário, elaboramos freqüentemente um ponto de vista que existe mais em nós, segundo a perspectiva da nossa época, do que nos indivíduos que os integraram. Para contrabalançar a deformação excessiva deste processo, aliás inevitável, é conveniente um esforço de determinar o que eles próprios diziam a respeito; de que modo exprimiam as idéias que sintetizamos e interpretamos. Neste sentido, impõe-se o estudo da crítica no período em apreço, porque ela é de certo modo a consciência da literatura, o registro ou reflexo das suas diretrizes e pontos de apoio.³

Ainda que, no seu texto, páginas adiante, Candido caracterize a “crítica brasileira do tempo do Romantismo” como “quase toda muito medíocre, girando em torno das mesmas idéias básicas, segundo os mesmos recursos de expressão”⁴, sua observação nos parece fundamental, servindo como alerta para que nos aproximemos das nossas “fontes”. Em todo caso, o que não se pode perder de vista em um trabalho desta natureza é que além daquele inevitável ponto de vista que está em nós conforme lembra o autor – tratamos com outras perspectivas que avaliaram estas mesmas “fontes”.

Infelizmente, Candido dedicou menos de dez por cento das suas aproximadamente 900 páginas ao estudo dos historiadores e críticos oitocentistas, vinculados ao Romantismo brasileiro. – e isso se aí ainda incluirmos as suas “Biografias Sumárias”. Dos dezesseis capítulos que compõem o estudo, apenas um é dedicado àquilo que o autor chamou, muito apropriadamente, de “A Consciência Literária”. E é da produção dessa “consciência”, e de sua recepção posterior, que queremos nos apropriar neste trabalho.

3CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira** : momentos decisivos. 4. ed. São Paulo: Martins, 1971. p. 319.

4Ibidem, p. 328.

III.

Disto, portanto, decorrem algumas observações:

a) nosso texto se volta sobre outros textos (diferentes escritos da crítica e da história da literatura brasileira, principalmente, de Sílvio Romero e/ ou do já citado José Veríssimo), que, por sua vez, trataram de outros escritos (que, por sua vez, projetaram uma incipiente história da literatura brasileira, como, por exemplo, o *Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, de 1850). Caminho, portanto, de mão dupla: aproximando-nos daqueles textos (que apresentam caráter “programático”, pois propunham uma história para a literatura brasileira), através das leituras que “se promoveram” em torno dele, buscamos nos acercar dessas diferentes sistematizações sobre a própria história da literatura e, conseqüentemente, dos diferentes conceitos de história e crítica que se sobrepujaram no período;

b) entendemos, com isto, que estamos tratando com um tipo muito característico de leitor, incipientes historiadores ou críticos atrelados a uma também incipiente historiografia da literatura ou crítica literária;

c) para tanto, e para todo o dito, buscamos fazer uma leitura/abordagem historiográfica destes textos/leituras.

Assim, na **Introdução**, buscou-se explorar alguns termos e conceitos, bem como estabelecer alguma reflexão sobre a interação entre a História da História e a História da Literatura.

Na primeira parte – **Entre Histórias e críticas, o Romantismo** –, pretendeu-se produzir um quadro acerca do Romantismo, vislumbrado a partir da própria história da literatura. Ainda neste capítulo, buscamos fazer uma leitura de Gonçalves de Magalhães, autor do *Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil*, (publicado em 1836), e apontado tradicionalmente como o *iniciador romântico* da história da literatura nacional e Ferdinand Denis e seu *Resumo da História Literária do Brasil*, de 1826, que apresentava elementos para uma leitura de história da literatura e da originalidade da literatura brasileira e que influenciaria, fortemente, as visões

posteriores, mas que é dirimida no texto de Magalhães.

Em **As Histórias, entre a crítica e o romantismo**, segunda parte do trabalho, explorando a noção de discurso fundador, buscamos aí, sim, problematizar a idéia da *invenção de passado* a partir dos “programas” da primeira metade do século XIX, quando destaca-se Varnhagen, com o seu *Ensaio histórico sobre as Letras no Brasil*, de 1850 e o ensaio *Da nacionalidade da literatura brasileira*, de Santiago Nunes Ribeiro, de 1843, que dialoga com o texto de Gonçalves de Magalhães, rejeitando-o em alguns aspectos (da mesma forma, ainda que não citada, é “visível” sua influência sobre Machado de Assis, no seu *Instinto de Nacionalidade*).

Por fim, a terceira parte, **A Crítica, entre o Romantismo e as Histórias**. Nela nos voltamos para a constituição da própria idéia de crítica romântica, retomando as visões sistematizadas da História da literatura brasileira, principalmente as de Sílvio Romero, produzidas a partir dos anos 1870 e que, ainda que influenciadas pela visão de literatura nacional, marcadamente de cunho romântico, acabam por censurá-las. A par destas Histórias, destaca-se a leitura de Machado de Assis, que propõe, em seu ensaio *A Literatura Brasileira—instinto de nacionalidade*, de 1873, uma outra apropriação – “alternativa” – deste passado literário.

IV.

Uma observação sobre o título: a expressão *homens de subida tempera*, notadamente de cunho romântico, foi retirada do texto, já citado, de Gonçalves de Magalhães. O autor do *Ensaio* a utiliza quando se refere à ampliação do campo literário no Brasil setecentista, que, entendia ele, teria decorrido da influência dos autores franceses – “originaes ou tradusidos” – sobre Portugal e, conseqüentemente, sobre o Brasil:

Então vasto campo Litterario abrio-se no Brasil, todos os ramos da Litteratura foram ahi cultivados; homens de subida tempera mostraram que os genios dos incultos sertoes da America podiam dilatar seu vôo até as margens do Tejo, e emparelhar com as Tagides no canto.⁵

5MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. **Nitheroy**: Revista

A expressão, com o mesmo matiz percebido em Magalhães mas substituída para *Homens Representativos*, encontraria guarida também em Sílvio Romero –, com quem fechamos nosso ensaio. Ainda que distanciados em termos de percepção da vida intelectual, comungando diferentes noções de crítica, história e literatura, a idéia do gênio e sua utilização parece manter-se, demonstrando persistência:

Os fenômenos intelectuais não brotam da terra; irrompem dos cérebros; há homens representativos, que os encarnam e simbolizam, e esses devem ser julgados na medida de seus méritos.⁶

Ainda que, aqui, não seja nossa função julgá-los, mesmo por que esta não é a função da pesquisa histórica, buscamos nos acercar destes que, em sua época, foram também homens de subida têmpera, visando perceber seus méritos e a elaboração (muitas vezes a auto-elaboração) de sua *representatividade*.

Brasiliense: ciencias, letras e artes, Paris, tomo I, vol. 1, 1836. p.152. (Edição fac-similar da Biblioteca da Academia Paulista de Letras, v. 9, 1978.).

⁶ROMERO, Sílvio. O naturalismo em literatura. **Literatura, história e crítica**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 348.

INTRODUÇÃO: Dentre digressões e ressalvas

1. Reflexões sobre uma leitura/abordagem historiográfica

Uma cultura (a nossa em todo caso) é feita de tal modo que não cessa de retornar aos “textos” que a constituíram, de ruminá-los como se a leitura fosse sempre uma releitura. Seja felicitando-se por isso ou lamentando-se, seja embalsamando-os ou recusando-os, ela parece tecida por seus fios – e como que já “lida” por eles. A tarefa de um historiador da cultura pode, a partir daí, consistir em dar a ler esses textos, reconstruindo – para falar como a hermenêutica – a questão à qual eles respondem, redesenhando os horizontes de expectativa em que, desde seu primeiro dia até os nossos (ainda que no modo de ausência), eles vieram inscrever-se, recalculando as apostas que fizeram e significaram, apontando os quiproquós que sucessivamente provocaram. Essa historicização não significa modernizá-los ou atualizá-los, mas sobretudo fazer ver sua inatural atualidade: suas respostas a questões que nós não mais levantamos, não sabemos mais levantar ou simplesmente “esquecemos”.

François HARTOG⁷

Ainda que já se tenha dito, e muitas vezes, que a nacionalidade é um dos elementos definidores de uma idéia de literatura brasileira e, conseqüentemente, de uma história literária, ainda assim, textos como *Ensaio sobre a História da Literatura Brasileira*, de Gonçalves de Magalhães (1836) ou *Da Nacionalidade da Literatura Brasileira*, de Nunes Ribeiro, de 1843, parecem pertencer a um outro tempo histórico ou, melhor, implicam um outro “regime de historicidade”. Ainda que tal assertiva–ligeira e aparentemente superficial–pareça de uma obviedade extremada, cabe lembrar que diversas leituras em torno dos diferentes discursos historiográficos se notabilizaram– e notabilizam-se – justa e negativamente por seu aspecto anacrônico, impondo a tais discursos elementos que fogem da sua coerência e de seu tempo. É neste sentido, então, que se entende que a noção de “regime de historicidade”, conforme utilizada por François Hartog, pode ser de notável ganho quando tratamos de

⁷HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 15-16.

textos e discursos historiográficos.

Antes, porém, uma ressalva: que fique claro, desde já, os “sentidos” que atribuímos à palavra história e historiografia.

Termo polissêmico, presta-se a história, entre outras, a um mar de confusão vocabular, pois a mesma palavra permite a referência a coisas e significados diversos. Conforme aponta Marcelo Jasmin,

[d]esde logo, observamos a tradicional polissemia da palavra. Ora a história é tomada por ontologia, ora como representação da ontologia. Ora ela é um conjunto fragmentário de eventos (as *histórias*), ora a totalidade processual destes (a *História Universal*). Por vezes se confunde com a empiria em geral; em outras, com um certo modo específico de estruturação diacrônica dessa empiria. Assim, partindo da ambigüidade básica da palavra que conota tanto os *atos do passado* como sua *instituição e ordenação* pela atividade crítica do conhecimento, teremos *concepções* distintas tanto do que seja o devir (*concepções histórico-ontológicas*) como dos modos adequados ao seu conhecimento (*concepções historiográficas*).⁸

O *conhecimento histórico*, ou a história como forma de conhecimento, articulando-se entre o vivido e o ensinado (portanto, entre história vivida e história ensinada), voltando-se à compreensão/interpretação, enfim, à construção de entendimento acerca do passado, caracteriza-se como *historiografia* e, portanto, como a própria escrita da história. A historiografia, então, manejando diferentes temporalidades, produz, assim, a própria inteligibilidade sobre a história vivida, tornando a história – *toda história* – sinônimo desta expressão. A escrita da história apresenta-se, conseqüentemente, como possibilidade privilegiada de conhecimento sobre o já vivido.

Dessa forma, a polissemia da *História* parece arremeter-se de um sentido circular, pois nos parece voltar ao mesmo ponto: toda História sendo História (ou toda história sendo história), infunde o complicador semântico. Pois se “a história fala da História”, como dizia Pierre Vilar⁹, toda história é historiografia – uma vez que todo e qualquer conhecimento sobre o passado é produto da historiografia. Da mesma forma,

8JASMIN, Marcelo Gantus. **Alexis de Tocqueville**: a historiografia como ciência da política. Rio de Janeiro: Access, 1997. p. 17.

9VILAR, P. apud FALCON, F. **A história cultural**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p.28.

portanto, e em concordância com o historiador Keith Jenkins, pode-se dizer também que todo estudo de história é um estudo de historiografia¹⁰.

No roldão destes diferentes significados da palavra história, ou destas diferentes possibilidades, percebe-se a complexidade, ou *complexificação*, de designações atreladas ao vocábulo *história*. É isto que ocorre, por exemplo, com a própria expressão historiografia – à qual voltaremos adiante – ou ainda como os seus desdobramentos, talvez ainda pouco usuais, *historiografia cognitiva* e *historiografia normativa*. O mesmo vale para a malfadada expressão Filosofia da História, que pode referir-se a uma *filosofia especulativa* ou, ainda, a uma *filosofia crítica* da história.”¹¹

A historiografia – a escrita da história ou a história como escrita – se impõe, ainda, como a história da própria história. Assim, pois, a historiografia apresenta-se como “nada mais que a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre o seu passado.”¹² Com efeito, se todo conhecimento acerca do passado, ou acerca da história, é historiografia – ou resulta desta –, por sua vez a expressão assume um certo grau de especialização à medida que é (ou que diz respeito), concomitantemente, a história do próprio conhecimento histórico, ou a “história do modo de elaborar e de escrever história¹³.” A historiografia, a escrita e/ou o discurso sobre a história, caracteriza-se, dessa maneira, como o exercício de reflexão sobre as obras históricas e, portanto, sobre a produção dos historiadores. É, enfim, “o debruçar-se sobre a história-conhecimento¹⁴” que, voltando-se aos circunstanciamentos, ditames, limites e/ou dilemas do próprio

10JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 32.

11De acordo com William Dray, enquanto a *filosofia especulativa* objetiva, “descobrir na história o curso de acontecimentos”, a *filosofia crítica*, aparentando-se da(s) Filosofia(s) da Ciência, “empenha-se em tornar clara a natureza da própria investigação do historiador, de modo a “situá-la”, por assim dizer, no mapa do conhecimento. DRAY, William. **Filosofia da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 9. Note-se que ainda que recentemente tenhamos assistido a ampla divulgação do trabalho de Francis FUKUYAMA, há mais de quarenta anos o próprio Dray apontava o caráter “fora de moda” dos sistemas especulativos de história. Ressalte-se que a 1ª. Edição original do livro é de 1964.

12CARBONELL, Charles-Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1992. p. 6.

13PALMADE, Guy. História da história. In.: GADAMER, H. G. **História e historicidade**. Lisboa: Gradiva, 1988.p. 35

14ARRUDA, J. J. ; TENGARRINHA, J. M. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 11. Segundo Rogério Forastieri da Silva, “(...)podemos considerar o estudo historiográfico como o estudo da história dos escritos históricos, métodos, interpretações e as respectivas controvérsias.” Enfim, como “o estudo que envolve reflexões, de natureza vária, sobre os historiadores e suas respectivas obras.” Cf. SILVA, R. F.da. **História da historiografia**. Bauru: EDUSC, 2000. (Respectivamente, páginas 26 e 22).

conhecimento histórico, promove o necessário diálogo – ou *metadiálogo* – acerca da própria legitimidade e possibilidades deste conhecimento e de seus preceitos, conceitos e mecanismos de produção.

Assim, de um “conjunto de obras históricas” – podendo remeter a um campo particular¹⁵ - e por exigência do ofício, “um campo de estudo do qual nenhum historiador pode se furtar”¹⁶ – ou não deveria se furtar – temos aí a historiografia tornada uma perspectiva de trabalho, aquela que se volta ao “exame dos diferentes *discursos do método histórico* e dos diferentes *modos de escrita da história (...)*”, segundo a observação de Guy Bourdè e Hervé Martin.¹⁷ Passa a historiografia, desse modo, de objeto a uma possibilidade de abordagem deste mesmo objeto.

Ainda nesta senda, poderíamos abandonar o caráter – antes referendado – da *tradicional polissemia* da palavra história e assinalar o seu malfazejo aspecto homonímico, como aponta Jacques Rancière em sua *poética do saber*:

Problemas de palavras, dirão. É uma infeliz homonímia própria a nossa língua que designa com um mesmo nome a experiência vivida, seu fiel relato, sua ficção mentirosa e sua explicação erudita. Exatamente para perseguir as armadilhas da homonímia, os ingleses distinguem *story* e *history*. Ciosos de explorar na sua especificidade a experiência vivida e as condições de construção do discurso, os alemães separam *Historie* e *Geschichte*. Estas convenientes referências podem fechar alguns buracos nas exposições metodológicas. Sua virtude pára aí. Os caçadores de homonímias fazem como os outros: atribuem séries de acontecimentos a sujeitos. É que não há nada diferente a fazer, a menos, precisamente, que não se faça história.¹⁸

Cabe ressaltar, contudo, que a passagem da *tradicional polissemia* ao *mal da homonímia* revela, além da ambigüidade da palavra, a riqueza vocabular da

15TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 156.

16SILVA, Kalina V. ; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 189.

17BOURDÉ, Guy ; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mem Martins: Europa-América, 1990. p. 9.

18RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: um ensaio de poética do saber**. São Paulo: EDUC/Pontes,1994. p.11.

expressão¹⁹, ou seu próprio paradoxo:

A historiografia (quer dizer “história” e “escrita”) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oximoron – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso.²⁰

Assim, e como objetivamos desenvolver uma reflexão historiográfica ao longo deste estudo, entendemos que os aspectos terminológicos apresentam-se, já de início, como fundamentais e reveladores.

2. Mais algumas ressalvas

Reconhecer os diferentes mecanismos de leitura – ou diferentes modos de leitura – que modulam apropriações sobre um texto, apresenta-se como uma das possibilidades atualmente suscitadas pelo profícuo diálogo entre os campos da história e da literatura. Ou, bem podemos dizer, da História & da Literatura. Intersecção que indica, entre outros, por exemplo, para a importância e viabilidade de uma história da *materialidade do texto*, da *corporalidade do leitor* e das diversas relações e apropriações que daí incidem sobre o conteúdo lido, visto ou escutado e que apontam para as diferentes relações que *diferentes públicos mantêm com a “mesma” obra*²¹.

Assim, se por um lado vemos a possibilidade de alargamento do campo tocado pela intersecção História & Literatura, por outro – e amparados neste alargamento –, podemos rever também as possibilidades próprias do domínio da(s) História(s) da Literatura.

Produto da retração da presença da retórica, da poética e da estética nos estudos da literatura, a história da literatura emergiu no século XIX, acompanhando o

¹⁹O aspecto da ambigüidade da palavra História é apontado, dentre outros, por COMMAGER, Henry Steele. **Iniciação ao estudo da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 11.

²⁰CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 11.

²¹As expressões em itálico são de Roger Chartier. Cf. CHARTIER, Roger. “História e literatura”. In. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002. p. 255-271. Sobre uma possível historicização dos domínios da história do livro e da leitura, suas possibilidades e perspectivas, ver: BELO, André. **História & livro & leitura**. Belo Horizonte : Autêntica, 2002. p. 37-70.

movimento de *cientificização* do conhecimento histórico²². Herdeira, assim, desde sua origem, das abordagens historicistas, a história da literatura projetava-se em três ângulos ou diretrizes: biográfico-psicológica, sociológica e filológica.

Confluindo ao ideário romântico, a abordagem biográfico-psicológica voltava a atenção para a “personalidade do criador”, para a vida do autor, com a convicção “(...) de que o gênio do criador é a instância suprema (se não a única) de explicação da Literatura²³.” A diretriz sociológica, por sua vez, enveredava sobre os aspectos pretensamente sociais – fatores políticos, ideológicos e econômicos – entendidos como determinantes para a conformação e compreensão dos textos.

Observando que não poucas vezes estas perspectivas se combinavam, cabe lembrar que o viés sociológico, assim como a biográfico-psicológico, desvia a atenção do texto, propriamente dito, para elementos exteriores. Assim, se a leitura biográfico-psicológica (ou *psicologizante*) – “uma das pedras de toque do Romantismo²⁴” – focava prioritariamente o autor, a sociológica contemplava o chamado *meio social* e suas determinações sobre o autor e obra, em detrimento, da mesma forma, do texto em análise.

Por fim, o ângulo filológico – que, “por seu apego à objetividade dos fatos e desenvolvimento da pesquisa empírica”, mostrou-se, segundo Roberto Acízelo de Souza, “assimilável à linha historicista”, tornando-se um dos “esteios da também recente História da Literatura” – voltava-se para a “edição e explicação de textos”, bem como para “o estudo de fontes e influências literárias”²⁵, redundando, segundo a expressão de Wellek e Warren, no “ordenamento e o estabelecimento de testemunhos”²⁶.

²²SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. **Formação da teoria da literatura**: inventário de pendências e protocolo de intenções. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Niterói: EDUFF, 1987. p. 63-64. Cf. também: SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. **Teoria da literatura**. 9.ed. São Paulo: Ática, 2004. p.28 e ss.

²³Ibidem, p. 65.

²⁴JOBIM, José Luís. “Subjetivismo”. In. JOBIM, J. L. (org.). **Introdução ao romantismo**. Rio de Janeiro: Uerj, 1999. p. 133.

²⁵Ibidem. p. 81-82.

²⁶A expressão designa a segunda parte, intitulada Operações Preliminares, da obra *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*, de 1948. Cf.: WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Produto também histórico, portanto, a história da literatura, nas suas concepções oitocentistas, deixa-nos entrever o efeito daquele contexto sobre a sua própria constituição, inculcando-lhe *marcas* sobre suas orientações e procedimentos. Neste sentido é que se pôde falar da relação entre *cientificização* do conhecimento histórico e história da literatura – “saber que processou e integrou, além de elementos conceituais da própria história, contribuições da psicologia, da sociologia e da filologia”²⁷ – e é neste sentido, também, que se pode falar da vinculação da história da literatura com os preceitos românticos e nacionalistas.²⁸

Refletir acerca da ação destes preceitos sobre a história da literatura extrapola o âmbito da própria constituição da historiografia da literatura e acaba por trazer à baila uma questão que diz respeito, antes de mais nada, ao próprio processo e contexto de *cientificização* do conhecimento histórico, interessando, portanto, à historiografia de maneira em geral: a relação – aparentemente ainda pouco explorada – entre as concepções oitocentistas de história, auto-intituladas, ou assim apresentadas, *científicas* (e, principalmente, a história de matiz *metódica*) e as concepções assentadas sobre a chamada “propensão historicizante do romantismo.”²⁹ E, ainda, a vinculação de ambas com o universo historiográfico setecentista, vinculações estas não poucas vezes ignoradas pelos *manuals* de introdução à historiografia ou, então, apresentadas, *larga e ligeiramente*, a partir de oposições que nem sempre se sustentam.

Antes de mais nada, cabe lembrar que ambos – tanto o historicismo metódico quanto o historicismo romântico – podem ser aproximados a partir da acirrada crítica que promoveram em torno das concepções iluministas de história, pois ambos opunham-se e rejeitavam o caráter especulativo daquelas filosofias setecentistas.

27SOUZA, Roberto Acízelo de. “A idéia de história da literatura: constituição e crises.” In. MOREIRA, Maria Eunice (org.). **Histórias da literatura**: teorias, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 146.

28“Assim, fruto de uma construção romântica, o conceito de identidade nacional servirá de base para a elaboração de diferentes histórias nacionais e histórias de literaturas, de cunho positivista e cientificista.” MELLO, Maria Elizabeth Chaves de. História da literatura: um projeto romântico com respaldo cientificista. Banco de ensaios do site do Grupo de Trabalho em História da Literatura: http://www.pucrs.br/uni/poa/fale/pos/historiadaliteratura/gt/maria_mello.php. Acesso em 20/2/2007.

29A expressão encontra-se em GUINSBURG, Jacob. “Romantismo, historicismo e história”. In. _____ . (org.). **O Romantismo**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. p. 15.

Assim, ainda que comumente se aponte o século XIX, a partir da elaboração metódica, como propiciador de uma *nova consciência histórica*³⁰, responsável por uma nova concepção de tempo e história, poder-se-ia deslocar o início de tal *consciência* – ou representação – para o próprio estabelecimento das concepções românticas, mesmo que aí ainda não se possa encontrar o rigor de uma suposta fundamentação de *método* (ou o do chamado “refinamento do método histórico”³¹) ou que não se perceba o uso imperioso das fontes históricas, ulteriormente desenvolvidos. Ainda assim, parece que, a partir da oposição romântica às filosofias iluministas de história, esboça-se, para além da configuração estilística, a própria “relevância da própria consciência histórica”:

O discurso histórico sofre uma mudança revolucionária. Deixa de ser meramente descritivo e repetitivo, para se tornar basicamente tanto interpretativo quanto formativo, genético. É a história que produz civilização. Mas não a História, e sim as histórias. Suas fontes propulsoras estão menos na ação isolada do homem abstrato, singularizado na sua *ratio*, do que, de um lado, no indivíduo, fantasioso, imprevisível, de alta complexidade psicológica, centrado na sua imaginação e sensibilidade, gênio intuitivo investido de missão por lance do destino ou impulso inerente à sua personalidade, que é o herói romântico, encarnação de uma vontade antes social do que pessoal, apesar da forma caprichosamente subjetiva de seus motivos e decisões, e, de outro lado, num ser ou organismo coletivo dotado de corpo e alma, de alma mais do que corpo, cujo espírito é o centro nevrálgico e alimentador de uma existência conjunta.³²

Pronunciando-se contra as generalizações – aparente característica da especulação iluminista –, a percepção romântica se voltava para as individualidades, fosse dos estados ou das culturas, fosse das próprias *personagens* históricas. Opinião – ou recomendação – esta, que foi, posteriormente, seguida pela expressão rankeana.

Se é com o historicismo oitocentista que ocorre um esforço de separação entre *faire l'histoire* – (a ação vivida) – e *faire de l'histoire* – (o conhecimento³³), coube já à

30REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996. p.5

31HADDOCK, B. A. “História e romantismo”. In. **Uma introdução ao pensamento histórico**. Lisboa: Gradiva, 1989. p. 145.

32GUINSBURG, op.cit. p. 15. Cf. D'ANGELO. Paolo. **A estética do romantismo**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 13

33REIS, op. cit., p. 8.

consciência romântica o alargamento do universo histórico, através de uma visão empática sobre o passado, buscando “encontrar um valor e um interesse positivos” neste³⁴, “insistindo”, contudo, “na enorme disparidade entre a vida do presente e a do passado.”³⁵. A propensão romântica parece, com isto, antecipar a “temporalidade cronografada”, tão cara ao(s) historicismo(s) oitocentista(s). Ressalte-se aqui, ainda, que, apesar da crítica romântica ao suposto desapego iluminista para com o passado, o Romantismo parece enveredar para a teleologia secularizada, tão característica da leitura setecentista, cultuando o passado como etapa de um curso:

os românticos concebiam o valor dum estádio histórico passado (...) de modo duplo: em parte, como algo de valor permanente em si mesmo – como uma realização única do espírito humano – e, em parte, como ocupando o seu lugar no curso dum desenvolvimento que leva a coisas de valor ainda maior.³⁶

Enquanto o olhar iluminista *idealizava* o passado, alocando-o num *continuum* – no qual se prioriza o devir – a simpatia romântica tendia a particularizá-lo, mas conformando-o, igualmente, como etapa necessária do decurso histórico e civilizacional. Da mesma forma projetava-se um sentido para a história ou, acreditava-se, a história projetava seu próprio porvir:

o Romantismo, em sua consciência historicista, tampouco podia fugir à relativização que Cronos impõe a tudo quanto toca, deuses e mortais. É certo que, sob a tutela de seus numes ou espíritos (*geiste*) e de seus heróis por eles inspirados, a história romântica traça a trajetória de cada povo, país ou nação como se ela fosse imbuída de um *telos* (...)³⁷

34COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de história**. Lisboa: Presença, 1972. p. 118. Cabe lembrar aqui a célebre obra de Ernst Cassirer, *A Filosofia do Iluminismo* e, mais especificamente, seu capítulo intitulado *A conquista do mundo histórico*. Cassirer discorda da opinião de que o Iluminismo e o século XVIII caracterizar-se-iam por um espírito “anti-histórico”, apontando que o “mundo da cultura histórica (...) só foi descoberto graças às idéias e aos ideais do século XVIII.” CASSIRER, E. *A conquista do mundo histórico*. In. **A Filosofia do Iluminismo**. Campinas: Unicamp, 1992. p. 267. (edição original: 1932). Neste sentido, ver ainda: MEINECKE, Friedrich. **El historicismo y su génesis**. México: Fondo de cultura económica, 1982. (ed. orig. 1936). Edgar de Decca aborda a questão em *As desavenças da história com a memória*. SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995. p. 59-69.

35COLLINGWOOD, op. cit. p. 120.

36Ibidem, p. 119.

37GUINSBURG, op. cit. p. 18.

Todavia o “mundo histórico” do Romantismo e sua “consciência historicista” parecem submeter-se à imposição de um tempo cronológico:

[Ele] passa a fazer-se valer com efetividade, não só balizando o movimento histórico por uma datação mais precisa, como plasmando-o em “etapas”, “períodos”, “idades”, o que reúne em estruturas temporais de certa organicidade, e mais ou menos comandadas por denominadores comuns, as ações e os sucessos que fulcram a vida das nações e dos grandes complexos históricos no seu âmbito geocultural.³⁸

Assim, ainda que aquelas interpretações de caráter confiantemente maniqueístas não se sustentem mais – opondo expressões românticas em relação a paramentos iluministas, bem como rivalizando preceitos metódicos em relação às orientações românticas ou iluministas – cabe sugerir que o Romantismo propiciou uma “radical historicização” no modo de ver e considerar o passado³⁹. Contudo faz-se necessário procurar outros liames, para além das oposições, ou meras cadeias de causação, entre diferentes perspectivas, sejam estéticas, literárias ou historiográficas. As simples díades, como antigo X moderno, clássico X romântico, literário/filosófico X científico, revolucionário X conservador, acabam, como qualquer polarização, não revelando outras possibilidades de leitura, simplificando a ocorrência dos próprios fenômenos culturais, sejam eles estéticos, literários, filosóficos e/ou historiográficos. Cabe lembrar que a complexidade de diferentes eventos, e até mesmo, quiçá, sistemas de pensamento, implica, antes de mais nada, lembrar-se da impossibilidade em se poder reduzir tais eventos/sistemas a unidades coesas e homogêneas⁴⁰. Também tampouco adianta, cremos, optar pela busca do elemento permanente, generalizante, ausente de conflitos, que pode facilmente perder do horizonte histórico o próprio caráter daquilo que se poderia apresentar como específico a um tempo – enfim, daquilo que poderia apresentar-se como *histórico* propriamente dito. Ignorar, ou não problematizar, os possíveis diálogos (e sua tensão, que, simultaneamente aproxima e afasta) entre diferentes eventos da cultura literária, artística, filosófica ou historiográfica, implica

³⁸Ibidem.

³⁹D'ANGELO. Paolo. op. cit. p. 36.

⁴⁰Sobre a impossibilidade de se reduzir ao Iluminismo a uma unidade, ver DE DECCA, E. op. cit. p. 59. Para a mesma questão, em relação ao Romantismo, ver D'ANGELO, op. cit. p. 13-14.

inibir a própria complexidade da(s) história(s) e de diferentes histórias, desautorizando leituras possíveis e, principalmente, silenciando, num aparente processo de *naturalização* dos eventos, a própria construção do *sentido* destes eventos e de possíveis e variadas representações e apropriações. Tal postura, por muito tempo arraigada na história da literatura e/ou na história da história, acaba por revelar, antes de qualquer coisa, uma perspectiva que é também, e essencialmente, historiográfica e que como tal deve ser lida e tratada.

O passado – de maneira geral, ou especificamente literário ou historiográfico – não apresenta condições de se auto-explicar. Assim, toda relação que qualquer presente supostamente estabelece com um passado possível passa, de forma inevitável, por uma relação de apropriação, o que, por exemplo, se expressa na necessidade da instauração de demarcações e vínculos, bem como de cesuras. Dessa forma, tal passado – resultante de um *efeito de leitura* de um presente – impõe inequivocamente a necessidade de atenção sobre os *instrumentos* e *mecanismos* que o tornam inteligível. Cabe lembrar que tanto a(s) historiografia(s) da literatura, quanto a(s) história(s) da história, surtem a inteligência sobre o vivido, sistematizando-o em seus próprios discursos. Em termos historiográficos, portanto, os meandros da elaboração do conhecimento é tão imprescindível quanto o próprio resultado obtido, pois é desta trajetória que despontam as *marcas* que definem possíveis *apropriações* e seus *efeitos*. A intenção de objetividade, os silenciamentos insuspeitados ou a promoção de datações, por exemplo, mais do que redundar numa *fala competente*, deve exigir o (re)conhecimento do *lugar* do qual se fala. Parafrasando Paul Veyne, que diz que “em História, as questões (...) importam mais que as respostas”, completariamos apenas dizendo que, nas abordagens de caráter historiográfico, as questões devem importar tanto quanto as possíveis respostas⁴¹.

Assim, historicamente, apesar de as Histórias da Literatura resultarem do reconhecimento e exaltação dos historicismos oitocentistas – como já dito anteriormente –, o conhecimento histórico produzido desde fins do século XVIII, e

41VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**: história e sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 54.

principalmente ao longo do século XIX – e, mais especificamente, as Historiografias da Literatura do mesmo período- apresentam questões que suscitam familiaridades (seja em decorrência dos encaminhamentos recebidos ou das abordagens que sobre elas incidem, seja em função das consolidadas tradições que a sustentam). Conseqüentemente, o mesmo debate – em torno dos laços desejados ou dos reiterados distanciamentos e oposições entre diferentes sistemas de pensamento – que afeta a História da História acaba por afetar, também, a História da Literatura. Tensões e diálogos que se percebem, por exemplo, quando nos deparamos com as relações existentes entre a constituição dos chamados romances românticos, ou nacionais - “as ficções de fundação”, na acepção de Doris Sommer – e a escrita das pretensas histórias nacionais e suas histórias da literatura.⁴²

Retomando aquilo que era falado acima, entendemos que não se pode deixar de concordar com a opinião de Cassirer, de que o século XVIII, iluminista, lançou luzes sobre uma nova consciência histórica. Considerá-lo, por exemplo, como anti-histórico, buscando provê-lo com uma concepção unitária de história, implica recusar-se a percebê-lo a partir da sua própria historicidade, tomando os próprios discursos do Romantismo como a própria “verdade histórica”:

Essa idéia tão corrente de que o século XVIII é um século especificamente “anti-histórico” constitui, em si mesma, uma idéia desprovida de qualquer fundamento histórico: nada mais do que uma palavra de ordem divulgada pelo Romantismo, uma divisa para se partir em campanha contra a filosofia do Iluminismo. E se examinarmos um pouco mais de perto o desenrolar dessa campanha, não se tarda em descobrir que foi o próprio Século das Luzes que forjou as armas. O mundo da cultura histórica, ao qual se recorre tanto, do lado do Romantismo, contra a filosofia iluminista, em nome do qual se combatem os seus princípios intelectuais, só foi descoberto graças à eficácia desses princípios, graças às idéias e aos ideais do século XVIII. Se não se tivesse beneficiado da ajuda e da herança intelectuais do Iluminismo, jamais o Romantismo teria podido estabelecer e sustentar as suas posições.⁴³

42SOMMER, Doris. **Ficções de fundação**: os romances nacionais da América Latina. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Ver, ainda, ROUANET, Maria Helena. Nacionalismo. In. JOBIM, J. L. op.cit. p. 9- 30 e o instigante texto Histórias nacionais, de Anne -Marie Thiesse, capítulo 6 de A criação das identidades nacionais: THIESSE, Anne- Marie. **A criação das identidades nacionais**: Europa, séculos XVIII-XX. Lisboa: Temas e Debates, 2000. p. 133-156.

43CASSIRER, op.cit. p. 267. Ver, tb. WHITE, Hayden. “O irracional e o problema do conhecimento histórico no Iluminismo”. In. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP. 1994. p. 153-167.

Da mesma maneira que se deve buscar perceber a tensão existente entre as diferentes posturas – e que denota, antes de tudo, numa *leitura* possível do Iluminismo pelo românticos –, cabe insistir, ainda com Cassirer, que, graças “às idéias e aos ideais do século XVIII”, ou a sua herança, é que vemos se expressarem as questões que sustentam o próprio ideário romântico: a crítica estética – da qual decorre o “problema do gênio” –, o nacionalismo e a própria abordagem histórica (*raison d'être* do próprio Romantismo). Em outras palavras, se é possível assentir com a expressão do expoente romântico francês Chateaubriand que, em 1831, dizia que “[t]udo assume hoje uma forma de história”⁴⁴, tal concordância só é possível lembrando-se da ampliação da noção de história – e de *histórico* – oriunda do pensamento setecentista.

Assim, ainda que se possa falar, com Karl Löwith, que a filosofia da história apenas secularizou o esquema escatológico presente nas culturas hebraico e cristã – estas, sim, responsáveis, segundo Löwith, pelo próprio estabelecimento das filosofias da história –, deve-se lembrar, antes de mais nada, que o século XVIII também é apontado como o propiciador da separação entre história sagrada e história profana – política, natural, militar, diplomática –, que vinha sendo gestada desde inícios dos tempos modernos⁴⁵, mesmo que, posteriormente à constituição da “história científica” oitocentista, negue veementemente os postulados de uma “história filosófica” iluminista.

Neste mesmo sentido, as observações de Reinhart Koselleck são imprescindíveis, pois ampliam a discussão acerca do próprio movimento de constituição de um novo saber histórico ocidental, o que poderíamos denominar de *modelo moderno de história* – em oposição a um suposto *modelo clássico*, até então assentado sobre bases dadas pela retórica, ou pela religião, e que sofre um revés a partir dos tempos modernos, num lento processo de secularização. Para Koselleck, a partir do chamados tempos modernos, deslindou-se um processo que acarretaria, no

44CHATEAUBRIAND apud SALIBA, Elias Thomé. **As utopias românticas**. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 53.

45LÖWITH, Karl. **O sentido da história**. Lisboa: Edições 70, 1991. p.16. (edição original: 1949). Sobre as relações entre a fé hebraica e cristã e história, ver: MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004. (1962).

século XVIII, na própria “temporalização da história”⁴⁶. Com isso, o modelo clássico, marcado pelo “caráter modelar ou instrutivo” da história, expresso na fórmula ciceroniana *historia magistra vitae*, e que “encerrava em si, ao mesmo tempo, passado e futuro”, foi perdendo espaço para as filosofias racionalistas que passaram a substituir, por exemplo, as categorias do tempo natural – fundamentais até então, para a marcação dos eventos históricos – por um “tempo determinado exclusivamente pela história.”

Assim, se até então “a distância entre a consciência histórica e a política moderna, de um lado, e a escatologia cristã, de outro, mostra-se menor do que em princípio se poderia supor”⁴⁷ – pois se assentavam sobre um tempo antes natural do que efetivamente histórico, respaldando-se na idéia de um futuro profetizado -, com as filosofias da história, estabelecia-se “um tempo determinado exclusivamente pela história.” As filosofias da história, amparando-se na idéia de um futuro prognosticável, manifestavam-se na valorização da noção de progresso, caríssima ao ideário iluminista: “primeira categoria na qual se deixa manifestar uma certa determinação do tempo, transcendente à natureza e imanente à história.”⁴⁸ Rompia-se, dessa forma, a idéia do caráter modelar, ou de ensinamento, dos eventos vividos, voltando-se para a busca da “singularidade dos processos históricos” e do sentido da sua progressão.

Insistimos em que recorrer a uma representação historiográfica que apenas antagonize a tensão entre Iluminismo e cientificismo da história oitocentista – ou Iluminismo e Romantismo, ou Romantismo e história *científica* (representação ainda impregnada e impregnante na história da história) – parece apenas *vulgarizar* a questão, abrandando o problema, distanciando-se da própria complexidade da questão, enveredando para a superficialidade das explicações, tantas vezes reiterada, seja na história da história, seja na história da literatura. De pouco adianta estabelecer meras oposições, ou simples reducionismos.

A par disto, há outro fator a partir do qual também se pode pensar a intersecção

46KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC Rio. 2006. p. 54.

47Ibidem, p. 35.

48Ibidem, p. 55.

entre as historiografias da própria história e as da literatura. Ambas, historicamente, investem na elaboração e institucionalização de seus cânones, apoiando-se num conjunto de obras consideradas fundamentais, ou *fundantes* – seja no campo da escrita da história, das literaturas ou das próprias histórias da literatura – criando, a partir daí e em torno de si mesmas, uma legitimidade pelo uso da tradição. Cabe, portanto, antes de mais nada, refletir acerca da constituição deste(s) cânone(s) historiográfico(s) e/ou literário(s), *historiando* ou *historicizando* esta mesma constituição. Conforme comenta Roberto Reis, “o critério para se questionar um texto literário não pode se descurar do fato de que, numa dada circunstância histórica, indivíduos dotados de poder atribuíram o estatuto de literário àquele texto (e não a outros), canonizando-o.”⁴⁹ Entendemos, com isso, que o mesmo movimento de canonização, que se projeta sobre o passado e que recai sobre autores, obra, tendências, épocas, etc, legitimando-os, ou legitimando uns mais que outros, afeta tanto o texto literário, conforme a observação acima, quanto o próprio texto histórico/historiográfico. Por isto, neste sentido, antes de questionarmos a própria produção do passado literário (ou historiográfico), deveríamos, primeiramente, problematizar a própria leitura que canoniza esta produção. Nestes termos,

(...) é imperioso considerar quem lê e quem escreveu e em que circunstâncias históricas e sociais se deu o ato de leitura, sem deixar de ter em conta que tipos de textos são escritos e lidos, e, neste último caso, por que leitores.(...)Sob este prisma, o texto(...)passa a se entrançar com o autor, o leitor, com o horizonte histórico que lhe é subjacente ou que lhe deixou pegadas (...). Nunca percamos de vista a História. Autores são constituídos por sua posição cultural e social, pois o ato de leitura é, a seu modo, político. Se (...) a leitura está implicada com questões de de autoridade e poder, poder-se-ia dizer que cada texto apresenta proposta que almeja dominar, apagar ou distorcer outras propostas de sentido.⁵⁰

Não se pode perder de vista, também, que parte deste processo de canonização é tributário, além da *leitura competente* da (ou de *uma*) crítica especializada, de práticas de legitimação da própria história. Ou melhor, de uma perspectiva historiográfica, que se imiscuindo sobre o passado – e outorgando-se como seu representante – aponta-lhe

⁴⁹REIS, Roberto. “Cânon.” In. JOBIM, J. L. (org.). Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 75.

⁵⁰Ibidem. p. 74.

um *lugar*, conferindo-lhe *significado*, vincando-lhe uma memória. Nesta direção, aludimos, novamente, à observação acima: “nunca percamos de vista a História.” Melhor, talvez, seria dizer: nunca percamos de vista as elaborações/representações historiográficas.

Instituindo, enfim, uma noção de tradição, ou constituindo-se a partir desta noção, o discurso da história da história ou o da história da literatura são inseparáveis de uma idéia de *lugar*, pois daí decorre a sua própria inteligibilidade. Há, portanto, *em relação*, um lugar a partir do qual se fala – ou a partir do qual o discurso é enunciado – e, outro, relacionado a este, que é o *lugar* que se é dado a ocupar a partir das *leituras* que se realizam sobre este mesmo discurso. O (re)conhecimento de tal relação e o conhecimento de ambos *lugares*, num “trabalho interminável de contextualização e de recontextualização em que consiste a leitura”⁵¹, poderia, queremos crer, refrear o impulso das abordagens/leituras anacrônicas.

A alusão à idéia de *lugar* torna-se mais instigante quando nos referimos ao obrigatório texto de Pierre Nora, sobre “a problemática dos lugares.” É o próprio autor que, falando a respeito dos “lugares fundadores de memória”, questiona: “Toda grande obra histórica e o próprio gênero histórico não são uma forma de lugar da memória?”

Na mistura, é a memória que dita e a história que escreve. É por isso que os dois domínios merecem que nos detenhamos, os acontecimentos e os livros de história, porque não sendo mixtos [sic] de memória e história, mas os instrumentos, por excelência, da memória e história, permitem delimitar nitidamente o domínio.(...)Entre os livros de história são unicamente lugares de memória aqueles que se fundam num remanejamento efetivo da memória ou que constituem brevíários pedagógicos.⁵²

51RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000. p.185.

52“(...) lugares (no sentido exacto do termo) em que uma sociedade, seja qual ela for, nação, família, etnia, partido, regista voluntariamente as suas recordações ou as reencontra como uma parte necessária da sua personalidade: lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações. Todos estes memoriais têm a sua história.” NORA, Pierre. *Memória colectiva*. In. LE GOFF, J. et al (orgs.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1990. p. 454.

Diz ainda Nora: “Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. (...) O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca.” NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993. p. 21-22.

São, portanto, aqueles livros que, segundo a expressão do próprio Nora, acabam por representar “grandes momentos de fixação de uma nova memória histórica”. Não seriam as Histórias da Literatura exemplos efetivos disto?

Dessa maneira, somos impelidos a tratar as chamadas Histórias da Literatura como um destes *lugares de memória*. Podemos, pois, retomando parte daquilo que já foi mencionado acima, referimo-nos, sim, e de maneira geral, ao(s) texto(s) historiográfico(s) como lugar(es) de memória. Lugar(es), ao menos, da própria memória historiográfica, ou de *uma* memória historiográfica, seja isto em relação à história da história, seja em relação à história da literatura.

Neste sentido, ainda, podemos recorrer às bem conhecidas, e sempre necessárias, observações de Michel de Certeau sobre a operação historiográfica – num texto ao qual é sempre preciso voltar, segundo as palavras de Chartier⁵³ – apresentadas em *A Escrita da História*.⁵⁴ Para Certeau, a história – que resulta da *operação historiográfica* e envolve a relação entre *um lugar social, uma prática e uma escrita* – “é o produto de um lugar,” sendo, portanto, “impossível analisar o discurso histórico independentemente” deste mesmo lugar⁵⁵.

Os sentidos produzidos pelas histórias, traduzidos em diferentes discursos ou representações, cânones ou tradições, geram diferentes *leituras* sobre aquilo a que se voltam. Por isso, portanto, é que se faz fundamental vislumbrar o lugar gerador desses mesmos sentidos.

Em outras palavras, produzidas a partir de um *lugar social* e, portanto, “sempre fonte de pré-concepções,”⁵⁶ as histórias provêm ou ocupam um lugar e, concomitantemente, apontam – na produção de sentidos sobre o passado – para um

53CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7. n. 13. 1994. p. 111.

54CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In. op. cit., Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982. p. 65-119.

55Ibidem, p. 71-73.

56JOBIM, J. L. O lugar da história da literatura. **Desenredo**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v.1, n.1. jan./jun. 2005. p. 43.

lugar *outro*, aquele ao qual podemos nos referir como o lugar da tradição ou espaço da memória. Enfim, lugar da própria história: *de Histórias, de uma história*.

3. Histórias da Literatura: mais alguma história

Há apenas dez anos, João Alexandre Barbosa – discutindo a formação do cânone na história da literatura brasileira, simultaneamente à própria formação da historiografia e da crítica literárias brasileiras – observava a existência de uma certa “posição conservadora” assumida pelas Histórias da Literatura Brasileira escritas a partir dos anos 1970, decorrente dos “métodos histórico-literários” adotados pelos autores destas obras.⁵⁷ Sem problematizar aquilo que Barbosa chama de “discurso histórico-literário”, estas obras, escritas nos “limites de um naturalismo crítico tradicional”, recaíam na “repetição” e no “lugar-comum historiográfico”:

Mesmos autores, mesmas obras, na sucessão de quadros canônicos seculares, acrescidos, aqui e ali, mas sem maiores repercussões de análise literária, pelo próprio tempo histórico, e em decorrência dos métodos historiográficos adotados. Não aquela adição ao cânone, advinda de uma releitura capaz de pôr em xeque as *fables convenues* da historiografia tradicional.⁵⁸

Assim, curiosamente, se esta “posição conservadora” acaba marcando obras que buscavam promover uma *revisão* do próprio cânone – através da releitura de autores que até então não haviam merecido maior atenção por parte das sistematizações historiográficas – não conseguem superar a prática (além de canônica, também *canonizada*) das próprias histórias da literatura que as precedem, gerando, portanto, um discurso com a marca do *continuísmo* ou da continuidade de *um* tipo de história. Recuperam-se autores e obras, mas se mantém a mesma forma de abordagem.

Ainda que, claramente, se faça necessária a superação de tal forma de elaboração historiográfica – uma vez que agora “é cada vez mais evidente que a

⁵⁷João Alexandre Barbosa refere-se, fundamentalmente, aos trabalhos de Alfredo Bosi e Massaud Moisés, intitulados, respectivamente, História Concisa da Literatura Brasileira e História da Literatura Brasileira. BARBOSA, J. A. A biblioteca imaginária ou o cânone na história da literatura brasileira. **A biblioteca imaginária**. São Paulo: Ateliê, 1996, p. 56-57.

⁵⁸Ibidem. p. 57.

história não se define apenas como tarefa de acumulação de datas e dados, mas se impõe, para a sua própria efetivação, uma metalinguagem que se volte para o discurso histórico”⁵⁹ – ainda assim, e talvez por isto mesmo, ressalta-se na permanência desta(s) *história(s)* já realizada(s), o próprio movimento entre escrita da história literária e a urgência da canonização, que enleva autores e obras, institucionalizando nomes e *marcas*. A instauração do cânone literário supõe a própria instauração e *reconhecimento* das histórias literárias.

Uma história que impõe, “para a sua própria efetivação, uma metalinguagem que se volte para o discurso histórico. Este será, com toda probabilidade, o trabalho principal de uma historiografia literária para o futuro”. Eis, em 1996, o prognóstico que encerrava o balanço de Barbosa, mas que, antes de tudo, deixava entrever o incômodo em relação à manutenção das tradições dos discursos da historiografia literária brasileira. Se, por um lado, justamente deste incômodo, e de sua constatação, é que se pode destacar uma possível via de acesso à problematização desta mesma historiografia – aquela que diz respeito a sua própria constituição – de outro lado, as observações de *A Biblioteca Imaginária* remetem aos próprios problemas acerca da constituição do próprio campo de estudos da História Literária e uma possível *historicização* deste campo.

Assim, o mesmo texto de João Alexandre Barbosa nos induz às reflexões de René Wellek, realizadas ao longo dos anos 1930-1940. Da mesma maneira que o autor de “Biblioteca imaginária ou o cânone na história da literatura brasileira” recusava, em 1996, uma história da literatura como “mera tarefa de acumulação de datas e dados” e apontava para um futuro possível ou desejável – ainda a se realizar – Wellek, em 1936, apontava para a importância crucial do conceito de evolução em relação à arte literária, prescrevendo:

O conceito de evolução é o principal conceito do historiador real, e sem ele não há História. O dever do futuro será o de elaborar este conceito de evolução e mostrar, concretamente, como a literatura como arte se desenvolveu: primeiramente, em uma nação, e depois no concerto das

⁵⁹Ibidem.

nações, através do mundo inteiro. Só então poderá ser escrita, com uma razoável possibilidade de êxito, uma verdadeira história da literatura, que será mais do que uma compilação de fatos sobre influências e migrações de motivos⁶⁰.

Ainda que as orientações dos autores se distanciem (Barbosa, tratando da instauração do cânone na historiografia literária brasileira, nos chama atenção sobre a necessidade de uma metalinguagem que se volte para o discurso histórico, enquanto Wellek, acenando para uma possível teoria da história literária, aponta para o polêmico, e, para nós, aparentemente distante, conceito de evolução), ainda assim ambos promovem um balancete acerca da situação dos estudos atrelados à historiografia literária. E mais: ao realizar tal promoção, cada um em sua época e com seu devido interesse, alerta para o quadro a ser superado. Se para o ensaísta brasileiro faz-se necessário superar uma definição de história e, conseqüentemente, de crítica, atrelada a um corte naturalista, que não problematiza sua própria configuração, com Wellek, voltamos ao próprio problema da configuração das histórias literárias no século XX, e a discussão em torno da própria viabilidade de se fazer – ou em se fazer – uma história literária propriamente dita. E é neste sentido que o texto do autor de *Teoria da História Literária* mostra-se instigante.

Escrevendo num contexto de acirrada discussão em torno dos problemas da escrita da história literária, num momento que questionava as orientações anteriormente estabelecidas – aquelas que, por exemplo, transparecem nos *historiadores* brasileiros oitocentistas – Wellek propunha uma *nova* história da literatura, com uma abordagem menos propensa aos métodos “extrínsecos” e mais voltada para a própria obra literária⁶¹. Inicialmente indagando sobre a existência de uma História Literária, diferente da Crítica Literária ou da história social, e admitindo que geralmente a resposta é afirmativa, acabava por apontar que a única vinculação das ditas histórias da literatura à história é tão somente “pelo fato de tratarem do passado”,

⁶⁰WELLEK, René. A teoria da história literária. In. TOLEDO, Dionísio (org.). **Círculo lingüístico de Praga**: estruturalismo e semiologia. Porto Alegre: Globo, 1975. p. 294-295. Originalmente publicado em *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, IV, 1936.

⁶¹Sobre o termo, ver do próprio WELLEK, **Conceitos de crítica**. São Paulo: Cultrix, s/d. Edição original, norte-americana, de 1963.

pois:

não são nada mais que do que histórias sociais ou história das idéias (...) refletidas em uma certa literatura nacional, ou são simplesmente uma série de julgamentos e de impressões sobre trabalhos individuais de arte, ou sobre a psicologia dos escritores, organizados numa ordem mais ou menos cronológica⁶².

Sem, contudo, negar ou negligenciar a importância da relação da obra com seu contexto social, o que seria, na sua opinião, “um absurdo”, Wellek chamava atenção para o emprego de uma concepção semiológica de obra de arte: “um sistema global dinâmico de signos ou como uma estrutura de signos servindo a uma finalidade estética definida.”⁶³ Procurando responder ao problema do “modo de existência” da obra de arte em geral, e literária em particular, o autor desviava-se, assim, das abordagens que promoviam o estabelecimento da “dependência causal”, que entendem a obra como mero reflexo do meio social e histórico, bem como das leituras de caráter psicologizantes e/ou subjetivistas. Em seu lugar, Wellek, conclamando o chamado perspectivismo, propunha “um processo que permite atingir o conhecimento do objeto, segundo diferentes pontos de vista”:

Ver as coisas em perspectiva, ou vê-las historicamente é exatamente o mesmo. Ainda que haja documentos para o reagrupamento de uma estrutura, o historiador literário deve ser capaz de situar uma obra de arte tanto em relação aos valores da época em que ela foi criada, como em todas as épocas subsequentes.⁶⁴

Voltando-se para os aspectos da estrutura, signo e valor da obra de arte, que não podem ser separados da/na análise da obra, Wellek, com o perspectivismo, se opunha àquilo que chamava de teses do *absolutismo* e do *relativismo* da análise. Para nós, deste rico debate interessa o seguinte aspecto: a partir dessas observações, de maneira em geral, podemos refletir sobre a própria constituição da historiografia literária, seus dilemas e suas relações com a escrita da história.

62WELLEK, R. A teoria da história literária. op.cit. p. 278.

63Ibidem. p. 282.

64Ibidem. p. 289.

Desde o início de suas notas, o autor questiona-se sobre o porquê da inexistência, até aquela data, de uma história que tentasse “delinear a evolução da literatura inglesa como arte”. A possível resposta, segundo Wellek, decorreria da “dificuldade de se pensar em duas concepções: a da função artística e a da evolução da arte.”⁶⁵ A complicação em se analisar a obra a partir da função estética (ou artística), isolando tal função das demais, acabou, de acordo com o autor, por restringir tal tipo de abordagem. Além disso, devido à existência de outras funções relacionadas à obra – e, talvez, mais acessíveis à análise –, e por se entender a existência da “forma” como único elemento artístico, priorizou-se, na historiografia literária, o exame das “relações externas” da obra com o contexto social, bem como com sua relação com a “psicologia do autor e com o seu conteúdo comunicativo.” Essas são sabidamente, práticas comuns às historiografias da literatura da segunda metade do século XIX. E aqui volta a importância ao elemento “estrutural” da análise, acima já referido: um conceito que inclui tanto forma quanto conteúdo e rompe, simultaneamente, com as tradicionais análises dicotômicas.

Ainda que possa ser arriscado tal comentário, podemos dizer que, guardadas as devidas diferenças e proporções, é possível vislumbrar na teoria da história literária, de Wellek, uma antecipação daquilo que constituiu, em termos, as grandes linhas do debate historiográfico da história da literatura na segunda metade do século XX. Afinado com o Círculo de Praga, parece prever a inovação da teoria da recepção, levada a cabo em fins dos anos 1960, bem como parece antever um diálogo com Hayden White, ao discutir a relação forma X conteúdo. Além destes, também parece predizer a recorrência à possibilidade da abordagem *sincrônica*, exaltada no Brasil por Haroldo de Campos, a partir de uma “livre manipulação” da obra de Saussure e da leitura de uma *poética sincrônica* de Jakobson. Ao discutir o problema da “significação artística de uma obra de arte”, permite que lembremos da atual recorrência ao conceito de representação, difundido pela obra de Roger Chartier.⁶⁶

⁶⁵Ibidem. p. 280.

⁶⁶CAMPOS, Haroldo de. *Poética sincrônica. A arte no horizonte do provável*. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1977, além do ensaio Texto e história incluído em *A operação do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1976. Em relação à obra de White, consultar, principalmente, “O texto histórico como artefato literário”. *Trópicos do discurso*, op.cit. p. 97-116.

Muito possivelmente as vinculações por nós referidas procedam, antes de mais nada, do próprio período vivido por Wellek, período do qual decorreram as próprias definições e problemas para a escrita das histórias da literatura. Expresso em outros termos, parte destas formulações buscam responder à questões que já se apresentavam à época em que Wellek escreve. Tais formulações, assim como as ponderações do próprio autor em questão, dialogam, aproximando-se ou distanciando-se, em diferentes graus, de problemas postos naquele momento – momento fulcral para a problematização historiográfica em questão. Assim, justifica-se, para nós, a própria referência à teoria de Wellek: um texto em discussão com sua época e que se abre para outras configurações – que, de diferentes maneiras, nos atingem ainda. Dito isto, cabe recordar que foi uma discussão parecida com a de Wellek, só que realizada bem posteriormente – o fechamento do balanço realizado por João Alexandre Barbosa em 1996, e sua expectativa em relação a uma outra escrita da história literária brasileira – que nos remeteu ao texto de 1936.

Ainda que o texto de Barbosa não faça menção direta ao texto de Wellek - apesar da reivindicação da necessidade da mudança quanto à elaboração de uma nova história literária, presente em ambos -, podemos nos lembrar de outros dois ensaios, dos mesmos autores, que possibilitam que continuemos *refletindo* sobre o próprio caráter de configuração geral de uma história literária e, mais especificamente, que permite que continuemos indagando a respeito das mazelas da escrita da história da literatura brasileira. Assim, se em *Biblioteca Imaginária*, escrita em fins do século XX, Wellek não era citado, o mesmo não ocorre no “Ensaio de Historiografia Brasileira”, outro texto de João Alexandre Barbosa, apresentado no II Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, em Assis, São Paulo, em 1962⁶⁷. Em certo sentido, o diálogo que o ensaísta brasileiro estabelece com Wellek acaba por transparecer um diálogo entre os seus próprios textos, isto é, entre *A Biblioteca Imaginária*, de 1996 e o texto apresentado em 1962.

⁶⁷Além da apresentação no referido Congresso, o texto integra a coletânea Opus 60, de 1980. Cf. BARBOSA, João Alexandre. **Opus 60**: ensaios de crítica. São Paulo: Duas Cidades, 1980. p. 25-52.

Barbosa, em seu “Ensaio”, parte da leitura de um texto, “A História Literária” - de René Wellek que, de certa forma, retomava a discussão iniciada nos anos 1930. Último capítulo do já anteriormente citado *Teoria da literatura*, escrito em parceria com Austin Warren e publicado em 1949, *A História Literária* é, contudo, de autoria do próprio Wellek, como aparece no Prefácio à primeira edição da obra⁶⁸. Novamente recorrendo à idéia de evolução, o autor frisava que “a história só pode ser escrita em referência a esquemas variáveis de valores, e esses têm de ser abstraídos da própria história.”⁶⁹ Ainda que haja uma diferença de mais de uma década entre *A teoria da história literária* e *A história literária*, mais uma vez, Wellek, através de um balanço, exercitava a crítica às concepções vigentes no campo da historiografia literária. Porém, agora, em 1949, utiliza um tom aparentemente mais didático. O autor comenta, numa “lúcida narração”, como designa Barbosa, os principais problemas com os quais se defronta(va) a história literária. Por se tratar de questões que marcam, como já dissemos antes, a constituição da própria disciplina (História da Literatura) e por assim afligirem-na continuamente, além de implicarem na elaboração da historiografia da literatura brasileira e, conseqüentemente, de seus dilemas, vale apontá-las:

- o *problema* das relações entre as obras de arte, suas fontes e influências (que constituiriam, segundo Wellek, o principal elemento dos estudos tradicionais);
- o *problema* da originalidade da obra. De acordo com o autor, estabelecer a posição que uma obra ocupa em uma tradição caracterizaria a tarefa primeira da história literária;
- o *problema* “adicional” na evolução da história literária: estudo das relações entre obras (“séries de obras”) de um mesmo autor, visando a constituição de uma “série evolutiva”;
- o *problema* decorrente de outro tipo de “série evolutiva”: isolar certa característica na obra e acompanhar seu progresso rumo a um tipo ideal;

⁶⁸Como curiosidade apenas, podemos dizer, portanto, que Barbosa se equivoca ao afirmar que o texto foi escrito por Wellek e Warren. O autor brasileiro se utilizou da edição espanhola da obra de ambos (Editorial Gredos, 1959), que suprimiu o Prefácio acima indicado, no qual são referenciados os capítulos pertencentes a cada autor.

⁶⁹WELLEK, R. A história literária. In. WELLEK, René; WARREN, Austin. op.cit. p. 352.

- o *problema* da definição de gêneros e tipos literários;
- o *problema* da definição de período ou movimento literário;
- e, finalmente, o *problema* “adicional mais amplo”: aquele que diz respeito à escrita de uma história da literatura nacional como arte, sem pender para os elementos extraliterários ou não literários.

De maneira muito clara se pode perceber que é a partir de uma leitura daquilo que, em seu tempo, era praticado como história da literatura, que Wellek propõe uma outra perspectiva para a abordagem desta história. Ainda que, aqui, sua concepção de história literária nos interesse menos objetivamente, esta sua *leitura* da historiografia da literatura produzida até aquele momento nos parece, como já dito antes, fundamental. Serve, como uma porta de entrada, para refletirmos sobre a própria disciplina. Cabe lembrar, da mesma maneira, que essa visão sobre a escrita da história permite que pensemos a constituição da historiografia da literatura aqui no Brasil e suas relações com a própria historiografia, por exemplo. Apontados por Wellek, *problemas* como o da escrita da literatura nacional, da definição de períodos ou de movimentos literários aparecem constantemente na elaboração dos programas da historiografia da literatura brasileira, ao menos naquela do século XIX. E mais: parte daquilo que constitui o conhecimento historiográfico da literatura brasileira – comumente designada como *nacional* – procede desta mesma historiografia, que produziu *verdades* que perpassaram gerações e foram sendo *naturalizadas* ao longo dos anos. Assim, menos do que discutir a própria concepção de história literária em Wellek – o que se revelaria instigante, pois é sabido que o autor influenciou parte da crítica literária a partir dos anos 1950 –, interessa-nos perceber a instauração dos *planos* para a escrita das histórias literárias no Brasil, vistos a partir daquelas discussões suscitadas na fase que antecede as chamadas grandes sínteses históricas desta mesma literatura, fase marcada, principalmente, pelos trabalhos de Sílvio Romero e José Veríssimo.

Parte daquilo que se revela *problema* para a história literária pode bem ser detectada nos estudos que se referiram a estes *planos* (ou programas) da história da

literatura brasileira, bem como a respeito de seus autores, geralmente lidos como *românticos*, *nacionalistas* ou *precursores*, o que facilmente deixa perceptíveis os encaminhamentos da recepção que lhes foi feita. Se os *planos* se legitimavam ao estabelecer determinadas leituras do passado literário, acabaram por ser lidos da mesma maneira pelas gerações posteriores, que também buscavam instituir uma leitura acerca do passado.

Assim, a via dupla – ou mais que isto: os planos elaborados, principalmente no período 1826-1882, se voltam para um suposto passado literário brasileiro (do século XVI até parte do XIX), *institucionalizando-o* e *institucionalizando-se*. A constituição da crítica literária e das chamadas obras referenciais da historiografia da literatura brasileira, em fins do século XIX, retomam estes planos, seus autores e orientações, produzindo diferentes avaliações sobre estes *planos*, ao mesmo tempo que se voltam ao mesmo objeto destes. Portanto, leituras sobre leituras, avaliações sobre avaliações e que acabaram por produzir canonizações *possíveis*: sobre a própria literatura, sobre a crítica e seus críticos e sobre a própria historiografia literária. Por mais que não nos utilizemos da concepção de Wellek propriamente dita, é inevitável não retomá-lo aqui. Referindo-se ao “significado total de uma obra de arte”, dizia ele:

[tal significado] não pode ser definido meramente em função do seu significado para o autor e aos seus contemporâneos. Trata-se, antes, do resultado de um processo de adição, isto é, a história da crítica pelos seus muitos leitores em muitas épocas.⁷⁰

Entendemos que é possível a mesma observação em relação àqueles textos – *discursos fundadores* – que buscaram, num primeiro momento, produzir uma idéia de literatura e de história da literatura no Brasil. Desde o século XIX, ora lidos e relidos, recebem interpretações, viabilizando *marcos*, ora, simplesmente, são preteridos da *memória* literária e historiográfica. Assim, tão revelador quanto a própria leitura destes documentos, por vezes transformados em monumentos, outras relegados ao apagamento, é deparar-se com as leituras, histórica e historiograficamente promovidas, que incidiram sobre estes textos.

⁷⁰WELLEK, R. Literatura geral, literatura comparada e literatura nacional. In. WELLEK; WARREN. op. cit. p. 42.

1. ENTRE HISTÓRIAS E CRÍTICAS, O ROMANTISMO

o período romântico é, na literatura brasileira, um momento verdadeiramente fundador, não porque só então ela começa, mas porque aí se coloca o problema do seu começo.

Abel Barros BAPTISTA⁷¹

1.1. Em busca de uma *comunidade de leitores*

O acima citado “processo de adição” – ou, poderíamos dizer, de recepção crítica – afigura-se aqui como fundamental, uma vez que nos voltamos, justamente, para textos que “padeceram” deste processo ao serem “inscritos” numa história da crítica e da historiografia literárias brasileira, sendo apontados como “iniciadores” tanto destas mesmas crítica e historiografia.

O mesmo Welck que entendia que o significado da obra decorre tanto do tempo em que é produzida – “em função do seu significado para o autor e aos seus contemporâneos” – quanto da adição das demais leituras que posteriormente sobre ela se voltam (e que para nós é crucial, pois é daí que decorrerá uma possível historicização das leituras da própria crítica) aponta para a suposta função do historiador literário:

(...) antes de mais nada, atentar para as idéias e concepções, os programas e nomes dos próprios escritores e, assim, contentarmo-nos em aceitar as suas próprias divisões.

Contudo, continua o autor:

O valor do testemunho fornecido por programas, facções e auto-interpretações formuladas conscientemente na história da literatura não deve, naturalmente, ser minimizado, mas, com certeza, o termo movimento poderia muito bem ser reservado para atividades autoconscientes e autocríticas a serem descritas como descreveríamos qualquer outra seqüência histórica de acontecimentos e pronunciamentos. Mas tais

71BAPTISTA, Abel Barros. **A Formação do nome**: duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas: Unicamp, 2003. p. 24.

programas são apenas materiais para o nosso estudo de um período, exatamente como toda a história da crítica oferecerá um comentário contínuo a qualquer história da literatura. Podem nos dar sugestões e indicações mas não devem prescrever os nossos métodos e divisões, não porque nossas visões sejam necessariamente mais penetrantes que as suas, mas porque temos o benefício de ver o passado à luz do presente⁷²

Cabe lembrar que o autor desenvolve estas observações quando reflete acerca dos problemas que tocam a história da literatura, referindo-se, neste caso, especificamente, à definição de período e/ou movimento literários, como dito nas páginas anteriores.

Tal observação merece atenção. A ênfase final, do “benefício de ver o passado à luz do presente”, nos garante muito pouco, acreditamos, contribuindo para incorrerem nas mazelas da acronia ou do anacronismo⁷³, problema que não poucas vezes se revela bem presente nos trabalhos de história da literatura, história que, não poucas vezes também, homogeneiza o passado para “ajustá-lo aos olhos do presente”.⁷⁴

Ainda que aloquemos a fala no seu devido lugar – uma proposta de encaminhamento para a escrita da história literária –, faz-se necessário lembrar que a leitura da crítica nem sempre se pauta pelo apreço à objetividade ou à historicidade, muitas vezes recepcionando os “programas, facções e auto-interpretações” a partir de questões que escapam a estes mesmos “programas, facções e auto-interpretações”. Dito isto, e ainda pensando na citação exposta acima, nos interessa justamente estes “programas” e aquilo que o autor chamou de “comentário contínuo da história da crítica” sobre estes mesmos documentos, pois entendemos, diferentemente de Wellek, que estes documentos se caracterizam em algo mais que “apenas materiais”, e que o

72WELLEK, R. A história literária. op. cit. p. 361.

73O problema do anacronismo é comentado tanto em **Apologia da História**, de Marc Bloch, de 1949, quanto **Le problème de l'incroyance au XIV.e siècle**, de Febvre, de 1942. Cf. FEBVRE, L. “A obra mestra: o problema da descrença no século XVI” (1942). In. MOTA, C.G.(org.). **Febvre: história**. São Paulo : Ática, 1978. p. 29-78. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol.2) e BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Paul Veyne lembra que o exercício historiográfico desempenha, ou deve desempenhar, um papel de “luta incessante contra nossa tendência ao contra-senso anacrônico.” VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 4.ed. Brasília: UnB, 1998. p.112.

74TEIXEIRA, Ivan. “Heremênutica, retórica e poética nas letras da América portuguesa.” **Revista USP**, São Paulo, n. 57. p. 138.

“processo de adição” mais do que nos levar à união de diferentes fatores ou frações em um único resultado, permite que percebamos, sim, a construção de diferentes sentidos, por vezes incongruentes, a respeito da história literária e do próprio passado.

Assim, voltamo-nos, aqui, à crítica romântica que atuou no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX e que, em certo sentido, estabeleceu os primeiros “estudos literários” nas terras tropicais. Longe de qualquer pretensão de objetividade, que se revelaria improvável, ou afastado de qualquer expectativa que supusesse possível a obtenção de uma apresentação imparcialíssima do suposto tema-objeto de interesse, ainda assim, estruturaremos um “quadro histórico” acerca do objeto em questão⁷⁵.

Interessados na constituição dos estudos acima referidos, e mais especificamente na elaboração das primeiras histórias da literatura, ou nos “programas” que as anunciavam⁷⁶, voltamo-nos, inevitavelmente, para o contexto da primeira metade do século XIX, comumente designado como “era romântica”⁷⁷.

Para movimentarmos-nos neste quadro, ou melhor, para “ambientá-lo”, recorreremos às próprias histórias da literatura brasileira, buscando, portanto, e desde já, dialogar com nosso “problema”, qual seja, estas mesmas Histórias da Literatura.

Os programas e histórias que apontamos abaixo, em nota, foram e continuam sendo objeto privilegiado de estudo no campo da história intelectual no Brasil. E disso decorre que foram estudados a partir de diferentes “tradições”, o que implica dizer que a chamada “Era Romântica” foi, como bom objeto da história, interpretada de maneiras diversas, de acordo com diferentes épocas e pretensões. Dessa maneira, não se pode ignorar que as leituras sobre o tema-objeto decorrem, muitas vezes, de “interpretações” estabelecidas, diríamos, quase (quase?) canônicas.

75A expressão “quadro” aparece, com frequência, na estética romântica, referindo-se a texto. Sobre isso, v. ROUANET, M. H. “Nacionalismo”. op. cit p. 21 e ss.

76Em relação a estes “programas” e “histórias”, destacamos: DENIS, Ferdinand. **Resumo da história literária do Brasil**(1826); MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. **Ensaio sobre a história da literatura do Brasil**(1836); RIBEIRO, Santiago Nunes. **Da nacionalidade da literatura brasileira**(1843); VARNHAGEN, Francisco A. de. **Ensaio histórico sobre as letras no Brasil**(1850); SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **História da literatura brasileira**(1843-1862); Pinheiro, Joaquim Caetano Fernandes. **Curso de literatura nacional**(1863) e **Resumo de história literária**(1873).

77COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 1997. (ver volume 3)

Assim se desenha um objeto: a construção das histórias da literatura no Brasil, ao longo do século XIX, bem como sobre a constituição, entre este mesmo século XIX e o XX, de uma suposta “fortuna crítica” sobre esta historiografia.

A partir delas se pode vislumbrar, por exemplo, o *encaminhamento* dado pela crítica de fins do século XIX ao passado que o antecede, ou a *apropriação* realizada pela própria historiografia literária do período acerca da produção anterior e que vai, por sua vez, *orientar* a elaboração de um cânone da crítica e historiografia literárias brasileira oitocentista. Neste movimento, de diferentes *estratégias de leitura*⁷⁸ – se pode notar também, e principalmente, os *usos* do passado – pela crítica de fins do século XIX, e aparentemente, até mesmo pela crítica posterior – buscando validar seu próprio *lugar* e discurso: movimento incessante, portanto, gerador de *leituras convenientes*⁷⁹ – e por elas gerado, que acenam a uma *comunidade de leitores*, específica, de onde se originaram, constituída pelos historiadores/críticos da literatura brasileira o que possibilita a aproximação junto àquelas estratégias de leitura que apontamos acima.

Tal comunidade, “cujos membros compartilham os mesmos estilos de leitura e as mesmas estratégias de interpretação”⁸⁰ – também designada como *comunidade interpretativa* – é responsável (ou assim se outorga) pelo estabelecimento de *leituras autorizadas* dos textos de que se apropria. *Leituras* que implicam a imposição de um sentido único ou de um único significado, bem como pela instauração de uma compreensão/interpretação corretas.

Ainda que menos preocupados com as práticas de leitura, que implicam necessariamente o reconhecimento da materialidade ou suporte do texto lido, bem como da “tensão central de toda história da leitura”⁸¹ – que opõe, de um lado, a prática criativa do leitor e, de outro, o refreamento desta, pela imposição da leitura

78CUNHA, Eneida Leal. **Estampas do imaginário**: literatura, história e identidade cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 22.

79A expressão foi retirada de ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido**: a fundação de uma leitura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991. p. 168.

80CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In. HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 216. A expressão *comunidade interpretativa*, usada por Chartier, é de Stanley Fish.

81CHARTIER, op. cit. 213.

pretensamente correta – entendemos, com Chartier, que “o historiador deve buscar um meio de determinar os paradigmas de leitura predominantes em uma comunidade de leitores, num dado período e lugar.”⁸² Com isso, quer-se acreditar, nos aproximam-nos das chamadas estratégias de leitura, apontadas acima, reveladoras das formas de apropriação e manipulação dos próprios textos⁸³.

Interessa-nos, assim, nestes autores, portanto, suas próprias concepções de história/historiografia, pois é delas que decorreram, obviamente, a(s) *leitura(s)* que fizeram do passado literário brasileiro. A ênfase na nascente crítica literária/historiografia da literatura, ou Histórias(s) da Literatura, no século XIX, justifica-se, uma vez que, a partir delas, temos o estabelecimento de um cânone literário e historiográfico, que legitima e *autoriza leituras* sobre as obras escolhidas, ou melhor, canonizadas. Neste sentido, cabe lembrar, como aponta Marisa Lajolo que, os organizadores das primeiras histórias das literaturas ocidentais faziam parte de instituições às quais cabia um projeto de “constante redefinição dos protocolos vigentes entre vida cultural (particularmente vida literária) e sentido de nacionalidade.”⁸⁴

Talvez possamos, a partir dessa observação, estabelecer um primeiro elemento apontado como comum às Histórias da Literatura Brasileira e que, em certo sentido, acabam criando vínculos entre os seus autores: todos parecem partilhar, – ainda que fundamentados em diferentes concepções de história, crítica e literatura (e, portanto, respaldados em uma suposta autoridade intelectual) – do desejo de, através do estabelecimento de uma História da Literatura Brasileira, projetar o *próprio sentido* ou o *sentido da própria nacionalidade brasileira*. Acabam, assim, estes críticos/historiadores, definindo e fixando uma *seleção* em termos de obras e autores, promovendo, como dizíamos antes, a própria canonização destas mesmas obras e autores. Cabe, portanto, e assim entendemos, *problematizar* a constituição deste(s) cânone(s) literário(s), *historiando* ou *historicizando* esta mesma constituição.

Conforme comenta Roberto Reis, “o critério para se questionar um texto literário”

82Ibidem, p. 226-227.

83Ibidem, p. 227.

84LAJOLO, Marisa. “Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes”. In. MALLARD, L. et al. **História da literatura**: ensaios. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995. p. 23.

– ou, podemos dizer, qualquer texto, não somente o de caráter literário – “não pode se descurar do fato de que, numa dada circunstância histórica, indivíduos dotados de poder atribuíram o estatuto de literário àquele texto (e não a outros), canonizando - o”.

Ainda de acordo com Reis, deve-se, então, sempre:

perguntar quem articulou o cânon – de que posição social falava, que interesses representava, qual seria seu público-alvo e qual a sua agenda política(...), por quais critérios norteou a sua eleição e rejeição de obras e autores. A noção de valor e a atribuição de sentido não são empresas separáveis do contexto cultural e político em que se produzem, não podendo por conseguinte, ser desconectadas de um quadro histórico. O significado de qualquer juízo de valor sempre depende, entre outras coisas, do contexto em que for emitido e de sua relação com os potenciais destinatários e a sua capacidade de afetá-los ou mesmo convencê-los.⁸⁵

Mesmo que nos interesse menos a própria *natureza* ou o “estatuto de literário” do texto, interessa-nos, sim, os circunstanciamentos históricos e, principalmente, as *leituras* (geradas por estes, ou nestes, circunstanciamentos históricos) realizadas sobre determinados textos e que produziram diferentes sistematizações sobre estes escritos.

Por isto, neste sentido, antes de questionarmos a própria produção literária, interessa-nos, primeiramente, problematizarmos a própria leitura que canoniza esta produção, ou seja, a leitura realizada pela crítica oitocentista, uma vez que (pode-se dizer):

(...) o crítico foi o grande beneficiário quando (...) se separou a obra do autor para concentrar o objeto de análise literária no próprio texto. É o crítico que passa a exercer a autoridade sobre o sentido, a estrutura. As relações internas do artefato literário e, através do exercício profissional, a disseminar as interpretações que lhe convêm(..). Sem o autor para reivindicar a sua interpretação e a integridade semântica de sua obra, o crítico está liberado para direcionar a exegese de acordo com suas premissas e propósitos, sejam eles conscientes ou não.⁸⁶

Voltando-nos a uma possível sociologia das práticas de leitura, como propõe Roger Chartier, cabe, portanto, superar o “caráter todo poderoso do texto e seu poder de condicionamento sobre o leitor”, bem como relativizar a própria noção de “liberdade do leitor”, objetivando, sim, “identificar, para cada época e para cada meio” – no nosso caso, a

85REIS, R. Cânon. In. JOBIM, **Palavras da crítica**, op. cit., p. 73.

86Ibidem, p.75.

crítica/ historiografia brasileira oitocentista – “as modalidades partilhadas do ler (as quais dão formas e sentidos aos gestos individuais) e que colocam no centro de sua interrogação os processos pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação”.⁸⁷

Neste mesmo sentido, recorreremos novamente a Roberto Reis, que parece corroborar a observação de Chartier:

A indagação da literatura não deve, em suma, se resumir a pensar o que lemos, interpretando o livro (...) que temos diante de nós: é imperioso considerar quem lê e quem escreveu e em que circunstâncias históricas e sociais se deu o ato de leitura, sem deixar de ter em conta que tipos de textos são escritos e lidos e, neste último caso, por que leitores. Sob este prisma, o texto(...) deixa de ser um objeto estático (e estético) e passa a se entrançar com o autor, o leitor, com o horizonte histórico que lhe é subjacente ou que lhe deixou pegadas, com outros textos, com o passado e o presente e o futuro, estabelecendo uma emaranhada rede de afiliações intertextuais.⁸⁸

Por outro lado, a sistematização promovida por críticos e historiógrafos advém de uma determinada *leitura*, sendo que estes críticos e historiógrafos congregam-se, justamente, em termos de *comunidades interpretativas*. Em outras palavras, e no caso específico daquilo que objetivamos estudar, seriam estas “comunidades interpretativas”, ou *comunidades de leitores*, que efetivam determinados juízos de valor acerca de obras e autores lidos.

Em resumo, a *comunidade de leitores*, organizada em torno de críticos e historiógrafos/historiadores, ao mesmo tempo que promove aquilo que Chartier chama de “os mesmos estilos de leitura e as mesmas estratégias de interpretação”, promove – insistimos – a *leitura autorizada*, ou *forçada*, sobre os textos aos quais se volta, estabelecendo determinadas propostas de sentido e significação para estes mesmos textos.

Assim, é interessante que se perceba, as diferentes Histórias da Literatura Brasileira – resultando de estratégias próprias de interpretação, embasando-se na autoridade

87A citação se refere ao mesmo texto, utilizado anteriormente, Textos, impressos, leituras. Aqui na sua versão portuguesa, oriunda de CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. p.121. Na versão brasileira, antes adotada, tal trecho foi suprimido. Originariamente este artigo do prof. Chartier foi apresentado no Colóquio “Conceitos, Métodos e Objecto em História da Cultura”, realizado em 1986, na Universidade do Porto.

88REIS, op. cit. p. 74.

concedida principalmente pelo emprego de diferentes preceitos (e que caracterizam o Ocidente oitocentista) e respaldando-se num *locus* institucional – acabam por legitimar, ou não, o próprio texto lido, conferindo-lhe, ou não, um lugar nestas mesmas Histórias.

Podemos, neste sentido, arriscadamente propor que, nesta relação, o texto que nos interessa sondar – aquele produzido pela crítica literária e/ou a historiografia da literatura *oitocentista* – ao *receptionar* a produção anterior e sistematizá-la, produzindo leituras autorizadas, acaba por se tornar um *dispositivo de intervenção* sobre esta mesma produção e, portanto, *suporte* para o próprio texto. Ainda que tenhamos clara a necessidade de reconhecer os elementos que compõem o texto *apropriado* – ou reconhecer os elementos que dão coerência a este texto –, cabe-nos lembrar que a crítica/historiografia, tornada *dispositivo de intervenção* (sendo, assim, também *leitura*) acaba por produzir “expectativas de leitura” e “perspectivas de entendimento”, ou “antecipações de compreensão” sobre o texto ao qual se volta.⁸⁹

Dessa maneira, a produção crítica/historiográfica da literatura brasileira do *oitocentos* é uma possibilidade de leitura sobre a produção que lhe antecede, que estabelece o cânone e a tradição sobre esta mesma produção, cabendo tratá-la na perspectiva de uma nova – e possível – história da leitura, uma história que, principalmente, rompa com os simplismos, dicotomias e explicações deterministas. Pois, enfim, “a história dos textos e livros” e, diríamos, das interpretações e dos processos de canonização de autores e obras, “deve ser, acima de tudo, uma reconstituição das variações nas práticas – em outras palavras, uma história da leitura. Uma história do próprio ato de ler.”⁹⁰

1.2. Com pronome possessivo e maiúsculas: uma leitura do (nosso) Romantismo (Brasileiro)

Acercar-se do Romantismo apresenta significativos *problemas*. *Problemas* que decorrem tanto da excessiva produção acerca do tema, quanto das abordagens que sobre ele se realizaram. Apontada como a tendência que melhor expressaria a

⁸⁹CHARTIER, op. cit., p. 132. (na edição brasileira, v. p.228.)

⁹⁰Ibidem, p. 136 (respectivamente, p. 233 da edição brasileira.)

autonomia cultural brasileira e, conseqüentemente, política (da nação recém-emancipada), a expressão literária passa a se confundir com a própria história nacional: “(...) o Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e portanto a identidade, em oposição à Metrópole, identificada com a tradição clássica.”⁹¹

O Romantismo passa a supor, portanto, um princípio de identidade, constituindo-se, no caso brasileiro, em algo mais do que uma tendência estetizante, como observado por Paul Hazard, em texto publicado em 1927:

o Romantismo aparece, aqui, menos como uma doutrina que como surto vital. Digamo-lo claramente: no Brasil o Romantismo foi uma força religiosa, social, nacional. Ele não deu apenas a mais abundante florescência de romancistas e poetas; não restabeleceu somente as letras na alta dignidade que lhes competia; confundiu-se com a liberdade, com a existência mesma da jovem nação.⁹²

Inequivocadamente, o mesmo “sintoma” é percebido por Sérgio Buarque de Holanda, em texto de 1939, intitulado *Suspiros Poéticos e Saudades*, sobre o centenário da obra de Gonçalves de Magalhães:

Ao lado de nosso romantismo e inseparável dele existiu no Brasil todo um cortejo de formas e idéias que convém pôr em relevo para a boa inteligência desse movimento, mas que não pertence, em verdade, à história da literatura. Houve uma política, uma sociedade, um clero obedientes à mesma inspiração que animou aquela escola de poetas, e é explicável assim que tratassem de conformar aos seus ideais o nosso povo, enquanto este foi matéria plástica e maleável.⁹³

Se, talvez, justamente disto decorra a especificidade de um suposto Romantismo *à brasileira*, ou mesmo “o caráter específico do Romantismo brasileiro”,

91CANDIDO, Antonio. **O romantismo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Humanitas/USP, 2004. p. 19.

92HAZARD, Paul apud COUTINHO, A. O movimento romântico. In. **A literatura no Brasil: a era romântica**. 4.ed. São Paulo: Global, 1997. p. 30-31.

93HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Suspiros poéticos e saudades*. **Livro dos prefácios**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 353.

parafrazeando José Guilherme Merquior⁹⁴, o certo é que – e por isto mesmo implica a sua riqueza - daí provêm os *problemas* para a sua abordagem.

Mais interessados na constituição de uma visão de história da literatura advinda do período, ainda que ciente daquele “cortejo de formas e idéias (...) mas que não pertence, em verdade, à história da literatura”, se pode refletir, a partir de questões da historiografia literária, sobre os problemas que cercam o Romantismo – e sua interpretação – na própria história da literatura brasileira.

José Luiz Jobim, discutindo a *problematização* do(s) objeto(s) em/da história da literatura, apresenta – “esquemáticamente” – o que ele considera as principais questões da História da Literatura: a *recepção*, a *descrição*, a *origem*, a *tradição*.⁹⁵ Ainda que o autor não se refira diretamente ao Romantismo brasileiro, exceção quando trata da questão da origem, podemos percebê-los, os quatro indicadores, em relação às abordagens em torno do chamado “surto vital” do Romantismo brasileiro.

A *recepção*, por exemplo, refere-se ao próprio exercício de percepção destas leituras e que resultam naquilo/daquilo que Wellek designou como processo de adição donde resultam as próprias interpretações em torno do chamado *movimento* e que, podemos dizer, importa diretamente a este trabalho. No caso da crítica brasileira, é fundamental perceber que estas leituras foram se sedimentando, instaurando uma discursividade que naturaliza o evento – pois inscrita nos limites de um naturalismo crítico tradicional, como dizia João Alexandre Barbosa – e que passa a não permitir qualquer contrariedade.

Jobim lembra que, ao recorrermos ao conceitos de “período literário” ou “estilo de época” para *descrevermos* um grupo de autores ou obras, estamos, normalmente, utilizando expressões que esses próprios autores não utilizariam para se *descreverem*. Aqui se pode lembrar do documento de Gonçalves de Magalhães, o *Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil*, publicado em 1836, na *Nitheroy*, em Paris⁹⁶.

94MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides**: breve história da literatura brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 53.

95JOBIM, J. L. História da literatura. In.____. **Palavras da crítica**: tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 130.

96Sobre o periódico *Nitheroy* e o grupo de intelectuais que a fundaram, ver: PINASSI, Maria Orlanda. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre**. *Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes*. São Paulo: Unesp, 1998 e BAREL, Ana Beatriz Demarchi. **Um romantismo a oeste**: modelo francês, identidade nacional. São

Considerado como *marco de fundação* do Romantismo brasileiro, a menção à estética – ou doutrina – romântica não aparece sequer uma única vez no seu conteúdo. Como também não aparecerá nos demais “programas” da historiografia literária do período, seja em Ferdinand Denis ou Santiago Nunes Ribeiro, muito embora sejam “lidos” como os promulgadores do Romantismo brasileiro.

No caso da descrição com ênfase na idéia de período ou movimento literário – e que, portanto, se volta para a sistematização de elementos estilísticos, procurando obras que marquem rupturas ou acenem com a novidade (descrições bastante presentes na historiografia literária brasileira, imbuídas numa concepção “evolutiva” de literatura, da qual falávamos antes –, vê-se o deslindar das chamadas fases e das qualificações retrospectivas.⁹⁷ Uma vez que é o “conseqüente que torna possível atribuir qualificação [ao] antecedente”⁹⁸, vemos, por exemplo, a caracterização de um quadro dos “pródromos do romantismo brasileiro”, bem como a caracterização de um período pré-romântico.⁹⁹ Assim, dada a existência de uma literatura efetivamente romântica – pois que renova e rompe com o quadro estético consolidado, no caso, notadamente, o classicismo – se pode nomear uma fase pré-romântica, entendida como aquela que “cria a ambiência para a aceitação da cultura romântica, ultrapassando-se aqui o conceito puramente literário de pré-romantismo”,¹⁰⁰ da qual inevitavelmente resulta “finalmente a revolução nacionalista e romântica brasileira”¹⁰¹. Nada mais teleologicamente evolutivo.

A par da ênfase nos períodos literários, e reiterando o aspecto teleológico deste tipo de abordagem, nos deparamos com a questão da *origem*, que se traduz na ânsia da busca do *marco fundador*, do encontro do próprio princípio de um ou outro período, bem como da originalidade da obra. Questão presentíssima nos ensaios e discursos acerca da história da literatura brasileira, bem como nas abordagens que comumente

Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

97JOBIM, J. L. História da literatura. op.cit. p. 135-136.

98Ibidem, p. 138.

99CASTELO, José Aderaldo. Os pródromos do romantismo. In, Coutinho, A. op. cit, 37-69.

100Ibidem, p. 43.

101Expressão retirada de AMORA, Antônio Soares. **O romantismo**: a literatura brasileira, vol. II. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 75.

acompanham a interpretação do Romantismo tropical, abordagem como aquela que transparece no hoje pouco lembrado estudo de Haroldo Paranhos, *História do Romantismo no Brasil*, de 1937, no qual o autor usa 500 páginas para apontar o processo formativo que resultou no Romantismo brasileiro. Reconta a história da literatura brasileira desde a sua formação em “1500” para, aí sim, mostrar a inevitabilidade da ascensão romântica na década de 1830.¹⁰² Afinal de contas, se o Romantismo se caracteriza pela própria *invenção* de uma literatura autenticamente nacional, nada mais justificável que o emprego de algumas centenas de páginas para demonstrar isto.

Ainda em relação aos marcos fundacionais do Romantismo no Brasil, que equivalem à própria idéia de uma literatura autônoma ou nacional, o ano de 1836 é consagradamente eleito como a data-símbolo e *Suspiros Poéticos e Saudades* e o *Ensaio*, de Magalhães, como as suas obras-monumento. O que decorre, poderíamos supor, da própria formulação de Magalhães, ao *originariamente* perguntar, em seu texto *fundador*, acerca da *origem* da própria literatura brasileira:

Applicando-nos agora ao Brasil; as primeiras questões, que se nos apresentam são; qual é a origem de sua Litteratura? Qual seu progresso, seu character, que phases tem tido?¹⁰³

É interessante notar que esta mesma ânsia da “miragem originária”¹⁰⁴, ou da busca da *origem*, não transparece para a determinação de uma *marco terminal*. Se a origem supõe precisão, o término por sua vez permite, então, indeterminações. Assim, se para Merquior, “[o] ato de fundação do romantismo brasileiro seria, com efeito, o lançamento, em Paris, da “revista brasiliense” *Niterói* (1836)”, ocorrendo seu término *por volta* de 1875¹⁰⁵, para Luiz Roncari, que se diz ciente da relatividade das

102PARANHOS, Haroldo. **História do romantismo no Brasil**, 1500-1830. São Paulo: Cultura Brasileira, 1937.

103MAGALHÃES, D.J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil(1836). **Nitheroy**: Revista Brasiliense: ciencias, letras e artes, Paris, tomo I, vol.1. 1836. (Edição fac-similar da Biblioteca da Academia Paulista de Letras, v.9, 1978.) p.135.

104SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Cia. das Letras. 1990. p. 19.

105MERQUIOR, op. cit. p. 59. (primeira edição: 1977)

periodizações, o “1836, ano do lançamento da revista *Niterói*” e “1871, ano da morte de Castro Alves” seriam os dois acontecimentos (...) marcos do Romantismo no Brasil(...).”¹⁰⁶ Ou, ainda, para Massaud Moisés e José Paulo Paes, numa obra de referência:

(...) a instauração “oficial” do romantismo no Brasil tem data certa: a publicação, em 1836, em Paris dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, livro que coroava a pregação em prol da reforma e nacionalização das nossas letras encetada naquele mesmo ano, e também em Paris, pela revista *Niterói*. O grande mérito de G. de M. reside no impulso que deu ao nosso Romantismo.(...). O Romantismo no Brasil foi encerrado, como movimento, pelo Parnasianismo em poesia e pelo naturalismo na ficção. Mas não morreu.¹⁰⁷

Como diz Jobim:

Talvez a própria idéia de atribuir limites temporais aos estilos – vinculados a obras e autores – esteja merecendo estudos mais aprofundados, que questionem as próprias noções de término e origem.¹⁰⁸

Para além disso, cabe sempre lembrar, com Foucault, que “[a] história ensina também a rir das solenidades da origem” pois, contra o *mito* – ou *busca da origem* – e suas quimeras, talvez se faça necessária a própria insistência da história¹⁰⁹.

Das questões comentadas – *recepção, descrição, origem – a tradição*, por fim, parece reiterar todas as questões anteriores. Ao remeter à constituição do cânone, aponta para um possível *lugar* que a obra – autor ou período – ocupa dentro da própria história literária. *Lugar*, obviamente, estabelecido num processo de seleção e de cortes que, contudo, parece se apagar, *naturalizando-se*. Assim, o pertencimento à tradição, ou ordem existente, serve como elemento garantidor de uma certa identidade e continuidade. Assim, se uma das práticas da história literária (bem como da crítica

106RONCARI, Luiz. **Literatura brasileira**: dos primeiros cronistas aos últimos românticos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.p. 287. (primeira edição: 1995)

107MOISÉS, Massaud ; PAES, José Paulo. **Pequeno dicionário de literatura brasileira**. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1987. p. 246 e 337, referentes respectivamente aos verbetes : Domingos José Gonçalves de MAGALHÃES e PRÉ-ROMANTISMO e ROMANTISMO. (primeira edição: 1967)

108JOBIM, op.cit., p. 140.

109FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia, a história. In. **Microfísica do poder**. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 18 e ss.

literária) é, justamente, *produzir este lugar*, lhe(s) cabe, também, indagar sobre seu *efeito e permanência* e, conseqüentemente, sobre o papel que desempenham na elaboração destes *ordenamentos*:

a representação de identidade desta ordem também pode ser questionada pelo estudo daquilo que foi desvalorizado, esquecido, rejeitado ou excluído por ela, já que este estudo pode servir para tornar mais claras as convenções, normas e valores que a fundamentam, e a partir de que se determinaram a valorização, a lembrança, a aceitação e a inclusão.¹¹⁰

Para resumir, e ainda pensando nestas questões da história literária – apontadas por José Luis Jobim – e sua incidência sobre os estudos acerca do Romantismo no Brasil, recorreremos novamente ao trabalho de Luiz Roncari. Ainda que longa, a citação demonstra, por parte das *recepções*, a persistência, em termos *descritivos*, tanto da chamada *tradição*, quanto da *originalidade*:

As fronteiras estabelecidas por nós para delimitar períodos históricos e literários são muitas vezes arbitrárias, são sinais que elegemos para isolar os fenômenos que queremos estudar. Com eles seccionamos a continuidade histórica, construindo barreiras entre o que vem antes e o que vem depois, como se isso fosse possível. Esses sinais ou marcas estabelecemos a partir do reconhecimento de que representam o início e o fim de um momento em que a literatura adquiriu algumas características dominantes. Se tais características já se manifestavam antes e continuaram depois não vem ao caso, pois a história não é formada de períodos estanques. O que interessa para a visão histórica são as dominantes, ou seja, como certos traços, secundários e desimportantes em alguns momentos, em outros tornaram-se decisivos e fundamentais e vice-versa, como os definidores caíram na cotação do gosto da época e foram relegados aos planos inferiores. A história da literatura procura observar esses movimentos, ver como se processaram, busca as razões externas que contribuíram para isso, as características das novas formações, suas qualidades e significações. Como resultado dessas investigações, são estabelecidos os marcos que sinalizam o início e o fim da “realidade literária” estudada.

O período que delimitamos [1836-1871] não foi apenas mais um momento da literatura brasileira. Para nós, tem uma significação a mais do que a do romantismo nas literaturas nacionais européias. Trata-se do período mais importante de tomada de consciência de nossa particularidade, ou seja, de que não podíamos mais continuar considerando-nos “europeus” ou portugueses, tal qual faziam os colonos no tempo do domínio português.¹¹¹

110JOBIM, op.cit., p. 146.

111RONCARI, op.cit., p. 287-288.

Como era comentado antes, o próprio movimento de historicização, que é *problematizado* num primeiro momento, logo tende a ser engolfado pela própria trama histórica, naturalizando-se e naturalizando-a. A abordagem assume o discurso de seu próprio conteúdo, comprovando, neste caso, a persistência do nacionalismo literário, bem como seu próprio efeito, deixando de “ser objeto para ser parâmetro.”¹¹² Assim, se a “legitimação de formas e valores nacionais”, como lembra Célia Pedrosa,

estimula a renovação formal ao mesmo tempo em que reafirma a função coletiva da literatura, cuja produção e recepção passam a ser orientadas por uma perspectiva histórica (...) o mesmo empenho responsável pela legitimação de novos procedimentos vai manifestar-se também como crença enrijecida e autoritária e os transforma em parâmetros normativos e excludentes.¹¹³

Como já apontado antes, Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) – autor do *Ensaio sobre a Historia da Litteratura do Brasil*¹¹⁴ e de *Suspiros Poéticos e Saudades* – juntamente com a publicação de Nitheroy, são elencados (autor e/ou seu grupo, obras e/ou veículo da publicação), praticamente por unanimidade, os *marcos instauradores* do Romantismo “oficial” no Brasil¹¹⁵. Portanto, quando a menção a tal realização não é feita diretamente a Magalhães, ou a suas obras, recai sobre o grupo de

112SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “A invenção do Brasil: um problema nacional?” **Revista de História**, São Paulo, USP, 118, 1985, p. 7. Sobre a *constituição* histórica do nacionalismo literário, ver: PEDROSA, Célia. “Nacionalismo literário”. In. JOBIM, J. L. **Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 277-306. Sobre o assunto, ver tb. ROUANET, M. H. Nacionalismo. op.cit.

113PEDROSA, op.cit., p. 287-288. Vale a pena transcrever ainda, aqui, as observações da autora:

“Em princípio altamente fecunda, a relação entre literatura e história acaba tornando a ambas prisioneiras de um discurso que exorciza a dinâmica histórica, na medida em que se propõe a representar uma essência e uma origem nacionais infensas a qualquer perigo de contaminação ou ruptura e aptas a garantir uma evolução inexoravelmente contínua e harmoniosa. A produtividade literária é ameaçada pelo atrelamento a uma “natureza” histórica que ela expressa e formaliza, contribui para legitimar e, em troca, lhe coíbe a autonomia e a renovação estéticas. Reciprocamente, o processo histórico é esvaziado por uma forma de representação estetizante que nele se fundamenta e, em troca, anula seu potencial crítico e transformador.

Os efeitos negativos dessa relação podem ser observados ao longo do processo pelo qual a literatura é transformada em objeto de uma disciplina científica, a *História da Literatura*.” (p.288)

114Segundo Regina Zilberman, o título do “Ensaio” foi alterado, pelo autor, para “Discurso” em 1865. ZILBERMAN, R. “História literária romântica e o nacionalismo enquanto cânone”. **Scripta**, Belo Horizonte, v.1, n.1, 2º sem. 1997. p. 105.

115Expressão de Alfredo Bosi. Cf. BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 35.ed. São paulo: Cultrix, 1997. p. 97.

Nitheroy. Inquestionável, então, e também como já notado acima, acaba por ser o ano do feito, 1836: “data oficial de início do Romantismo brasileiro”¹¹⁶.

Da mesma maneira e acompanhando tal data, destacam-se, ou são destacados, 1808 e 1822, como se se configurassem em elos de uma cadeia, ou como se os três “eventos” se articulassem essencial e inevitavelmente. Atrelados, os acontecimentos se justificam: emancipação política e emancipação cultural – via adoção “nacional” do Romantismo – representam faces de uma mesma “realidade”, aquela que implica o “desejo” e “consciência” autonômicos. Vemo-nos, novamente, às voltas com o problema das “evoluções” e das teleologias: os “eventos” apenas coroam um processo em curso, e se justificam, à medida deste.

Talvez, aqui, se possa indagar acerca deste caráter de continuidade, presente na crítica brasileira e, conseqüentemente, na sua historiografia literária. Parece-nos que um possível elemento de aproximação entre autores e, por efeito, suas Histórias, provêm – recorrendo ao comentário de José Luis Jobim – do sentido teleológico nelas presente, característica comum das histórias da Literatura Brasileira – espécie, quase irreduzível, *de mal de origem*:

Nas histórias da Literatura Brasileira, são comuns as representações teleológicas. Em outras palavras, é comum representar-se a História da Literatura Brasileira como uma "evolução" em direção a um objetivo, a autonomia, entendida como rompimento dos laços com a metrópole e criação de uma identidade própria. Frequentemente esta representação pressupõe que Portugal seja o "outro" em relação ao qual o nosso "eu" se constitui. Assim, ao imaginarmos a Literatura Portuguesa como o "outro" a *partir do qual/ contra o qual/ com o qual* a nossa Literatura se constitui, construímos muitas vezes uma imagem totalizadora e originária daquela Literatura.¹¹⁷

Da mesma forma, Roberto Ventura sintetiza tal característica, ao falar que

116Expressão de Antonio Candido. CANDIDO, A. op. cit. p. 21.

117JOBIM, J. L. “História da literatura”. In. _____. **Palavras da crítica**: tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 139.

a história literária brasileira traz, desde os primeiros esboços no romantismo, a definição de uma entidade abstrata corporificada nas obras, criações individuais que refletiram um "caráter" ou "espírito" coletivo: o *ser nacional*. Busca-se uma essência, situada em uma teleologia inscrita na ordem natural das coisas. A história literária se torna sinônimo mais ou menos difuso desse ser, com a função de apresentar a identidade coletiva do povo brasileiro, cuja "origem" e remetida à formação quase mítica de uma "tradição" nacional. Essa tradição é representada pelos autores e obras que manifestaram traços de autonomia, em uma evolução linear e contínua que traria a encarnação progressiva e metafísica do ser nacional, das origens até sua plena realização¹¹⁸

Portanto, pode-se pensar que o aspecto de continuidade resulta, antes de mais nada, desta permanência do caráter teleológico, que informa as diferentes Histórias da literatura brasileira. Assim, ainda que produzidas em contextos variados, através de diversas e supostas propostas teórico-metodológicas, haveria o predomínio de um fundo teleológico, garantidor de um *sentido* para a própria história que se quer conhecer, *sentido* que, por isso mesmo, já se imporia de antemão.

Assim, se 1808 "dinamizou" a possibilidade da "revolução" de 1822, 1836, por sua vez, teria possibilitado a "tomada de consciência" acerca do *ser nacional*. Ambos, portanto, se completam em função da própria *idéia* de nação, contribuindo para produzir sentido para a própria história. Desta forma, tal articulação de eventos, mais do que apontar para uma possível *historicidade*, acaba por revelar os meandros da própria eficácia de *um* discurso histórico que se voltava para a própria "construção da nação." Neste sentido, dadas suas funções à época, História e Literatura – aqui ainda entendidas, em conjunto, como as "Belas Letras" – se aproximam. Ambas tinham a função de contribuir para a instauração da própria nacionalidade:

Tratava-se agora de inventar o Brasil, não apenas no plano geo-político, mas também no plano simbólico, forjando as bases da sua identidade. É neste sentido que devem ser compreendidos os esforços dos letrados brasileiros contemporâneos à formação do Estado imperial, e a produção artística do período, tanto no campo das letras como das artes plásticas. À organização política do Estado Nacional deveria corresponder uma produção simbólica que delineasse os contornos da Nação e a integrasse no mundo civilizado, segundo os parâmetros europeus.¹¹⁹

118 VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polémicas literárias no Brasil, 1870-1914.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 166.

119 SANTOS, A. C. M. dos. "A invenção do Brasil", op. cit., p. 4

Cabe observar que a relação *não-problematizada*, ou muitas vezes não-problematizada, entre Nação, História e Literatura – e, conseqüentemente História da Literatura - e que implica perceber-se o próprio papel desempenhado pelos discursos da História e/ou da Literatura naquele contexto e, claro, sua importância – acabou por institucionalizar uma espécie de memória oficial/oficiosa sobre este mesmo contexto, geradora de uma *História nacional*.¹²⁰ Problema que aparece e reaparece, constantemente, nas avaliações sobre o período:

É preciso considerar que o Romantismo (...) projeta para sempre o culto da História. Ganha a *memória* sua função psíquica e social. E no Brasil, o começo de sua História como nação autônoma coincide com o domínio da usa expressão romântica.¹²¹

O mesmo raciocínio pode ser usado para se pensar acerca da historiografia da literatura brasileira, na primeira metade do século XIX: sua função perpassa este mesmo “plano simbólico”, apontado por Afonso Carlos Marques dos Santos, qual seja, o de *inventar* uma nação, através da *invenção* de um passado literário, *particular* e *independente*.

O descuido com tais proposições, – que em síntese traduz-se na *não-problematização* da própria história e, portanto, na sua *naturalização* – apresenta-se como uma constante nas Histórias da Literatura Brasileira, o que acaba por aproximar abordagens diferentes e *sacralizar* os mesmos “eventos” e as mesmas “explicações”, como apontávamos acima. Aparentemente, adota-se, sem questionamentos, o mesmo discurso daqueles *letrados* sobre os quais se fala. De certa forma, recorrendo às suas próprias memórias, produz-se apenas e tendencialmente uma história laudatória:

A verdade é que, qualquer que seja o entendimento do legado do romantismo brasileiro, nunca parece ter sido posta em causa a autoridade com que conduziu os escritores a colocarem a si próprios um novo problema e uma nova missão, quais seriam os de procurarem delimitar o caráter brasileiro da literatura a fazer no Brasil e de, assim, contribuírem para a

120SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “Memória, história, nação: propondo questões”. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 87, 1986. p. 5-13.

121LUCAS, Fábio. **Do barroco ao moderno**: vozes da literatura brasileira; ensaios. São Paulo: Ática, 1989. p. 31.

edificação do Brasil como nação independente. Não é necessário sequer datar a autonomia literária brasileira do romantismo – critério que não consiste simplesmente na transposição para a história literária do marco decisivo que foi a independência política, já que, como se sabe, o próprio romantismo brasileiro viveu dessa coincidência – para reconhecer e sublinhar a importância do período e do movimento românticos.¹²²

Posto isto, é neste sentido, por exemplo, que devemos procurar entender o *lugar* ocupado por Magalhães – e seu *Ensaio* – na historiografia da Literatura Brasileira.

1.3. Gonçalves de Magalhães e as leituras sobre o *passado literário brasileiro*

(...)mas porventura vós, que consumistes vossa mocidade no estudo dos classicos Latinos ou Gregos, vós que ledes Voltaire, Racine, Camoens ou Filynto, e não cessais de admiralo-os muitas vezes mais por imitação, que por propria critica, apreciáis vós as bellezas naturaes de um Sancta Rita Durão, de um Basilio da Gama, de um Caldas?

D. J. G. DE MAGALHAENS

O “corifeu da escola romântica brasileira”¹²³, Gonçalves de Magalhães, publicou o seu “bosquejo”¹²⁴, apontado, comum e corriqueiramente, como o *programa* inaugural da historiografia literária no Brasil, no primeiro número da *Nitheroy, Revista Brasiliense*, editada em Paris, por Dauvin et Fontaine Libraires. O texto havia sido, primeiramente, apresentado, em 1834, no Instituto Histórico francês.¹²⁵

122BAPTISTA, op. cit. p. 23.

123Expressão apontada por Luciana Stegagno-Picchio. V. STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. **História da literatura brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. p. 164.

124A expressão Bosquejo – cujo significado atual é esboço, plano geral ou descrição sumária - aparece com recorrência nos títulos da época. Além de Magalhães, Garrett, publicou em 1826 em seu *Parnaso Lusitano*, o “Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa”; José Inácio de Abreu e Lima, em 1835, o *Bosquejo Histórico, político e literário do Brasil* e, em 1841, Joaquim Norberto de Sousa Silva, editou “Bosquejo da História da Poesia Brasileira. Modulações Poéticas”. A expressão aparecia já em 1712 no *Vocabulário de Raphael Bluteau* significando “o primeiro debuxo, que o pintor vai fazendo com o lápis”, ou ainda, como dizia o autor, “Bosquejo, no sentido moral. Retrato, Pintura, Imagem.” Se “a poesia é como a pintura”, de acordo com a formulação clássica, conforme falaremos a seguir, parece que à época, *a história seria como a pintura*.

125Cf. PINASSI, M. O. op. cit., principalmente capítulo 4 (“O Brasil em Paris”) e AMORA, A. S. op. cit. p.85 - 90.

A Litteratura de um povo é o desenvolvimento do que elle tem de mais sublime nas ideias, de mais philosophico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais bello na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador de sua gloria, e o reflexo progressivo de sua intelligencia.¹²⁶

A literatura é o reflexo do desenvolvimento de um povo. Assim, caracterizando a literatura, podemos dizer, Magalhães inicia o seu texto. A partir disto aponta-lhe funções:

E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superficie da Terra com todas as suas instituições, suas crenças, e costumes, a Litteratura só escapa aos rigores do tempo, para annunciar ás gerações futuras qual fôra o caracter do povo, do qual é ella o único representante na posteridade; sua voz como um echo immortal repercute por toda a parte, e diz: em tal época, de baivo (sic) de tal constellação, e sobre tal ponto da terra um povo existia, cujo nome eu so conservo, cujos heroes eu só conheço; vos porêm si pretendeis tambem conhecê-lo, consultai me, por que eu sou o espirito desse povo, e uma sombra viva do que elle foi.¹²⁷

Eis a literatura: “espírito” do povo, incólume à ação do tempo, torna-se o próprio registro das coisas idas, “sombra viva” do próprio vivido.

Contudo, ainda que cada povo tenha sua literatura – assim como homem tem seu caráter e cada árvore o seu fruto – e ainda que esta represente o “reflexo progressivo de sua intelligencia”, cabem algumas ressalvas quando esta literatura diz respeito a um povo “cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de um outro povo”:

Então semelhante as arvores enxertadas, vem-se pender dos galhos de um mesmo tronco fructos de diversas especies, e posto que não degenerem aquelles, que do enxerto brotaram, contudo algumas qualidades adquirem, dependentes da natureza do tronco, que lhes dá o nutrimento, as quaes os distinguem dos outros fructos da mesma especie.¹²⁸

Magalhães constata, a partir disto, a existência de diferentes literaturas, além daquelas que apresentariam um caráter próprio – diríamos puro –, como a da Grécia

126MAGALHÃES, D. J. G. de. op. cit., p.132.

127Idem.

128Ibidem. p. 133.

(“uma Litteratura emfim toda Grega”). Haveria casos nos quais as “Litteraturas marcham a par”, sendo possível distinguir a “indígena” da “estrangeira” e casos “em que as Litteraturas se mesclam, que não se pode separal-as.”

A literatura é, portanto, variável, “como são os seculos, semelhante ao Thermometro, que sóbe ou desce segundo o estado da atmosphaera”, sujeita que está às “modificaçoens”. Estas são suscetíveis da própria “natureza mesmo do homem”, da “civilisação” e do “progresso”.

Seja qual for a modificação, que a litteratura soffra, em accordo acha-se sempre esta modificação com o character, e estado de civilisação desse povo.¹²⁹

Conforme percebe, em estudo recente, Ana Beatriz Barel, e com quem concordamos, o texto de Magalhães possui um tom “profundamente oficial e didático no sentido de que o leitor tem a impressão de que seu autor é consciente do papel que terá seu “Ensaio” para as letras brasileiras”¹³⁰. Assim, com este “tom”, antes de enveredar para a “história da literatura do Brasil”, o ensaísta parece indicar sua concepção de história, propriamente:

Por uma especie de contagio, uma ideia lavra entre os homens de uma epocha; reune-os todos n'uma mesma crença; seus pensamentos se harmonisam, e para um só fim tendem. Cada época representa então uma ideia, que marcha escoltada d'outras, que lhe são subalternas, como Saturno rodeado de seus satellites; ella contem, e explica as outras ideias como as primissas no raciocinio contem, e explicam a conclusão. Essa ideia é o espirito, e o pensamento mais intimo de sua epocha, é a razão de todos os factos contemporaneos.¹³¹

129Ibidem. p. 134. Aqui cabe uma observação: quando, em 1865 o texto, com a mudança de título – de *Ensaio* para *Discurso* - reaparece publicado nos “Opúsculos Históricos e Literários”, Magalhães altera a passagem citada:

Porque seja qual for a modificação que soffra a literatura, há sempre algum acordo entre ela e as circunstâncias peculiares e temporárias do povo a que pertence e da inteligência que a produz. MAGALHÃES, D. J. G. de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. In. COUTINHO, Afrânio. (org.). *Caminhos do pensamento crítico*, v. 1. Rio de Janeiro: Americana/Prolivro, 1974. p. 13.

130BAREL, op. cit., p. 41.

131Ibidem. p. 135

Tributário de um historicismo de conotação romântica – ou de uma concepção romântica de história – que, por exemplo, se expressa, segundo Falcon, na individualização das diferentes épocas¹³², Magalhães aponta para o desdobramento desta concepção na sua relação com o estudo da literatura:

A Litteratura abrangendo grande parte de todas as Sciencias, e Artes, e sendo ella só filha, e representante moral da civilização, é mister um concurso de extensos conhecimentos para poder-se traçar sua historia geral, ou particular, e jamais perder-se de vista a ideia predominante do seculo, luminosos guia na indagação, e coordenação dos factos, sem o que a historia é nulla, e sua missão illudida.¹³³

A partir deste momento, em consonância com a concepção de história adotada, O Ensaio *fundador* se volta para “questoens” relativas ao estudo da história da Literatura Brasileira, principiando pela busca de uma suposta *origem* desta literatura:¹³⁴

Havemos pois mister remontarmo-nos ao estado do Brasil depois de seu descobrimento, d'hai pedindo conta á historia, e á tradição viva dos homens do como se passaram as cousas, seguindo a marcha do desenvolvimento (sic) intellectual, e pesquisando o espirito que a presidia, poderemos livremente mostrar, não acabado, mas ao menos verdadeiro quadro historico da nossa Litteratura.¹³⁵

Eis o empreendimento: remontando ao “ estado do Brasil depois de seu descobrimento” – e seguindo a “marcha” da evolução, através da pesquisa do espírito que a preside – mostrar um “verdadeiro quadro histórico da nossa Literattura.” Revela-se aqui uma das componentes comumente apontada, entre outras, como integrante da estética romântica: a aproximação do texto escrito da arte pictórica, através da descrição minuciosa de “cenas”, referindo-se ao texto como um “quadro”.

Cabe lembrar, contudo, que se comumente tal correlação se estabelece principalmente a partir da consolidação do gênero “romance” em fins do século XVIII, a aproximação entre *texto* e pintura faz-se presente desde as *poéticas* greco-latinas,

132FALCON, F.J.C. Historicismo: a atualidade de uma questão aparentemente inatual. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 4, 1997. p. 14 e ss. Ver, ainda, a Introdução deste nosso trabalho.

133MAGALHÃES, op. cit., p. 135.

134Ver nota 97.

135MAGALHÃES, op. cit., p. 135.

como se vê em Aristóteles, Cícero ou Horácio. A formulação *ut pictura poesis* – “a poesia é como pintura” – presente na Arte Poética de Horácio, segundo Adma Muhana¹³⁶, “única pragmática da poesia autorizada até os anos finais do século XV”, conjuntamente com a Arte retórica de Aristóteles, e ainda com as prescrições retóricas apontadas nas obras de Tesouro, Gracián ou Quevedo, estabeleceram os modelos e preceitos estilísticos e de composição, até, pelo menos, o século XVIII, quando ainda é notada, por exemplo, a recorrência às tópicas (ou *topoi*, esquemas de argumentação atuantes na produção dos diferentes discursos, também caracterizados como “lugares-comuns”) – fundamentando as concepções e composições das chamadas “Belas Letras”¹³⁷. Uma destas prescrições, por exemplo, é a da imitação (*imitatio*), que, desvalorizada filosoficamente por Platão, em *A República* (que entendia que se as coisas do mundo sensível são cópias das idéias, as cópias das coisas mantêm-se duplamente afastadas da verdade), foi alçada a prescrição de caráter operacional pela “poética” aristotélica:

Para Aristóteles, a imitação efetuada na poesia imita a natureza tanto no sentido de que é oriunda de um agente, o poeta, que por meio de sua ação faz uma coisa, o poema; como no sentido de que esta coisa consiste ela mesma na imitação de homens em ação (“os que imitam imitam homens em ação”), imitação esta que se denomina poesia. Com isso, Aristóteles rejeita a noção de que a imitação consiste numa cópia em segundo grau da natureza, para afirmá-la uma representação.¹³⁸

Ponto de referência obrigatório para a estética, somente no século XVIII com a fundamentação da sensibilidade romântica, o preceito da imitação será rejeitado:

136MUHANA, Adma. **Poesia e pintura ou pintura e poesia**: tratado seiscentista de manuel Pires de Almeida. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002. p. 12.

137Sobre o assunto, além do trabalho acima citado, conferir também da Prof.^a Adma Muhana, **A epopéia em prosa seiscentista**: uma definição de gênero. São Paulo: Unesp, 1997. Além destes, ver: HANSEN, J. A. *Ut Pictura Poesis* e verossimilhança na doutrina do *conceito* no século XVII. In. **Para Segismundo Spina**: língua, filosofia e literatura. São Paulo: Edusp/Illuminuras, 1995. p. 201-214; BARTHES, Roland ; BOUTTES, Jean-Louis. Lugar-comum. **ENCICLOPÉDIA EINAUDI**, vol. 11: oral /escrito-argumentação. Lisboa:Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. 266-277.

138MUHANA, A. **A epopéia em prosa seiscentista**, op. Cit. p. 38-39.

Todos os protagonistas do pensamento estético romântico aproximam a arte da natureza, compreendendo ambas como forças activas e criadoras, e insistem não na reprodução de uma realidade inerte dada de antemão mas na actividade criativa do artista análoga à criatividade da natureza.¹³⁹

Ou, como diria Manzoni em 1823,

o que os românticos combatiam é o sistema de imitação, que consiste em adotar e tentar reproduzir o conceito geral, o ponto de vista dos clássicos, o sistema que consiste em reter, em qualquer gênero de invenção, o modelo que eles adotaram, os caracteres que lhe imprimiram a disposição e a relação das diversas partes, a ordem e o progresso dos fatos, etc.¹⁴⁰

Vale a pena notar que, a partir de então, impôs-se uma nova referência de criação artística, bem como de apreciação da arte, que, desvalorizando o preceito da *imitatio*, tal como a entendiam os “antigos”, cria uma noção de autor como *gênio criador*, “expressão de uma consciência auto-reflexiva e autonomizada de preceitos” retóricos.¹⁴¹

A diferença entre a aproximação realizada a partir da estética romântica – da qual Magalhães é tributário – daquela efetuada pelos procedimentos retóricos em termos da idéia de natureza, e imitação, talvez resida, mesmo, numa relação de identidade entre gênio romântico, natureza e arte, agora entendida como força produtora, ou devendo constituir-se assim, caracterizando-se como a própria expressão da natureza. Ou, como dizia Leopardi, “o poeta não imita a natureza: é a natureza que fala dentro de si e através da sua boca.”¹⁴²

O objetivo de Magalhães de produzir um verdadeiro “enquadramento” histórico da literatura brasileira, a partir “da marcha do desenvolvimento intelectual” remontando ao “descobrimento”, deixa entrever, também, a recorrência a uma concepção linear de tempo, ou de uma perspectiva histórica, segundo expressão de G.

139VELOTTI, Stefano. Imitação. CARCHIA, Gianni; D'ANGELO, P. **Dicionário de estética**. Lisboa: Edições 70, 2003. p. 203.

140MANZONI, Alessandro. “A imitação”. In. GOMES, A. C. VECHI, C. A. **A estética romântica: textos doutrinários comentados**. São Paulo: Atlas, 1992. p. 107.

141HANSEN, A. *Ut Pictura Poesis...* op.cit., p. 204.

142VELOTTI, S. op. cit., p. 204.

J. Whitrow¹⁴³, que vinha se consolidando tanto no estudo da história quanto no amadurecimento do romance oitocentista e que, ao associar a idéia de história às noções de evolução, progresso e nação, contribuiu para o estabelecimento de uma história caracterizadamente romântica, voltada, devotadamente, ao Estado-nação. História que projetava um futuro – desejado, da grandeza da Pátria –, justificando-o a partir de uma mecânica entre passado e presente, sugerida pela sucessão dos próprios fatos: “Nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence.”¹⁴⁴

Neste sentido, e recorrendo à expressão do próprio Magalhães, pode-se dizer que “o tempo passa a sancionar as verdades”:

a historia e a memoria de recentes factos nos indicam, e o tempo, em sua marcha proseguindo (sic) irá mostrando aos homens qual é o destino, que a providencia tem marcado a este Imperio da America.¹⁴⁵

Ainda em relação à sua concepção de história e de história da literatura, é interessante ver o autor reiterar seu objetivo:

o nosso fim não é traçar a biographia chronologica dos Auctores Brasileiros, mas sim a historia da Litteratura do Brasil, que toda a historia, como todo o drama supõe lugar da scena, actores, paixoens, um facto progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa, e um fim. Sem estas condiçoens nem há historia, nem drama.

Tal orientação adequa-se aos preceitos tanto do historicismo, quanto da maturação do romance, aspecto abordado por Ian Watt em “A ascensão do romance”. Com aquilo que Watt chama de moderna noção de tempo, teria ocorrido “uma compreensão mais profunda da diferença entre passado e presente”, que se reflete, por exemplo, nos romances de Defoe:

143WHITROW, G. J. **O tempo na história**: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 165 e ss.

144MAGALHÃES, op. cit. p. 137

145Ibidem, p. 141.

[s]ua ficção é a primeira que nos apresenta um quadro da vida individual numa perspectiva mais ampla como um processo histórico desenrolando-se contra o pano de fundo dos pensamentos e ações mais efêmeros. É verdade que as escalas de tempo de seus romances às vezes são contraditórios em si mesmas e em relação a sua suposta ambientação histórica, mas o simples fato de existirem tais objeções certamente constituiu um tributo à maneira de como o leitor sente o arraigamento das personagens na dimensão temporal.¹⁴⁶

A relação entre História e Literatura, ou drama, como diz Magalhães, foi percebida também por Fielding, quando, em 1794, escreve em Tom Jones:

Embora tenhamos adequadamente intitulado em nossa Obra, uma História, e não uma Vida, tampouco uma Apologia, como está hoje em voga, ainda assim planejamos seguir o método desses Escritores que prometem revelar a Revolução dos Países. Isto é, não pretendemos imitar o doloroso e pesado Historiador, que, para preservar a Regularidade de sua Narrativa, imagina-se obrigado a preencher a mesma quantidade de Papel tanto nos Detalhes de Meses e Anos nos quais nada de notável ocorreu quanto com aquelas notáveis Eras nas quais as mais significativas Cenas foram encenadas no palco da Humanidade.¹⁴⁷

Assim, o enredo se configura a partir de uma consciência de tempo e de historicidade, implicando a seleção dos elementos sobre os quais a trama, ou o drama, deve *evoluir*. Para Magalhães, o mesmo procedimento que afetava a literatura produzia a história, estabelecendo as condições fundamentais para sua enunciação: “lugar da cena”, “atores”, “paixões”, “um fato progressivo, que se desenvolve, que tem uma causa e finalidade”. Enfim, um movimento portador de ação.

Com relação a isto ainda, podemos lembrar mais uma vez, as observações de Manzoni, que, alocado entre Defoe e Magalhães, escrevia em 1823, em uma “Carta a M. C. sobre a unidade de tempo e de lugar na tragédia”:

Por unidade de ação não se quer dizer, certamente, a representação de um fato simples e isolado, mas sim a representação de uma seqüência de acontecimentos ligados entre si. Ora, será arbitrária esta ligação entre diversos acontecimentos que os deixa transparecer como uma ação única? Certamente que não; senão a arte não teria fundamento na natureza e na

146WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 24. Ver também a parte 1.2. deste nosso trabalho.

147FIELDING apud ROCHA, João César de Castro. “História”. In. JOBIM, J. L. (org.). **Introdução ao romantismo**, op. cit. p. 36.

verdade. Existe portanto este elo, e ele está na própria natureza de nossa inteligência. É, com efeito, uma das faculdades mais importantes do espírito humano a de captar, entre os acontecimentos, as relações de causa e de efeito, de anterioridade e de consequência que as ligam; de restabelecer, num único ponto de vista, e como que unicamente pela intuição, diversos fatos separados pelas condições do tempo e do espaço, isolando-se os outros, que só lhe dizem respeito por coincidências acidentais...¹⁴⁸

Reaparece, neste ponto, a função do artista ou, melhor, do “homem de letras”:

Que faz, então, o poeta? Ele escolhe, na história, acontecimentos interessantes e dramáticos que sejam tão fortemente ligados um ao outro e tão frouxamente com os que os precederam e sucederam que o espírito, vivamente tocado pela relação que mantêm entre si, se compraz em criar a partir daí um espetáculo único e se esforça avidamente em perceber toda a extensão, toda a profundidade desta relação que os une, em desenredar tão completamente quanto possível essas leis de causa e efeito que os governam.¹⁴⁹

O que não se deve esquecer, no entanto, é que tanto a história, quanto o romance, o drama ou tragédia, referidos acima, pertencem muito mais ao conjunto das Belas Letras, ainda presente até nos inícios do século XIX, do que a uma noção moderna de literatura ou de história, que promoveria o distanciamento entre ambas. Talvez a utilização de uma nova percepção de tempo tenha, mais tardiamente, inclusive, contribuído para isto.¹⁵⁰

Se ao *Ensaio* foi outorgado o posto de “primeira boa síntese de nossa história literária”¹⁵¹, parece que tal lugar era ambicionado pelo próprio autor, que tanto reconhecia o caráter de ineditismo de sua tarefa e as dificuldades para sua execução diante das exíguas fontes, quanto reconhecerá a sua plena realização, mais tarde, em 1865, quando da reedição de seu texto, agora designado como *Discurso*:

148MANZONI, A. Carta a M. C. Sobre a unidade de tempo e de lugar na tragédia (excerto)(1823). In. LOBO, Luíza(org.). **Teorias poéticas do romantismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 259.

149Idem.

150Ver: WHITE, Hayden. “Historicismo, história e a imaginação figurativa” e “Ficções da representação factual”. **Trópicos do discurso**, op. cit., p. 117-136 e 137-151, respectivamente. Sobre a noção de Belas Letras, cf. ABREU, Márcia. Letras, belas-letas, boas letras. In. BOLOGNINI, Carmen Z. **História da literatura**: o discurso fundador. Campinas: Mercado de Letras, Associação de leitura do Brasil(ALB)/São Paulo: Fapesp, 2003. p. 11-69.

151AMORA. op. cit., p. 102

trabalho que empreendemos no entusiasmo da juventude com o fim de chamar a atenção da mocidade brasileira para o estudo dos documentos esquecidos da nossa limitada glória literária, a excitá-la ao mesmo tempo a engrandecê-la e relevá-la com novos escritos originais, que mais exprimissem nossos sentimentos, religião, crenças e costumes, e melhor revelassem a nossa nacionalidade.

Tivemos a fortuna de ver bem depressa realizar-se a nossa patriótica idéia (...)¹⁵²

Se as dificuldades para a pesquisa provinham da quase inexistência das fontes a consultar (pois “mesquinhos e exparsos”(sic) eram os documentos), faz-se interessante notar as observações de Magalhães em relação ao material por ele citado. Na ausência de documento *local* (pois, “nenhum nacional, que nós conheçamos, ocupado se tem até hoje com tal objecto”), refere-se o autor aos “estrangeiros” que “alguma coisa disseram”: Bouterwech (sic), Sismonde de Simondi (sic) e Ferdinand Diniz (sic)¹⁵³:

O primeiro apenas conhecia Claudio Manoel da Costa, de quem alguns pedaços apresenta, o segundo inteiramente pauta-se sobre o primeiro; e a menção, que faz de alguns Brasileiros fora mesmo excluída do plano de sua obra sobre a Litteratura do meio-dia da Europa, si n'ella não entrasse como um apêndice á historia da litteratura Portugueza. No resumo da historia Litteraria de Portugal, e Brasil, por M. Ferdinand Diniz, posto que separadas estejam ellas, e por ventura mais extenso desenvolvimento esta ultima offereça, com tudo, basta uma vista d'olhos para ver-se que ainda longe está de ser completa, servindo apenas para dár uma ideia a estrangeiros. Eis tudo o que sobre a Litteratura do Brasil se tem escripto.¹⁵⁴

Mencionando os chamados estrangeiros, posteriormente designados como os precursores da história literária brasileira¹⁵⁵ e apontando-lhes as insuficiências, Magalhães tendia a marcar o seu próprio lugar e importância, lançando-se como o

152MAGALHÃES, Advertência ao *Discurso...* op. cit. p. 11.

153Magalhães está se referindo a Friedrich Bouterwek (1765-1828), autor de uma monumental *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit seit dem ende des 13. Jahrhunderts* (História da Poesia e da Eloquência desde o Fim do século XIII), publicada entre 1801 e 1819 em 12 volumes, sendo que o quarto livro, de 1805, se ocupava da literatura portuguesa (História da Poesia e da Eloquência Portuguesa); Sismonde de Sismondi (1773-1842), autor de *De la Littérature du Midi de l'Europe*, de 1813 e Ferdinand Denis (1798-1890), autor, entre outros, do *Résumé de l'histoire Littéraire du Portugal*, suívi do *Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*(1826). Cf. CÉSAR, Guilhermino (org.). **Introdução. Historiadores e críticos do romantismo**: a contribuição européia; crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978. p. IX-LVII.

154MAGALHÃES, *Ensaio...*op.cit. p. 136.

155MOREIRA, M. ^a E. Os europeus. **Nacionalismo literário e crítica romântica**. Porto Alegre: IEL, 1991. p. 24-47.

fundador do discurso acerca da historiografia literária brasileira – como já falamos antes.

Cabem aqui, porém, algumas indagações. Bouterwek, além de escrever sobre Cláudio Manuel da Costa, também falou sobre Antônio José da Silva, de quem desconhecia o nome, referindo-se apenas a sua alcunha, o *Judeu*. Em relação ao árcade mineiro, transcreve alguns versos, que serão reutilizados nos textos de Sismondi e de Denis. A menção ao texto de Sismondi, que teria tratado a (suposta) literatura brasileira como mero apêndice da literatura portuguesa, não apresenta muita pertinência, uma vez que o texto é de 1813, portanto anterior ao evento da emancipação política do Brasil. Em *De la Littérature du Midi de l'Europe* novamente são comentados Cláudio Manuel da Costa e Antônio José da Silva, o *Judeu*, e mais Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Escrevendo justamente durante a invasão das tropas napoleônicas a Portugal, Sismondi termina a menção ao Brasil, apontando sua riqueza natural e trazendo à tona uma das questões que, mais tarde, iria se transformar num dos problemas para o nacionalismo literário – a língua e sua vinculação a Portugal:

no mais aprazível dos climas e no mais rico dos solos, fundaram [os portugueses] uma colônia que ultrapassa doze vezes a superfície da antiga mãe-pátria; para lá transportaram hoje a sede de seu governo, sua marinha e seu exército; acontecimentos de todo imprevistos conferem à nação outra juventude e novas energias; e não estarão próximos os tempos em que o império do Brasil venha a produzir, em língua portuguesa, dignos sucessores de Camões?¹⁵⁶

Em relação a Ferdinand Denis, as coisas se complicam ainda mais. Considerado por alguns como o fundador da crítica e da historiografia literárias no Brasil – em detrimento da posição ocupada por Magalhães – Denis publicou seu *Résumé de l'histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* dez anos antes da publicação do *Ensaio sobre a Historia da Litteratura do Brasil*, sendo que a sua influência – inegável – apenas não se faz maior porque Magalhães parece

156DE SISMONDI, S. De la littérature du midi de l' Europe (excertos). In. CÉSAR, Guilhermino (org.). **Historiadores e críticos do romantismo**, op. cit. p. 26.

insistir em não reconhecê-la, identificando-a como um *panorama* “apenas para dar uma idéia a estrangeiros”. Muitas das questões-chave do *Ensaio* já eram antecipadas no *Resumo* como, por exemplo, o tratamento da literatura brasileira independente da literatura portuguesa:

foi efetivamente o primeiro a tratar do nosso processo literário como um todo orgânico. Tal preminência cronológica não teria, porém, maior importância, se não houvesse Denis contribuído de fato para despertar tendências, aprofundá-las, sugerir insubmissão aos modelos da Europa, enfatizar a necessidade de nos apegarmos um pouco mais efetivamente ao país, por via adesão (que apregoava indispensável) à temática do Indianismo. E foi isso o que ele fez, perseverantemente, conscientemente, ao aconselhar que nossos autores olhassem mais para dentro de si mesmos e procurassem estudar cuidadosamente a natureza americana, o nosso barbarismo, o nosso primitivismo, em busca de características originais inexploradas.¹⁵⁷

Embora observe que o “início da literatura brasileira não data de época muito recuada” e aponte para a extremada dificuldade de se determinar a “verdadeira origem” desta literatura - “já que a separamos, por alguns instantes, da literatura portuguesa” – Denis marca-lhe o começo com “alguns imperfeitos relatos do século XVI”, ainda que se faça impossível descobrir poetas, aqui, “antes do princípio do século XVII”¹⁵⁸.

Se comparado com Bouterwek e Sismondi, e como possível resultado de sua vivência de três anos em terras brasileiras, de 1816 a 1819¹⁵⁹, Denis expande consideravelmente o número de autores comentados, demonstrando maior intimidade com as Letras da América portuguesa. Apresentando uma “Visão sumária de alguns poetas dos séculos XVII e XVIII”, cita Bento Teixeira Pinto, Bernardo Vieira Revasco, Manuel Botelho de Oliveira, João de Brito de Lima, Luís Canelo de Noronha, Salvador de Mesquita, Martinho de Mesquita(?), Francisco de Almeida,

157CÉSAR, G. (org.). op. cit. p. XXXII-XXXIII.

158DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil (1826). In. CÉSAR, G. (org.). op. cit. p. 41.

159ROUANET, **Eternamente em berço esplêndido**...op. cit. ; BAREL, op. cit. ; Sobre Denis ver, ainda: ZILBERMAN, Regina. Ferdinand denis e os paradigmas da história da literatura. **Desenredo**: Revista do Programa de pós-graduação em Letras da UPF, Passo Fundo, v.2, n.1, jan./jun.2006. p. 137-147.

Manuel da Costa, João Mendes da Silva, José Pires de Carvalho e Albuquerque, Pedro Nolasco ferreira, Gonçalo Soares de Franca, D. Rita Joana de Sousa.¹⁶⁰ Estabelecido o cânon, comenta o autor:

Sem dúvida, a maior parte dos autores que acabo de citar não podem aspirar a grande renome literário; mencionei-os, apesar disso, porque atestam os primeiros esforços da nação brasileira a bem das letras, e assinalam um ponto de partida que é sempre curioso observar.¹⁶¹

Impunha-se, assim, desde daquele momento, portanto, a noção da nacionalidade em prol das Letras, ou das letras em função do *ser nacional*. Se a qualidade literária é questionável, a presença justificava-se/justifica-se em função do aspecto político: são autores *brasileiros*, de nascença.

Denis ainda cita o “desditoso” Antônio José e comenta, longamente, os “poemas épicos” *Caramuru*, de Santa Rita Durão, e *O Uruguai*, de Basílio da Gama, poemas fundamentais para o estabelecimento de um cânone romântico na primeira metade do *Oitocentos*, além de mencionar o poema “Quitúbia”, também de Basílio da Gama e “Trípoli”, de Francisco Cardoso.

Entendendo que a obra de Gonzaga divide-se em duas partes, Denis considera que a “segunda oferece maior interesse”, uma vez que o autor “escreveu-a para iludir os desgostos da prisão”. O autor do *Resumo* reprovava o “reiterado emprego de metáforas sugeridas pela mitologia”, bem como a utilização, por Gonzaga, “de formas da poesia pastoril difundidas por Fontenelle”:

tudo isso pouco convém ao poeta brasileiro, habitante de regiões onde a natureza mais ostenta esplendor e majestade. Seja como for, Gonzaga é um poeta nacional; reproduzidos por toda parte, seus cantos enchem de vida as solidões mais remotas do Brasil.¹⁶²

160Como observam ZILBERMAN e MOREIRA, grande parte dos historiadores oitocentistas atribuíram equivocadamente a Bento Teixeira, além da autoria das obras *Diálogos das Grandezas do Brasil* e *Relação do Naufrágio*, o nome de Bento Teixeira Pinto. In: ZILBERMAN, R.; MOREIRA, M. E. **O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 108-109.

161DENIS, op. cit. p. 45.

162Ibidem. p. 66 e ss.

Afinado com os preceitos da crítica romântica, que não se comprazia com os preceitos retóricos, fundamentais para a poética até partes do século XVIII, ainda assim Denis, apesar de condenar os “excessos” de Gonzaga (pois “deve-se exprobar” no poeta “o reiterado emprego de metáforas sugeridas pela mitologia, e de formas da poesia pastoril”¹⁶³), dizia, “Gonzaga é um poeta nacional.”

Crítica semelhante é endereçada a Cláudio Manuel da Costa, “um dos mais notáveis escritores que existiram no Brasil”. Para Denis, ainda que as poesias de Cláudio Manuel da Costa gozem de “justa celebridade”, seu estilo “talvez se tenha tornado demasiado europeu nas suas metáforas; suas églogas se nos afiguram submissas às formas poéticas impostas pelos séculos anteriores, como se os habitantes das campanhas do Novo Mundo devessem desencavar imagens semelhantes às anteriormente usadas”¹⁶⁴, provocando justamente aquilo que a estética romântica, principalmente aquela devotada ao Novo Mundo, mais condenaria: o abandono da “cor local”. Cabe ressaltar que esta avaliação de Denis sobre os árcades mineiros criou *fortuna*, mantendo-se impregnada durante muito tempo nas leituras sobre os chamados poetas mineiros¹⁶⁵. Dos poetas fala ainda de Sousa Caldas e de Dinis da Cruz e Silva que, embora “não tenha nascido na América, colocá-lo-ei aqui, entre os poetas que honram o Parnaso brasileiro”. Denis, que neste caso rejeita o critério do nascimento como definidor do pertencimento à nação, justifica sua escolha:

A natureza do Novo Mundo inspirou-lhe formosos trechos, conhecidos sob o nome de *Metamorfoses do Brasil*. Graças à sua brilhante imaginação, as mais graciosas ou deslumbrantes produções da América Meridional lhe sugeriram felizes alusões, preciosas sempre para a poesia. Vê-se que pretendeu seguir, ao percorrer aquelas paragens, os passos de Ovídio; mas em nada imitou, todavia, o seu modelo, no concernente às ficções mitológicas. O diamante e o topázio, a tejuca, a clícia, ou a rosa dos bosques ditaram ao poeta fábulas encantadoras.¹⁶⁶

163Ibidem. p. 66.

164Ibidem. p. 69

165Sobre uma reavaliação de Tomás Antônio Gonzaga, cf. : POLITO, Ronald. Um coração maior que o mundo: Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial. São Paulo: Globo 2004. Sobre as “recepções” das Cartas Chilenas, ver o instigante estudo de Joaci Pereira Furtado, Uma república de leitores: história e memória na recepção das *Cartas Chilenas* (1845-1989). São Paulo: Hucitec, 1997.

166DENIS, op. cit. p. 70.

O Resumo de Denis exige bem mais que “uma vista d'olhos para ver-se que ainda esta longe se ser completa”, uma vez que perpassa por toda a produção das Belas Letras.

Sugestivamente o autor francês nota que no Brasil “acha-se muito espalhado o gosto do teatro”, sendo que entre os atores “sobressaem muitos homens de cor, os quais se fazem notados, em geral, pela vivacidade do desempenho, pela expressão dos gestos e dos movimentos. São, por natureza, excelentes mímicos; a arte fará com que a assimilem os recursos da declamação”¹⁶⁷

Por fim, o autor, reiterando suas observações precedentes, mais uma vez chama atenção: “Os brasileiros terão verdadeiramente o seu teatro quando tiverem autores nacionais”.¹⁶⁸

Além de referir-se ao gosto pelo teatro – ainda que reconheça “que a arte dramática apenas engatinha” - e para a “propensão dos brasileiros para a música”, aponta aqueles que considera os “oradores e historiadores brasileiros” (Ângelo dos Reis, Ruperto de Jesus, Jacó de Andrade Velosino, Antônio de León – nascido no Peru, de país portugueses, autor de um *Epítome de la Bibliotheca Oriental y Occidental* –, Eusébio de Matos e Lourenço Ribeiro). Além destes, cita Manuel de Moraes, “o mais antigo historiador do Brasil” e Rocha Pita, “o homem mais notável, pela valia e número de seus títulos”, além de listar Azeredo Coutinho, “autor bem mais moderno”.¹⁶⁹

Antecipando as análises de um Benedict Anderson (ou justamente deixando entrever sua pertinência), Denis fechava suas ponderações, assinalando (estrategicamente, diríamos) tanto para a importância dos livros de Geografia e dos relatos de viagens – que “uma administração inquieta e desconfiada não permitiu jamais a publicação” – quanto para a importância das publicações periódicas “que se imprimem no Brasil.” Segundo o autor, fazia-se necessário “compreender o quanto

167Ibidem. p. 72.

168Idem.

169Ibidem. p. 77.

esse ramo de literatura pode influir num império nascente, onde as distâncias são tão difíceis de vencer, e se faz cada dia mais indispensável divulgar o que se passa nas principais Capitâneas”:

Para a literatura, e mormente para as ciências, seria muito conveniente a fundação de um jornal hebdomadário, onde se estampassem as memórias enviadas das províncias, ao lado das tradições orais que diariamente fossem recolhidas; por esse meio, não somente os produtos naturais seriam mais bem conhecidos, e o comércio se enriqueceria, mas redundaria também em se obterem informes do maior interesse a respeito dos povos selvagens que habitam ainda essa vasta porção da América do Sul. Os habitantes do interior vêm incessantemente ao litoral realizar suas trocas; conviria interrogá-los, e não desprezar nenhuma tradição interessante, mesmo quando não agrade inteiramente ao homem instruído.¹⁷⁰

Detectando o “fato verdadeiramente notável” da influência da literatura francesa sobre “a dos brasileiros”, Jean-Ferdinand Denis, ou simplesmente Ferdinand Denis, é, assim, considerado *um* dos fundadores da crítica e da historiografia literárias no Brasil. Precursor de Taine, Denis, enfatizando as descrições da paisagem tropical, publicou o *Resumo da História Literária do Brasil*, anexo à obra *Resumo da História Literária de Portugal*, em 1826, após percorrer o Brasil – entre 1816 e 1819. Antecedido em sua *história* por Friedrich Bouterweck e Simonde de Sismondi, Denis caracterizar-se-ia como o primeiro autor a analisar a produção das letras no Brasil sem atrelá-las necessariamente ao amplo conjunto da literatura portuguesa, apontando para a necessidade em se realizar a “independência literária do Brasil”.¹⁷¹

Declarando “que a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo”, Denis chamava a atenção para a influência e importância da cultura francesa sobre o Novo Mundo:

fato verdadeiramente notável é a influência que nossa literatura exerce hoje em dia sobre a dos brasileiros. Orgulham-se estes dos autores que fixaram a sua língua; mas lêem os poetas franceses, conhecendo-os a quase todos. O papel que nos cabe desempenhar nesse país é significativo, e se os ingleses têm, mais do que a nós, a influência comercial que em toda a parte lhes

170Ibidem. p. 78.

171RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil** (1830-1870). São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 87.

caracteriza atividade, devemos contentar-nos com ver uma nação esplendente de juventude e de engenho afeiçoar-se às nossas próprias produções, e estreitar através dos liames espirituais os que devem existir na ordem política.¹⁷²

Obra de influência seminal para os estudos oitocentistas de uma suposta história literária brasileira, o *Resumo da História Literária do Brasil*, contribuiu para a própria trajetória desta historiografia, incitando outros trabalhos – como, por exemplo, o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, do Cônego Fernandes Pinheiro, de 1873 –, e que traçaram um cânone das letras no Brasil.

“Romântico do ponto vista temático”, segundo a expressão de Guilhermino César¹⁷³, Denis busca, em seu texto, produzir um panorama sobre a produção literária, sem, contudo, prender-se a uma periodização rigorosa. Após elaborar as “considerações gerais” – que se apresentam como um verdadeiro programa a ser seguido, para que fossem estimuladas e cultivadas as belas-artes autenticamente nacionais –, Denis entende que é “completamente ocioso pretendermos descobrir poetas, antes do princípio do século XVII, que tenham merecido honrosa citação”.

O autor francês propõe comentários que sugerem sua concepção de história literária e, principalmente, seu entendimento sobre a literatura brasileira, ou aquilo que deveria ser, ou vir-a-ser, esta literatura:

Os americanos não têm feito sempre sentir em suas produções o influxo da natureza que os inspirou; antes da Independência, parecia até pretenderem olvidar a própria pátria para pedir à Europa um quinhão da sua glória. Agora, que têm necessidade de fundar sua literatura, repito: ela deve ser original.¹⁷⁴

Para melhor avaliar sua posição, vale a pena recuperar as já comentadas “Considerações”, nas quais aponta para a importância do conhecimento da história, além de deixar entrever sua própria concepção. Cabe lembrar aqui mais uma vez,

172DENIS, op. cit. p. 41.

173CESAR, G. op. cit. p. 28.

174DENIS, op. cit. p. 47

também, que o *Resumo* surgiu em anexo ao *Resumo da História da Literatura de Portugal*. A princípio isto poderia supor vinculação entre as duas, como anteriormente aparecia em Boutewerk e Sismondi. Contudo tal vinculação não existe ao longo da exposição do *Resumo*, insistindo, sim, na autonomia da ex-colônia.

Com isto, Denis insiste no aspecto da necessidade da originalidade da literatura brasileira. O “caráter original” associa-se, como aponta Moreira, ao ser nacional:

é esse critério que diferencia uma nação da outra, individualiza-a num conjunto maior. Logo, para criar uma literatura nacional é necessário trazer para o texto os elementos particulares do país: a natureza, a história, as personagens primitivas.¹⁷⁵

Neste sentido, entende-se, por exemplo, o tratamento dispensado aos poemas épicos citados anteriormente. Para o autor, ambos constituíam-se em próceres das letras brasileiras, pois apresentariam a “cor local”, ainda que em Durão o “estilo não houvesse correspondido à concepção” e em Basílio, ainda que a concepção não primasse pela originalidade, o estilo apresentava-se como correto, tornando-se “mais interessante pelas particularidades poéticas do que pela impressão que possa causar.”¹⁷⁶

A análise de Denis transita entre os critérios temático e estilístico e pauta seu programa na suposta originalidade, resultante das “particularidades” do país. Disto decorreria a relevância dos poemas citados: ambos possuíam a marca do “caráter nacional”. Eis a chave: daí decorre toda a leitura de Ferdinand Denis acerca do passado literário brasileiro. A partir disso valorizam-se autores e obras que, supostamente, apresentariam a marca desta originalidade, cultuadores das particularidades do país – e garantia para a autonomia, tanto literária quanto política. A partir daí estabelecer-se-iam critérios para a constituição de uma possível historicização da nascente produção literária nacional, bem como – e a par disto – tais

175MOREIRA, Maria Eunice. **Nacionalismo literário e crítica romântica**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1991. p. 35.

176DENIS, op. cit. p. 58.

critérios funcionariam (e funcionaram) – para o estabelecimento de um cânone desta mesma produção.

Se tal orientação, ou leitura, não deixa de estar livre de possíveis anacronismos, também não está menos sujeita a um movimento reiteradamente teleológico, avaliando o passado a partir de um vir-a-ser, de uma carga de sentidos que, não poucas vezes, extrapolam este mesmo passado, lendo-o tão somente a partir , mesmo, deste vir-a-ser.

Ao “inventar” o passado literário brasileiro, procurando apontar o lugar dos autores dos séculos XVII e XVIII, a partir do critério “originalidade”, Denis estabelece o princípio para a própria prática da produção literária, ou para a tarefa dos escritores, além de definir o preceito para a história e crítica da literatura do período. Como lembra Moreira, fazia-se necessária a “nacionalização da literatura”. Acrescente-se: fazia-se necessário nacionalizar o passado literário.

Tal movimento implicava, parece-nos, uma via dupla: ao nacionalizar-se a literatura e a história, reiterava-se a própria expressão do ser nacional. O jovem país, recém emancipado, portador de uma “cor local”, de características mesológicas e raciais próprias e diferentes das do Velho Mundo, possuía e deveria possuir sua própria feição histórica; disto derivaria esta mesma originalidade: da sua “cor” ou “particularidade” derivaria sua “fertilidade”.

Enfim, sintetizemos o papel do estudioso francês recorrendo à precisa caracterização da prof.^a Maria Eunice Moreira:

Ferdinand Denis se transforma em seu próprio legislador; como historiador, organiza o passado literário, através de um arranjo cronológico, mas também estético; como legislador, determina caminhos a serem trilhados por aqueles que desejam criar uma literatura através de criações originais. São essas idéias que não só garantem a sua circulação e influência junto aos românticos brasileiros, como se transformam em questões a serem refletidas e trabalhadas por essa mesma geração.¹⁷⁷

177MOREIRA, op. cit., p. 37.

Ferdinand Denis, ao lado de Almeida Garrett, acabou por se constituir numa das leituras fundamentais dos românticos brasileiros. Ao partir dos preceitos da estética romântica – “seguindo as concepções de Madame de Staël e de Schlegel”, conforme nos lembra Moreira¹⁷⁸ – o autor estimulava a necessária independência literária brasileira.

A efetivação do programa literário de Denis – de *nacionalizar* a literatura – ou ao menos sua repercussão, parece inegável. Basta apenas, por exemplo, lembrar-se do *Instinto de Nacionalidade* de Machado de Assis, publicado quase meio século depois do texto de Denis, em 1873. Ainda que não se refira diretamente ao autor francês, Machado de Assis cita diferentes leitores de Denis, reportando-se a questões suscitadas pelas sugestões de *Resumo*. Em primeiro lugar – e de maneira explícita – está a própria relação entre literatura e nacionalidade, tão propagada por Denis.

Para finalizar, convém retomar o início do próprio texto de Denis, pensando-o em relação ao texto de Magalhães.

O autor iniciava sua explanação, justamente, pelas “Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no Novo Mundo”, incitando à independência das letras, tal como à independência política. Cabia ao poeta inspirar-se nas paisagens locais para, a partir daí, obter o “caráter original da literatura brasileira”.

A América, estuante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos com ela mesma; nossa glória literária não pode sempre iluminá-la com um foco que enfraquece ao atravessar os mares, e destinado a apagar-se completamente diante das aspirações primitivas de uma nação cheia de energia.(...)Se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se se penetrarem da grandeza que ela oferece, dentro de poucos anos serão iguais a nós, talvez mais nossos mestres. Essa natureza, muito favorável aos desenvolvimentos do gênio, esparze por toda parte seus encantos, circunda os centros urbanos com os mais belos dons(...).¹⁷⁹

Magalhães, reconhecendo a origem portuguesa, ou européia, da literatura brasileira – da qual “não se pode lisongear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira educação, que tão mesquinha foi ella” - reconhece, também, a existência de

178Ibidem, p. 33

179Ibidem. p. 36-37.

um “instincto occulto, que em despeito da educação, o dirige.” Tal “instincto” equivale ao próprio “Gênio Brasileiro”, gênio que, em consonância com a *cor* pátria, ou a particularidade *local*, garante a originalidade para esta literatura:

o que dá realce, e nomeada a alguns dos nossos Poetas não é certamente o uso destas ficções; mas sim outro genero de bellezas naturaes, não colhidas nos livros, mas que só a Pátria lhes inspirará. (...) O homem collocado diante de um vasto mar, ou no cume de uma alta montanha, ou no meio de uma virgem e enmaranhada floresta, certo, não poderá ter os mesmos pensamentos, as mesmas inspiraçoens, como se elle assistisse aos olympicos jogos, ou na pacifica Arcadia habitasse.¹⁸⁰

Assim, em acordo com Denis sobre a necessidade de revelação do Gênio – resultado de um meio (natural) peculiar, Magalhães aponta para outra componente, para ele fundamental, e que, no seu entendimento, daria a base da literatura que se autonomizava:

Alem destas materiaes circuntancias, variaveis nos diversos paizes, que assaz influem sobre a parte descriptiva, e character da paysagem poetica; um elemento há , sublime por natureza, poderoso por sua inspiração, variavel porem quanto a sua forma, que é a base da moralidade Poetica, que empluma as azas ao Genio, que o abala, e o fortifica, e ao travez do mundo physico até Deos o eleva; este elemento é a Religião.¹⁸¹

Cioso da importância da história – pois “estudar o passado, é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar”¹⁸² – Magalhães lembra-se deste “esquecimento” do sentimento religioso, autêntico, e sua implicação no “instincto”:

si sobre taes pontos meditassem um só instante os primeiros Poetas Brasileiros, certo que logo teriam abandonado esta Poesia estrangeira, que destruia a sublimidade de sua religião, paralisava-lhes o Genio, e os cegava na contemplação de uma Natureza grandiosa, reduzindo-os afinal a meros imitadores. Não elles nãa meditaram , nem meditar podiam; no principio das cousas obra-se primeiro, depois reflecte-se. (...) o instincto porem guiou-os; e posto que lentamente, as encarnecidas montanhas da Europa humilharam-se diante das sempre verdes e alterosas montanhas do Novo Mundo(...)que os vindouros vates Brasileiros achem no puro céo de sua Patria um sol mais luminosos que Phebo, angelicos Genios, mais sublimes que Picredes, que os inspirem.¹⁸³

180MAGALHÃES, op. cit., p. 147-148.

181Ibidem. p. 148.

182Ibidem. p. 145.

183Ibidem. p. 148-149.

Uma natureza sublime, reveladora da particularidade, aliada ao sentimento religioso autêntico: eis a possibilidade da emergência da literatura brasileira e do seu caráter original.

Como, segundo a visão de história do autor, o tempo sanciona verdades, “mostrando aos homens qual é o destino, que a Providencia tem marcado a este Imperio da America”¹⁸⁴, certo de que “jamais uma Nação poderá prever o futuro, quando ella não conhece o que ella é, comparativamente com o que foi” (uma vez que o “Povo que se olvida a si mesmo, que ignora o seu passado, como o seu presente, como tudo o que em sí se passa, esse povo ficará sempre na immobillidade como o Imperio Indo-Chinez)¹⁸⁵, Gonçalves de Magalhães, em diálogo novamente com Denis, conjectura acerca daquilo que poderíamos designar como uma *nova conjuntura* histórica: a aproximação da nova nação brasileira de uma política e cultura *outras*, agora francesas, diferentes, portanto, do período que “jazeo de baixo da cadeira de ferro, em que se recostava um Governador colonial com todo o peso de sua insufficiencia, e de sua imbecillidade”¹⁸⁶:

Se compararmos o actual estado da civilisação do Brasil com o das anteriores epochas, tão notavel differença encontramos, que cuidar-se-hia que entre o passado seculo, e o nosso ao menos um seculo madiára (sic). Devido é isto á causas, que ninguem hoje ignora. Com a expiação do dominio Portuguez, desenvolveram-se as ideias. Hoje o Brasil é filho da civilisação Franceza; e como Nação é filho desta revolução famosa, que balançou todos os thronos da Europa, e repartio com os homens purpura , e os sceptros dos Reis.¹⁸⁷

Magalhães estabelece uma curiosa relação histórico-filosófica para esta mesma literatura: sendo *produto* da originalidade do reconhecimento da natureza tropical, conjuntamente com o apego ao sentimento religioso, verdadeiro e *representante* do civilizacional – obra de “invenção, gênio e nuvidade” – cabia-lhe encontrar a autenticidade. Graças à Revolução Francesa, e em alinhamento à cultura francesa,

184Ibidem. p. 141.

185Ibidem. p. 144-145.

186Ibidem. p. 138.

187Ibidem. p. 149.

estava, agora, posta a possibilidade histórica da jovem nação, e de sua literatura – e seus gênios –, revelarem-se ou serem revelados: “Sem a Revolução Franceza, que tanto esclareceu os povos, este passo tão cedo se não daria. Com este facto uma nova ordem de cousas abrio-se para o Brasil.”¹⁸⁸

Ainda que inibidos pela opressão portuguesa – pois “em flor morriam” –, ou pairando no esquecimento – “que provêm da Lingoa em que escreveram, que tão pouco conhecida é o Idioma Luso na Europa”¹⁸⁹ –, ainda assim, gênios sempre tivemos, sempre guiados pelo amor à Pátria. Assim, e como “toca ao nosso seculo restaurar as ruinas, e reparar os erros dos passados seculos”, fíndada a vinculação a Portugal, mas não a vinculação com a cultura européia, e como as “epochas da Historia do Brasil são como especies de contra pancadas, ou echos dos grandes fastos modernos da Europa”, terminava uma “primeira epocha da Historia do Brasil.”¹⁹⁰

A partir disto, Magalhães projetava duas “distinctas partes” para a compreensão da história brasileira: a primeira, compreendendo os séculos XVI, XVII e XVIII e a segunda, “o curto espaço(...)de 1808 até os nossos dias que decorre”. Desta periodização, entendia que tão-somente a partir do século XVIII é “que se abre a carreira Litteraria no Brasil”. No século XVI, “que é do descobrimento, nenhum escriptor existio de que noticia tenhamos.” No século XVII, “debaixo dos auspicios da Religião”, surgem alguns poetas e prosadores, sendo, contudo, “tão minguada, que apenas serve para a historia.” Finalmente, o século XIX:

com mudanças, e reformas politicas, que tem o Brasil experimentado, nova face Litteraria apresenta. Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até alli desconhecida, é a ideia e Patria.¹⁹¹

Utilizando-se de um “tom didático”, bem estruturado, Magalhães, ao terminar uma “vista geral sobre a historia da Litteratura do Brasil”, e apontando para a pedra-de-toque do indianismo (sugerindo que “talvez” a poesia indígena “tivessem ellas de

188Ibidem. p. 150.

189Ibidem. p. 144.

190Ibidem. p. 150.

191Ibidem. p. 152.

influir sobre a actual Poesia Brasileira, como os canticos do Bardo da Escossia sobre a Poesia do Norte da Europa, e hoje, harmonisando seus melancolicos accentos com a sublime gravidade do Christianismo, em toda Europa dominam”¹⁹²) que marcaria os autores posteriores – questionava-se: “Pode o Brasil inspirar a imaginação dos Poetas? E os seus indigenas cultivaram por ventura a Poesia?” A par disso, o autor promete a descrição, e analyse dos escriptores brasileiros, o que acaba por não fazer.

Magalhães encerra seu *Ensaio* retomando uma das discussões-chave da estética romântica, a da querela entre antigos e modernos, marcada pela oposição entre os classicismos – com a manutenção dos preceitos retórico-poéticos, e da autoridade daí advinda – e o Romantismo, com a busca da originalidade da obra, assegurada pela genialidade do artista:

si até hoje a nossa Poesia não offerece um character inteiramente novo e particular, é que os Poetas, dominados pelos preceitos, atados pela imitação dos Antigos(...)não tiveram bastante força para despojarem-se do jugo dessas leis, as mais das vezes arbitrarías, da quelles, que arrogam o direito de torturar o Genio, arvorando-se Ligisladores do Parnaso.(...) Convem estudar os Antigos, e os modellos dos que nas diversas composições poeticas se avantajaram, mas não escravisar-se(...) Como nós estudamos a historia, não com o único fito de conhecer o passado, mas sim tirar lições para o presente, assim no estudo do que chamamos modellos não nos devemos limitar a sua reprodução imitativa. (...)a nossa convicção é, que nas obras de genio o único guia é o genio, que mais vale um vô arrojado deste, que a marcha refletida e regular da servil imitação.¹⁹³

Se o diálogo com Ferdinand Denis é maior do que o próprio Magalhães gostaria de admitir, cabe também perceber que o *Ensaio* resente-se de uma ausência: falta, aparentemente premeditada, de qualquer referência a Almeida Garrett (1799-1854).

Autor de também um bosquejo, da *História da Poesia e Língua Portuguesa*, editado em Paris, no mesmo ano do texto de Denis, 1826, Garrett se notabilizou pelo exacerbado espírito nacionalista, marcadamente romântico:

192Ibidem. p. 157.

193Ibidem. p. 158-159.

Julgo haver prestado algum serviço à literatura nacional em oferecer aos estudiosos de sua língua e poesia um rápido bosquejo da história de ambas. Quem sabe que tive de encetar matéria nova, que português nenhum dela escreveu, e os dois estrangeiros Bouterwek e Sismondi incorretissimamente e de tal modo que mais confundem do que ajudam a conceber e ajuizar da história literária de Portugal; avaliará decerto o grande e quase indizível trabalho que me custou este ensaio. Não quero dá-lo por cabal e perfeito; mas é o primeiro, não podia sê-lo. Além de que, a maior parte das idéias vão apenas tocadas, porque não havia espaço em obra de tais limites para lhe dar o necessário desenvolvimento.¹⁹⁴

As mesmas observações que Magalhães apresenta em bosquejo, Garrett faz dez anos antes. Incluindo-se aí, inclusive, o uso das mesmas, e exíguas, fontes “estrangeiras”.

Garrett apresenta uma história literária de Portugal em seis épocas, precedidas de um capítulo acerca da origem da “nossa língua e poesia”. Iniciando sua descrição em fins do século XIII, vai até o XIX, comenta na “quinta época” – a da restauração das letras em Portugal – iniciando do “meio do século XVIII”, que, a partir da obra dos poetas Cláudio Manuel da Costa (a quem o Brasil deveria contar como seu primeiro poeta, segundo o autor) Fr. José Durão, Gonzaga, José Basílio da Gama e Antônio José, “começa[va] a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros”.¹⁹⁵

Ainda que lhes reconheça algum valor literário, Garrett, na melhor avaliação romântica, condena-os pela imitação dos modelos herdados do velho continente e pela renúncia da cor local:

Certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece: a educação européia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades.¹⁹⁶

194GARRETT, A. Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa (1826). In. ZILBERMAN ; MOREIRA, op. cit., p. 28.

195GARRETT, op. cit. p. 56 e ss.

196Ibidem. p. 56-57

Como já notado, crítica presente tanto em seu coetâneo, Denis, quanto reiterada, uma década depois, pelo poeta brasileiro.

É curioso perceber a falta da referência a Garrett no texto de Magalhães. Primeiro, porque o autor português reconhece a existência de uma literatura brasileira. Depois, porque é sabido que ambos ficaram próximos, mantendo laços de amizade, em Paris¹⁹⁷. O que permite supor que Magalhães não desconhecera a obra do escritor português.

Ainda neste sentido, cabe uma ressalva. Sérgio Buarque de Holanda, em texto anteriormente já citado, sobre o centenário de *Suspiros Poéticos e Saudades*, se equivoca ao comentar uma menção de José Veríssimo, de que Magalhães deveria ter seguido os conselhos do *Bosquejo* de Garrett:

É infundada (...) a suspeição [de] José Veríssimo, de que Magalhães tivesse lido as palavras de Garrett quando este disse, e não sem um estreito e injusto exclusivismo, estimar que os brasileiros escolhessem temas nacionais para os versos e abandonassem o rouxinol pelo sabiá, a lebre pela cotia e as rosas e jasmims pelas "alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafeeiro". A verdade é que o conselho de Garrett aparece somente em 1846 no *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, publicado dez anos depois do *Discurso* de Magalhães.¹⁹⁸

Todavia, ainda que o historiador brasileiro se engane com o ano de publicação do texto de Garrett, nos abre um caminho para especularmos a sua falta no *Ensaio*, ou *Discurso*, do romântico brasileiro.

Voltemos à citação original do próprio Garrett:

quisera em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores de país onde os situou. Oh! E quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro! Se essa amável, se essa ingênua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso, — que saltasse pelos montes espessos a cotia fugaz como a lebre da Europa, ou grave passeasse pela orla da ribeira o tatu escamoso, — ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém dos roxos martírios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafeeiro; que pintura, se a desenhara com sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga!¹⁹⁹

197 CÉSAR, G. (org.). op. cit. p. XXXVI.

198 HOLANDA, S. B. de. op. cit. p. 361.

199 GARRETT, op. cit. p. 57-58.

Suspeita plausível a de Veríssimo. Contudo, mostra-se justificável a ausência de Garrett no texto de Magalhães. Garrett falava a mesma língua de Magalhães, a fala da originalidade de um “ser nacional”, contudo falava a partir de um lugar a ser evitado, ou mais, negado. Seu discurso, sendo português, remetia aos laços que, aqui, se buscava evitar. Como, então, tornar legítima a observação de um autor – talvez mesmo o *primeiro* – a apontar e condenar o excesso de *européismo* dos poetas brasileiros? Como lhe conceder a rubrica de fundador de uma reflexão que o próprio Magalhães buscava instaurar? Se os pretensos românticos visavam estabelecer a particularidade e autonomia da literatura brasileira – através do rompimento com as letras portuguesas – não poderia ser concedido a um autor português a *invenção* de um passado para a literatura *brasileira*, creditando-lhe a avaliação sobre esta mesma literatura. Enfim, não se poderia permitir-lhe participação na *fundação* desta história literária.

Fazia-se necessário romper com o passado de dependência, e por isso, como já visto, a exaltação da aproximação com a França, por parte de Magalhães. Por isto a escolha do marco de 1808 como momento de inauguração de uma nova fase histórica. Evento originário daquilo que Garrett buscava, justamente, condenar, histórica e politicamente, conclamando o patriotismo português contra o jugo napoleônico, condenando esteticamente através da denúncia do mal da *galomania* predominante na língua e letras de Portugal.²⁰⁰

Arriscamos dizer que esta ausência – nem sempre percebida – mas aparentemente premeditada por parte de Magalhães, implica um dos aspectos mais interessantes de sua proposta. Talvez resida aí um dos aspectos mais encarecidamente românticos da do seu “magro Discurso”.²⁰¹

O documento de Magalhães, mais que lançar as bases para uma possível historiografia literária, nos deixa entrever as perspectivas, mesmas, dessa

200GARRETT, op. cit. p. 61. Sobre Garrett e a história portuguesa, ver: TORRALBA, Luis Reis et al. **História da história em Portugal**, séculos XIX-XX. Lisboa: Temas & Debates, 1998. (particularmente cap. 1 e 2).

201Expressão de José Veríssimo. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929. p. 205. Texto originalmente publicado em 1916.

historiografia. Seu texto busca, antes de mais nada, marcar seu próprio lugar, ou marcar um lugar próprio, reiterando questões fundamentais de/para seu tempo, promovendo-se, além do próprio conteúdo programático que veicula, através da leitura que faz (Denis, por exemplo) – ou omite (Garrett) – de outros intérpretes. Em todo caso, um texto *fundante* para o entendimento das mazelas que, inevitavelmente, acompanham qualquer presente na sua tentativa em se apropriar do passado. Um documento, portanto, que se revela justamente no diálogo que estabelece, ou silencia, com outros textos da mesma natureza. Interessante lembrar, apenas, que o discurso que lançava, ou pretendia lançar as bases do nacionalismo literário, legitimando-se através desta intenção, se deixa melhor apreender na relação com o discurso do francês Denis ou no “esquecimento” – que promove – do português Garrett. Ou, ainda, mesmo, na apropriação que sofrerá na leitura do chileno Santiago Nunes Ribeiro na incipiente crítica/historiografia literária, marcando o início de sua *fortuna crítica*.

2. AS HISTÓRIAS, ENTRE A CRÍTICA E O ROMANTISMO

2.1. O instituído e o criado: em busca de uma história da literatura brasileira

Na antropologia americana e na história literária, porém, nas quais não se podem dispensar especiais conhecimentos etnológicos e lingüísticos à moderna, na primeira; e capacidade filosófica, intuição crítica, faculdades estéticas de concepção e de forma, na segunda, o papel de Varnhagen é demasiado secundário e apagado.(...) Na esfera da história literária do Brasil, os méritos do autor reduzem-se à reedição de composições de poetas nossos, tiradas de parnasos, antologias e seletas anteriores, e às biografias desses poetas. (...)Lido e relido o insignificante *Ensaio* de Varnhagen, vê-se que não contém uma só idéia teórica, e não adianta nada ao que já se sabia, depois dos trabalhos de Bouterweck, Sismondi, Ferdinand Denis, Barbosa Machado, Januário da Cunha Barbosa, Almeida Garrett, J. M. da Costa e Silva, Joaquim Norberto, Santiago Nunes Ribeiro, Abreu e Lima, Pereira da Silva e outros.

(Sílvio Romero e João Ribeiro, **Compêndio de História da Literatura Brasileira**, 1906).

É pela sua obra de historiador e de grande erudito que Varnhagen merece, e tem, um distinto lugar na história da nossa literatura, da qual foi o criador e permanece o alicerce ainda inabalado.(...) Foi com efeito o primeiro que investigou com capacidade de erudito e um critério que é essencialmente o mesmo da nossa posterior história literária, as nossas origens literárias, e fez das nossas letras a exposição mais cabal e exacta que até então se fez.(...) No *Florilégio* assentou, em bases que não foram ainda sensivelmente modificadas, a história da nossa literatura. Nas 54 páginas do “Ensaio histórico sobre as letras no Brasil”, que vem como introdução desse precioso livrinho, acham-se pelo menos indicados o critério etnológico como elemento das investigações da nossa literatura e da sua mesma inspiração, o elemento indígena americano como concorrente nela, as origens imediatas ou o primeiro impulso da poesia e do teatro no Brasil, a necessidade de serem nossos poetas sobretudo americanos, o interesse da poesia popular, a correlação dos fenômenos mentais com sucessos históricos e outros que muito posteriormente seriam trazidos á como novidade da ultima hora.

(José Veríssimo, **História da Literatura Brasileira**, 1916.)

Varnhagen é reconhecidamente o fundador da historiografia literária brasileira, a ela dedicando o mesmo espírito de investigador sério e o mesmo método científico por ele aplicado na historiografia geral.

(Afrânio Coutinho, **A Tradição Afortunada**: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira, 1968)

Precusores, fundadores, instituidores, iniciadores, nativistas, nacionalistas, críticos medíocres e/ou rudimentares são, entre outras, algumas das designações conferidas aos *homens de letras* que escreveram acerca de questões vinculadas à história da literatura brasileira, no período compreendido entre 1826 e 1870, para nos mantermos entre a publicação da obra de Denis e a chamada “Geração de 70”, geração

que pode ser caracterizada pelos escritos, e polêmicas, da chamada “grande tríade crítica”²⁰², composta por Romero, Araripe Júnior e Veríssimo. Geração que intencionalmente buscou a renovação dos estudos literários, tanto da crítica quanto da historiografia, e que nesse afã contribui, inclusive, para uma certa desqualificação da produção que a antecede, aquela da chamada crítica romântica.

Neste sentido, quando nos deparamos com diferentes avaliações empreendidas sobre aquela produção, sejam das últimas duas décadas do século XIX, sejam do século XX, faz-se visível uma espécie de visão teleológica – ou finalista – que supõe que os debates posteriores, inclusive de questões próprias ao *novecentos* já se apresentavam, em determinado grau, naqueles textos e que, portanto, problemas relativos a dada época se encontrariam, ainda que em germe, em períodos anteriores. Da mesma maneira, e, talvez, em consonância com a perspectiva anterior, vemos avaliações etapistas/evolucionistas, que supõem que a produção anterior é apenas uma fase de preparação para etapas subseqüentes e/ou mais avançadas ou desenvolvidas. O que portanto se dá – de uma ou outra forma – ambas tendencialmente anacrônicas, é instauração de um tipo de avaliação que recorre a elementos estranhos à própria perspectiva que se pretende compreender e que, assim fazendo, rejeita a própria possibilidade da compreensão, uma vez que a produção estudada é justificada em função de princípios que lhe são estranhos.

Parece-nos que uma via mais interessante de aproximação com estes escritos apresenta-se de forma bastante *primária*: seguindo a pista, já referenciada, dada por Antonio Candido, “é conveniente um esforço de determinar o que eles próprios diziam a respeito; de que modo exprimiam as idéias que sintetizamos e interpretamos.”²⁰³ Em outras palavras, lê-los sem recorrer a uma sistematização prévia; sem, por exemplo, rotulá-los de antemão; simplesmente buscar entendê-los dentro de seu tempo e a partir das questões que seus próprios autores levantaram. Ao invés de abordá-los como resultantes da inspiração romântica, ou proto-nacionalistas, ou pré-científicos, ou etc., parecer-nos-ia mais arrazoado, ao menos do ponto de vista historiográfico, buscar,

202O termo é utilizado por Luciana Stegagno-Picchio. op. cit. p. 261.

203Ver nota 3.

perceber, então, os “porquês” destas designações e suas implicações.

Por certo a recorrência às diferentes sistematizações que se voltaram sobre o período que estamos tratando faz-se imprescindível. Nossa ressalva, como estamos argumentando, diz respeito à concordância em relação a determinadas explicações que acabam, digamos, por resumir autores/obras/programas num, e às vezes, único, prefixo ou categoria. Todavia tal trabalho de fixação é/foi responsável por criar certas “tradições” interpretativas – e que se expressam, por exemplo, nas histórias “gerais” da literatura – às quais se deve voltar sempre, inclusive para reavaliá-las e/ou para entender os seus mecanismos de atuação. Mecanismos a que se pode referir, por exemplo, quando lembramos que se a história e a crítica literária, através de seus programas, categorias e avaliações, foram – e continuam sendo – responsáveis pela efetuação ou denegação de obras/autores, também podem ser – e já foram – objeto destas mesmas ações.

Assim, caracterizemos as Histórias da Literatura – e/ou seus *programas* – como *discursos fundadores*, uma vez que, conjugando noções de *instauração* e *filiação*, projetam *sentidos*, promovendo articulações entre *memória* e *tradição*, funcionando como referência básica no imaginário constitutivo da nação.²⁰⁴ Cabe lembrar, com Eni Orlandi, que “no *fundacional* há necessidade de *filiar-se* a uma memória política, legitimar-se, reivindicar a fundação”.²⁰⁵

Segundo Orlandi,

[o] que o caracteriza como fundador (...) é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra (...). Instala-se outra “tradição” de sentidos nesse lugar (...) Instala-se uma nova filiação. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua memória.²⁰⁶

Ou, em outras palavras, parece que todo o passado ocorreu em função, ou na perspectiva, do presente. É como se tudo anteriormente tivesse existido, ou ocorrido,

204Idem. p. 23

205ORLANDI, op. cit., p. 13.

206Idem.

para que este momento presente viesse a ocorrer. Assim, o passado passa a existir em função do próprio presente:

Essa é também uma das características do discurso fundador: a sua relação particular com a *filiação*. Cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim (...). O fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação.²⁰⁷

Em outros termos, estas Histórias – implicando naquilo que Michel Foucault nomeia de *instauração de discursividade* – possibilitam a formação de outros textos, sendo redesenhadas por estes mesmos textos, bem como pela historiografia posterior, seja em relação àquilo que se mantém ou reitera da narrativa (ou interpretação) primeira, seja em termos daquilo que se lhe opõem ou negam.

Nesse sentido, Eni Orlandi sugere tratar os enunciados dos discursos fundadores como *lugares de memória*, na mesma acepção dada por Pierre Nora – de lugar de encarnação eletiva da memória, resultantes do embate, em relação ao passado, entre a própria memória e a história²⁰⁸:

Como diz P. Nora, o desaparecimento rápido de nossa memória nacional (e ele fala dos franceses) pede um inventário dos *lugares* em que ela se encarnou eletivamente e que, pela vontade dos homens ou o trabalho dos séculos, ficaram como seus mais claros símbolos: festas, emblemas, monumentos e comemorações, mas também louvações, arquivos, dicionários e museus.

Nós acrescentaríamos: enunciados, como os dos discursos fundadores, aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido: diga ao povo que eu fico, quem for brasileiro siga-me, *libertas quae sera tamen*, independência ou morte, em se plantando tudo dá etc.(...) São espaços da identidade histórica: é memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima.²⁰⁹

207Idem., p.14-16.

208Ver nota 47, na Introdução deste trabalho.

209ORLANDI, op.cit., p. 11-13.

Como salienta a autora, os enunciados ecoam e reverberam efeitos da história. Produzem, portanto, arriscamos dizer, *efeitos de realidade*. Neste sentido e ainda que a autora não esteja pensando em textos de caráter historiográfico, e/ou seus enunciados, podemos nos utilizar de suas observações – que se voltam para matéria simbólica contida nas lendas e mitos e que promovem, através de *gestos de interpretação*, explicações para a origem do país, servindo como referência na construção da memória nacional – para refletirmos a respeito destes textos, sua natureza e *lugar*. É a própria autora quem sugere:

(...) o discurso fundador pode ser observado em materiais discursivos de diferentes natureza e dimensão: enunciados, mitos, lendas, ordens de discurso, mecanismos de funcionamento discursivo etc. Fica assim aberto a possibilidade de se explorarem materiais de quaisquer natureza e dimensão. O que define o discurso fundador, a nosso ver, não são esses materiais, mas a sua historicidade(...): a ruptura que cria uma filiação de memória, com uma tradição de sentidos e estabelece um novo sítio de significância.²¹⁰

Assim, se a noção de discurso fundador é capaz em si, de muitos sentidos, dentre os quais o que liga a formação do país à formação de uma ordem de discurso que lhe dá uma identidade, cabe observar, também, que uma das suas características, o de sua *função fundadora*, decorre dos próprios discursos que sobre ele decorrem e lhe apontam tal *lugar*, definindo-o²¹¹. Perceba-se que o que interessa não é apenas, ou fundamentalmente, o caráter *punctual* do discurso fundador, mas sim, e também, a incidência de outros discursos que sobre ele se realiza. O que permite que se avenge que, para a *problematização* e compreensão do discurso historiográfico e sua tradição – ou tradições –, tão importante quanto sua *origem* são as *leituras* que sobre ele investem e lhe marcam, inclusive e muitas vezes, seu *lugar*. Neste sentido, cabe ressaltar: a) um dado discurso acaba por ser inseparável das leituras que sobre ele incidem; b) ambos, discurso e suas *leituras*, que também se notabilizam como discurso, e que devem ser perseguidos a partir das suas próprias especificidades, acabam por constituir relações, impondo *filiações, sentidos e significâncias*.²¹²

²¹⁰Ibid. p. 23.

²¹¹Ibid. p.18.

²¹²Ibid. p.23

Constituindo, enfim, uma noção de tradição, ou constituindo-se a partir desta noção, o discurso da história é inseparável do seu *lugar*, pois daí decorre a sua própria inteligibilidade. Há, portanto, um lugar a partir do qual se fala ou a partir do qual o discurso é enunciado e outro, *relacionado* ao primeiro, que é o lugar que se pode ocupar, resultante das *leituras* que se realizam sobre este mesmo discurso.

Somos impelidos, assim, a tratar as Histórias como um *lugar de memória*. Podemos, assim, retomando parte daquilo que já foi mencionado acima, referir--nos, sim, e de maneira em geral, ao(s) texto(s) historiográfico(s) como lugar(es) de memória, ao menos, da *própria* memória historiográfica, ou *de uma* memória historiográfica.

Diferentes perspectivas de abordagem sobre a história da literatura e da crítica brasileiras, promoveram diferentes leituras sobre esta historiografia, seus “marcos”, autores e obras. Os excertos postos como epígrafes no início do capítulo apontam para isso. Um mesmo autor, valorizado por uma ótica, pode ser desprezado por um outro ponto de vista, o que pode ilustrar as diferenças de “postura” dentro de uma época, bem como de épocas diferentes, além de revelar a eficácia – e possibilidade – da crítica em consagrar ou apagar determinados autores.

Levando-se em consideração os comentários das epígrafes utilizadas acima, percebe-se justamente dois “estilos” diferentes de caracterização acerca de um autor – no caso, Varnhagen, – e deixa entrever as conhecidas divergências entre os seus autores.²¹³

Talvez se possa dizer que Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) seja, mesmo, exemplar quanto ao que estamos aqui indagando. Exemplar no sentido de que refletiu acerca das questões literárias “nacionais”, bem como no sentido desta “apropriação” que sofre de seus “leitores”.

Varnhagen, que pertence a um *possível* cânone historiográfico brasileiro, autor da *monumental* – e primeira – *História Geral do Brasil*, publicada originalmente em dois volumes, em 1854 e 1857, dedicou-se, também, ao longo de sua trajetória, ao

213Sobre isto, ver: VENTURA, R., op. cit. p. 112-120, principalmente.

estudo da literatura, publicando, conseqüentemente, diferentes obras neste campo, tanto de crítica, quanto, propriamente, de história da literatura.²¹⁴ Desta produção, destaca-se o seu *Florilégio da Poesia Brasileira, ou Coleção das mais Notáveis Composições dos Poetas Brasileiros Falecidos, contendo as Biografias de muitos deles, tudo precedido de um Ensaio histórico sobre as Letras no Brasil*, cujos dois primeiros tomos foram publicados em 1850. Particularmente, para a discussão que corre, interessa-nos este *Ensaio*.

Ainda que o campo de Varnhagen tenha sido o da história, e que sua *História Geral* tenha sido objeto de maior atenção por parte dos estudiosos, dada mesmo sua importância para o entendimento da escrita da história no Brasil, bem como para o reconhecimento acerca das representações das elites sobre o passado e a realidade brasileira e da constituição de referências para a constituição de uma idéia de nação no Brasil Império²¹⁵, ainda assim cabe lembrar que a discussão acerca da importância de seu nome para a escrita da história da literatura, no Brasil, decorre basicamente deste texto de 1850. Assim, se a posição de Varnhagen nos quadros da cultura brasileira está definida, como quer Hélio Lopes, pois “seu campo é o da história com incursões pelo terreno da literatura”²¹⁶, quando se trata de seu “lugar” na história da literatura, as discussões tendem a se tornar bastante interessantes.

Se caberá à chamada “clássica tríade crítica oitocentista”, composta por Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo, os debates em torno da constituição de uma história sistematizada da literatura brasileira, parece ter cabido a estes também a escolha de determinados “marcos fundacionais” para esta história, tanto no sentido da “origem” desta literatura, quanto com relação aos seus “melhores” intérpretes. Neste

214 Sobre o conjunto da obra de Varnhagen e sua classificação, ver: WEHLING, Arno. A obra: tentativa de classificação. In. **Estado, história e memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 49-51, bem como a Bibliografia parcial de Varnhagen em. ODÁLIA, Nilo. **Varnhagen: história**. São Paulo: Ática, 1999. p. 24-30. Cf. tb.: ODÁLIA, N. Varnhagen e a historiografia brasileira. In. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Unesp, 1997. p. 9-105.

215 RICUPERO, Bernardo. No passado as bases da nação. Op. cit., . p. 113-151.

216 LOPES, Hélio. O ficcionista e o crítico. In. **Letras de Minas e outros ensaios**. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 177.

sentido, as observações, tanto de Romero quanto de Veríssimo, postas em epígrafe, apresentam-se admiráveis.

Romero, no seu *Compêndio de História da Literatura Brasileira*, obra escrita em colaboração com João Ribeiro e publicada em 1906, tece seu comentário quando trata dos historiadores da fase romântica do século XIX, 1830-1880, no capítulo relativo às *Fases Evolutivas da Literatura Brasileira*. Para o crítico, Varnhagen figuraria, se muito, ao lado de outros autores que, antes dele, ou ao seu tempo, buscaram refletir sobre a literatura brasileira e sua história. Vale a pena repetir parte da citação, principalmente naquilo que se refere à introdução de seu *Florilégio*, o *Ensaio histórico sobre as Letras no Brasil*, e a constituição de um possível cânone dos “iniciadores” da historiografia literária brasileira:

Lido e relido o insignificante *Ensaio* de Varnhagen, vê-se que não contém uma só idéia teórica, e não adianta nada ao que já se sabia, depois dos trabalhos de Bouterweck, Sismondi, Ferdinand Denis, Barbosa Machado, Januário da Cunha Barbosa, Almeida Garrett, J. M. da Costa e Silva, Joaquim Norberto, Santiago Nunes Ribeiro, Abreu e Lima, Pereira da Silva e outros.²¹⁷

Faz-se necessário também anotar que o mesmo teor de crítica já aparece anteriormente no próprio *Compêndio*, quando é apresentado o *Sentido Teórico da Literatura Brasileira*.

De certo tempo a esta parte, é de notar a insistência com que se tem andado, com evidente preocupação, a proclamar Varnhagen o *criador da literatura brasileira!*... Criador... como e porquê? Se a própria história geral, Varnhagen não a criou, como poderá ter criado a história da literatura? Varnhagen não fez mais do que, sem plano, sem sistema, sem doutrina, sem filosofia, sem análise, sem síntese, escrever meia dúzia de *biografias* destacadas de poetas e escritores e a *introdução* da seleta a que pôs o nome de *Florilégio da Poesia Brasileira*: pouco mais fez do que repetir Barbosa Machado, Januário Barbosa, Norberto Silva, Pereira da Silva e outros mais.²¹⁸

A implicância com o nome de Varnhagen é justificado, bem como se apresenta

217ROMERO, Sílvio ; RIBEIRO, João. *Compêndio de História da Literatura Brasileira* (1906). Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001. p. 305.

218ROMERO ; RIBEIRO, op. cit., p. 69.

a influência da concepção do próprio *Compêndio*:

Varnhagen não tinha capacidade teórica e filosófica, e pouco além ia de pesquisas puramente eruditas. Se fazer biografias e apurar datas e fatos anedóticos fosse criar história literária, não haveria livro mais fraco no gênero do que a *História da Literatura Inglesa* de Taine, porque ali o grande mestre nem faz biografias, nem apura questiúnculas bibliográficas.²¹⁹

Da mesma forma que se desabona Varnhagen, seu nome é alocado numa possível historiografia da literatura brasileira. Chama atenção como, na mesma obra, a avaliação é praticamente repetida:

Não é verdade que Varnhagen tivesse, como alguns têm afirmado, precedido Ferdinand Denis e Norberto Silva no tratar historicamente as coisas literárias brasileiras. Neste particular são-lhe não só anteriores os escritos de Barbosa Machado, Bouterweck, Sismondi, como os primeiros e decisivos de Ferdinand Denis, Norberto Silva, não falando já nos de Januário Barbosa, Almeida Garrett, Nunes Ribeiro, Pereira da Silva, Gonçalves de Magalhães e outros.²²⁰

Convém lembrar o caráter deste chamado *Sentido Teórico da Literatura Brasileira*, apresentado no *Compêndio*, em capítulo de mesmo nome, no qual, ao final da discussão, aparecem tecidas as críticas a Varnhagen. Tal sentido teórico voltava-se para o “problema teórico da evolução brasileira” – problema que “não se deixa resolver, como pensam alguns, só pela apreciação da maior ou menor importância que aos nossos próprios olhos tenhamos dado ao nosso país e a nós mesmos”.

Romero e Ribeiro apontam a ausência de critérios adotados por diferentes autores que se aproximaram da discussão.

É que os maiores ou menores gabos que nos mereçam a terra e seus habitantes, já o dissemos, as maiores ou menores censuras que lhes façamos, questão afinal do temperamento de quem escreve ou da feição do tempo em que vive, não são um critério rigoroso e completo de caracterização de nossa índole, como povo, em qualquer das esferas em que nos tenhamos exercitado.²²¹

219Idem.

220Idem.

221Ibidem, p. 67.

A forma mais eficiente de se acercar do problema é logo apresentada:

Evidentemente o problema se deixará melhor solver se se apelar para fenômenos mais peculiares e profundos, para fatores mais enérgicos e eficazes.

De que se trata? Nada mais nada menos do que definir o brasileiro, característico em face do português, cuja língua ele fala na América, cuja civilização ele representa no Novo Mundo. É um problema de diferenciação étnica em que têm colaborado durante séculos o *português*, o *índio*, o *africano* e o *clima*; e também a influência estrangeira, máxime francesa, principalmente pela indústria, pela arte, pela literatura de um século a esta parte. Deste imenso mestiçamento *físico* e *moral*, desta fusão de *sangues* e de *almas* é que tem saído diferenciado o brasileiro de hoje há de sair cada vez mais nítido o do futuro.²²²

Este “modo de ver” – estabelecido fundamentalmente por Romero e inspirado pelas correntes intelectuais da época – projetava no *meio*, na *raça*, e nas *correntes estrangeiras*, os fatores geradores de toda literatura, bem como das idéias e sentimentos do povo. Pretendia, assim, tanto estabelecer os “fatores diferenciadores da vida nacional”, através da formulação tanto de uma “doutrina étnica brasileira”, quanto de “leis de nosso desenvolvimento espiritual”.

Contudo, para os autores do Compêndio, este “modo de ver” não se fazia presente nas obras que tratavam da literatura brasileira e da “vida nacional”. Estariam, assim, ausentes, principalmente, do programa de Martius, o *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado em 1845, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou de *O Brasil Literário*, de Ferdinand Wolf, de 1863. Ambos, então, “lidos” como documentos valiosos para uma explicação sobre o Brasil; um, por seu caráter programático, que teria promovido o estudo de uma história nacional, e assim influenciado o próprio Varnhagen e, outro, por se tratar senão da primeira, de uma das primeiras histórias da literatura brasileira. Além disso, apontados pela crítica, como “influências” do próprio trabalho de Romero²²³.

Varnhagen – assim como Martius e Wolf – não teria apresentado em sua obra

²²²Ibidem, p. 67-68.

²²³A este respeito, ver: VERÍSSIMO, José. “Sobre alguns conceitos de Sílvio Romero” (1906). In. **Que é a literatura? e outros escritos**. São Paulo: Landy, 2001. p. 237-291. Ver, também, ROMERO, S. Zeverissimas inepcias da crítica (1909). In. **Autores brasileiros**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 501-587.

uma explicação para os fatores de diferenciação nacional. Dessa forma, e para arrematar sua crítica ao historiador, Romero e Ribeiro observavam que não coube ao autor da *História Geral* a devida atenção ao indígena como “fator” responsável pela fixação de uma literatura brasileira. Da mesma forma, os críticos – e lembrem-se aí os nomes apontados pelos autores – viam o índio apenas como um “tema”, característica justamente do Romantismo brasileiro e sua orientação indianista:

Não é também verdade que tivesse, como igualmente se tem dito, sido o autor da *História Geral do Brasil* quem primeiro tivesse contado o gentio entre os fatores de nossa literatura. *Esteticamente*, tinham-no feito antes dele algumas dúzias de poetas, *criticamente*, todos os autores acima citados. Cumpre advertir, finalmente, que o termo *fator* é mal empregado em relação a esses críticos e historiadores: estes consideraram sempre o *índio* mais como um assunto a ser tratado pela poesia e pelo romance do que como um *fator* da literatura.²²⁴

A discussão em torno do nome de Varnhagen é, antes de mais nada, reveladora das concepções desta crítica que se institucionaliza a partir dos últimos anos do século XIX – ligada a Geração de 70²²⁵ – e da sua própria postura em relação ao papel e lugar a desempenhar nesta história, principalmente por parte de Sílvio Romero. Como observa Roberto Ventura em *Estilo Tropical*:

A questão das prioridades e precedências assume grande importância, para Sílvio, devido à sua concepção literária evolucionista, pela qual o valor das obras e escritores depende da inserção na *evolução* cultural e da *representatividade* nacionalística e etnográfica. Daí as inúmeras discussões sobre quem precedeu a quem, e no quê. Castro Alves ou Tobias Barreto na poesia condoreira, inspirada em Victor Hugo? Varnhagen ou ele, Romero, na fundação da história literária? Martius, Wolf, Denis ou ele próprio na descoberta do critério etnográfico e da teoria da mestiçagem?²²⁶

224ROMERO; RIBEIRO. op. cit. p. 70. Acerca da questão do índio e do indianismo em Varnhagen, ver: PUNTONI, Pedro. “O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira.” In. JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 633-675.

225Sobre a “Geração de 70”, ver: BARBOSA, João Alexandre. Uma geração contestante. In. **A tradição do impasse: linguagem da crítica & crítica da linguagem em José Veríssimo**. São Paulo: Ática, 1974. p. 77-111; ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002 e SCHWARCZ, Lilia M. A década de 70 ou “um bando de idéias novas”. In. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 24-42.

226VENTURA, R. op.cit. p. 111.

O problema “Varnhagen” – chamemos assim – que supõe a “mágica varnhageana”, para usarmos a expressão de Romero, parece ter tido início com o ensaio *Gregório de Matos*, de Araripe Júnior, publicado, entre fevereiro e março de 1893 no *Jornal do Brasil*, então dirigido por José Veríssimo. No escrito, elocubrava Araripe:

Devo, entretanto, notar que Varnhagen é o pai de todas as idéias sugestivas que hoje circulam na história da nossa literatura. Foi ele o primeiro que lembrou a inclusão dos cronistas nessa história; foi ele ainda quem levantou a questão do acento nacional e do dialeto brasileiro.²²⁷

Cabe lembrar que a *História da Literatura Brasileira*, de Romero, havia sido publicada em 1888. Portanto, a menção é clara. Saudado como um trabalho renovador, criador da moderna historiografia literária no país, a *História*, de Romero, era agora – e certamente para desprazer de seu autor – vinculada às idéias do autor do *Florilégio*. Ressalte-se, ainda, que Romero, já em 1882, em sua *Introdução à História da Literatura Brasileira*, comentava sobre a insignificante contribuição dos autores nacionais para o desenvolvimento de uma historiografia da literatura: “A autores nacionais só devemos alguns ligeiros ensaios, pequenas monografias, noções destacadas de uma ou outra época de nossa literatura, ou análise por acaso de algum escritor predileto.”²²⁸ Varnhagen era aí incluído, numa longa lista dos chamados “principais”, que ia de Januário da Cunha Barbosa, com o *Parnaso Brasileiro*, de 1831 a Teixeira de Melo, autor de *Efemérides nacionais*, de 1881. O crítico sugeria, ainda, que a estes fossem acrescentados “escritos diversos” de, entre outros, José de Alencar, Machado de Assis, Araripe Júnior, Macedo Soares, José Veríssimo.

No caso de Varnhagen, Romero apenas cita autor e obra, sequer fazendo distinção ao *Ensaio* que precede o *Florilégio*. Apenas o livro de Ferdinand Wolf recebia maior atenção:

227ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. “Gregório de Matos”. In. *Obra crítica*, vol. 3, 1888-1894. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1960. p. 490. A menção a Varnhagen aparece em *A língua de Gregório de Matos*, no item 23 das Notas e Aditamentos.

228ROMERO, S. *Introdução à história da literatura brasileira* (1882). **Literatura, história e crítica**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 122.

o livro de Ferdinand Wolf, feito às pressas, não tem vistas teóricas; é um produto artificial e diplomático. O tom geral é ditirâmico, e, entre outros, os exageros sobre o merecimento de seu principal inspirador, Gonçalves de Magalhães, provocam hoje o riso. As obras de Bouterwek, Simondi, Ferdinand Denis e Garrett, escritas especialmente sobre a literatura portuguesa, são muito lacunosas no que respeita o Brasil.²²⁹

Desta mesma maneira, o texto foi reproduzido quando da edição da *História*, de 1888, sendo que o único acréscimo era dado ao título, *Trabalhos Estrangeiros e Nacionais sobre a Literatura Brasileira*, disposto na abertura do primeiro livro – *Fatores da Literatura Brasileira*.

Se o comentário de Araripe Júnior faz com que, subliminarmente, o leitor relacione a *História* de Romero ao nome de Varnhagen, o mesmo já não acontece com um outro texto, de 1902, de José Veríssimo, no qual o crítico saudava a reedição da *História da Literatura Brasileira*, de Romero, através da publicação de uma resenha intitulada *A História da Literatura Brasileira* do Sr. Sílvio Romero – texto que seria reeditado, em 1907, na 6.ª série dos seus *Estudos de Literatura Brasileira*.

Ainda que Veríssimo apontasse que a *História* de Romero não era como “um desses livros quase perfeitos e quase definitivos, um *standart book*, como os chamam os ingleses, de trabalhada erudição e sólida e coerente doutrina, nem, pela sua estrutura e composição, uma obra de arte”, ainda assim a descrevia como “um acontecimento literário de primeira ordem e como tal conserva todo o seu valor”.

Não é difícil, e já tem sido feito, apontar-lhe as contradições, as incoerências, as repetições, as incoerências, as repetições, as inexatidões de fato ou de juízo, os abusos de generalização, a carência de serenidade e imparcialidade crítica. Nada disto, quando fosse bem verificado, lhe tira, ou sequer diminui, o mérito próprio, que é, penso eu, aquele. Nem tudo o que lhe pôs o autor é novo ou original, apesar do seu manifesto e nem sempre legítimo desdém pelos seus antecessores na história da literatura brasileira(...).²³⁰

Sobre as procedências na escrita da história literária no Brasil, Veríssimo apontava para o *ponto* do “problema”:

229Idem, p. 123.

230VERÍSSIMO, José. A história da literatura brasileira (1902). In. **Estudos de literatura brasileira**, 6.ª série. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. p. 9-10.

A fonte de nossa história literária é a introdução de Varnhagen ao seu *Florilégio* da poesia brasileira. Foi ele quem lançou nessas páginas a primeira pedra do edifício não acabado de construir da história da nossa literatura, e mais que lhe acenou o critério geral. Wolff, Norberto Silva, Fernandes Pinheiro e outros não fizeram senão segui-lo, e se o desenvolveram, foi segundo o plano das suas indicações. E, senão pelo espírito filosófico e método crítico, pelo desenho geral, por inúmeras noções e informações, ainda a *História* do Sr. Sílvio Romero deriva da Introdução de Varnhagen, ao qual deve a nossa história literária mais outros preciosos subsídios.²³¹

A resposta de Romero, que apareceu em seu *Compêndio*, já foi transcrita ao longo deste texto. Como poderia Varnhagen ter criado a história da literatura, questiona Romero, uma vez que além da falta de análise e síntese, não possuía plano, sistema, doutrina ou filosofia?

O valor do minguado *Ensaio sobre as letras no Brasil*, que antecede o *Florilégio*, tem sido sem o mínimo critério exagerado, com fim especial de ferir a determinado historiador da pátria literatura.

É uma campanha do gênero da que atribui irracionalmente a Martius a doutrina da influência do mestiçamento das gentes brasileiras em nossa história e vida social, ou da que a dá graciosamente de presente a Fernando(sic) Wolf ...²³²

O “historiador da pátria literatura” parecia, assim, abandonar a crítica de viés objetivo e enveredar para um “defesa” com um tom carregadamente pessoal.

No mesmo ano de publicação do livro de Romero e Ribeiro, 1906, Veríssimo escreveu *Sobre alguns conceitos de Sílvio Romero*, no qual buscava se defender de acusações que lhe eram desferidas a partir do *Compêndio*. Ainda que a obra tivesse

231 VERÍSSIMO, op. cit. p. 11.

232 ROMERO; RIBEIRO. op. cit., p. 305. Cabe lembrar que Romero publicou em 1912, na Revista do IHGB, um ensaio sobre a obra de Martius – Carlos Frederico F. de Martius e suas idéias acerca da história do Brasil – e que constaria do 5.º volume, da edição póstuma da História da Literatura Brasileira, organizada pelo filho de Sílvio, Nelson Romero. Sobre Martius, diz Romero:

Antes de tudo, protestamos em honra da inteligência nacional, contra a afirmativa de ter sido aquele alemão quem - “nos ensinara como devíamos escrever a nossa história, seguindo um critério mais científico ou filosófico”.

Desgraçada coisa seria a mentalidade da nação brasileira, se tivesse precisado que Martius lhe viesse ensinar duas cousas trivialíssimas, que a tanto se reduzem as mais encomiadas idéias do tão afamado sábio:- a divisão do país por zonas, a necessidade de considerar as três raças que constituíram o povo!...

ROMERO, S. “Carlos Frederico F. de Martius e suas idéias acerca da história do Brasil.” **História da Literatura Brasileira**, vol. 5. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. p. 1522.

sido realizada em colaboração, Veríssimo perdoava qualquer responsabilidade de João Ribeiro:

O ataque, porém, estou intimamente convencido, é só do Sr. Silvio Romero, mais resoluto e desaforado que o seu eminente colaborador, que não terá talvez nele outra parte senão a resultante da relaxada solidariedade na publicação.²³³

Veríssimo parece também adotar o tom – pessoal – que notabilizara Romero:

É um fato absolutamente certo, e de fácil verificação, que em país algum, em literatura alguma, talvez nenhum autor se tenha tanto (não digo mais) citado a si mesmo como o Sr. Sílvio Romero. Dificilmente se lhe encontrará uma página em que Sílvio Romero não cite a Sílvio Romero, ou não lhe atribua esta ou aquela descoberta no campo da história literária, esta ou aquela teoria de crítica, este ou aquele critério filosófico. Jamais se viu um tão extraordinário caso de masturbação intelectual.²³⁴

Ainda sobre o seu impugnador, alertava Veríssimo:

Se não se emenda, é um candidato ao delírio de perseguição. Porque o Sr. Araripe Júnior, o mais benigno dos críticos, chamou a Varnhagen, no seu Gregório de Mattos, de criador da história da nossa literatura, porque eu, repetindo-o inadvertidamente, chamei ao nosso grande historiador de “instituidor da nossa história literária”, sem que nem do contexto das frases, nem do espírito dos nossos escritos, se pudesse concluir nenhuma intenção oculta de ferir alguém, o Sr. Sílvio Romero, entretanto, escreveu que era “de notar a insistência com que estes dois críticos, com evidente preocupação (?) andam a proclamar *Varnhagen o criador da história da literatura brasileira*.”²³⁵

A defesa de Veríssimo, se assim podemos chamar, prossegue, exemplarmente:

233VERÍSSIMO, Sobre alguns conceitos de Sílvio Romero, op. cit. p. 239.

De acordo com Luiz Antonio Barreto - que recentemente organizou as obras completas de Romero - coube ao autor da História da Literatura Brasileira, a redação de aproximadamente 70% do Compêndio. Além disto, o organizador informa que existem divergências entre a primeira e segunda edições de tal obra, lançadas, respectivamente, em 1906 e 1909. A de 1909 suprimiu as polêmicas. cf. BARRETO, L. A. Nota do organizador. In. ROMERO; RIBEIRO, op. cit. p. 7.

234VERÍSSIMO, op. cit. p. 241.

235Ibidem, p. 245.

(...)eu não chamei a Varnhagen (...) de criador da história da literatura brasileira; chamei-lhe, e continuarei a chamar-lhe, em que pese ao meu ex-amigo, de “instituidor da nossa história literária”(...). História da literatura de um país e história literária do mesmo não são, a meu ver, extatamente a mesma coisa(...).²³⁶

Continua o autor, argumentando sobre as diferenças entre história literária e história da literatura:

Há nas obras escritas de um povo uma cópia enorme de produções que fazendo parte da sua história literária, que é a história de quanto ele escreveu, ainda com interesse prático e sem mira de provocar uma emoção, ou de exprimir a beleza, e sem a generalidade que constitui a obra de pura literatura, não fazem parte da história desta. A história de uma literatura deve, penso eu, e parece-me esta é a compreensão comum, compreender somente o que é literatura(...)Foi sempre assim que considerei a literatura, e neste ponto desde o princípio me separei do meu mestre.²³⁷

Sustentando sua opinião de que Varnhagen foi o “instituidor” da história literária brasileira, “principalmente da história literária como a concebeu e realizou o Sr. Sílvio Romero na sua História da Literatura Brasileira”, Veríssimo se volta para a problemática das precedências. Para o contendor, a obra de Romero seria muito mais tributária das “locubrações” de Varnhagen do que das generalizações – “ainda desapoizadas de uma informação completa e exata” – de um Ferdinand Denis ou de um Norberto Silva:

O que eu quis e quero dizer, é que Varnhagen foi o primeiro que, depois de Barbosa Machado, um simples e desconchavado bibliógrafo, fez pesquisas e achados dos nossos documentos literários, suprimindo ou completando as lacunas do bibliógrafo português, e ao invés dos seus antecessores, que quase só da poesia se ocuparam(...) Sei perfeitamente (relevem-me o vitupério) o que antes dele fizeram Norberto e Silva e Fernando Denis, Bouterwek e Sismondi, etc. Mas o único deles talvez que tinha capacidades de erudito e não foi um simples repetidor, é inferior, pálido, e sem colorido em comparação da obra de Varnhagen sobre as nossas origens literárias.²³⁸

236Ibidem, p.249.

237Idem.

238Ibidem, p. 250.

Acusado de anacronismo por Romero – por antepor Varnhagen a Denis e Norberto Silva – Veríssimo atribuía a imputação como resultado da própria incompreensão do acusador. Contudo, lançava-se à justificativa do porquê de sua apreciação de Varnhagen, elaborando uma genealogia da historiografia literária brasileira e seus autores:

O mais antigo desses escritores é o alemão Bouterwek. Mas eu fico em dúvida se o Sr. Sílvio Romero o leu. Com efeito este autor não se ocupa, ainda passageiramente, da literatura brasileira. Apenas num capítulo *Resumption of an improved style in portuguese poetry* (conheço a obra de Bouterwek pela tradução inglesa, *History of spanish and portuguese literature*, London, 1823) ele se ocupa de Cláudio Manoel da Costa a quem, não obstante sabê-lo brasileiro de nascimento, pois o diz, trata mais de uma vez de *the portuguese poet*, sem a mínima alusão ao grupo brasileiro ou à sua nacionalidade literária.²³⁹

Seguindo Bouterwek, aparece Denis, que é comparado ao “simples e o desconchavado bibliógrafo” Barbosa Machado. Veríssimo aponta-o como o primeiro a oferecer “as tradições americanas como assunto da nossa poesia”:

E não só se refere ao índio e à sua contribuição possível para a nossa poesia, mas ao mestiço, do qual o Sr. Sílvio Romero, aliás, se proclama o descobridor.²⁴⁰

Antes de deter-se no *Ensaio sobre a história da literatura no Brasil*, de Gonçalves de Magalhães, Veríssimo faz menção ao nome de Norberto Silva e à introdução ao seu *Modulações Poéticas*, intitulado *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, de 1841, que diz não conhecer diretamente, dada a raridade da obra, informando-se dela através das citações referidas no livro de Ferdinand Wolf, *Le Brésil Littéraire*.

Em relação ao *Ensaio* de Magalhães, Veríssimo caracteriza-o como “apenas uma generalização extremamente curta e falha por falta de base ou qualquer informação positiva das nossas letras”. Transcrevendo sua caracterização dos séculos

239Ibidem, p.250-251.

240Ibidem, p. 251.

XVI (“nenhum escritor existiu que tenhamos notícia”) e XVII – que de produção tão minguada serviria “apenas” para a história” – observava o crítico: “Já se deixa ver que este outro precursor de Varnhagen não sabia ainda então nada do assunto(...): E são *tais historiadores* da literatura brasileira que o Sr. Sílvio Romero quer que eu anteponha a Varnhagen.”²⁴¹

Segundo Veríssimo, o papel de instituidor da história literária reservado a Varnhagen decorreria, entre outros, do fato de ter sido “quem primeiro investigou com capacidades de erudito e um critério crítico (...) as nossas origens literárias.” Critérios que não seriam tão desprezíveis, como denunciava Sílvio Romero, “pois no fundo é o mesmo deste senhor.”²⁴². Além disso, foi também “o primeiro” a se ocupar das letras “em seu todo”, diferentes de “seus antecessores”, que teriam se voltado mais à poesia. Atentou para a obra de “autores nacionais” e “portugueses abasileirados” – por residência e preocupações – “fossem poetas ou historiadores, cronistas, moralistas, viajantes, economistas, como faria o Sr. Sílvio Romero muitos anos depois.”

A sua introdução do inestimável livrinho que é o *Florilégio*, o “Ensaio histórico sobre as letras no Brasil, é, sem contestação aceitável, na ordem cronológica e na ordem espiritual (pois que nas coisas se ordem espiritual a data só não basta para estabelecer precedências) a primeira pedra solidamente assentada do edifício da nossa história literária, o núcleo em torno do qual ela se devia aglomerar e constituir, a célula de que ela se devia desenvolver, e que de fato se desenvolveu, do que ainda são prova os grossos volumes do Sr. Sílvio Romero.”²⁴³

O crítico – a quem, alguns mais tarde, Romero chamaria de “ignorantão e atrasado”²⁴⁴ – observava os pontos que justificariam a “precedência” da obra de Varnhagen: entre outros, o fato de documentar a existência de uma literatura brasileira quase autônoma; considerar a totalidade das letras e não somente a poesia; expor um critério etnológico como elemento das investigações da “nossa literatura” e, como fizera Denis, por reclamar a necessidade da originalidade americana. Além disso, teria

241Ibidem. p. 253-254.

242Ibidem. p.254.

243Ibidem, p.257.

244ROMERO, S. Zeverissimas inéptas da crítica (1909). In. **Autores brasileiros**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 509.

sido o primeiro a mencionar a poesia popular como elemento da literatura brasileira:

Quem fez isto antes de Varnhagen? Como já demonstrei, ninguém; e não merece sequer atenção a miserável coarctada do Sr. Romero de que Varnhagen não pode ser o fundador da nossa história literária porque se não ocupou da nossa literatura no século XIX. Para um professor de lógica, é estupenda a objeção.(...)

Felizmente para mim, o Sr. Sílvio Romero me não fará mal algum, nem me matará para ficar ele só o único crítico brasileiro. Como já dele disseram, aplicando-lhe o verso do outro, os mortos que ele mata continuam todos a passar muito bem.²⁴⁵

De acordo com Antonio Candido, há certo exagero de Veríssimo em conceituar Varnhagen como o verdadeiro fundador da história literária brasileira, “se o tomarmos com a intenção latente do crítico”, qual seja, a de “amesquinhar a obra de Sílvio.”²⁴⁶ Contudo, antes disto, ou mais que isto, parece que com a contenda, podemos justamente ilustrar aquilo que apontávamos antes, acerca das discussões como reveladoras das diferentes posturas e concepções da crítica.

De um lado, Romero vendo a literatura como uma das manifestações da atividade mental de um povo, tratando-a como um “conjunto de documentos humanos tomados ao vivo” e que e poderia assim “com proveito ser consultada como sintoma de seu progresso ou decadência”²⁴⁷. Romero, para quem “a arte pela arte” seria “um sonho populacional de maníacos”²⁴⁸

De outro, Veríssimo, comungando um conceito mais restritivo de literatura, entendendo-a como “arte literária”²⁴⁹; questionando a sinonímia entre história da literatura e história literária e reivindicando critérios menos nacionalistas e/ou deterministas para avaliação da literatura e, conseqüentemente, para a elaboração de uma história literária.

245VERÍSSIMO, op. cit. p. 258-262.

246CANDIDO, Antônio. **O método crítico de Sílvio Romero**. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 1988. p. 19

247ROMERO, S. A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna (1880). **Literatura, história e crítica**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 104.

248ROMERO, S. O naturalismo em literatura. **Literatura, história e crítica**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 353. A citação acima, “conjunto de documentos humanos tomados ao vivo” está neste mesmo texto, à pagina. 342

249“Literatura é arte literária. Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artificios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, de literatura.” VERÍSSIMO, J. **História da literatura brasileira**: de (1601) a Machado de Assis (1903). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929. p. 13.

Tendencialmente voltando-se, assim, mais aos elementos estéticos-estilísticos do que para as condicionantes e condicionamentos sociológicos, Veríssimo viveria a tensão – ou “impasse” – decorrente da ambigüidade entre a leitura histórica e a visão formal da obra literária.²⁵⁰ O que pode ser exemplificado mais uma vez, através da recorrência ao nome de Varnhagen, aqui nem criador, nem instituidor:

Tomemos um exemplo de casa, Varnhagen. Seu inestimável livro da história do Brasil é uma obra de literatura, mas poucas haverá no seu gênero mais estranhas à arte, à estética, à elegância, ao bom gosto. Se alguma emoção há nela, é a despeito do autor. Comparem-lhe os dois primeiros volumes da de Herculano e sentirão a diferença, se passassem a Michelet e a Carlyle, lhes aparecerá então imensa. É que há nessas um elemento de arte que àquela falta, e se este elemento pode faltar ou existir em uma obra rigorosamente do domínio da literatura, é preciso convir que a única boa definição de literatura seria aquela que, compreendendo toda produção intelectual escrita, sobre um assunto geral em uma linguagem geral, e de um interesse permanente, notasse do mesmo passo esta distinção, que os fatos observados impõem.²⁵¹

O mesmo Varnhagen ao qual Veríssimo voltaria na sua *História da Literatura Brasileira*, publicada em 1916.

Escrevendo a respeito do surgimento da crítica erudita no Brasil e da história literária, “seu natural suporte”, Veríssimo – que, segundo Romero, “no seu atraso, nunca entendeu a moderna *crítica sociológica*, por mim inaugurada no Brasil, e tem feito muito gente retrogradar e recair na mera crítica retórica, ou *soi disant psicológica*”²⁵² – observava, no capítulo décimo oitavo de sua *História*:

Desprezadas, como é de razão, umas primeiras malogradas tentativas de Cunha Barbosa, Magalhães, Ferreira da Silva, o criador dessa espécie de crítica aqui, e simultaneamente a história da nossa literatura, foi Varnhagen. (...) verdadeiro fundador da história da nossa literatura²⁵³

250Sobre a noção de impasse, ou a tensão em Veríssimo, ver: BARBOSA, João Alexandre. **A tradição do impasse**: linguagem da crítica & crítica da linguagem em José Veríssimo. São Paulo: Ática, 1974 e do mesmo autor a apresentação ao texto de José Veríssimo, *Que é literatura? E outros escritos*.

251VERÍSSIMO, José. *Que é literatura?*. In. **Que é a literatura? e outros escritos**. São Paulo: Landy, 2001. p. 35. Originalmente o texto foi publicado no *Jornal do Comércio*, em 22/10/1900.

252ROMERO, S. *Zeveirissimações ineptas da crítica* (1909).op. cit. p. 508.

253VERÍSSIMO, J. op.cit., p. 402 e 21.

2.2. Parnasos, Bosquejos e Florilégios: ecos de Denis, Garrett e Magalhães e seus leitores

Convém observar que se Romero desconsidera a produção dos possíveis “antecessores” – reclamando que “nossas letras, entre outras muitas lacunas, mostram bem claramente a grande falha causada pela ausência de trabalhos históricos”²⁵⁴ – de maneira muito semelhante agia Veríssimo. Ainda que reitere o caráter demiúrgico de Varnhagen, o autor de *Que é literatura?* aponta as imperfeições dos demais “historiadores” do período, como se viu, por exemplo, na sua exposição em *Sobre alguns conceitos de Sílvio Romero*.

Acompanhando-os, a par da constituição de uma história da crítica e da historiografia literária oitocentista, se vê, também, a criação de um panteão dos autores mais, ou menos, significativos em relação a estas mesmas história e crítica.

Todavia, ainda que esta “grande crítica” de fins do século XIX – buscando pautar-se em critérios seguros de objetividade– desconsidere os “predecessores”, a concordar com Benedito Nunes, a matriz da História literária brasileira resultou, justamente, da “conjugação dos esforços” destes “homens de letras”.

Neste sentido, como nota Nunes, os ensaios de Francisco Adolfo de Varnhagen e de Gonçalves de Magalhães, surgidos “dentro do ciclo de investigações das fontes documentais da literatura e do passado histórico do país”²⁵⁵ e diríamos, justamente por isto, revelam-se como fundamentais.

Voltemo-nos ao *Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil*. Servindo como introdução ao *Florilégio da Poesia Brasileira*, cujos dois primeiros tomos foram publicados em 1850, com um *Prólogo* datado de 5 de junho de 1847, o documento se constitui numa tentativa de sistematização a respeito da produção literária e, neste sentido, se aproxima, inevitavelmente, de Denis e Magalhães. O que, talvez, caracterize alguma diferença, se comparados com os anteriores, é que Varnhagen,

254ROMERO, S. *Introdução à história da literatura brasileira*. op. cit., p. 121.

255NUNES, Benedito. “Historiografia literária do Brasil: um fragmento”. *Limites*: anais do 3.º Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC). São Paulo: EDUSP, 1995. p. 203.

mais do que apresentar um programa para estudos futuros, já desenvolve, no *Ensaio* mesmo, uma apresentação histórica da literatura brasileira, ao mesmo tempo que dialoga com as questões fundamentais que tocavam o debate acerca da literatura brasileira, suas características e história. Questões fundamentais que diziam respeito ao caráter de originalidade desta literatura, além da própria independência que esta deveria guardar em relação à literatura portuguesa.

Varnhagen, além disso, ao comentar obras e autores, apontava para a orientação de um cânon que seria perseguido ao longo de todo século XIX, chegando, mesmo, à *História* de Sílvio Romero. Ao mesmo instante que buscava historizar a literatura, buscava critérios para elencar aquilo que sustentaria esta mesma literatura. O *Prólogo* ao *Florilégio* varnhageano, e que antecede o *Ensaio*, já aponta para isto que falamos acima. Daí, portanto, a possibilidade de seu caráter exemplar.

Além disso, faz-se arrazoado lembrar que o *Ensaio* foi elaborado como introdução a um *Florilégio* que, em substituição ao, então, comum Parnaso, significa, concomitantemente, coleção de flores e compilação, antologia, de trechos literários escolhidos. Varnhagen, no *Prólogo*, alude ao(s) sentido(s) do seu título:

O leitor perdoará a pretensão do título que vai no rosto. Intitulamos este livro – Florilégio da poesia brasileira – mas repetimos que não queremos por isso dizer, que oferecemos o melhor desta, porém sim, (com alguma exceção) o que por mais americano tivemos. Escolhemos as flores, que julgamos mais adequadas para o nosso fim, embora seja alguma menos vistosa, outra pique por alguns espinhos, esta não tenha aroma, aquela pareça antes uma descorada orquídea, e aquela outra parasita criada com ajuda de seiva alheia, etc. Não chamamos *Parnaso* a esta coleção, pelo mesmo motivo de estarmos um pouco em briga com a mitologia, e por devermos distingui-la de outra anterior, que leva aquele título²⁵⁶

O Parnaso a que se referia Varnhagen pode ser o *Parnaso brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, publicado entre 1829 e 1831, ou o também *Parnaso brasileiro*, de João Manuel Pereira da Silva, de 1843. Pode-se lembrar que além, e antes, destes, Almeida Garrett, em 1826, publicou o seu *Parnaso lusitano*. Portanto, a designação, além de usual à época, apresenta-se auto-explicativa, principalmente se

256VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Prólogo*. In. ZILBERMAN; MOREIRA, op. cit., p. 125.

levamos em consideração seus subtítulos: o de Garrett, *poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos*, o de Cunha Barbosa, *Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas quanto já impressas* e, por fim, de Pereira da Silva, *Seleção de poesia dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil*.²⁵⁷ No caso de Varnhagen, quando lido o subtítulo de seu *Florilégio*, vê-se que as suas “flores” são colhidas junto aos “poetas mortos” (ou, se poderia em tom de troça dizer, que suas flores tinham destino certo): *Coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos*, o que não deixa de se apresentar como um critério legítimo de seleção para a organização da sua antologia. Critério próximo usou Veríssimo, em sua *História da Literatura Brasileira*, em 1916, optando, “por motivos óbvios de discrição literária” não se ocupar “senão de mortos.”²⁵⁸

De toda maneira, percebe-se a importância das compilações para o período: constituir um acervo da produção literária.

Em seu texto, Varnhagen notava, a partir de duas “guerras”, dois “momentos” singulares para a promoção da literatura no Brasil: a “guerra dos holandeses” e “a guerra com os elementos, com as brenhas e entranhas da terra” para a extração do ouro, na Província de Minas. Se o fim da primeira propiciou o “começo” da atividade literária, a segunda “produziu” a sua “regeneração”.

(...) a atividade literária só começa depois que a guerra dos holandeses, despertando, por assim dizer, os ânimos, os distraiu da exclusiva ocupação de ganhos e interesses mesquinhos, para ocupar-se mais em apreciar as artes do engenho.(...)

Mas foi mais que tudo a Província de Minas, que (por ser pátria de uns literatos, e residência de outros) imprimiu um novo e grande impulso(...)produziu a regeneração literária que já traz em si mesma o cunho de ser nascida daqueles sertões do coração do Brasil.²⁵⁹

Ainda que a questão não tenha sido desenvolvida no próprio texto do *Ensaio* do historiador oitocentista, cabe aqui lembrar, com Nilo Odália, a importância que as guerras holandeses representam na obra de Varnhagen:

257Estas informações foram retiradas de ZILBERMAN; MOREIRA, op. cit., p. 13- 14.

258VERÍSSIMO, op. cit. p. 21.

259VARNHAGEN, op.cit., p. 237; 252.

os capítulos sobre as guerras holandesas adquirem importância, porque é nela que os coloniais vão revelar de maneira incontestável, segundo o seu raciocínio, uma consciência nacional e a certeza de que já podiam superar o complexo — se assim podemos chamar — de inferioridade ante os reinos. Contudo, o aspecto essencial não está nesse aspecto psicológico da reação do colonial. Para Varnhagen, o que ressalta das guerras de reconquista são os elementos que permitem uma maior coesão interna da Nação, isto é, elas são uma afirmação e uma garantia da unidade territorial, que se sustenta no papel desempenhado nas lutas pelas três etnias.²⁶⁰

Dessa forma, entende-se a motivação de Varnhagen em “marcar” o fim da guerra como responsável pelo início da atividade literária. Para este, esta decorreria do próprio “sentimento de nação”, gerado com o fim da guerra. Assim, diz Varnhagen:

Toda a guerra de alguns anos, quando bem dirigida, convém de tempos a tempos às nações, para despertar de seu torpor. O sangue é fecundo, quando bem derramado, e a conquista de glórias é tão necessária a um povo-nação, como o aumento de suas rendas.²⁶¹

Sendo a literatura, conjuntamente com a língua, “verdadeira decoração” do edifício político²⁶², entende-se por que Varnhagen, diferentemente de outros “delineadores” da história literária brasileira, deslocava o início da atividade dos literatos para o fim da guerra, e não para o evento do “Descobrimento” — como ficaria comum entre os historiadores: a literatura emanaria do sentimento nacional, que aqui, para Varnhagen, começava justamente naquele momento. Assim, ainda que reconheça o que chamou de “monumentos da primitiva poesia nacional”, isto é, as “primeiras cantigas religiosas ensinadas pelos jesuítas” e que “só o tempo” poderia recolher, entende-se também — diante da relação suposta entre constituição da nação e estabelecimento da literatura — a razão da sua supressão da poesia em língua guarani, pois não poderiam pertencer “à presente coleção”²⁶³.

Neste ponto o crítico *das letras* e o historiador *nacional* parecem se encontrar em Varnhagen, pois se há uma componente evidentemente política, que justifica o surgimento da atividade literária, por outro lado, o autor não dispensa certos

260 ODÁLIA, Varnhagen e a historiografia brasileira. op. cit., p. 56.

261 VARNHAGEN, op. cit., p. 237.

262 Ibidem, p. 229.

263 Ibidem, p. 240.

princípios para esta literatura. Assim, se a *imitação* é condenável – como aparece em Garrett, por exemplo – a *originalidade*, por seu turno, não poderia dispensar os preceitos da civilização:

(...) enganar-se-ia o que julgasse que para ser poeta original havia que retroceder ao *abc* da arte, em vez de adotar, e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa. O contrário podia comparar-se ao que, para buscar originalidade, desprezasse todos os elementos da civilização, todos os preceitos da religião, que nos transmitiram nossos pais. Não será um engano, por exemplo, querer produzir efeito, e ostentar patriotismo, exaltando as ações de uma caterva de canibais, que vinha assaltar uma colônia de nossos antepassados só para os devorar?²⁶⁴

O ser *original* implicaria ser *americano*, “ter uma poesia, filha de uma natureza nova e virgem”, contudo:

Longe de nós o consignar a idéia de que no Brasil não se deve, e muito estudar os clássicos portugueses e a gramática. – Pelo contrário, reputamos essa necessidade urgentíssima, ao vermos que os nossos melhores escritores, – os que mais agradam no Brasil, foram os que mais os folhearam.²⁶⁵

Varnhagen, apesar da menção “aos tempos que as letras e a poesia” estavam “entregues aos desvelos dos jesuítas” (pois antes disso, “na época em que se colonizava o Brasil, como se as letras se encolhessem com medo do Atlântico, não passavam elas com os colonos”) e, apesar da nota, por exemplo a Frei Vicente do Salvador, aponta o papel desempenhado pelo Padre Vieira, “um dos mais poderosos agentes, que contribuíram para a regeneração moral, e, até, literária da nova colônia”. Isto decorreria em virtude do próprio papel desempenhado por Vieira” na campanha de armamento moral” e “resistência contra a invasão holandesa”, conforme nos lembram Massaud Móises e José Paulo Paes.²⁶⁶

Varnhagen elencava, entre outros, no seu cânon: Eusébio de Matos, Gregório de

264Ibidem, p. 236.

265VARNHAGEN, Prólogo. Op. cit., p. 228.

266MOISÉS ; PAES, op. cit. p. 440. No mesmo sentido, consultar: STEGAGNO-PICCHIO, op. cit., p. 105-106.

Matos - (“primeiro poeta que se fez notável no Brasil”-, Manuel Botelho de Oliveira – “primeiro brasileiro(...) que do Brasil mandou ao prelo um volume de poesias”) –, Alexandre de Gusmão e Bartolomeu Lourenço, Sebastião da Rocha Pita, Academia dos Esquecidos, Academia dos Seletos, José Basílio, Durão, Cláudio Manuel da Costa, Gonzaga, Pedro Taques de Almeida Paes, Fr. Gaspar da Madre de Deus, Alexandre Rodrigues Ferreira – “o Humboldt brasileiro” –, José Bonifácio e Januário da Cunha Barbosa. Da lista, além das Academias, é fácil perceber a presença tanto de poetas, quanto de historiadores, ampliando a noção de literatura e reiterando a idéia de belas letras.

Para a organização de sua coleção, Varnhagen se utilizou – para ordenamento dos autores – de um critério cronológico, e que implica numa categoria essencialmente histórica e diferente, por exemplo, do *Parnaso* de Garrett, que adotava a seqüência alfabética. Interessante, neste aspecto, é que o organizador do *Florilégio* observava que tal critério se efetiva porque não havia intenção “de oferecer modelos de arte poética”²⁶⁷, o que, pode-se lembrar, foi característico dos preceitos retórico-poéticos do classicismo, ao que já aludimos em capítulo anterior. A aludida recusa do próprio termo Parnaso parece, também, acompanhar nesta mesma direção.

Como o entusiasmo que temos pela América, onde vimos a luz e a fé no desenvolvimento futuro de sua poesia, era um dos nossos estímulos, julgamos dever dar sempre preferência a esta ou àquela composição mais limada, porém semigrega, outra embora mais tosca, mas brasileira, ao menos no assunto.²⁶⁸

Deste “entusiasmo” decorre a “regra” de somente fazer constar na *Coleção* os autores nascidos no Brasil – “salvo casos mui especiosos ou de pretendidas argúcias.”²⁶⁹ Posto tal critério, justifica-se a ausência de poetas portugueses que escreveram sobre o Brasil, mesmo que domiciliados nos trópicos.

Varnhagen tinha clareza de que tal opção implicaria outro problema – e que marcou os debates da época: o da possível (ou impossível) divisibilidade das

267Ibidem, p. 225

268Ibidem, p. 224.

269Ibidem, p. 225.

literaturas brasileira e portuguesa, diante da uniformidade da língua. Problema que suporia a própria idéia de originalidade da literatura brasileira, bem como sua autonomia diante da língua-mãe.

Aqui desejaria alguém que entrássemos da questão da divisibilidade das literaturas portuguesa e brasileira, o que vários julgam impossível, em conseqüência da uniformidade da língua. Repugnará sempre a nosso ânimo entrar em tal questão, por nós parecer que os argumentos de parte a parte poderão correr o risco de sair pedantes, ou demasiado escolásticos, sem falar dos mal entendidos preconceitos de amor próprio nacional numa questão literária.²⁷⁰

A “questão” da divisibilidade/indivisibilidade enunciado por Varnhagen em seu *Prólogo* de 1847 faz menção à discussão suscitada pelos textos do publicista português erradicado no Rio de Janeiro, José de Gama e Castro (1795-1875), publicados no *Jornal do Comércio*, em 1842, e que Guilhemino César em seu *Historiadores e críticos do Romantismo*, classificou como “quase-polêmica”.²⁷¹

Documentalmente, o *Ensaio* de Varnhagen, neste ponto, apresenta-se fundamental. Primeiramente, porque em torno dele, da sua importância, bem como sobre o “lugar” que o autor deveria ocupar na constituição da historiografia literária brasileira, giraram, como vimos antes, a polêmica entre Veríssimo e Romero – que antes de mais nada, apontam para as questões que perpassavam mais as indagações dos seus autores, denunciando pontos de vista que existiam mais neles do que no próprio Varnhagen – para parafrasear a insubstituível reflexão de Antonio Cândido, posta na Apresentação deste nosso trabalho. Depois, porque o *Ensaio* parece, em 1850, catalizar as questões mais prementes acerca do que era, ou poderia ser, a literatura brasileira, bem como do que seria uma história desta literatura.

Varnhagen, desse modo, aludia aos debates que vinham sendo motivados desde o aparecimento das observações de Denis, Garrett e Magalhães. Ainda que não os cite diretamente, fica evidenciada a sua leitura destes autores, bem como a sua “posição” em relação a eles. Da mesma maneira, outros autores e “problemas” são invocados no *Ensaio*, e da forma como aparecem, ou como são enunciados pelo autor, deixa que o

270Ibidem, p. 226.

271CÉSAR, Guilhermino, op.cit. p. XLII.

leitor entreveja, igualmente, a sua compreensão sobre eles. Assim, façamos aqui nosso próprio bosquejo histórico destas vinculações.

A “Quase-polêmica”, ou a “Polêmica da Minerva Brasiliense”, conforme denomina Afrânio Coutinho²⁷², aponta-nos para o nome do chileno Santiago Nunes Ribeiro, autor do artigo *Da Nacionalidade da Literatura Brasileira*, publicado na *Minerva Brasiliense*, em 1843. Polêmica, ou “quase polêmica”, em torno da qual se gerariam diferentes debates e posicionamentos envolvendo o problema que se impunha entre a vinculação da literatura brasileira com a língua matriz e a possibilidade de originalidade desta literatura, diante de tal vinculação.

Gama e Castro, assinando-se “Um Português”, em artigo datado de 26 de dezembro de 1841 e publicado em 19 de janeiro de 1842, artigo que se notabiliza pelo tom de antibrasileirismo²⁷³, reivindicava para os portugueses uma série de inventos que eram, habitualmente, atribuídos a outras nacionalidades. Dentre estas, “Um Português” “aportuguesava” o padre Bartolomeu de Gusmão e a “arte de navegar pelos ares.” Declarando que “vivemos em uma era em que todo mundo parece como que apostado a escrever e aniquilar tudo quanto é relativo a Portugal e aos Portugueses”, reclamava, inclusive, o direito à memória, pois: “nem ao menos querem deixar-nos a memória do que fomos e do que incontestavelmente fizemos.”²⁷⁴

Dizia “Um Português”:

Há um grande número de inventos e descobertas que pertencem, sem a mais pequena sombra de dúvida, aos Portugueses, e que, não obstante a isto, correm em nome de estrangeiros, sem saber com que razão, nem por que motivo.

A primeira descoberta de que me lembro é a arte de navegar pelos ares. Quem hoje diz aerostática, diz logo Montgolfier; e contudo é certo e mais que certo de que o primeiro voador de que as histórias fazem menção é o P.

272A expressão aparece em **A tradição afortunada**: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira, texto que resultou de tese de concurso para a cátedra de Literatura Brasileira, apresentada em 1967, na Faculdade Nacional de Filosofia, RJ. Em seu estudo, o autor buscava, de forma exacerbadamente nacionalista, as origens do nacionalismo literário brasileiro, remontando aos inícios da colonização. Ver: COUTINHO, A. *A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1967. A “Polêmica” é discutida no Capítulo IV.

273Ibidem, p. 27.

274GAMA E CASTRO, José da. *Inventos dos portugueses (1842)*. In. CÉSAR, G. op. cit. p.109

Bartolomeu Lourenço de Gusmão, natural de Santos, o qual, no tempo de el-rei D. João V, em presença de toda a corte, voou do alto do castelo de S. Jorge em Lisboa ao terreiro do Paço. De outra descoberta é ele ainda autor, a arte de esgotar os navios por meio de bombas que por si mesmas se movem, sem auxílio de gente; descoberta com que estão fazendo alguma bulha os Ingleses, e sobre a qual o P. Bartolomeu Lourenço deixou um tratado latino que corre impresso.²⁷⁵

O autor discorre ao longo do artigo sobre outras invenções portuguesas – da arte de restituir os surdos-mudos à sociedade ao astrolábio e ao ácido cicérico, descoberto nas cápsulas do grão-de-bico. Contudo, o mais curioso é o arremate de seu texto:

Tudo isto é muito; mas tudo isto é nada em comparação das pretensões que os Portugueses têm a prioridade de uma descoberta que tem feito grande bulha no mundo, e sobre cuja legítima propriedade ainda hoje contendem Franceses, Holandeses e Alemães; porém o objeto é mui grave, e, em consequência da sua gravidade, merece que dele se trate em um artigo *ad hoc*. Falarei dele em outra ocasião.²⁷⁶

A ocasião fez-se logo em 27 de dezembro. “Um Português”, provocativamente-depois do final não menos provocador do texto do dia 26 – abre seu artigo, que sairia no Jornal do Comércio do dia 21 de janeiro de 1842, indagando sobre o seu comentário anterior: “Pensará o leitor que vou reivindicar para os Portugueses a descoberta da América, vulgarmente atribuída a Cristóvão Colombo?” O próprio “Um Português” antecipa qualquer possibilidade de resposta:

Bem pudera fazê-lo se quisesse. É coisa corrente entre nós que achando-se Colombo na Ilha da Madeira, em casa de um piloto português, por morte dele se apodera dos seus papéis, cartas e roteiros, onde achou a derrota da viagem para o Ocidente, e que por eles se guiara para o seu descobrimento(...)²⁷⁷

Contudo, ainda mais do alegar o descobrimento da América como proeza portuguesa, que, segundo o autor, “tudo(...)poderia ir alegando”, se quisesse reivindicar tal “honra”, o objeto de que quer falar no texto é outro, “inteiramente diferente”:

275Ibidem.

276Ibidem, p.112-113.

277CÉSAR, G. (org.). op. cit. p. 115

FALO DA INVENÇÃO DA IMPRENSA! ... já sei que, em acabando de ler estas palavras, alguns dos leitores riem-se, outros espantam-se, e todos continuam a ler com suma curiosidade este artigo.²⁷⁸

Gama e Castro constrói toda sua controvérsia a partir de um argumento bastante simples:

Se a arte da tipografia consiste em escrever imprimindo com *tipos móveis*, é preciso que todo mundo abaixe a cabeça diante de João Gensfleisch de Guttenberg, ou antes de seu sogro Pedro Schoeffer, porque é a esses que se deve; porém se, para ser inventor da imprensa, basta apresentar palavras escritas no papel por meio da impressão, então pertence este invento incontestavelmente aos Portugueses, e aqui estou eu para letrado desta demanda.²⁷⁹

Rivalizando a precedência com os alemães, os holandeses, de acordo com o “letrado da demanda”, reclamavam a invenção da arte de imprimir. Se a Bíblia de Gutenberg surgiu em 1443, em 1428 já havia sido publicado pelo holandês João Lourenço Koster, o *Speculum humanae salvationis*. Ainda que ambos usassem *impressos com palavras inteiras* lavradas em madeira, a diferença consistia no fato de os alemães se utilizarem de “letras soltas e independentes umas das outras”, enquanto os holandeses recorriam às “palavras separadas”.

Contudo, antes de alemães ou holandeses, os portugueses teriam sido responsáveis pela “primeira cousa que apareceu impressa no mundo” e que, assim, propiciou o “germe da descoberta”: a impressão das “cartas de jogar.”

“Um Português” chega à conclusão da antecipação lusitana no uso da tipografia de uma forma surpreendente: recorrendo à proibição dos jogos, através de decreto assinado em 1387.

Da existência da dita lei colijo em duas cousas; uma que já no ano de 1387 os jogos já eram muito usados em Portugal; e outra que já eram usados, há tanto tempo, que a sua demasiada divulgação e abuso faziam necessários que fossem proibidos.²⁸⁰

278Ibidem, p. 116.

279Ibidem.

280Ibidem, p. 118.

Enfim, ainda que se utilizassem da impressão através de “sentenças ou frases completas”, teriam sido os portugueses responsáveis por uma das etapas da arte tipográfica.

Logo na edição de 24 de janeiro de 1842, aparecia a resposta a “Um Português”. Em carta enviada ao *Jornal do Comércio*, assinada por “O Brasileiro”, era questionada a usurpação do nome de Gusmão. Mesmo reconhecendo a denúncia patriótica do oponente, reclamava o missivista:

Que cada um trate de dar vultos às cousas da sua pátria, é cousa que ninguém pode levar a mal; mas pela mesma razão por que o comunicante português se queixa de todas essas usurpações que afirma haverem sido feitas aos seus patrícios, por esta mesma é que nós Brasileiros devemos queixar-nos da que ele nos quer fazer a nós. Porventura o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão foi Português?²⁸¹

O que nos interessa vem a seguir, a “quase-polêmica”: a implicação da autonomia da literatura brasileira em relação à portuguesa:

Porventura diremos nós que Cláudio Manuel da Costa, ou Fr. Francisco de S. Carlos são literatos portugueses, ou que as obras de qualquer deles pertencem a literatura portuguesa? Cuido que não. Pois se os escritos destes dous homens (por não estar agora a falar de outros muitos) fazem incontestavelmente parte da literatura brasileira, claro está que também os inventos do padre Bartolomeu de Gusmão fazem parte dos inventos dos Brasileiros.²⁸²

No mesmo dia 24, “Um Português” dava “satisfação a um escrupuloso”, em texto que sairia publicado no dia 29.

Dizendo não haver dúvida ou contestação alguma de que Gusmão foi “Brasileiro de todos os quatro costados”, questionava o correspondente:

quem não vê que no tempo em que nasceu e morreu o padre Bartolomeu de Gusmão ainda não havia, nem houve longo tempo depois, diferença alguma entre Brasileiro e Português? Bastará porventura a localidade de nascimento de qualquer pessoa para se dizer que pertence a esta ou àquela?²⁸³

281O Brasileiro. Correspondência. (1842). CÉSAR, G. op. cit. p. 121.

282 Ibidem.

283GAMA E CASTRO, J. da. Correspondência: satisfação a um escrupuloso. In. CÉSAR, G. op. cit. 123.

Em tom de reprimenda, Gama e Castro chamava a atenção do “correspondente tão escrupuloso”:

Diz ele que por Cláudio Manuel da Costa e Fr. Francisco de S. Carlos serem Brasileiros, os seus escritos fazem e hão de sempre fazer incontestavelmente parte da literatura brasileira, e não da portuguesa. Admitirei muito embora o princípio, mas nego a conclusão.

Para o “Português”, era disparatada a idéia de uma literatura brasileira, algo impossível:

fala-se de literatura brasileira por hábito, por vício, talvez por excesso de patriotismo; mas a verdade é que, em todo rigor da palavra, literatura brasileira é uma entidade que não só não tem existência real, mas que até não pode ter existência possível. Esta proposição parece paradoxal; porém em eu me explicando melhor, estou persuadido que todo o mundo m`a ficará tendo por axioma.

A literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua: sempre assim foi desde o princípio do mundo, e sempre há de ser enquanto ele durar.²⁸⁴

O patriótico português – e *miguelista* convicto – negava a relação entre autonomia literária e emancipação política, logo, negava a própria originalidade da literatura, que decorreria dessa emancipação.

Deus nos livre que a literatura fosse mudando de nome com a dependência ou independência dos povos a que se ela refere. (...)

Não há portanto literatura brasileira, assim como não há literatura argentina, literatura boliviana, ou literatura mexicana; agora o que certissimamente há é que em muitas e muitas obras escritas por Brasileiros consiste um dos principais ornamentos da literatura portuguesa. (...)

os literatos são Brasileiros, porém a literatura é portuguesa.²⁸⁵

Ornamento da literatura portuguesa: nenhuma característica mais afrontosa para

284Ibidem, p. 124.

285Se pode aqui fazer aqui uma analogia entre Gama e Castro, “partidário intransigente de D. Miguel” – para usarmos as palavras de Guilhermino César – e Alexandre Herculano, de conhecida convicções liberais. Enquanto o primeiro praticamente nega a existência de uma literatura brasileira, pois não teria autonomia da língua, Herculano, em 1847, escrevia sobre o “Futuro Literário de Portugal e do Brasil” e “afiançava” a literatura brasileira: “(...)será fácil conjecturar que no domínio das letras, como em importância e prosperidade, as nossas emancipadas colônias nos vão levando rapidamente de vencida.” HERCULANO, A. Futuro literário de Portugal e do Brasil. In. César, op. cit. 135. Ainda sobre Herculano, ver. TORRALBA, L. R. et al. op. cit., p. 45-98.

a incipiente literatura brasileira. Contudo a reação não foi imediata. Daí a designação de “quase-polêmica”, dada por Guilhermino Cesar ao evento.

Somente em 1.º de novembro do ano seguinte, 1843, Santiago Nunes Ribeiro, através de artigo publicado no primeiro número da *Minerva Brasiliense*, rebateria os argumentos de Gama e Castro, num texto que se tornaria de extremada importância para a história da crítica brasileira, considerado uma “espécie de manifesto” em prol da nacionalidade literária brasileira²⁸⁶, o *Da Nacionalidade da Literatura Brasileira*. Para uma história – a da própria historiografia literária brasileira – que busca, constantemente, promover (ou encontrar) as origens, ou as fundações, bem como encontrar (ou promover) um *pai*, um criador (ou um instituidor), o texto, ou o nome de Ribeiro, passaria a constituir-se também em alternativa, sendo também apontado como o responsável pelo surgimento da crítica literária, e a figurar ao lado do nome de Magalhães, por exemplo²⁸⁷. O único problema, para atribuir-lhe o papel de criador, instituidor ou iniciador, decorreria da sua própria nacionalidade. Assim, como Denis e Garrett, Ribeiro também era estrangeiro – chileno- radicado no Rio de Janeiro, com isso afrontando um critério fundamental – e constante – das diferentes histórias da literatura, critério definidor e imprescindível para fazer um autor constar de uma “coleção”, seja de poesias, seja do “panteão” crítico-historiográfico: o nascimento em terras brasileiras. Critério que se vê, por exemplo, no próprio texto de Varnhagen, que, como já dito, seria alçado, anos mais tarde, à disputa do papel de criador desta historiografia.

Santiago Nunes Ribeiro – que, observando o “algum tanto satisfatório (..) estado da instrução científica” no Brasil, reclamava do quadro “lamentável (...) da instrução literária, ao menos pelo lado teórico” – iniciava sua discussão com uma “importantíssima questão”, que se nota ser endereçada ao texto de “Um Português”, e aos “que ao gênio brasileiro negam independência e caráter distintivo”:

286COUTINHO, op. cit. p. 32

287Para Brito Broca, “a crítica literária surge entre nós, pode-se dizer, na *Minerva Brasiliense*, com dois estrangeiros radicados no País – o francês Emílio Adet e o chileno Santiago Nunes Ribeiro – que foram seguidos de perto por Joaquim Norberto de Sousa Silva.” BROCA, Brito. *Origens da crítica no Brasil. Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*: vida literária e romantismo brasileiro, 1959.

O Brasil tem uma literatura própria e nacional, ou as produções dos autores brasileiros pertencem à literatura portuguesa, já em virtude dos vínculos que uniam ambos os países, já em consequência de serem escritas na língua lusitana?²⁸⁸

Recorrendo a um dos baluartes do Romantismo alemão, Friedrich Schlegel, Ribeiro fundamenta sua argumentação, em torno da qual girará todo seu texto: uma visão marcadamente histórica acerca da literatura, da qual decorre a própria justificativa para o caráter nacional da literatura brasileira:

“A literatura (diz Fred. Schlegel) é a voz da inteligência humana, o complexo dos símbolos que representam o espírito de uma nação.” A vasta generalidade desta definição compreende as belas artes e os trabalhos monumentalizados pela palavra escrita.

O pensamento dominante em qualquer época se desprende pouco a pouco das crenças, das idéias que os livros e as doutrinas perpetuam: estas vão desaparecendo ou assumem um caráter hostil a medida que o novo pensamento as absorve, ou as repele. E desta maneira é fácil explicar a manifestação simultânea de princípios tradicionais e princípios novos que em todas as literaturas coexistem, se harmonizam ou guerreiam.²⁸⁹

Uma vez que princípios novos e tradicionais coexistem, harmonicamente ou nem tanto, o autor passava a “prevenir as objeções, ou antes a destruir os preconceitos que a opinião infensa às letras brasileiras pode ter suscitado nos leitores”. Para isso, volta suas armas, digo argumentos, contra Gama e Castro e, da mesma forma, contra o general Abreu e Lima. Disto teria decorrido “a polêmica da *Minerva Brasiliense*”, assim chamada por Coutinho.

Se Gama e Castro caracterizou-se por seu antibrasileirismo, como já foi dito, José Inácio de Abreu e Lima, ao contrário, e devido os seus comentários publicados em *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil*, editado em 1835, se notabilizou pelo antilusitanismo.

Abreu e Lima, buscando traçar um quadro do estado das ciências e letras no Brasil, comparava o Brasil às colônias espanholas, e concluía pela “inferioridade da

288NUNES, Santiago Ribeiro. Da nacionalidade da literatura brasileira (1843). In. COUTINHO, Afrânio. (org.). **Caminhos do pensamento crítico**, 1. Rio de Janeiro: Americana/Prolivro, 1974. p. 32.

289Ibidem.

cultura portuguesa e pelo obscurantismo de sua colonização”. Logo, o atraso cultural do Brasil decorria da “idêntica situação de inferioridade intelectual que caracterizava a Metrópole”²⁹⁰ e, devido a isto, “temos de carregar com toda a ignorância, que legaram nossos pais”.

No capítulo “Nosso Estado Intelectual”, de seu *Bosquejo*, o general literato denunciava a pobreza da produção literária portuguesa, promovendo uma distinção curiosa entre ciências – de utilidade – e literatura, entendida como Belas Letras:

Se por *literatura* entendemos o *Corpo de doutrinas que professa uma Nação*, podemos assegurar, sem ser contestados, que os Portugueses nunca possuíram nenhuma das ciências, que os literatos chamam de utilidade; porém se, para darmos um sentido mais concreto à palavra, seguimos a classificação que fazem dos conhecimentos humanos os Bibliógrafos, então é mister confessar que os Portugueses têm uma literatura que *lhes é própria*, e de algum modo original.²⁹¹

Assim, ainda que de modo algum original, Portugal teria literatura, desde que esta fosse entendida como uma espécie de “letras em geral”, ou belas-letras, o que não era de muita “utilidade, ainda que fosse própria”, como se depreende do comentário.

Ainda sobre a literatura portuguesa, prossegue seu estudo. E aqui parece que o antilusitanismo de Abreu e Lima “converge” ao antibrasileirismo de Gama e Castro:

Se existe alguma coisa de mais proveito, desejaríamos sabê-lo; porque até agora temos feito um estudo particular da nossa literatura, e não podemos dar um passo mais adiante; chamamo-lhe *nossa*; porque ainda ontem éramos Portugueses (com quanto nos pese); e se rejeitarmos a literatura portuguesa, ficaremos reduzidos a uma condição quase selvagem. Não sabemos porque fatalidade os Portugueses ilustrados não se dedicavam a escrever, nem mesmo os Brasileiros, a exceção de algumas obras em poesia fastidiosa, uns e outros merecem igualmente o desprezo em que eram tidos como literatos.²⁹²

290COUTINHO, op. cit. p.25

291ABREU E LIMA, José Inácio de. Nosso estado intelectual apud COUTINHO, Afrânio. op. cit. p. 26. Cabe lembrar outra polêmica famosa de Abreu e Lima, a chamada “Polêmica sobre as Bíblias Falsificadas”, travada com o Cônego Pinto de Campos, em 1866. Ver: BUENO, Alexei ; ERMAKOFF, George(orgs.) **Duelos no serpentário**: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil, 1850-1950. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2005. p.103-131.

292Ibidem.

Na falta de uma “literatura de utilidade”, seria, portanto, às belas letras que os brasileiros deveriam recorrer para não se reduzirem a um estado de selvageria.

Abreu e Lima, certo de que suas observações – “seta ervada”- iriam “ferir muito amor-próprio exaltado”²⁹³, concluía, em relação às artes e às ciências, pelo atraso do Brasil em decorrência da colonização portuguesa, pela mediocridade da Metrópole e, conseqüentemente, pela inferioridade intelectual do brasileiro, se comparado aos outros americanos.

Voltando-se às críticas do general, não somente em nome de sua tese, mas também em “atenção ao renome literário do autor”, Ribeiro rebatia as afirmações de Abreu e Lima. O primeiro desacordo do autor de *Da Nacionalidade da Literatura Brasileira* é em relação à diferença, posta pelo general, entre ciências de utilidade e literatura. Ainda que possuísse poetas, oradores e historiadores, Portugal não teria literatura, pois Abreu e Lima, segundo a leitura de Ribeiro, entenderia que Portugal não as possuiria, uma vez que desconhecia obras das pretensas ciências:

Este juízo estranhíssimo se funda no engano, em que o autor está sobre a natureza e constituição da literatura propriamente dita. Entende ele (...)que o essencial numa literatura consiste na cópia, variedade e originalidade de obras relativas às ciências exatas, experimentais, e positivas; e que a poesia, a eloqüência, a história apenas são acessórios, apêndices de pouca monta.

Em favor da existência de uma literatura portuguesa e da sua própria concepção de literatura, e para deixar “satisfatoriamente examinada” a opinião de Abreu e Lima, o colaborador da Minerva Brasiliense arrematava, em tom aparentemente irônico:

Sem dúvida nenhuma a palavra literatura na sua mais lata acepção, significa a totalidade dos escritos literários ou científicos, e é neste sentido que dizemos – literatura teológica, médica, jurídica – mas daqui se não segue que devemos admitir tal acepção quando se trata da literatura propriamente dita. Ninguém ainda procurou a literatura italiana, inglesa, ou francesa nas Memórias da academia *del Cimento*, nas Transações filosóficas, ou no *Journal des Savans* ou de *Physique*. Não é de Lancisi, Galileu, Volta e Galvani que se nos fala na história literária, não de Boyle, Cavendish, Davy, etc., mas de Dante, Petrarcha, Ariosto, Machiavelli, Tasso, Shakespeare, Milton e Bossuet, Corneille.²⁹⁴

293Ibidem, p.27

294RIBEIRO, op. cit., p. 33

Quanto a Gama e Castro, Ribeiro, antes de qualquer coisa, iniciava com a seguinte observação:

Não temos podido achar o n.º do jornal em que esse artigo apareceu; mas se a memória nos não mente, reproduziremos fielmente as suas razões. Alguém dirá que há cobardia em combatê-lo estando ausente; mas reflita-se que ele se corresponde com uma folha desta corte e que facilmente pode entrar conosco em polémica leal, sempre que nos não arguente com os convícios e grosseiras chocarrices que por via de regra figuram nos seus artigos. Naquele a que aludimos, sem dúvida se nota o desejo de que o seu autor sempre se mostrara possuído, o de deprimir os brasileiros geralmente, e em especial os que às letras se dedicam.²⁹⁵

Citando o texto, então, de “memória”, Ribeiro relembra os argumentos do oponente: “Para que existisse uma literatura brasileira, preciso era que estivesse consignada noutra língua que não na portuguesa. São as línguas que dão nome às literaturas antigas e modernas(...)”²⁹⁶

Recorrendo novamente, agora sem nomeá-lo, a Schlegel e a Montesquieu, bem como a Buffon, estes sim referendados, o defensor chileno da autonomia literária brasileira refutava os argumentos de “Um Português”:

Não é princípio incontestável que a divisão das literaturas deva ser feita invariavelmente segundo as línguas em que se acham consignadas. Outra divisão talvez mais filosófica seria a que atendesse ao espírito que anima, à idéia que preside aos trabalhos intelectuais de um povo, isto é, de um sistema, de um centro, de um foco da vida social.²⁹⁷

Reivindicando a autenticidade de uma literatura, ainda que esta fosse tributária de uma determinada língua, Ribeiro, esboçava, assim, a idéia de uma possível originalidade para a literatura brasileira. Tal originalidade não adviria somente da língua mas, sim, do próprio “sistema” gerador desta literatura:

Este princípio literário e artístico é o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens, que estão em certas e determinadas relações, e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua.²⁹⁸

295Idem.

296Ibidem, p. 34.

297Idem.

298Idem.

Estas “diferenças”, decorrentes das “condições sociais” e do “clima” do “novo mundo”, fariam “modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa.”²⁹⁹ Logo, sendo o Brasil possuidor de “solo afortunado” e em tudo diferindo de Portugal, caberia, por extensão, a posse de um caráter próprio, nacional e, por conseqüência, de uma literatura também própria, pátria. Em decorrência deste raciocínio, à língua portuguesa impunham-se duas literaturas: “a lusitana e a brasílica”, cada uma possuidora de seu “princípio íntimo”, – resultante das diferenças apontadas acima. Portanto, para além da língua utilizada, a literatura deveria possuir sua própria autonomia e legitimidade.

Se pois nas línguas européias há diferenças radicais de estilo e de maneira, isto é, se numa língua mesma, falada por povos que estão debaixo de mesmo céu, a pequenas distâncias e com relações já seculares, há literaturas diferentes, por que não se há de permitir que as de povos que habitam a duas e três mil léguas de distância, e cujos costumes, leis e usanças longe estão de ser perfeitamente idênticos, tomem a denominação de sua própria nacionalidade?³⁰⁰

Se o embate com os oponentes – Abreu e Lima e Gama e Castro – estava debelado, agora Santiago Nunes Ribeiro, com a pretensão de “mostrar que a literatura brasileira tem seus predicamentos peculiares”, provocava outros confrontos. Certo de que teria que “demolir para construir”, o contendor lançava-se à discussão dos comentários de Denis, Garrett e Norberto, além de Sales Torres Homem e Magalhães:

Principiemos por mostrar sumariamente os pontos que nos têm de ocupar nas páginas seguintes. Nós queremos provar que a acusação de imitadora, de estrangeira, de cópia de um tipo estranho, feita à poesia brasílica, é mal fundada, injusta e até pouco generosa. Em seguida tentaremos fazer o

²⁹⁹Tal fórmula parece antecipar as idéias de Araripe Júnior apresentadas em *Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro*, artigo de 1888, texto no qual, analisando o ingresso do naturalismo europeu em terras tropicais, comenta de sua subordinação às condições locais, resultando, por exemplo, na originalidade da obra de Aluísio de Azevedo. Ver: ARARIPE JÚNIOR, T. de A. *Estilo tropical – a fórmula do naturalismo brasileiro*. Obra crítica, vol. 3, 1888-1894. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1960. p. 68-73. Conferir, ainda, VENTURA, R. op. cit. p. 17 e ss.

³⁰⁰Ibidem, p. 37.

paralelo dos poetas brasileiros e portugueses, e terminaremos com algumas observações sobre a fixação das épocas da história literária do Brasil.³⁰¹

Ribeiro critica Denis e Garrett, bem como Magalhães, por imputarem à poesia brasileira a pecha de cópia e aos poetas, de imitadores e por condená-los por não explorarem os “motivos” e a “cor local.” Neste ponto reacende-se a sua perspectiva histórica, ou se poderia dizer mesmo, historicista:

A poesia brasileira da época anterior à independência foi o que devia ser. Porventura poderia ela ser a expressão das idéias e sentimentos de outros tempos? (...) Ninguém pode sentir inspirações completamente estranhas ao seu tempo.(...)
não é lícito exigir de um século aquilo que ele não pode dar.³⁰²

Ribeiro aponta para a falta desta perspectiva de história na própria atividade crítica:

O erro que se abriga neste modo de fazer a crítica dos autores de outros tempos e países é imenso. Pensar que era muito fácil ao poeta compreender ou representar o belo de outro modo que não daquele que a sua época e tendências individuais exigiam, é querer o impossível.³⁰³

De maneira perspicaz, Ribeiro condena aqueles que criticavam os poetas brasileiros de antanho por sua recorrência aos modelos clássicos – donde decorriam os elementos mitológicos e, ainda, pela pouca atenção devida ao ambiente local. Assim, o crítico condenava Garrett, Magalhães e Torres Homem, mostrando que os mesmos autores que apontavam as deficiências dos poetas do passado, haviam agido da mesma forma, cometendo as mesmas falhas ao longo de suas carreiras, pois teriam iniciado pela cópia dos mesmos modelos que, agora, condenavam.

Quanto ao caráter imitativo das letras brasileiras, Ribeiro, utilizando-se de diferentes exemplos da história literária de outras nações, demonstrava a inevitabilidade da prática: “(...) não é uma injustiça articular tal acusação contra os

301Ibidem, p. 38.

302Ibidem, p. 39.

303Ibidem.

poetas Brasileiros porque foram arrebatados pela corrente, porque obedeceram a uma lei universal?”³⁰⁴ O crítico questionava, curiosamente, a caracterização feita aos poetas brasileiros como imitadores dos poetas portugueses:

não se deveria antes louvar a moderação com que imitam e sobretudo as novas direções que tomam no que se nota originalidade e uma aspiração que os poetas não tinham? Mas a injustiça desta censura que se lhes faz de imitadores sobe de ponto quando se acrescenta que o são dos portugueses: Que! Os poetas brasileiros não tinham diante dos olhos outros exemplares? Conheciam as literaturas estrangeiras só pelos transuntos portugueses? Se copiavam não era dos mesmos originais que os portugueses consultavam?³⁰⁵

A originalidade era percebida, inclusive, na “lei universal” da cópia. Aparentemente incoerente, o argumento procede, evidentemente, da asserção inicial de Ribeiro. Ainda que ocorresse a cópia, diante das condições locais, de clima e organização, o copiado passava a ter características peculiares. Além do que, não se copiava dos portugueses, outra literatura do tronco comum da língua portuguesa. O que havia era a recorrência às mesmas fontes, apenas.

Arelado à especificidade das condições naturais e sociais, geradoras da originalidade da literatura, Ribeiro lembrava que, no caso específico da literatura brasileira, havia uma fonte motivadora, a “inspiração americana”, responsável pelo gênio brasileiro, “inerente à natureza do homem”:

Assim em vez de considerar a poesia do Brasil como uma bela estrangeira, uma virgem da terra Helênica, transportada às regiões do novo mundo, nós diremos que ela é a filha das florestas, educada na velha Europa, onde a sua inspiração nativa se desenvolveu com o estudo e a contemplação de ciência e natureza estranha.³⁰⁶

Um dos aspectos mais interessantes do estudo de Ribeiro se voltava justamente para um dos fundamentos do próprio Romantismo, aquele que dizia respeito à busca de uma literatura original ou, dito de outra forma, a busca pelas origens de uma dada literatura. No caso, o autor de *Da Nacionalidade* mostrava-se objetivo em relação a

304Ibidem, p. 45.

305Idem.

306Ibidem, p. 47.

sua intenção: “queremos remontar-nos à origem da poesia brasileira e achar a sua característica.”³⁰⁷

Ao contrário, por exemplo, de outros críticos que reivindicaram a originalidade da literatura a partir de uma suposta produção indígena – devido aos seus cantos e danças – e, portanto, em razão de sua natureza caracterizadamente *poética* (o que redundaria no culto do indianismo), Santiago Nunes Ribeiro, afastando-se da idealização destes povos, e da crença de que estes representariam o *brasileiro original*, constrói um quadro de exaltação da ação da Igreja Católica e da “influência civilizadora da religião” nas terras tropicais, e que teria garantido o “bem”, caracterizando-se como o “reverso da medalha” se comparados com as “maldades dos primeiros povoadores” Neste sentido, nas origens da literatura brasileira residiria a evangelização, pois “que a poesia nas mãos da religião foi um instrumento de civilização”, segundo o autor, incontestavelmente.³⁰⁸ Destaca-se, neste sentido, o padre Anchieta, responsável pelos primeiros ensaios de poesia dramática.

Desta ação e, conseqüentemente, do “sentimento religioso”, resultou a formação, ou melhor, a “criação” de um povo “muito religioso” e que denotaria na poesia popular, “ela que é a expressão mais fiel das crenças e dos sentimentos de um povo”:

Penetrai nos sertões, freqüentai os oratórios dos fazendeiros, as igrejas das vilas e arraiais, e aí vereis a devoção e a ternura com que os brasileiros entoam os salmos, os hinos, as orações pias de composição nacional em honra de Deus, da virgem Santa e dos heróis do cristianismo. O culto da Virgem, sobretudo, era o mais afetuoso, terno e constante do Brasil. Neste culto nós vemos harmonias encantadoras com o caráter e condições de povo brasileiro.³⁰⁹

Ribeiro acreditava ter encontrado neste culto – “o mais fervente de um povo inteiro” – os elementos que, emanando da própria poesia popular, sustentariam a epopéia de Frei Francisco de São Carlos, bem como transpareceria em Santa Rita Durão, por exemplo. A tese de Ribeiro se fundamenta em razão, mesmo, da própria

307Ibidem, p. 53.

308Ibidem, p. 54.

309Idem.

atribuição que este incute ao papel do poeta:

ao poeta é dado (...) compartilhar os sentimentos de sua época e os do povo de que faz parte. Ele pois resume como num foco o que estava disseminado na consciência social de um povo inteiro. Depois que as compreende, as elabora e formula definitivamente numa obra cheia de vida e de interesse.³¹⁰

Assim, “os tempos do heroísmo, as aventuras guerreiras, as conquistas” – elementos que formariam o que ele chamava de “ciclo de um povo” –, aliadas à “piedade cristã” e ao “amor da natureza”, formariam o “caráter da musa do Brasil” e garantiriam, assim, a própria originalidade da literatura.

Santiago Nunes Ribeiro encerra seu texto com uma questão caríssima à história literária e que seria perseguida por outros autores: a da caracterização dos períodos da literatura brasileira, ou, no caso do artigo em questão, das “épocas da poesia nacional”. Insatisfeito com as divisões propostas, que na sua visão contemplariam mais os problemas da história política do que “às evoluções íntimas da literatura”, Ribeiro propunha três períodos: Do descobrimento até o “meado do século XVII”, sendo Cláudio Manoel da Costa o responsável pela transição ao segundo período, que terminaria em 1830. E de 1830 até “este terceiro em que nos achamos” e que teria nos padres Caldas e S. Carlos e ainda em José Bonifácio, os seus nomes de transição. A 1.^a fase seria representada por Manoel Botelho de Oliveira, a 2.^a por Silva Alvarenga e a 3.^a pelo Sr. Dr. Magalhães, “seu representante legítimo e natural.”³¹¹

Aqui, em relação aos possíveis períodos para divisão da história da literatura brasileira – e no seu intuito de “destruir para construir” – o ataque parece frontal ao citado “Norberto”.

Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891) publicara em 1840, no periódico *O Despertador*, um ensaio intitulado *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, que foi reimpresso, ainda no mesmo ano, como separata e ainda republicado, em 1842, como introdução ao livro de poesias do autor, *Modulações Poéticas*.

Em 1844, conjuntamente com o francês Emílio Adet, escreveu uma *Introdução*

310Ibidem, p. 54-55.

311Ibidem, p. 61.

sobre a literatura nacional, “uma introdução histórica, rápida e concisa sobre a literatura brasileira”³¹², segundo os próprios autores, na qual se aproveitava “muito do que havia escrito no *Bosquejo*.”³¹³ Apontado como um dos “iniciadores” da crítica brasileira – e mais recentemente passando a receber atenção dos estudiosos voltados ao período³¹⁴, Joaquim Norberto projetou a elaboração de uma história literária que acabou não se realizando plenamente, ainda que capítulos tenham sido publicados na imprensa, como, por exemplo, os artigos sobre a nacionalidade e originalidade da literatura brasileira nos inícios dos anos 1860.

O *Bosquejo* acabou por se caracterizar numa “das primeiras tentativas de sistematização da história da literatura brasileira”³¹⁵ e neste sentido a periodização que apresenta – e recusada por Santiago Nunes Ribeiro em *Da Nacionalidade* – acaba por se revelar meritória de comentários.

Se Ribeiro falava em três períodos – que podem ser referenciados pelo Descobrimento, pelo Arcadismo e pela renovação romântica – Norberto estabelecia sua periodização em “seis épocas”: “Desde o Descobrimento do Brasil até fins do XVII século”; “Do começo até meado do XVIII século”; “Do meado até fins do XVIII século”; “Do começo do XIX século até a Proclamação da Independência nacional”; “Desde a Proclamação da Independência nacional até a reforma da poesia” e finalmente, na sexta época, “Da reforma da Poesia.” Ainda que recuse a sistematização do *Bosquejo*, fica patente a sua influência na periodização promovida por Ribeiro.

Com um discurso avesso aos comentários do gal. Abreu e Lima, e afinado, entre outros, com Magalhães, Denis e Garrett, Norberto iniciava seu *Bosquejo* salientando o

312ADET, Emílio ; SILVA, Joaquim Norberto de Sousa . Prefácio in Mosaico poético (1844). ZILBERMAN, R.; MOREIRA, M.^a E. op. cit. p.194.

313SOUZA, Roberto Acízelo de. Apresentação. In. SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. História da literatura brasileira e outros ensaios. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002. p. 14.

314Tal interesse pode ser vislumbrado pela publicação, recente, de textos de Joaquim Norberto, como, por exemplo, a **História da literatura brasileira e outros ensaios**, citado anteriormente e **Crítica reunida**, 1850-1892, livro organizado pelos professores José Américo Miranda, Maria Eunice Moreira e Roberto Acízelo de Souza (Porto Alegre: Nova Prova, 2005). Além destes, há o estudo de Maria Eunice Moreira, “Na Rede do Tempo: História da Literatura e Fontes Primárias – a contribuição de Joaquim Norberto”, in ZILBERMAN, Regina et al. **As pedras e o arco**: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo horizonte: UFMG, 2004. p. 119-198.

315SOUZA, op. cit. p. 13

gênio brasileiro: “De todos os povos americanos é sem exageração alguma o brasileiro o mais digno da veneração dos estrangeiros.” Ainda sobre o povo brasileiro, exultante, apelava para um quase atávico nativismo:

O primeiro que conheceu a necessidade de sua independência, que tentou por vezes sacudir o jugo da escravidão e constituir-se nação livre e independente, foi também o primeiro que ensaiou-se nos diversos ramos da literatura. Ainda não éramos nação e já tínhamos historiadores, que memorassem as glórias da pátria, e poetas que celebrassem as vitórias de seus concidadãos, recomendando seus nomes e feitos à posteridade; ainda não éramos nação, mas uma colônia avexada pelo cativo (...)³¹⁶

Coerente com o discurso da época, segundo o qual a natureza prodigiosa poderia produzir uma literatura legítima, Norberto não poupa tintas na descrição da paisagem da “pátria” e suas riquezas:

o nome conhecido pela fama das produções seletas de suas majestosas matas, pelos diamantes de seus serros e preciosos metais de suas minas; enfim pela doçura de seu clima, pela beleza de seu céu e fertilidade de seu terreno, cortado pelos maiores rios do mundo.³¹⁷

Joaquim Norberto, em consonância com as discussões do período, como estamos vendo, percebia, ao longo da história, a existência de uma literatura brasileira – ainda que não a considere *nacional* ou mesmo a chame de *original*. O Brasil, curiosamente, ainda sob o jugo metropolitano, ia constituindo-se numa nação literária antes mesmo, podemos dizer, de se configurar em nação:

(...) e já possuíamos uma literatura, se não legitimamente nacional, que raras o são, ao menos em parte, e que ao presente constitui-nos como nação literária uma das primeiras das duas Américas e a única da meridional. Abra-se a história do Brasil; eis aí a cada página uma facção brilhante, eis aí a cada período um povo magnânimo, apesar da escravidão que o oprime, arrancando um brado heróico, dando um sinal de sua existência!³¹⁸

Obviamente a utilização das expressões “escravidão” e “cativo”, nas falas acima, não remetem à condição dos negros no Brasil, mas, sim, à própria condição de

316SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **Bosquejo da história da poesia brasileira** (1841). Belo Horizonte: UFMG, 1997. p. 25.

317Ibidem, p. 26.

318Idem.

dependência colonial.

Ao contrário de Santiago Nunes Ribeiro, que buscava a origem da literatura brasileira na própria poesia popular – tese esta que, por exemplo, reaparece, modificada, em Sílvio Romero –, para Joaquim Norberto, antes que os indígenas “vencidos fossem pela pelos conquistadores portugueses”, por um “punhado de heróis saídos de um cantinho da Europa, (...) elevavam-se acima dos povos americanos pela sua imaginação ardente e poética.” Diante da inspiração da natureza, que em “encantadoras cenas” e “quadros portentosos” se “oferece (...) por todos os sítios de nossa pátria”, povos rudes e bárbaros se faziam poetas:

Tamoios (...), Tupinambás(...) e Caetés, sempre que voavam à guerra, antes que o glangor horrível das guerreiras *inúbias*, os sons confusos das *maracás*, e suas horrisonas vociferações, cadenciassem o hino da guerra, anunciassem o combate (...) recebiam inspirações de valor e de constância pelos cânticos de guerra (...) e quando a vitória lhes era propícia, canções de glória lhes voavam dentre os lábios. Conquistados, submetidos ao jugo, desapareceram de sobre a face da terra, como desaparecem as nações belicosas.³¹⁹

Também diferentemente de Ribeiro e, mais uma vez, próximo a Denis, Garrett e Magalhães, Joaquim Norberto condenava os “novos brasileiros, filhos dos conquistadores portugueses”, que, ainda que inspirados “pela paisagem brasílica” e “pelo sol fulgente da América, não os souberam cantar”:

Quando deviam se apoderar dos pátrios costumes, das usanças e dos preconceitos populares, das tradições das tribos, que as nossas florestas povoaram, com que dessem cores e feições nacionais à poesia, abraçaram as idéias do grego politeísmo, que às nossas praias abordaram com as armas portuguesas; deixaram -se fascinar das belezas dos gregos e romanos poetas, e imitar procuraram (...)³²⁰

Voltando à periodização de Joaquim Norberto, é necessário apontar, ainda que ocorram imperfeições, a ampliação que o autor promoveu em termos de autores e obras citados. Iniciando a 1.^a Época com Bento Teixeira, a quem atribui – além da *Prosopopéia* - a autoria do *Diálogo das Grandezas do Brasil e Relação do Naufrágio*

319Ibidem, p. 27-28.

320Ibidem, p.28.

e chegando até ao próprio Magalhães, responsável pela Reforma da Poesia, na 6.^a Época, e passando, entre outros, por Gregório de Matos, pela Academia Brasílica dos Esquecidos, por Antônio José, Cláudio Manuel da Costa, Gonzaga, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Frei Francisco de São Carlos, José Bonifácio, Cônego Januário da Cunha Barbosa, Norberto dilata a seleção dos autores representativos da “literatura brasileira.”

A 6.^a Época – Da Reforma da Poesia – merece atenção especial, por se tratar da própria época do autor. Citando Ferdinand Denis, do qual, portanto se revela leitor, Joaquim Norberto enaltece a poesia de Gonçalves de Magalhães:

Sim M. Ferdinand Denis tinha predito – que o Brasil, que sentira a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe impusera a Europa, – que o Brasil conhecia também a necessidade de ir beber suas inspirações poéticas à fonte que lhe verdadeiramente pertence; – que o Brasil coroado com o esplendor de sua nascente glória publicaria dentro em pouco tempo as primorosas obras desse primeiro entusiasmo que atesta a galhardia e mocidade de qualquer povo; – sim a profecia cumpria-se e essa época de glória literária vem raiando!³²¹

A “época de glória literária” que, na leitura de Joaquim Norberto, vinha raiando, tinha um nome: Domingos José Gonçalves de Magalhães:

jovem nascido sobre o pitoresco solo do Rio de Janeiro, abrasado nas chamas da poesia, ávido de nome, ardente de glória, nutrido em sua infância com a leitura dos poetas (...)E todavia Mme. De Staël e M. de Chateaubriand haviam criado a nova escola do cristianismo; já M. de Lamartine se imortalizava com seus melancólicos e místicos cânticos, e a moderna Alemanha trilhava os passos dos Novalis e Schelegels: já na Inglaterra Byron, na Espanha Martinez de la Rosa e em Portugal o Sr. Garrett haviam dado o sinal para a reforma e proclamado a liberdade do gênio, e forçoso era ao gênio brasileiro ou progredir nas safadas sendas do Parnaso ou expor-se aos furores da inveja, encetando a difícil carreira: expôs-se, ergueu o estandarte da reforma, pôs-se à frente da mocidade e uma nova época começou para a poesia brasileira.³²²

Perceba-se que a fase inaugurada pelo manifesto de Magalhães, já comentado anteriormente, é alocada na história da literatura brasileira e caracterizaria, para Joaquim Norberto, a “nova época da poesia brasileira”, época à qual o próprio autor

321Ibidem, p. 63.

322Ibidem, p. 64-65.

se julga pertencer, uma vez que se deve lembrar, como já notado, que seu *Bosquejo* tinha intenção de apresentar sua obra poética.

Magalhães, quando da publicação do *Bosquejo*, contava com *Poesias*, de 1832 *Suspiros Poéticos e Saudades*, de 1836, e as peças *Antônio José* e *Olgato*, de 1838 e 1841, respectivamente. Naquele momento, Joaquim Norberto comentava sobre outra composição “que contribuirá para mais realçar o nome do Sr. Magalhães”, o poema *A Confederação dos Tamoios*, obra que em 1856 geraria a famosa polêmica com José de Alencar, apontando novos rumos da literatura e da crítica.

O que se vê no documento de 1840-1 de Joaquim Norberto, ou o que dele se pode sugerir, é a legitimação de um período e, por conseqüência, de sua obras e autores, a partir de seu “ingresso na história”.

Ao alocar nomes e obras em seu *Bosquejo*, ao fazer sua seleção, assim como, entre outros, fará Varnhagen, o autor promove um cânon, com vistas à consagração dos selecionados. Curiosamente, se a noção de cânon teve sua origem na formulação dos “catálogos de escritores”, nos inícios da Idade Média, conforme lembra Curtius, e buscava promover a canonização que levaria à consagração/santificação, deslocando o canonizado da própria história, investindo-o de perenidade, neste caso o que se vê é o justo oposto: a história garante a canonização e, esta, o lugar na própria história. Assim, e talvez somente assim, se realizasse a “glória imortal”, aspiração maior do literato, segundo Varnhagen³²³. O que se percebe em comum, tanto da idéia de cânon, originário da Igreja, quanto neste, instituído pela história literária, é que ambos servem de “garantia a uma tradição”³²⁴. Neste caso, da história da literatura brasileira, uma tradição que estava sendo, ainda, através da escrita, estabelecida. Dito isto, pode-se perguntar: qual o sentido de o *Bosquejo* servir como introdução às *Modulações Poéticas*, de Joaquim Norberto, senão conferindo legitimidade à própria produção do autor, para também alocá-lo na história?

323VARNHAGEN, op. cit. p. 230.

324CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e Idade Média latina*. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1996. p. 323

2.3. De um garfo do tronco português a um *Brasil Literário*: as histórias da literatura de Fernandes Pinheiro e Ferdinand Wolf

É, pois, o Curso Elementar de Literatura Nacional do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro digno de todo o acolhimento; e até o presente os prelos ainda não deram em nossa língua coisa mais completa neste gênero e que, por um esforço digno de seu autor, reúne às subdivisões dadas geralmente ao curso a escolha própria das seletas, a notícia das obras e seus autores e a crítica dos literatos abalizados. É uma obra que dispensa, com economia de tempo e despesa, o trabalho de haver, de juntar, de consultar muitas obras, podendo o autor dizer com Camões:

“...Aqui vereis presente
Cousas que juntas se acham raramente.”

(Joaquim Norberto de Sousa Silva, *Revista Popular*, XVI, Rio de Janeiro, 1862)

Foram muitas as tarefas que o cônego [Fernandes Pinheiro] tomou sobre os ombros débeis. Além duma ampla colaboração em periódicos, escreveu o *Resumo de história literária*, em dois volumes, o segundo dos quais é uma adaptação do Curso(...)porém, a única coisa que sobressai é a sua irremediável incapacidade histórica e literária.

(Antônio Candido, **O método crítico de Sílvio Romero**, 1945)

Na hipótese do Curso[Elementar de Literatura Nacional, do Cônego Fernandes Pinheiro](...)constitui ele, em verdade, a PRIMEIRA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA e corretíssimo é situar-se Fernandes Pinheiro na privilegiada posição de FUNDADOR DA HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA LITERÁRIAS NO BRASIL. (Mário Portugal Fernandes PINHEIRO, Apresentação ao **Curso de Literatura Nacional**, 1978)

Contando com o acervo existente, expresso nos diferentes ensaios e bosquejos que grassaram, desde 1826, duas visões sistematizadas apareceram, quase que simultaneamente, nos inícios dos anos 1860. O *Curso Elementar de Literatura Nacional*, em 1862 - depois intitulado apenas de *Curso de Literatura Nacional* – do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro Júnior, e *O Brasil Literário*, de Ferdinand Wolf, em 1863. Da mesma forma que as produções anteriores, ou mesmo posteriores, ambos, Fernandes Pinheiro – sobrinho de José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, um dos fundadores do IHGB e seu 1.º Presidente Perpétuo³²⁵ e Ferdinand Wolf, buscavam, cada qual a seu modo, se inscrever, então, como os iniciadores da história literária brasileira:

325PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. Apresentação. In. **Curso de literatura nacional**, op. cit. p. XIII.

O imperio do Brasil viu nestes ultimos anos sua influencia aumentar, a ponto de atrair a atenção de toda a Europa civilizada. Naturalistas, etnografos, historiadores, homens de estado, tornaram-se por objeto de seus estudos, de que resultou um numero consideravel de obras importantes.

Apenas por um aspecto o Brasil continuou até agora uma terra desconhecida dos Europeus: sua literatura indigena e nacional conservou-se na obscuridade. Mal aparece entrevista em algumas obras sobre a literatura portuguesa, vindo inclusa como exiguo apendice.

No entanto, a literatura do Brasil fez tais progressos, sobretudo de trinta anos a esta parte, que não se lhe pode recusar por mais tempo o lugar que lhe compete na historia das litteraturas nacionais.(...)

nem mesmo é possível remediar esta lacuna, traduzindo qualquer historia literaria pois que os brasileiros não possuem nenhuma que chegue até os nossos dias.(...)

Tentei esboçar o desenvolvimento da literatura no Brasil.(...)

Meu livro tem em todo caso o merito relativo de ser o primeiro e o único que até agora apareceu na Europa sobre o assunto.³²⁶

Decorridos dez anos das publicações, em 1873, o mesmo Fernandes Pinheiro, publicava, em dois volumes, seu *Resumo de Historia Litteraria*. Da mesma forma, granjeava o papel de “predecessor”, como deixa entrever na “Prefação” da obra:

Lançando rapido olhar sobre as litteraturas estrangeira apreciamos perfunctoriamente as hebraica, grega latina, italiana, franceza, ingleza, allemã e hespanhola; que, mais ou menos, influirão para a formação, ou aperfeiçoamento da nossa.

Detivemo-nos mais na portugueza, e passando a luso-brasileira procuramos cuidadosamente seguir-lhe os lineamentos, como que surprehendendo-a nos reconditos arcanos do seu genesis.

No desempenho do nosso plano é bem possivel que não tenhamos atingido o alvo; que numerosos sejam os erros e omissões, involuntariamente commetidos; resta-nos porém a grata consolação da havermos sido o primeiro em trilhar semelhante vereda: assim como coube-nos a honra de ter escripto , há dez annos, o primeiro Curso Elementar de Litteratura que possui a lingua portugueza.³²⁷

Ainda que nenhuma das duas obras dos anos 1860 trouxesse a menção à história em seus títulos, ambas irmanavam-se a uma visão historicista, traduzida na busca de “estruturações temporais de certa organicidade”, de que fala Guinsburg, e que implicavam na determinação de “etapas”, “períodos” ou “idades”, como já apontado

326WOLF, Ferdinand . **O Brasil literário** (1863). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. p. 3-5. Mantivemos a grafia empregada à época da tradução-realizada por Jamil Almansur Haddad.

327PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Resumo de historia litteraria*. Rio de Janeiro: Garnier, 1873. p. 7.

anteriormente.³²⁸ Contudo, cabe lembrar, ainda que motivados pela busca de balizas históricas, e respaldados por “fontes” que muito se assemelhavam, cada um dos autores proporia uma “divisão” diferente, conforme sua perspectiva dos assunto.

Fernandes Pinheiro, apresentava seu *Curso* em 43 “lições”, principiando pela “origem da língua portuguesa” chegando à “Escola Romântica Brasileira”. Na sua “lição II”, da “Noção e Divisão da Literatura” eram apresentados os princípios fundamentais que regeriam toda exposição e caracterizariam a suas diferenças com Wolf e com grande parte dos autores que já comentamos anteriormente.

Primeiramente, o Cônego – ainda que nomeie seu curso como “literatura nacional”- não investe a literatura brasileira de autonomia em relação à literatura portuguesa. Entretanto, afinado com as discussões da época, respalda sua contrariedade em seu próprio conceito de literatura, partindo do princípio que a literatura é, antes de tudo, “poderoso elemento de civilização”, literatura que os “críticos” dividem em duas grandes seções, “clássica” e “romântica”:

Além desta divisão, acerca da qual ainda hoje se litiga, subdivide-se a literatura conforme os países a que pertencem os seus autores, ou conforme as idéias de que se fazem órgãos. Se o clima, a religião, a forma de governo, os usos e os costumes atuassem sempre poderosamente sobre as literaturas dos povos seria fora de dúvida que cada país devera contar uma que lhe fosse especial. Infelizmente porém assim não acontece; e numerosos são os exemplos de nações independentes que não possuem literatura própria(...).Em compensação pode um povo estar sujeito a estranho domínio, haver perdido a sua autonomia, e ser contudo diverso no ponto de vista literário(...) Vê-se pois que não é a língua que serve de divisão às literaturas.³²⁹

Assim, Fernandes Pinheiro, contrariava as proposições do período, que ansiavam pela independência e legitimidade de uma literatura nacional, e que conferiam autenticidade para diferentes manifestações literárias ocorridas ao longo do tempo. Para o Cônego ainda não havia uma literatura sólida ou autenticamente brasileira:

328Ver nota 36.

329PINHEIRO, op. cit., p. 10.

Fazendo aplicação dos princípios que acabamos de estabelecer julgamos, bem que pese ao nosso patriotismo, que nas faixas infantis ainda se acha envolta a literatura brasileira. Tê-la-emos brevemente, como já possuem os Estados Unidos e quiçá o Chile; numerosos são os elementos que se aglomeram para a sua constituição, e o movimento impresso em 1836 pelo Sr. Magalhães vai produzindo brilhantes resultados.

A inexistência de uma literatura “exclusivamente” nacional se revelava diante da própria inexistência de “uma idéia verdadeiramente brasileira”, portanto, uma possível “originalidade” literária ainda estaria em formação e não poderia, por exemplo, ser encontrada naqueles autores, que Fernandes Pinheiro chamava de “gloriosos precursores”- Durão, Basílio da Gama e outros:

Discordamos (...)da opinião dos que pretendem enxergar uma nacionalidade, um cunho particular nos escritos de alguns ilustres brasileiros, compostos durante o regime colonial, ou ao crepúsculo da aurora boreal da independência, quando as preocupações políticas absorviam todas as atenções.³³⁰

Assim, na ausência de uma literatura independente - “exclusivamente nossa”, o autor, utilizando-se das sugestões do *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portuguesa*, de Borges de Figueiredo e embasado, entre outros, em Almeida Garrett e Alexandre Herculano, apresentava e caracterizava as diferentes épocas da literatura portuguesa, da qual a literatura brasileira, ainda em sua infância, se fazia tributária.

De acordo com Borges de Figueiredo³³¹, adotado por Fernandes Pinheiro, a literatura portuguesa, teria experimentado cinco fases ou épocas, às quais denominou “infância, adolescência, virilidade, velhice e renascimento” e que corresponderiam, respectivamente, à primeira época, iniciada em 1140, com a fundação da monarquia, encerrando-se em 1279, com o início do reinado de D. Diniz ; segunda época, de 1279 à 1495, reinado de D. Manuel ; terceira época, de 1495 à 1580, início do reinado de

330Ibidem, p. 11.

331De acordo com Massaud Moisés, A. Cardoso Borges de Figueiredo publicou seu *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portuguesa*, em Coimbra, em 1862, portanto no mesmo ano da publicação do *Curso* de Fernandes Pinheiro. MOISÉS, M. **Bibliografia da literatura portuguesa**. São Paulo: Saraiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1968. p. 35.

Felipe II ; quarta época, 1580 até 1750, reinado de D. João V e quinta época, 1750-1826, compreendida entre os reinados de D. José I e D. João VI. A estes, o Cônego acrescentou a “reforma”, iniciada a partir de 1826: uma sexta época “inaugurada em Portugal pelo exímio poeta visconde de Almeida Garrett, e no Brasil pelo Sr. Dr. J. Gonçalves de Magalhães”.³³² Se fundamentalmente as cinco primeiras épocas têm como marco uma história régia, a sexta época decorre daquilo que podemos considerar, apropriadamente, como decorrente de eventos literários.

Cabe observar ainda que o Cônego aproveitando-se daquilo que ele chamava de “uberidade literária” desse século”, procede, a par da sistematização por “épocas”, uma “classificação” de acordo com “gêneros” e “espécies”: Assim, eram historicamente apresentados os gêneros poéticos (lírico, didático, épico, dramático), subdivididos em espécies (bucólica, lírica, elegíaca, didática, epigramática, satírica), além dos romances (segundo, Fernandes Pinheiro, “a transição entre a poesia e a prosa” pois, conservaria “da primeira a faculdade inventiva , e os floreios da imaginação, e da segunda a naturalidade da frase”³³³), diálogos (“uma das mais agradáveis formas de instruir os homens, reunindo à solidez das obras didáticas o movimento dramático”³³⁴), epistolografia (“constitui(...)pela universalidade dos assuntos que pode abranger verdadeira pedra de toque do talento do escritor”³³⁵), biografia, relatos de viagem (“uma das mais agradáveis maneiras de instruir deleitando”³³⁶), e historiografia, alocada nas Belas Letras, devido ao efeito encantatório da sua leitura- o que permite permite vislumbrar a concepção de história do próprio autor:

Ninguém desconhece a importância do estudo da história, *magistra vita, testis temporis*, na frase de Cícero. Com o fio de Ariane conduz-nos ao labirinto do passado, e faz-nos assistir pela imaginação a fatos ocorridos em estranhos climas e remotas eras. Fez-nos classificá-la ns belas letras o encanto que nos causa a sua leitura, por isso que não poucas vezes a pena do historiador se converte em pincel, e descrevendo, ou narrando, deslumbranos pelo brilhantismo do colorido.³³⁷

332PINHEIRO, op. cit., p. 11.

333Ibidem, p. 109.

334Ibidem, p. 119.

335Ibidem, p. 129.

336Ibidem, p. 157.

337Ibidem, p. 143.

Além destes, Fernandes Pinheiro via, a partir da “quarta época”, o florescimento da eloquência junto aos púlpitos- na forma da oratória- uma vez que fora banida da tribuna política e judiciária devido ao domínio espanhol.

Seria, portanto, dentro deste quadro – da história da monarquia e das instituições portuguesas – que Fernandes Pinheiro apresentaria as manifestações da suposta literatura pátria, alocada a partir da chamada quarta fase, e que coincidiria com um quadro de decadência da literatura portuguesa, resultante da dominação espanhola.

O primeiro autor brasileiro comentado pelo Cônego foi Manoel Botelho de Oliveira, na “vigésima lição”. Chamado de “proto-poeta”³³⁸, já havia merecido, anteriormente, comentários de Ferdinand Denis, Varnhagen e Santiago Nunes Ribeiro, como já pudemos apontar.

Segundo Fernandes Pinheiro, coube a Manoel Botelho de Oliveira “a honra de haver primeiro feito ouvir as harmonias da musa brasileira, e cantado as produções do nosso solo, esmaltando seus versos com a *cor local*, o mais saliente distintivo das literaturas co-irmãs.”³³⁹ Pela primeira vez, a poesia brasileira “tendia (...) a tomar uma fisionomia própria”, aspirando um “cunho de originalidade”.

Curiosamente o Cônego transcreve a dedicatória do livro de Botelho, para falar do “generoso pensamento” que teria levado o proto-poeta a publicar sua obra – dedicatória que parece apontar, também, para o “generosos pensamento” do próprio autor do *Curso de Literatura Nacional*:

Nesta América inculta, habitação antigamente de bárbaros índios, mal se podia esperar que as Musas se fizessem brasileiras; contudo, quiseram também passar-se a este empório onde como a doçura do açúcar é tão simpática com a suavidade de seu canto, acharam muitos engenhos, que imitando os poetas de Itália e de Espanha, se aplicassem a tão discreto entretenimento, para que não se queixasse esta última parte do mundo, que assim como Apolo lhe comunica os raios para os dias, lhe negasse as luzes para os entendimentos. Ao meu, posto que inferior aos de que é tão fértil este país, ditaram as Musas as presentes rimas que me resolvi expor à publicidade de todos para ao menos ser o primeiro filho do Brasil, que faça pública a suavidade do metro, já que o não sou em merecer outros maiores créditos na poesia.³⁴⁰

338Ibidem, p. 174.

339Ibidem, p. 173.

340Ibidem, p. 174.

Acompanhando Manoel Botelho no “repertório” da literatura nacional, entre outros, eram ainda “inscritos” na “quarta e quinta épocas”: Gregório de Matos, Antonio Vieira (o “Cícero português”), padre Antônio de Sá, Rocha Pita (o “Heródoto Brasílico”), Sousa Caldas, Gonzaga, Silva Alvarenga, Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, Cláudio Manuel da Costa, Basílio da Gama (autor da “*Ilíada americana*”), Santa Rita Durão, Antônio José da Silva, Francisco de São Carlos, Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio (o “Massillon brasílico”), Mont'Alverne (o “Ossian do púlpito”) e Alexandre de Gusmão.³⁴¹ Perceba-se que estes autores, ao menos em sua grande maioria, apontados desde Denis até Joaquim Norberto ou Santiago Nunes Ribeiro como os responsáveis pelos primeiros indícios de uma literatura brasileira, honrando o Parnaso brasileiro, para parafrasearmos o próprio Denis, apesar dos seus exageros ou deficiências, quando elencados por Joaquim Caetano deixam de ter tal característica, uma vez que não havendo a distinção entre literatura brasileira e portuguesa, são sempre apresentados como autores nacionais - salvo honrosas exceções.

Assim, se Manoel Botelho de Oliveira é o “nosso” proto-poeta, cabia ao Uruguai, segundo o Cônego, o título de “primeiro poema brasílico”³⁴² e ao Assunção de Francisco de São Carlos, “o mérito (...) de ser um poema eminentemente nacional; um desses poucos monumentos que nos legou a geração passada para a formação da nossa literatura.”³⁴³ Além destes, Mont'Alverne é apontado pelos seus arroubos patrióticos:

Ainda que rigorosamente falando deva Mont'Alverne pertencer à sexta época da literatura nacional, colocamo-lo todavia na quinta; porque nela tiveram lugar seus mais belos triunfos oratórios, e até porque nela tiveram lugar seus mais belos triunfos oratórios, e até porque muitas são as afinidades que o ligam à escola de S. Carlos e Sampaio, a que denominaremos de *brasílico-seráfica*(...).

lembram-se os contemporâneos da parte ativa que tomara o P. M. Mont'Alverne em nossas dissensões políticas: dizem que debaixo da estamena lhe pulsava um coração patriótico, e que, novo Savonarola,

341O termo repertório é de uso do próprio Fernandes Pinheiro. Ver, p. ex. p. 365 de seu *Curso*.

342Ibidem, p. 384.

343Ibidem, p. 444.

erguera por mais de uma vez seu eloqüente brado em prol das pátrias liberdades. Manuseando seus sermões políticos encontramos(...) as mais avançadas teorias liberais; e a sua voz, semelhante a esses ruídos subterrâneos, prenúncios das erupções vulcânicas, parecia pressagiar a revolução prestes a manifestar-se(...).

Contudo, logo esclarece Fernandes Pinheiro, o teor do patriotismo do festejado orador:

O fervoroso patriota que com tanta veemência defendia os direitos do povo não era um energúmeno político como aprouve a alguém representá-lo; reconhecia o salutar princípio da autoridade, e formava sinceros votos para que dentre nós não desaparecesse o elemento monárquico, paládio da felicidade e futura grandeza do império do Cruzeiro.³⁴⁴

O mesmo Joaquim Caetano que transformava Sousa Caldas e Santa Rita Durão em “precursores da escola romântica”- por terem rompido com o “maravilhoso mitológico”, se divorciando da “escola clássica”³⁴⁵, chamava atenção para o compromisso do crítico em relação aos autores a serem “julgados”: “relewa porém não nos olvidemos do preceito de crítica literária que manda collocarmo-nos pela imaginação no tempo e na sociedade em que viveram os autores que quisermos julgar.”³⁴⁶ Tal preceito porém, no caso do Cônego não evita juízos, principalmente de caráter moral. É o que se lê, por exemplo, a respeito da sua avaliação quanto a Gregório de Matos:

(...)pensemos que muito lucraria a nossa literatura com a publicação das obras poéticas de Gregório de Matos, incubindo-se um diligente editor de expurgá-las das obscenidades que as deturpam.³⁴⁷

Da mesma forma, se referia a obra de Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França:

344Ibidem, p. 457-458.

345Ibidem, p. 298 e 395.

346Ibidem, p. 409.

347Ibidem, p. 185.

(...) lamentamos que nos supremos momentos, mais discípulo de Zeno do que Cristo, não tivesse o nosso compatriota, ao inverso de Bocage, nenhum pensamento para o céu, nenhuma idéia de contrição.³⁴⁸

Semelhantemente, deixava que o papel de Cônego se sobrepusesse ao do crítico, como quando fala da morte de Cláudio Manuel da Costa:

Comprometido na conjuração do tiradentes, em que haviam tomado parte os homens mais notáveis da capitania, foi carregado de ferros, recolhido à cadeia de Vila Rica, onde, como Chatterton, pôs termo aos seus dias, enforcando-se com uma liga na idade de quase sessenta anos, no dia 4 de julho de 1789. Deplorável fraqueza da parte de um homem, cujas idéias religiosas e princípios filosóficos deveram olhar com horror para o suicídio!³⁴⁹

Se para o Fernandes Pinheiro não se poderia tratar da literatura brasileira autonomicamente, Ferdinand Wolf, por sua vez, em Prefácio datado de abril de 1862, dizia que não se poderia “recusar por mais tempo o lugar” que competia a literatura brasileira “na história das literaturas nacionais”, principalmente pelos progressos, então, ocorridos nos últimos trinta anos.³⁵⁰ Seu texto, dessa forma, se volta ao rastreamento dos “sinais de nativismo” apresentados nas letras brasileiras.

Conforme comentava o professor Massuad Moisés, na sua apresentação de *O Brasil literário, Ferdinand Wolf e a aurora do romantismo nacional*, a obra, como “livro de história literária”, cumpria “o dever mínimo do historiador, o de possuir um método”:

E êste método qual é? Apenas aquele que lhe poderia propiciar a hora romântica; e em certa faceta do Romantismo que em Wolf também encontra um de seus simbolos mais claros. (...) Sua concepção do fenômeno romantico liga-o preponderantemente ao nacional na literatura. Daí deduzir-se o sentido de sua crítica: O autor será tanto mais importante quanto mais tiver contribuido para firmar-se o carater nacional da literatura, sem o que ela não é digna do nome, tanto maior quanto mais “patriota”³⁵¹

Curiosamente Moisés apontava Wolf como o responsável pela “aurora do

348Ibidem, p. 366.

349Ibidem, p. 368.

350WOLF, op. cit., p. 3.

351MOISÉS, Massaud. “Ferdinand Wolf e a aurora do romantismo nacional”. In. WOLF, op. cit., p. VIII

romantismo nacional”, papel que vinha sendo disputado desde algumas décadas antes, e que continuaria a ser alvo de polêmicas, mesmo depois de Wolf. Parece-nos que mais do que inaugurar um a perspectiva de abordagem sobre as chamadas letras nacionais, Wolf se filia àquilo que vinha sendo feito desde Denis ou Magalhães.

Da mesma forma que o Cônego, Wolf se respaldará nas informações de Magalhães, Denis, Garrett, Januário da Cunha Barbosa, João Manuel Pereira da Silva, Varnhagen, Joaquim Norberto, enfim, nos diferentes Bosquejos e Ensaios que proliferaram no período anterior a sua publicação. É o próprio historiador da literatura que “avalia” suas fontes. Sobre importância do Florilégio e do Ensaio, de Varnhagen, dizia Wolf:

O erudito desta obra não se contentou de nela republicar pela primeira vez um grande número de fragmentos inéditos e extraviados de fontes muito raras; aí revela-nos a sua origem alemã, pela exatidão e a profundidade que demonstra na introdução histórica que abre o primeiro volume. É esta última parte do livro que serviu de modelo para os quatro primeiros períodos.³⁵²

Wolf, confessadamente, recorreu a periodização de Joaquim Norberto - autor “que nos dá em grandes traços um quadro fiel da literatura brasileira” –, apresentada no *Bosquejo*, só afastando-se dela, quando funde o 4.^a e 5.^a épocas de Norberto - “Do começo do século XIX até a Proclamação da Independência Nacional” e “Desde a Proclamação da Independência Nacional até a Reforma da Poesia” - num equivalente 4.º Período:

- 1.º Período: “Da descoberta do Brasil até o fim do século XVII”:

Os jesuítas principalmente introduzem a cultura literária trazida da Europa; os colonizadores portugueses e seus descendentes imitam servilmente os modelos portugueses e espanhóis.³⁵³

- 2.º Período: “Primeira metade do século XVIII”:

352WOLF, op. cit., p. 14.

353Ibidem, p. 7.

A cultura literaria se estende e ganha raizes; fundam-se sociedades literarias, mas não obstante algumas veleidades de independencia, continua a imitação pura e simples dos modelos portugueses.³⁵⁴

- 3.º Período: “Segunda metade do século XVIII”:

A cultura literaria expande-se cada vez mais assim como a tendencia à emancipação da influencia da metropole. A escola mineira é a principal representante deste movimento.³⁵⁵

- 4.º Período: “Do começo do século XIX e sobretudo da proclamação da independência do Brasil até a emancipação política e literária da mãe-pátria e do domínio exclusivo do pseudo-classicismo pela influência dos românticos (1840)”:

A literatura brasileira assume um carater nacional cada vez mais pronunciado em meio a tempestades politicas e mercê da influência direta das literaturas francesa e inglesa principalmente.³⁵⁶

- 5.º Período: “De 1840 até hoje”:

A monarquia se consolida; o governo e o próprio Imperador pessoalmente estimulam as letras e as belas artes. A literatura nacional propriamente dita desenvolve-se cada vez mais com o ascendente da escola romantica e dos elementos brasileiros.³⁵⁷

Além de Joaquim Norberto, “escritor [que] nos prometeu uma obra mais consideravel, uma historia da literatura do Brasil, de que não apareceram infelizmente até agora senão alguns fragmentos(...)”³⁵⁸, Magalhães também era lembrado, bem como fazia-se merecedor de um comentário especial:

354Idem.

355Ibidem, p. 8

356Idem.

357Idem.

358Ibidem, p.12.

O Sr. Magalhães não executou por sua vez o seu projeto de escrever uma historia da literatura brasileira, o que não lastimamos muito, pois que ele prefere criar a criticar. Ele não escreve a historia, ele a faz. Com efeito publicou (...) “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” que não contem mais do que a introdução desta grande obra, mas que é escrita com tanto espírito e eloquencia, que não se pode deixar de lamentar que este trabalho tenha se mantido neste estado de fragmento.³⁵⁹

A par dos comentários sobre as “obras consultadas, Wolf elaborava na Introdução ao seu trabalho uma “definição da literatura brasileira”- uma vez que, entendia o autor, “pode-se com justiça falar agora em literatura brasileira”³⁶⁰

Negando a existência de uma “cultura literária” indígena, a literatura brasileira, assim como o “caráter brasileiro”, decorreria da união dos “habitantes primitivos” com os colonizadores:

Foi só indiretamente que os habitantes primitivos do país mercê de sua união com os colonizadores e das raças híbridas (mamelucos e mestiços) que daí se derivaram é que exerceram, sobre o desenvolvimento do caráter brasileiro e por conseguinte sobre a literatura deste povo, uma influência, que vinha ainda aumentar a natureza rica e grandiosa do país. É assim que ao fim de dois séculos, o caráter nacional dos brasileiros e portanto o de sua literatura diferia essencialmente do dos portugueses.³⁶¹

Se a especificidade da literatura brasileira decorre dessa sua “precursora” teoria da miscigenação, historicamente esta mesma literatura teria suas origens assemelhadas às das literaturas européias. Ou seja, naquilo que Wolf considera o 1.º período da literatura brasileira, a cultura literária “desenvolveu-se a principio sob a egide da Igreja e mercê do cuidado dos seus servidores.” Dessa maneira, a cultura literária no Brasil- ou os seus “primeiros germes”- teria redundado do próprio serviço dos padres nos trópicos:

359Ibidem, p. 12-13. Cabe lembrar que Sílvio Romero, em sua *Introdução à história da literatura brasileira*, apontava o caráter de ineditismo da obra de Wolf, “o nosso oráculo na matéria”, como dizia o crítico sergipano. Contudo, ainda que obra “singular”, caracterizava-a como “um quadro pálido e incorreto. ROMERO, op. cit., p. 123.

360Ibidem, p. 6.

361Ibidem, p. 7.

Estas primeiras sementes deram frutos durante as lutas contra os holandeses e a sua expulsão final (1624-1662); foi então que os colonos começaram a ter consciência não só de suas qualidades de portugueses, como ainda da de pais da nacionalidade brasileira.³⁶²

Nesta fase são destacados Bento Teixeira- que “passa por ser o poeta mais antigo do Brasil”-, Antônio Vieira e Gregório de Matos, o “primeiro poeta brasileiro importante”.

O 2.º período, para Wolf, equivale à época da imitação servil dos modelos clássicos europeus, principalmente nos estilos poéticos. Sendo assim, o historiador destaca para o período, o “poeta dramático” Antonio José da Silva, vitimado pela Inquisição em 1739 e o poeta “cujas produções não tem nenhum valor, mas que pela maneira poetica de representar a historia nacional e por seu estilo distinto, ocupa posição honrosa na literatura brasileira”, Sebastião da Rocha Pitta, autor da “primeira historia do Brasil escrita com gosto”.³⁶³ Vale a pena transcrevermos a “apreciação”-ainda que longa - de Wolf sobre a *História da América Portuguesa*, pois de certo modo, deixa entrever a própria concepção de história, e da atividade historiadora, do pesquisador estrangeiro:

Sua obra é notável , do ponto de vista científico, como a primeira historia detalhada do Brasil, mas ainda porque o autor aqui acumula na medida do possivel todos os materiais relativos a seu assunto. Foi lhe censurada a falta de senso critico e a grande credulidade, que fez com que ele retificasse tradições mal provada. Mas para sermos justos, é preciso levar em conta o estado da critica historica naqueles tempos, a maneira de ver da epoca e a ortodoxia do autor. Sua historia é notavel ainda pelo patriotismo que vibra em cada uma de suas paginas, pela exposição viva, por um estilo florido que chega a ampulosidade, mas que não é mais que o resultado do carater brasileiro. Em suma, o coração e a imaginação ocupam aí maior lugar que a razão e a critica, e o talento poetico revela-se mais que o espirito frio do historiador.³⁶⁴

362Ibidem, p.23.

363Ibidem, p. 52.

364Ibidem, p. 54. Para uma leitura de Pita, atenta ao uso das tópicas que estruturavam seu discurso, bem como em relação a noção de narrativa vigente à época, ver: SINKEVISQUE, Eduardo. **Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII: introdução a um debate sobre gênero.** São Paulo: USP, 2000. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira, apresentada ao Depto. de Letras Clássicas e Vernáculas, sob a orientação do Prof. João Adolfo Hansen.

A posição que um autor deve ocupar dentro do cânon da cultura literária, advém do seu patriotismo/nacionalismo, bem como da sua exaltação destes sentimentos. Sua valoração, portanto, decorre de seu “vibrante patriotismo”, mesmo para contextos históricos em que isto não tivesse a mesma conotação que adquiriu à época do crítico austríaco. Logo, é como se o sentimento transcendesse a própria história, ainda que a história pareça fundamentar este mesmo sentimento.

É o caso, por exemplo, do papel desempenhado pela Inconfidência mineira, e seu corolário “a escola mineira”, no 3.º período da história de Wolf:

esta inconfidência de Minas fez época na historia literaria do Brasil, seja pelos poetas que nela desempenharam os papeis principais, seja pelas ideias de independencia que fez nascer. É deste acontecimento que data na literatura a tendência, antes timida, mas agora cada vez mais acentuada, à emancipação, seja somente pela presença de uma cor mais local, seja ainda pela escolha de assuntos nacionais, principalmente na epopéia.³⁶⁵

Esta forma de “valoração” da produção literária fica bastante clara, por exemplo, quando Wolf compara a poesia lírica, de Cláudio Manuel da Costa, Gonzaga, Silva Alvarenga e Alvarenga Peixoto à poesia épica, dos já citados, José Basílio da Gama e Santa Rita Durão, com vantagem para estes, pois na leitura do crítico, a poesia lírica “apresentava-se menos nacional que a epopéia”³⁶⁶. Da mesma forma, entre os líricos, havia diferenças: ainda que Gonzaga se caracterizasse como superior “pelo talento poético”, Silva Alvarenga ocupava “um lugar mais elevado no panteão brasileiro”, pois: “esforçou-se com efeito para dar também à poesia lirica uma côr americana, seja pelas imagens ou comparações tomadas de empréstimo à natureza brasileira, seja empregando formas nacionais num ritmo popular.”³⁶⁷

Neste sentido, também, é que, ainda no seu 3.º período, Wolf falava da distinção dos poetas, no caso, Santa Rita Durão e Basílio da Gama - “por seu patriotismo”.

Assim, se Basílio da Gama “conseguiu despertar o interesse por este país e suas

³⁶⁵Ibidem, p. 83.

³⁶⁶Ibidem, p. 102.

³⁶⁷Ibidem, p. 115.

particularidades e contribuiu razoavelmente para o livre surto do sentimento nacional”³⁶⁸, Durão, da mesma forma, ainda que, do ponto de vista do estilo, dada por exemplo, sua “monotonia”, possa ser criticado, ainda assim -ambos- têm seu “lugar” consagrado.

Isso não provem apenas do pequeno talento de composição(...)como ainda de um motivo mais profundo, não pessoal e por este motivo importante à história literária. É que então o sentimento de dependência da metropole e da honra dos colonos abafava o sentimento de patriotismo dos brasileiros para que os portugueses pudessem aparecer a uma luz desfavorável em suas relações com os indígenas. Não se poderia pô-los agora no primeiro plano e isto só foi possível (...)depois da Independência do Brasil. O amor do solo natal irrompeu então com tal força que deixou traços marcados na vida cotidiana e na literatura. Assim, José Basílio da Gama e Durão só puderam preparar Magalhães e Gonçalves Dias.³⁶⁹

Wolf, Inspirado por Magalhães, ou assim como Magalhães, via nos eventos de 1808, a instauração de uma nova fase da história brasileira- “uma revolução política”, cujas as conseqüências “não tardaram a fazer-se sentir na literatura”:

Logo mais se desencadeava a rivalidade e mesmo a oposição para com a mãe-pátria; o sentimento de independência política dava marcas de si nas letras, fortalecendo-as, e o apoio que não se queria pedir de Portugal, obteve-se-o na França e na Inglaterra. Quando mais tarde, partia da Alemanha o gosto pelo que é verdadeiramente popular, e expandindo-se por toda a Europa, a jovem nacionalidade brasileira não deixou de influenciar-se por ele.³⁷⁰

Com o término do 4.º período da história de Wolf, marcado que foi pela pena dos “poetas patriotas” - de José Bonifácio à Luiz Paulino - parece que uma parte do *Brasil Literário* também encerrava-se. É como se todos os quatro períodos precedentes apenas preparassem terreno para a eclosão da literatura nacional emancipada, com a “escola verdadeiramente nacional”, de Magalhães.³⁷¹

368Ibidem, p. 90.

369Ibidem, p. 99.

370Ibidem, p. 133-134.

371Ibidem, p. 209. Romero critica a postura de Wolf em relação à Magalhães, com o seguinte comentário: “os exageros sobre o merecimento de seu principal inspirador, Gonçalves de Magalhães, provocam hoje o riso.” ROMERO, op. cit., p. 123.

A preocupação do próprio autor com este, agora, 5.º período parece evidente. Praticamente metade de sua obra, cobre a fase que vai do descobrimento até 1840, a outra metade, ou pouquíssimo menos do isto, percorre a fase 1840-1860. Em outros termos, Wolf se utilizou de treze capítulos para cobrir algo em torno de 340 anos e mais 5 para apenas três décadas, a última fase da literatura brasileira apresentada em sua obra.

Wolf, entendendo o “verdadeiro romantismo” como nada mais que “a expressão do genio de um país, desembaraçado de todos os entraves da convenção”, via, agora no 5.º período da história literária brasileira, o encontro deste “verdadeiro romantismo” com o “nativismo”, tornando a literatura nacional algo possível ou, em suas palavras, “uma força.”³⁷²

Os promulgadores da reforma eram novamente citados: de Manuel de Araújo Porto-Alegre à Joaquim Manuel de Macedo, de Gonçalves Dias à Joaquim Norberto e Varnhagen (Wolf enaltecia em Varnhagen, e sua História do Brasil, o estilo “calmo, digno e claro”, como conviria à história³⁷³). Aparentemente um ciclo se fechava: os promulgadores dos bosquejos e ensaios agora eram acolhidos pela história.

Da mesma maneira, Wolf fechava sua história, pois se o que o movia, desde as suas primeiras páginas, era demonstrar a legitimidade da existência de uma literatura nacional no Brasil, e o seu “lugar” no rol do mundo civilizado - como dizia no início do Prefácio³⁷⁴ - finalizava agora seu texto certo de ter atingido aquele objetivo. Enfim, fazia-se a “luz” sobre a “obscuridade” da literatura nacional do Brasil

Por imperfeito que seja este ensaio, o leitor poderá dele tirar os resultados seguintes: a literatura brasileira pode pretender a justo título o direito de ser encarada como verdadeiramente nacional; nesta qualidade, tem o seu lugar marcado no conjunto das literaturas do mundo civilizado; enfim, no último período principalmente, ela desenvolveu-se em todas as direções e produziu nos principais gêneros obras dignas da atenção de todos os amigos das letras.³⁷⁵

372Ibidem, p. 208-209.

373Ibidem, p. 354.

374Ver nota 323.

375WOLF, op. cit. p. 355.

Transcorridos algo em torno de uma década, tanto da obra de Wolf, quanto de seu próprio *Curso*, Joaquim Fernandes Pinheiro publicou seu *Resumo de História Literária*. Entendendo, então, a literatura como o “conjuncto das produções escriptas d'um paiz e durante uma epocha, ou de todos os paizes e em todas as epochas” e a história literária como “a enumeração e rapida analyse das producções litterarias”, o autor parecia, agora em 1873, vislumbrar um início de autonomia para a literatura brasileira, ainda que não a trate em separado da literatura portuguesa. Sobre a debatida questão da nacionalidade literária, “que alguns eruditos_ quizerão attribuir aos escriptores brasileiros”, dizia o Cônego:

Havendo lido e meditado no que a tal respeito disserão os senhores Magalhães, Varnhagen, Pereira da Silva, Abreu e Lima, Gama e Castro, Santiago, Norberto, Alencar, e outros, chegamos a intima convicção de que – a nossa litteratura é um garfo do tronco portuguez, um ângulo que se afasta do seu vertice, á proporção que se distancia e epocha do descobrimento e colonisação, e pela força das causas que modificão á indole e os costumes dos dois povos co-irmãos.³⁷⁶

Aparentemente de acordo com sua visão de literatura e história literária, Fernandes Pinheiro optava por fazer “a enumeração e rapida analyse” das “produções litterarias de todos os paizes e em todas as epochas”. Para tanto, à guisa de introdução, apresentava um panorama das literaturas orientais, se deslocando, então, para as literaturas hebraica, grega e latina. Depois se voltava às literaturas nacionais, propriamente ditas: italiana, francesa, inglesa, alemã e espanhola, com um apêndice para a literatura hispano-americana. Por fim, dedicando integralmente o segundo tomo da obra, se dedicava à literatura portuguesa, e por último, para a literatura luso-brasileira.

A literatura luso-brasileira era apresentada a partir de três períodos: o 1.º relativo aos séculos XVI e XVII, considerado o período de “formação”, o 2.º, do “desenvolvimento”, voltado exclusivamente ao XVIII e o 3.º relativo ao XIX, ou da “reforma”, dividido em 3 épocas: 1800-1822; 1822-1840 e 1840 em diante.

Se no *Curso* cabia à Manuel Botelho de Oliveira o papel de proto poeta, agora

376PINHEIRO, *Resumo de historia litteraria*. p. 293.

no *Resumo*, Bento Teixeira assumia seu lugar, graças as descobertas de Varnhagen- nos inícios dos anos 1870:

Bento Teixeira Pinto (sic), nascido em Pernambuco pelo meiado do seculo XVI, passa pelo nosso primeiro poeta. Compoz uma obrinha com o titulo de *Prosopopéa*(...)Esse poemeto que julgava-se perdido; e que nenhum historiador litterario pudera dar conta, encontrou-o o sr. Varnhagen (barão de Porto Seguro) na bibliotheca de Lisboa.³⁷⁷

Talvez um dos aspectos mais interessantes a observar tanto no *Curso* quanto no *Resumo* diga respeito a última fase da literatura luso-brasileira, a da “reforma”, responsável pelo surgimento da “Escola Romântica Brasileira”, ou “brasílico-romântica” e que , portanto, diz respeito a própria época do cônego historiador.

Considerada como a “primeira fase da nova literatura”, a “Escola Romântica Brasileira” cabia na “lição XLIII”, a última do *Curso*. Novamente, aí, Fernandes Pinheiro, em diálogo com seus coetâneos, justificava seus pontos de vista:

Nenhuma distinção havemos até agora estabelecido entre os dois povos que, através do Atlântico, falam a língua de Camões: dividindo em escolas a sua literatura, classificamos indistintamente nelas brasileiros e portugueses conforme entendemos pertencerem-lhes seus escritos. Assinalamos todavia por mais de uma vez certa fisionomia própria que caracterizava por poetas americanos, e que os extremava de seus irmãos além-mar; diferenças estas proveniente de influência do clima e dos costumes, mas que não eram, a nosso ver, suficientes para constituir uma literatura independente.³⁷⁸

Através de uma curiosa *estratégias de leitura*, o Cônego respaldava sua interpretação recorrendo ao próprio *Ensaio* de Magalhães, quando este dizia que ainda que cada povo tenha sua literatura, quando se trata de uma civilização que é reflexo da civilização de outro povo, sua literatura se assemelharia a árvores enxertadas:

(...) vem-se pender dos galhos de um mesmo tronco fructos de diversas especies, e posto que não degenerem aquelles, que do enxerto brotaram, contudo algumas qualidades adquirem, dependentes da natureza do tronco, que lhes dá o nutrimento, as quaes os distinguem dos outros fructos da mesma especie. Em tal caso porem as duas Litteraturas marcham a par, e

377Ibidem, p. 298.

378Ibidem, p. 493.

conhecer-se pode qual a indígena, qual a estrangeira. N'outras circunstancias, como as agoas de dous rios, que n'um confluente se annexam, e confundidas em um só leito se deslisam, as duas Litteraturas de tal geito se alliam, que impossivel é o separal-as.³⁷⁹

Além de Magalhães não apontar qual dos dois casos equivaleria à literatura nacional, deixando em aberto a questão, não se pode esquecer que o poeta reivindicava em seu texto, a autonomia e originalidade da literatura brasileira, portanto diferente de

Fernandes Pinheiro.

O mesmo Magalhães, “bardo fluminense”, que é apresentado, como já o era em Joaquim Norberto, como o iniciador da “reforma” literária brasileira, ou do “divórcio das duas literaturas co-irmãs”. Nessa cruzada reformista eram elencados, entre outros e além de Magalhães, Manoel de Araújo Porto-alegre (“poeta das insólitas e homéricas imagens”), Gonçalves Dias (“vate da harmonia, fino e delicado colorista”), Teixeira e Souza, Joaquim Manuel de Macedo e o poeta Joaquim Norberto, autor do *Bosquejo* que, ao lado do *Ensaio* de Varnhagen e do *Plutarco Brasileiro*, de Pereira da Silva, também citados, forneceram os subsídios para a organização da própria obra do Cônego. *Leituras sobre leituras* num aparentemente estranho movimento pois que parece induzir – sempre - ao mesmo ponto: se estes, Norberto, Varnhagen e o próprio Pereira da Silva, se propuseram anos antes a *mapear* as letras brasileiras, através do descortinamento do seu passado, agora com Fernandes Pinheiro – e da mesma forma com Ferdinand Wolf – eram eles “inscritos”, também, na história que parecem ter fomentado ou “autorizado”. Estranho mas compreensível movimento e que o Cônego parece ter percebido à sua maneira:

terminada parece a primeira fase da nova literatura: viajamos pelo deserto da transição, descortinando novos céus, novas estrelas.-Qual porém essa região para onde caminhamos?- Ninguém o sabe.-O futuro pertence a Deus; o passado à história: a nós só cabe o presente; saibamo-lo aproveitar.³⁸⁰

379MAGALHÃES, *Ensaio*....p. 133.

380Ibidem, p. 521.

3. A CRÍTICA, ENTRE O ROMANTISMO E AS HISTÓRIAS

3.1. Uma comunidade de leitores encontrada: a crítica literária brasileira na primeira metade do século XIX

Entre o livro impresso e a sua consideração como clássico – um clássico das letras – se situa a sua própria inclusão na História, sistema delicado e flexível, e também a sua condição de elemento modificador dentro do sistema a que ele pertence agora por direito adquirido junto aos críticos e historiadores. A acomodação da obra na História e o seu naufrágio no catálogo só podem ser anulados por um crítico que a torne presente, contemporânea, – ou seja transforme-a em prisioneira do próprio contexto do crítico. Se a obra é a mesma (em qualquer século que é lida), é apenas o nome do seu segundo autor (isto é, do crítico) que lhe impinge um novo e original significado

Silviano SANTIAGO³⁸¹.

Em 1965, Antonio Candido publicava, no livro *Literatura e Sociedade*, o artigo *Literatura e cultura de 1900 a 1945 (Panorama para estrangeiros)*, que havia sido editado anteriormente, em alemão, entre 1953 e 1955. Apontando questões que seriam ampliadas em *Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*, obra concluída em 1957 e publicada em 1959 – que, segundo expressão de Haroldo de Campos, se caracteriza no mais “lúcido e elegante (enquanto articulação do modelo explicativo) ensaio de reconstrução historiográfica de nossa evolução literária³⁸² – Candido deixava entrever um certo caráter de continuidade na crítica literária brasileira:

[em] crítica literária, a fase 1880-1900, por suas três principais figuras – Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo – havia desenvolvido e apurado a tendência principal do nosso pensamento crítico, isto é, o que se poderia chamar a *crítica nacionalista*, de origem romântica.

381SANTIAGO, Silviano. Eça, autor de Madame Bovary. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 50.

382CAMPOS, Haroldo de. **O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira**: o caso Gregório de Mattos. 2. ed. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989. p. 12.

O autor prossegue a exposição, historicizando e caracterizando a crítica anterior a Romero:

Como em todos os países empenhados então na independência política, o Romantismo foi no Brasil um vigoroso esforço de afirmação nacional; tanto mais quanto se tratava aqui, também, da construção de uma consciência literária. A nossa crítica, rudimentar antes de Sílvio Romero e do Naturalismo, participou do movimento por meio do “critério de nacionalidade”, tomado como elemento fundamental de interpretação e consistindo em definir e avaliar um escritor ou obra por meio do grau maior ou menor com que exprimia a terra e a sociedade brasileira.

Para Candido, a crítica brasileira – surgida no século XIX, “fruto direto da estética romântica” e “elemento importante de autodefinição e diferenciação, principalmente quando se associou às filosofias naturalistas da segunda metade do século” – chegou aos 1900 prolongando esta mesma linha, contudo, “sem a coerência e sem a necessidade do século anterior.”

Por fim, a idéia de continuidade em relação à produção da crítica literária brasileira, em suas diferentes fases, retorna no arremate do texto. Instaurando-se com o próprio Romantismo, nos anos 1820-30, a crítica, que deixara de ser rudimentar na segunda metade do século XIX, com o naturalismo, que depurou a verve nacionalista herdada do período anterior, chegava ao século XX – convém lembrar que o autor trata do período 1900 a 1945 demonstrando “conformismo e superficialidade”: “A crítica se acomodara em fórmulas estabelecidas pelos predecessores.”³⁸³

Assim, o uso das citações, no início deste texto, aponta para questões que perpassam e incidem sobre este trabalho – seja diretamente, seja apenas tangenciando-o: elas dizem respeito à construção das histórias da literatura no Brasil, ao longo do século XIX, bem como sobre a constituição, entre este mesmo século XIX e o XX, de uma suposta “fortuna crítica” sobre esta historiografia.

A opção por iniciarmos pelos autores citados, e fundamentalmente pelos dois primeiros – Sílvio Romero (1851-1914) e José Veríssimo (1857-1916) – decorre da

383CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945: panorama para estrangeiros. In. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz/Publifolha, 2000. p. 107. As demais citações estão contidas entre as páginas 106 e 107.

própria importância que ambos adquirem, ou do *lugar* que ocupam – e que os próprios se empenharam em projetar e conquistar – no movimento de produção das histórias da literatura no Brasil. Ainda que nosso interesse recaia sobre o período anterior, ou sobre a geração anterior a ambos – comumente caracterizada como *romântica* – entendemos que tanto a obra de Romero quanto a de Veríssimo se constituíram em marcos para a própria explicação da produção da crítica e da historiografia literárias no país.

Com a *História da Literatura Brasileira*, de Romero, de 1888 – conjuntamente aos seus outros textos como, por exemplo, *Quadro Sintético da Evolução dos Gêneros na Literatura Brasileira*, de 1911 – e ainda com a *História da Literatura Brasileira*, de Veríssimo, de 1916, produziu-se aquilo que Roberto Ventura, em *Estilo Tropical*, caracterizou como as “primeiras versões abrangentes e sistemáticas” das histórias da literatura brasileira.³⁸⁴ Autores que podemos, então, apontar, também, como *fundacionais* na escrita da história literária brasileira, Romero e Veríssimo, acabaram por fixar diferentes leituras sobre a produção literária e, o que nos interessa mais, sobre a definição de crítica e historiografia literária nacionais. Se das suas análises decorre a valoração de determinados períodos, autores e obras, daí redundam, também, a legitimação da própria escrita da literatura e da atividade da crítica, através de diferentes escolhas e da institucionalização de diferentes inferências e *marcos*. Num movimento aparentemente recorrente, parece que o desenho de toda história literária – tanto anterior, quanto posterior – esboça-se, ou mesmo define-se, a partir destas referências.

As Histórias da literatura, de Romero e de Veríssimo, “redimensionando a nação e a nacionalidade”³⁸⁵, transformaram-se, assim, em verdadeiros *monumentos* historiográficos – devido a sua capacidade de perpetuação, no sentido atribuído por Le Goff ao termo³⁸⁶ – produto da própria apropriação que receberam por parte da produção ulterior e, quiçá, dos esforços de seus próprios encaminhamentos e intenções:

384 VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. p. 18.

385 WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Ed. da UFCS, 1997. p. 69 e ss.

386 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1992. p. 536.

Entre nós, pode-se admitir, sem prejuízo dos predecessores ou pioneiros românticos, que a crítica literária começou a fazer sua própria história no fim do século XIX, com a chamada geração de 70, republicana e anti-escravagista, de Sílvio Romero e José Veríssimo(...).³⁸⁷

Ainda que se queira acreditar e admitir, a partir da sugestão de Benedito Nunes, acima citada, de “que a crítica literária começou a fazer sua própria história no fim do século XIX, com a chamada geração de 70” e que tal caracterização não traz prejuízo aos “predecessores ou pioneiros românticos”, parece-nos que a aparentemente singela caracterização tende a exemplificar aquilo em que estamos insistindo: de que a própria “geração de 70” projeta seu *lugar*. Talvez o que não se possa perder de vista em tal atitude seja, justamente, este *fazer* da sua própria história.

Dessa maneira, as obras de Romero e Veríssimo, cada uma à sua maneira, acabaram por *fixar* – o que implica avaliar – uma leitura acerca da produção crítico-historiográfica anterior. Dito em outros termos, a partir da *monumentalidade* adquirida por suas Histórias, a partir deles/delas, avalia-se a produção que os antecede:

(...) a nossa Historiografia Literária somente se iniciou, de fato, com a publicação da obra de Sílvio Romero, em 1888 (...).³⁸⁸

Assim, da mesma forma que, por exemplo, o período 1830-1870 avaliava a produção anterior, atribuindo-lhe *valor* e marcando *origens* e *autoridades*, a chamada “geração de 1870” e sua “fortuna crítica” avaliariam o período anterior - e se isto não vem até os dias de hoje, ainda nos é muito próximo.

Se, por um lado, a crítica estabelecida desde o segundo quartel do oitocentos, pelo menos, voltou-se sobre a legitimidade de obras, temas e autores, buscando apontar a *direção* e o *sentido* da literatura nacional, é necessário, do mesmo modo, frisar que esta mesma crítica voltou-se também sobre sua própria legitimação, reiterando a presteza de seus termos e práticas, decorrendo daí as celeumas em torno das suas melhores propostas e orientações. Assim como a historiografia posterior, e aí falamos da produção do século XX, *registra* o início da historiografia literária e/ou da

387NUNES, Benedito. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. In. MARTINS, Maria Helena (org.). **Rumos da crítica**. São Paulo: Senac SP/Itaú Cultural, 2000. p. 54.

388 BARBOSA, **Opus 60**, op.cit. p. 44.

atividade crítica a partir de um determinado *marco*, esta mesma *monumentalizada* historiografia projeta seu *papel*, desenhando sua “própria história.”

Se, por exemplo, para Brito Broca, “a crítica literária surge entre nós, pode-se dizer, na Minerva Brasileira, com dois estrangeiros radicados no País – o francês Emílio Adet e o chileno Santiago Nunes Ribeiro – que foram seguidos de perto por Joaquim Norberto de Sousa Silva”³⁸⁹, como já foi mencionado anteriormente, para Wilson Martins, as origens seriam outras. Na primeira edição de sua obra referencial “A Crítica Literária no Brasil”, de 1952, Martins apresentava a crítica, historicamente, a partir de dois momentos-chave: um, designado como Pré-História e, outro, de História, propriamente dito. O primeiro referia-se ao século XVIII e principalmente às Academias e o segundo, para a produção do XIX e XX, apresentados a partir de diferentes “linhagens” ou “famílias espirituais”(gramatical, humanística, histórica, sociológica, impressionista, estética). Além de “descobrir” uma Pré-História” da (ou na) crítica literária praticada nos trópicos, Martins iniciava sua interpretação – aparentemente “evolutiva” – por um grupo de “Precursores”. Eram eles: Januário da Cunha Barbosa, Abreu e Lima, Gonçalves de Magalhães, Torres Homem, Cônego Fernandes Pinheiro, Joaquim Norberto, Dutra e Melo e J.M. Pereira da Silva.³⁹⁰ Designação recorrente tratando-se dos românticos do nosso período de estudo: “Precursores”. Caracterização que, por si, já impõe um juízo crítico sobre esta produção, conferindo-lhe um sentido, e neste caso, um caráter evolutivo e teleológico.

Cabe lembrar que o termo, tornado quase que uma constatação histórica, algo, portanto que não exige maiores problematizações, provém do próprio Sílvio Romero. Em sua avaliação da Crítica, no seu já citado *Quadro Sintético da Evolução dos Gêneros na Literatura Brasileira*, de 1911, apresentava uma sistematização dividida

389BROCA, Brito. Origens da crítica no Brasil. **Românticos, pré-românticos, ultra-românticos**: vida literária e romantismo brasileiro, 1959.

390Nas edições atualizadas da obra, Martins suprimiu tal capítulo, dando-lhe um caráter temático. Contudo, mantém ainda a idéia de um período Pré-Histórico e de outro, histórico propriamente dito. Além de manter as linhagens. Conferir. MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1952 e MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. Para uma crítica ao trabalho de Martins, consultar: CASTELLO, José Aderaldo. A crítica literária no Brasil. In. **Método e interpretação**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964. p. 9-17.

em 7 fases:

I. *Os precursores* (1831-1851).- Dá início a esta fase o *Parnaso Brasileiro* (1831), de Januário da Cunha Barbosa, e vai ela concluir no *Florilégio da Poesia Brasileira* (1851), de Varnhagen, passando pelos nomes de Abreu e Lima, Domingos de Magalhães, Emílio Adet, Santiago Nunes Ribeiro, F. De Sales Torres Homem, Porto Alegre, J.M. Pereira da Silva, e mesmo Norberto e Silva(...).

II. *Período intermediário*, sem as investigações eruditas dalguns dos precursores e com veleidades retóricas da estafado classicismo (1851-1870), com Antônio Joaquim de Melo, Sotero dos Reis e o Cônego Fernandes Pinheiro;

III. *Começo da reação* no sentido de mais adiantadas doutrinas, com Macedo Soares, Eunápio Deiró e poucos mais;

IV. *Reação mais decisiva* de Tobias Barreto(...)

V. *Crítica integral das manifestações espirituais da nação, estudando o meio, as raças, o folclore, as tradições*, tentando elucidar os assuntos nacionais à luz da filosofia superior do evolucionismo spenceriano, procurando uma explicação científica da nossa história e vindo encontrar no *mestiçamento* (físico ou moral) a feição original da nossa característica com Sílvio Romero (de 1870 em diante)(...)

VI. *A crítica psicológica e impressionista*, uma vez paradoxal e metafísica, outras obscura e rebuscada, de Araripe Júnior, que merece um lugar à parte

VII. *Os recentes críticos, nos quais se nota um como retorno às considerações de ordem puramente retórica e não raro gramatical* – José Veríssimo, Magalhães de Azeredo e poucos mais são os representantes dessa fase de retorno.³⁹¹

Não é preciso muitas delongas para perceber, além da busca de sistematização proposta, a própria tentativa, de Romero, em marcar o seu próprio lugar dentro/sobre aquilo que fala.

A eficácia deste movimento parece se revelar no texto da tese de Antonio Candido - ao concurso para provimento da Cadeira de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo – intitulado *Introdução ao Método Crítico de Sílvio Romero*, apresentado em 1945. O estudo, fundamental para a compreensão do pensamento de Romero, trazia como primeiro capítulo, um esboço da crítica anterior à produção de Romero e, por isto mesmo, intitulado “A Crítica Pré-Romeriana e o

391ROMERO, S. Quadro Sintético da Evolução dos Gêneros na Literatura Brasileira. **História da literatura brasileira**. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio ; Brasília: INL, 1980. v.5, p. 1813-1814

'Modernismo"'. Ainda que o autor alerte para que “quando dizemos que, de certo modo, Sílvio Romero foi o fundador da crítica moderna no Brasil, não devemos cair no exagero de afirmar que antes dele não havia crítica brasileira, ou que os seus predecessores eram compiladores e retores sem importância, como ele afirmava freqüentemente”³⁹² Ainda assim, voltamo-nos ao sempre presente problema das teleologias, que parece acompanhar a escrita da história literária. Inevitavelmente o período que antecede à produção romeriana passa a ser lido a partir de critérios dados por essa mesma produção. O que não é pouco quando tratamos de alguém que, de forma perspicaz – e algumas vezes sem nenhuma modéstia – buscou, insistentemente, ao longo de sua trajetória *marcar* seu lugar e o de sua obra, como se vê no *Quadro Sintético da Evolução dos Gêneros na Literatura Brasileira*, de 1911, ou, ainda, na *Evolução do Lirismo*, de 1905:

o primeiro brado de alarma contra o romantismo no Brasil foi dado pelo autor destas linhas, que aventou a idéia de mudar a literatura as velhas trilhas e inspirar-se na crítica, na filosofia, na ciência moderna. Era em 1870 e em jornais de Pernambuco.³⁹³

Voltando ao texto de Antônio Candido e ainda falando da eficácia do movimento que define *lugares* e *autoridades* na construção historiográfica, insistimos na designação da chamada “crítica pré-romeriana”. De acordo com o autor, ainda que o “problema crítico” já houvesse sido “proposto e debatido”, este ainda era incipiente “quando entraram em campo os jovens da geração de Setenta, armados com os recursos espetaculares da divulgação científica do seu tempo.”³⁹⁴

Candido, em 1945, parecia retomar o próprio texto romeriano de 1911, para compreender o “estado em que se encontrava o Brasil antes de Sílvio Romero”. Para tanto, e para “apenas esquematizar um campo tão extenso”, tomava a palavra crítica “numa acepção bastante geral”, com a qual englobava três aspectos principais: 1) a história literária (e disciplinas afins), voltadas à “investigação metódica das criações

392CANDIDO, Antônio. op. cit. p. 17.

393 ROMERO, S. Reações anti-românticas na poesia – Evolução do lirismo. **História da literatura brasileira**. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio ; Brasília: INL, 1980. v.5, p. 1659.

394CANDIDO, op.cit., p. 17.

literárias em relação com o tempo e com a personalidade do autor” e ; 2) a teoria da literatura, na qual distinguia dois tipos de livros: os teóricos (“manuais e compêndios de retórica, poética e crítica”) e os estudos “geralmente constituídos pelos escritos dos poetas”, que chamava de “estética literária e, por fim, 3) a crítica propriamente dita, entendida como “o esforço de interpretação direta da obra”. Com tal esforço de esquematização, ou a partir dele, Candido construía uma sistematização para autores e obras da “incipiente” crítica pré-romeriana.

No primeiro grupo, da história da literatura e disciplinas afins, que compreenderia os “trabalhos de investigação, pesquisa, crítica textual, determinação de detalhes biográficos etc.”, o autor apontava os nomes ou, segundo ele, avultariam “as obras de Varnhagen e Joaquim Norberto e, ao seu lado, Januário Barbosa e Pereira da Silva”. Ainda no mesmo grupo e em relação às “*histórias* propriamente ditas”, apareciam os nomes de Sotero dos Reis e Fernandes Pinheiro.³⁹⁵

No segundo grupo, no gênero dos “livros propriamente teóricos”, era apontado “o mesmo Fernandes Pinheiro”, além de Costa Honorato e do português Freire de Carvalho. Quanto à produção dos poetas, são citados Junqueira Freire “e, sobretudo, Álvares de Azevedo, autêntico crítico literário”.

Por fim, no terceiro grupo, que compreende a “crítica realmente militante, feita nas efêmeras revistas”, aparece o “domínio dos citados Norberto e Pinheiro, além de Emílio Adet, Nunes Ribeiro, Torres Homem, Machado de Assis, Francisco Otaviano etc.”

Ainda que Candido atenha-se apenas ao período “pré-romeriano”, enquanto o próprio Romero estabelece um “quadro” geral e “evolutivo” para a história da crítica – dos seus albores até proximamente o momento da publicação de seu texto, 1911 –, é interessante perceber a vinculação dos períodos, – “precursores” e “intermediário” – de Romero, com a “incipiente” crítica brasileira, constatada por Candido. Incipiência que parece já percebida pelo próprio crítico oitocentista:

395Ibidem. p. 17-18.

[num]primeiro momento a crítica não tem vida própria; não passa de um apêndice das *Crestomatias*, *Parnasos*, *Antologias*, *Seletas* e *Florilégios*. Tal é a sua fisionomia em Cunha Barbosa, Pereira da Silva, Varnhagen e até em Norberto e Silva(...)Mais tarde passa da biografia individual a pretensas narrativas históricas, isto é, passa das biografias isoladas a uma série de biografias presas por épocas ou por gêneros literários, sem filosofia, sem sistema, sem idéias gerais dirigentes. Tal o caráter do Curso Elementar de Literatura Nacional e do resumo de História Literária, do Cônego Fernandes Pinheiro(...).³⁹⁶

Podemos aí notar, ou parece ser possível notar, o trabalho de ratificação sobre aquilo que Maria Helena Rouanet observou como divisão canônica, ou seja, a legitimação da chamada “Geração de 70”, como um marco na atividade e, conseqüentemente, na história da crítica literária brasileira. Assim, a segunda metade do século XIX e, fundamentalmente, a dita “Geração” representariam uma “virada” na trajetória do pensamento e do trabalho crítico.³⁹⁷ Eis, portanto, a pertinência do uso e recorrência a expressões como “pré” e “incipiente”.

Chama atenção, por exemplo, a ênfase, dada por Candido, ao nome de Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905), no qual o autor vislumbra, ou vislumbra conjuntamente com Romero, “uma liberdade intelectual inexistente nos predecessores”, alguém que teria tido, *avant tout*, consciência do problema crítico”, sensibilizando-se para a sua importância, bem como para o “estado primário em que se encontrava o Brasil a este respeito”.³⁹⁸

Macedo Soares publicou, em 1860, na Revista Popular, de São Paulo, um artigo intitulado “Da Crítica Brasileira”, no qual apontava para um balanço da produção que aqui se realizava, tanto crítica, quanto propriamente literária, bem como parecia observar para a importância da atividade:

Apesar das declamações dos *gênios livres* ninguém desconhece hoje em dia a utilidade e importância da crítica. Prová-las seria discutir uma dessas teses pueris e de enfadonha evidência tão em moda entre os escolásticos depois abolidas entre o romantismo ainda contido dentro da esfera do bom gosto, e

396ROMERO, Quadro Sintético..., op. cit. p. 1814.

397ROUANET, Maria Helena. **Crítica e história da literatura no século XIX**: verso e reverso da mesma moeda? Texto disponível em <http://www.unicamp.br/iel/histlist/rouanet.htm>. Acesso em 20/09/2002.

398CANDIDO, op.cit., p. 27.

finalmente reabilitado pelos modernos reformadores da arte, os campeões da fantasia solta³⁹⁹

O crítico assumia a função de uma espécie de tutoria:

Na literatura grega do ciclo de Homero, no século de Shakespeare, no reinado de Dante ou de Camões, não havia lugar para a crítica. Ela seria semelhante ao parasita impertinente que tendo licença de entrar e não acha lugar marcado entre os convivas. Mas para as literaturas que começam sob o poderoso influxo de uma civilização adiantada; que soltam vagidos de infante ao darem de face com a luz deslumbrante do século; que acordam da modorra do limbo ao trom dos canhões, ao arruído dos vagões, ao alvoroço intenso e confuso de mil vozes que falam, de mil trompas que atroam, de mil operários que cantam, riem e choram. Para essas é sempre útil, sempre necessária a crítica. Nascidas no seio da opulência, calçam o coturno, passeiam de carro, viajam a europa no vapor inglês, conversam com as vizinhas por intermédio dos fios telegráficos. São crianças sobre si, que nunca conheceram pobreza e nem pressentem as dores ocultas nos andrajos do mendigo: por isso necessitam mais e mais da vigilância e do cuidado de um tutor. Senão vão a Paris e empregam toda a sua herança em futilidades e lantejoulas, arreiam-se de tetéias, e voltam estragadas, entorpecidas e doentias. As flores que trouxeram do estrangeiro estranham o clima e definham; as crianças não aprenderam a cultivá-las, porém a dornar com elas os cabelos e perfumar o seio na indolência oriental. A nossa literatura está neste caso.⁴⁰⁰

Assim como criticava a condição da literatura praticada no Brasil, Macedo Soares condenava aquilo que, nos jornais do Rio de Janeiro, era apresentado como crítica literária – “uma coisa a que chamam de *crítica*”: sem estudo, pois “feita da noite para o dia” e com “missão” – o que supõe dizer, com parcialidade – pois o jornalismo “é essencialmente comercial e político”:

A crítica estudiosa e imparcial, que consagra e ilustra quando não retifica o juízo do público, jaz ainda no limbo.⁴⁰¹

Aqui ainda cabe uma ressalva: assim como Romero, em 1911, e Candido, em 1945, estabelecem esquemas de sistematização/apresentação acerca da prática da crítica literária brasileira, da mesma forma, Macedo Soares buscava fazê-lo em 1860.

399SOARES, A. J. Macedo Da crítica brasileira. (1860). In. COUTINHO, A. (org.). **Caminhos do pensamento crítico**, op. cit., p. 263.

400Idem.

401Ibidem, p. 264.

Com a disposição da “sinceridade” e do “desejo de acertar”, o autor Da Crítica, Brasileira se lançava ao seu estudo – “estudo curioso” – e que requeria, segundo ele, “sagacidade, tino e acurada observação”. Munido desta, Macedo Soares distinguia quatro *espécies de crítica*, no pouco que tinha podido observar: crítica contemplativa, crítica admirativa⁴⁰², crítica noticiosa e crítica satírica. Excetuando a última, fora do plano de seus comentários, visto que sua função é apenas “deprimir e caluniar”, o autor caracteriza as demais: a contemplativa, “otimista na generalidade, assenta numa opinião e a oferece a quem quiser partilhá-la”:

Formam um panteon esplêndido os seus deuses diletos: ela incensa-os a todos; oferta mirra a uns e benjoim aos outros; serve-os de ambrosia e néctar, e embriaga-se ela mesma com o maravilhosos haxixe, coroada a frente da amritã arábica e da eleaya das colinas de Iemen, perfumado o leito de rosas de cachemira e dos lírios de Suritan. Não lê as obras dos críticos nem consulta os votos da multidão: para quê? O seu juízo está feito.(...) É a crítica egoísta, mas inofensiva dos padres conscritos.⁴⁰³

A crítica admirativa, ou administrativa, era para Macedo Soares a “espécie mais perigosa”, pois causava, “entre nós”, mais estragos do que na França, onde havia “espírito literário e opinião ilustrada”:

é ela a causa dos desmandos da multidão, falseando-lhe o gosto pela consagração de teorias errôneas, realizadas em péssimas obras.(...) Entidade enciclopédica, de tato seguro, juízo pronto e perene riso nos lábios, o crítico administrativo tem sempre magníficos aplausos para acolher as bagatelas literárias dos afeiçoados.⁴⁰⁴

Por fim, a crítica noticiosa, que se constituía “igualmente desassissada e banal” como a anterior, porém aparentemente não “tão fatal”:

é ela quem noticia na gazetilha, escreve duas linhas de comunicados, folhetins, impressões de leitura, bibliografias etc., etc. Aqui é tentadora a singeleza. Exalam os artiguinhos um perfume de sândalo! Tanta flor, tanta luz, melodias do céu! Isto atrai, engana, seduz, e os escritores vêm no

402Inicialmente Macedo chama-a de admirativa, depois a designa como administrativa.

403Ibidem, p. 264-265.

404Ibidem, p. 265.

crítico noticioso um acólito de sua glória. A crítica contemplativa ilude a si própria; a admirativa embai o autor; a noticiosa engana os autores, o país e o estrangeiro.⁴⁰⁵

Dizendo serem estas as “espécies de crítica da época” e temendo não tê-las “descrito com precisão, firmeza e verdade de traços necessários ao assunto”, perguntava o autor : “Como fará semelhante crítica a educação do público?”

Parecendo justificar a apreciação de Candido, que o caracteriza como representante da “crítica militante”, Macedo Soares, conclamando os literatos – “literatos reconhecidos pelo país” – recomendava:

Formem um centro literário que não seja simplesmente histórico e geográfico (...): convoquem as vocações, e dêem-lhes que fazer: instituem uma revista literária sob uma direção inteligente e severa: estabeleçam um sistema de crítica imparcial e fortalecido com sólidos estudos da língua e da história nacionais, porque a reflexão e a análise hão de sempre acompanhar *pari passu* as manifestações divinas e espontâneas da inspiração. Sem o trabalho contínuo e regular, sem esta lei elementar das criações duradouras jamais conseguir-se-á uma literatura rica, poderosa e digna de ser contada entre os grandes focos da ilustração humana .⁴⁰⁶

Mesma postura que transparece na conclusão do texto:

Mas será possível na quadra atual chamar a atenção do povo para os trabalhos de imaginação? A época é dos estudos literários? Penso que não e neste pensar acompanho a todos os que se têm dado o exame das causas que hão entorpecido a marcha do nosso espírito literário. De 22 para cá nada nos tem sido permitido além da organização política e administrativa do país além da consolidação da nacionalidade conquistada, além do estabelecimento sobre bases indestrutíveis da forma do governo adotada. Qual a face sob a qual se há mais viva, quase exclusivamente manifestado o espírito nacional senão a política? É a tendência da época, e rematada loucura seria pretender contrariá-la. É desses fatos providenciais cujo andamento só Deus pode sustar, e não é com uma pedra carregada nos ombros que o homem há de refrear o ímpeto da torrente que se despenha. O que nos cumpre então fazer? Cruzar os braços porque *está escrito*? Não: cercaremos nossos campos para que a enchente não inunde e carregue o pouco que temos semeado. Se apesar desse supremo esforço a torrente devastadora alargar a sementeira, então a poesia pode ao alto de sua superioridade atirar às faces da inimiga as solenes palavras de Boabdil entregando a realza da Espanha as chaves de Granada:
Stava escrito. Não foram vossas armas
Que o trono abateram !...⁴⁰⁷

405Ibidem, p. 267.

406Ibidem, p. 267-268.

407Ibidem, p. 268.

De acordo com Romero, que, parece, herdaria elementos da crítica de Soares, esboçava-se assim o chamado “começo da reação”. O autor de “Da Crítica”, apresentar-se-ia, portanto – ou seria posteriormente apresentado – como um crítico de transição para uma nova mentalidade, mentalidade que encontraria no próprio Romero o seu mais destacado representante.

Contribuindo para esta interpretação, que passa por Candido e nos remete ao *Quadro*, de Romero, Afrânio Coutinho – que, segundo Abel Barros Baptista, representaria, conjuntamente com o próprio Antonio Candido, as “principais tendências da historiografia literária brasileira” da segunda metade do século XX⁴⁰⁸ – da mesma forma, via Macedo Soares como “mais bem dotado para o exercício da crítica militante, depois de Machado de Assis”:

Em Macedo Soares sente-se não um diletante, um pensador ou um poeta falando de crítica, mas um espírito crítico autêntico, caminhando para o profissional.⁴⁰⁹

Para Coutinho, o texto de Macedo Soares trazia em 1860 o “germe” daquilo que Machado de Assis desenvolveria, em 1873, com seu *Instinto de Nacionalidade*, opinião que parece ser corroborada por Antonio Candido, em *O método crítico de Sílvio Romero*. Como diz o autor, Machado de Assis, em *Instinto*, “reúne-se a Macedo Soares”. O mesmo Machado de Assis, que polemizara com Romero e sequer é citado no seu quadro sintético da evolução da crítica brasileira⁴¹⁰.

Curiosamente, se o apregoado “começo de reação”, com Macedo Soares, entre outros, e a “reação mais decisiva”, com Tobias Barreto, contribuíram para a chamada “revolução crítica”⁴¹¹, a “virada” se efetivou fundamentalmente com a obra de Romero – de acordo com o próprio, e legitimado pela *tradição* ulterior – responsável pela

408BAPTISTA, Abel Barros. op. cit., p. 22.

409COUTINHO, **Caminhos do pensamento crítico**, op. cit., p. 262.

410Sobre as polêmicas entre Machado e Romero, ver: VENTURA, Roberto. O caso Machado de Assis. In. **Estilo tropical**, op. cit., p. 95-107 e SCHNEIDER, Alberto Luiz. Machado de Assis e Sílvio Romero: os descompassos da nacionalidade. In. **Sílvio Romero, hermeneuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 97-118.

411O termo aparece em CANDIDO, op. cit., p. 28.

“crítica integral das manifestações espirituais da nação”⁴¹². Neste sentido justifica-se a questão, bem como sua resposta, que formulava Candido, no seu trabalho de 1945, a respeito da influência da “crítica pré-romeriana” sobre Romero:

Havendo-lhes sucedido, qual terá sido a influência que deles sofreu Sílvio? Pouca. Podemos dizer que, além do nacionalismo não recebeu um só princípio diretor, uma única idéia geral.⁴¹³

Enquanto autores são reunidos a outros autores, o nome de Romero passa a inventar uma nova tradição, expressando aquela idéia, acima exposta, de uma divisão canônica. Pois como o próprio autor sugeriu de si – e já apresentado na epígrafe deste capítulo:

Em Sílvio Romero a crítica procurou desviar-se de duas direções antagônicas que lhe pareciam erradas: nem contemplação das cousas do país, sem saber do que ia pelo mundo, nem andar pelo estrangeiro à busca de modelos quaisquer a seguir. A missão crítica, neste país, deveria juntar as duas tendências: tomar da nação os assuntos e da cultura hodierna o critério diretor das idéias.⁴¹⁴

Se pouco sofreu influências de “precursores”, ao seu nome – espécie de *grau zero* – todavia, outros “se vieram juntar”;

Celso de Magalhães, Rocha Lima, Clóvis Beviláqua, Artur Orlando, Lívio de Castro, Adolfo Caminha, os jovens França Pereira, Augusto Franco, João Barreto de Meneses, Crisanto de Brito, etc.⁴¹⁵

Tal “trabalho”, convém ressaltar, ocupou toda a trajetória intelectual de Romero. Se até aqui nos ocupamos apenas com um texto que, se pode dizer, representa um balanço de um autor então já consagrado, da mesma forma podemos nos lembrar de um outro “balanço”, o ensaio “Movimento Espiritual do Brasil no ano de 1888”, publicado em 1889 e que viria a ser, posteriormente, reunido aos Novos Estudos de Literatura Contemporânea. Com a intenção do texto de “diagnosticar” a produção intelectual brasileira do ano que se encerrava, o crítico justificava seu escrito:

412Cabe lembrar que a designação é do próprio Romero, como expusemos, acima, no nota 391.

413CANDIDO, op. cit., p. 29.

414ROMERO, op. cit. p. 1815.

415Ibidem, p.1814.

A índole deste escrito não reclama a história e a crítica miúda, nem a estatística e a catalogação de todas as publicações brasileiras do ano de 1888.

Essa tarefa, se possível fosse levá-la avante, deixá-la-ia de bom grado aos inventariantes do jornalismo ou às *traças* das bibliotecas, animais pacientes que se aprazem em miudezas e minudências.

Meu fito é mais alto, mais difícil, mais nobre e mais útil: dar idéia geral, a nota característica do momento espiritual da nação, fazer a diagnose da inteligência pátria pela apreciação das publicações mais valiosas do ano que acaba de desaparecer.⁴¹⁶

Romero, que havia acabado de publicar sua obra consagrada – História da Literatura Brasileira – explicitamente utiliza-se do seu texto para “marcar” seu próprio “lugar” (e linhagem) dentro do cenário. Ainda que a citação se apresente como longa, entendemos ser melhor mantê-la dessa forma, para que a própria exposição de Romero não seja prejudicada:

Antes de falar dos escritores do ofício que mais se distinguiram no ano findo, algumas palavras sobre a arte de criticar no Brasil.

Nos tempos coloniais não existiu entre nós; seus primeiros rebentos são do tempo da Regência com Januário Barbosa, Abreu e Lima e o próprio Evaristo da Veiga. Era muito vacilante. Pouco depois apareceram os primeiros e parcos ensaios de Magalhães, Porto Alegre e Sales Torres Homem.

Mais alentada se mostrou nos primeiros anos do atual reinado pelo órgão de Santiago Nunes Ribeiro e Norberto de Souza e Silva.

Já então tinha preocupações nacionalistas e cogitava de nossas origens. Pouco mais tarde descaiu imensamente nas mãos de Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis. Vestira então a velha túnica da retórica, tendo despido o amplo manto da história.

Depois seguiram-se algumas tentativas de José de Alencar e Macedo Soares, e mais tarde de Quintino Bocaiúva e Machado de Assis, segundo as doutrinas do romantismo francês posterior a 1830.

Estavam as coisas neste ponto quando apareceu o autor destas linhas.

Era em 1869-70.

Compreendeu a extenuação e morte inevitável do romantismo e lançou os germens de outra fórmula literária para a poesia, para o romance, para a arte em geral.

Avaliou convenientemente a necessidade de rever toda a velha base da estesia pátria e introduziu na crítica e na história brasileira o verdadeiro princípio etnográfico, até então falsificado pela mania do *indianismo*. Quis ser homem de seu tempo, sem deixar de ser de seu país, e aplicou as idéias novas européias sempre a assuntos nacionais(...).

416ROMERO, S. “Movimento Espiritual do Brasil no ano de 1888”. **Estudos de literatura contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p.207-208.

Pressentiu logo a importância extraordinária do conhecimento da psicologia popular, como fator das criações literárias, e empreendeu colecionar o nosso *Folclore* de que dantes não tínhamos quase conhecimento algum.

Não lhe passou despercebida a necessidade inelutável de levar a crítica, às vezes rude, a vários esconderijos da nossa ignorância; daí as suas monografias sobre os nossos filósofos, os nossos parlamentares, os nossos etnólogos, etc.

Finalmente, sentiu bem clara a visão da necessidade inelutável de dar a tudo isto um vasto corpo, articulado e vivo, e empreendeu a história das lutas intelectuais brasileiras, *a história da nossa literatura*, cujos dois primeiros volumes apareceram o ano passado.

O leitor veja bem, e compreenda melhor; o autor não pretende vangloriar-se, porque não tem motivos para tanto; o que leva em mira é rebater a perversidade de alguns zangões que já andam por aí a inverter uma história de ontem, a ocultar o seu nome e a pôr em seu lugar outras figuras. É tempo de reclamar.(...)Há também que se tenha lembrado do Dr. Araripe Júnior, como o iniciador e propagador do moderno criticar no Brasil.

É formidável erro histórico.

O Dr. Araripe Júnior, no decênio de 1860 a 70 em que viveu no Recife, não fez ao que nos conste, uma de publicação crítica; no decênio de 70 a 80, em que residiu em várias paragens do império, cultivou o conto e o romance; no último decênio de 80 para cá é que tem cultivado seguidamente a arte de Taine, com distinção, é certo, mas sem iniciativa; porque este não é o seu temperamento.(...)

Os mais ilustrados cultores da difícil arte de criticar em 1888 foram Artur Orlando, Clóvis Beviláqua, Araripe Júnior e Tito Lívio de Castro.⁴¹⁷

O texto de Romero parece apenas confirmar aquilo que Antonio Candido observaria em introdução a uma coletânea dos textos do crítico:

Sílvio Romero não policiava a sua vaidade nem renunciava ao prazer de falar de si a qualquer propósito. Escreveu muito sobre a sua carreira intelectual, contando como surgiram as suas idéias, quais que introduziu em nosso meio, em quem teriam influído, além de avaliar a cada instante o significado e a importância da sua contribuição e da de seu grupo de amigos. Isso, desde moço. Ainda na casa dos trinta e com persistente mau-gosto brasileiro nesse campo, já fazia balanços da própria obra, proclamando as suas inovações, reivindicando o seu lugar na cultura nacional e até comprovando que sabia alemão. Essas declarações e resumos, quase sempre pitorescos e invariavelmente provincianos, ajudam e ao mesmo tempo atrapalham a tarefa de traçar o seu roteiro.⁴¹⁸

417Ibidem, p. 218-221.

418CANDIDO, A. Fora do texto, dentro da vida. In. **A educação pela noite & outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 104. O mesmo texto serviu de introdução à coletânea **SÍLVIO ROMERO: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos ; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. p. IX-XXX.

Mesmo que concordemos com a caracterização de Candido, faz-se necessário lembrar que a insistência de Romero sobre suas realizações parece ir além da simples “espontaneidade” e/ou da “megalomania”⁴¹⁹. A reivindicação do seu “lugar na cultura nacional” equivaleria, intencionalmente, à própria projeção e estabelecimento de uma perspectiva de escrita da crítica e da história literárias e, conseqüentemente, do reconhecimento de autoridade em torno destas, pois, se assim como “poetas e romancistas obedecem a um *cânon* predeterminado”⁴²⁰, o mesmo não aconteceria aos críticos e historiadores da literatura?

Para finalizar, e ainda em relação a isto, faz-se necessário observar que, apesar das tentativas em se estabelecer um sentido evolutivo para a crítica e historiografia literárias – evolução que iria do menos acabado ao mais complexo, esta geração que avalia os “precursores” mantém vínculos com que não consegue facilmente romper.

Este *caráter teleológico*, de que já falamos anteriormente, presente desde, mesmo, os “esboços” românticos, acabou por marcar toda visão acerca do passado literário, implicando a *seleção* de autores e obras e definindo, inclusive, *períodos*.

Da mesma forma, tal “representação teleológica” parece existir em relação à própria apreciação das histórias da literatura: avaliadas segundo uma trajetória “evolutiva”, temos a impressão de que nos deslocamos de produtos “rudimentares” – os chamados “esboços românticos” – para panoramas primorosos, ou do “mais simples” ao “mais complexo”, trajetória que, contudo, confere um caráter de estabilidade à noção de história da literatura no Brasil, para utilizarmos uma expressão de Luiz Costa Lima⁴²¹, estabilidade que decorre do próprio papel destinado à história da literatura e sua vinculação com a noção de nacionalidade.

Sobre isto, vale transcrever aqui a longa citação de João Alexandre Barbosa:

(...) se nos ativermos a alguns dos principais textos críticos que constituem a nossa tradição entre a segunda metade do século XIX e inícios do século XX, não será difícil verificar de que modo todos eles estão configurados sob

419As expressões em itálico são do próprio Antonio Candido. Cf. nota anterior.

420ROMERO, op. cit., p. 213.

421LIMA, Luiz Costa. A estabilidade da noção de história da literatura no Brasil. JOBIM, José Luis et al (orgs.). **Sentidos dos lugares**. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2005. p. 52-58.

uma perspectiva que eu chamaria de paixão interpretativa. Era natural: desde o começo das reflexões críticas no Brasil, mesmo as menos sistemáticas, empreendidas pelos próprios criadores entre os séculos XVIII e XIX, o debate centra-se na busca de uma diferença com relação à Europa e, portanto, pela identidade nacional. Neste sentido, a interpretação da literatura era subsidiária da preocupação maior em identificar os traços culturais que serviam de base para uma definição abrangente do país. Entre história e literatura não havia qualquer hesitação de dependência e a função da crítica (fosse a das Academias Setecentistas, fosse a das polêmicas românticas quanto à naturalização de gêneros(...)) era de indicar a relação de necessidade entre uma e outra. É claro, por outro lado, que, nesta relação, as obras literárias eram percebidas como reflexo ou resultado do desenvolvimento histórico. Buscavam-se nas obras aqueles temas que faziam parte de preocupações do intelectual empenhado em interpretar a cultura em sua mais ampla generalidade.⁴²²

Assim, deste caráter teleológico, decorre uma aproximação possível entre autores diferentes, de contextos diferentes. A partir dele, por exemplo, podemos aproximar – apesar das diferenças – Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto, Fernandes Pinheiro, Sílvio Romero e José Veríssimo. Neste ponto ainda, podemos, até mesmo, incluir o autor que abriu esta reflexão, Antonio Candido.⁴²³

A “paixão interpretativa”, de que fala João Alexandre Barbosa, pode ser entrevista na “radicação” da história, presente na crítica brasileira, “desde os seus inícios românticos”:

a própria formação cultural do país, dirigida para a adaptação do modelo europeu de que era caudatário, forçava, por um lado, tradução de temas e técnicas e, por outro, obrigava a vinculação da atividade cultural ao sentido histórico de identificação da nacionalidade. Não é difícil observar como em nossos primeiros críticos ou nas mais famosas polêmicas literárias, a questão central é sempre a medida de aproximação ou distanciamento com relação à história que, por sua vez, traduz, sem exceção, o critério de nacionalidade.⁴²⁴

422BARBOSA, J. A. Paixão crítica. **A leitura do intervalo**: ensaios de crítica. São Paulo: Iluminuras, 1990. p. 41.

423 De acordo com as palavras do professor Abel Barros Baptista, a “emergência da literatura brasileira é descrita pela mais poderosa das suas teorias, a de Antonio Candido.” (O mesmo professor Abel Baptista que, ao assinar o posfácio à primeira coletânea portuguesa de textos de Candido, por ele organizada em 2004, “tanto desagradou os discípulos do mestre da USP”, segundo palavras de Luiz Costa Lima). *O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido*, título do posfácio assinado por Baptista, aponta para o caráter também teleológico de *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, obra referencial nos estudos de história literária no Brasil. cf. BAPTISTA, Abel B. (org). O direito à literatura e outros ensaios. Lisboa: Ângelus Novus, 2004. Este texto foi publicado no Brasil, na obra supracitada, nota 22, **O livro Agreste**. p. 41-80. A citação de Lima está em A estabilidade da noção de história da literatura no Brasil. op. cit. p. 56. Quanto à polêmica gerada, ver: Caderno Mais! **Folha de São Paulo**, dias 16 e 23 de janeiro de 2005.

424BARBOSA, J. A. Forma e história na crítica brasileira, 1870-1950. **A leitura do intervalo**. op. cit. p. 63.

Assim, se os chamados românticos se constituem, meramente, nos “precursores”, como quer parte da crítica/historiografia posterior, cabe lembrar que esta mesma crítica/historiografia trará “marcas” destes “precursores”, que se expressam, por exemplo, na manutenção desta “radicação” da crítica na história e que se traduz na discussão e referenciação em torno da questão da nacionalidade:

há um traço de fundamental de continuidade entre a nossa tradição romântica de crítica e aquela outra de que Sílvio Romero é o grande representante: este traço é, sem dúvida, a afirmação e defesa da crítica como interpretação articulada ao sentido mais geral de uma leitura da história de que se faz dependente e a que alimenta.⁴²⁵

3.2. Entre a crítica e a história, a busca do *sentimento íntimo*: o *Instinto de nacionalidade* em Machado de Assis

(...) a melhor lição que eu poderia apresentar aos olhos do crítico, seria aquela expressão de Cícero, quando César mandava levantar as estátuas de Pompeu: - “É levantando estátuas do teu inimigo que tu consolidas as tuas próprias estátuas”. (Machado de Assis, *Ideal do Crítico*, 1865)

Os críticos, deixa-me previnir-te, são uma casta de gente, que tem a seu cargo desdizer de tudo neste mundo. O dogma da seita é a contrariedade. Como os antigos sofistas, e os reitores de meia idade, seus avoengos, deleitam-se em negar a verdade. (José de Alencar, *Bênção Paterna*, 1872)

Aborrecer o passado ou idolatrá-lo vem a dar no mesmo vício; o vício de uns que não descobrem a filiação dos tempos, e datam de si mesmos a aurora humana, e de outros que imaginam que o espírito do homem deixou as asas no caminho e entra a pé num charco. (Machado de Assis, *A nova geração*, 1879)

Foram muitas, no Brasil, as polêmicas e as escaramuças intelectuais ao longo do século XIX. Designando-se também responsável pelo destino das *cousas publicas*, o *homem de letras*, imbuído de suas verdades, participava ativa e acirradamente de seu meio e tempo, marcando suas posições nos debates públicos, evidenciando as relações, de época, entre postura intelectual e dimensão política, ou, melhor, evidenciando a dimensão política das posturas intelectuais⁴²⁶.

425 *Idem, ibidem*. p. 64.

426 Sobre a constituição do papel do intelectual, cf. LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

Para aquilo que nos interessa, é curioso notar que grande parte destas polêmicas decorreram do campo, ou no campo, da crítica literária e da literatura. Destas e como exemplo, se pode lembrar a já citada, “polêmica ou “quase polêmica” da *Minerva Brasiliense*, que envolveu José da Gama e Castro, Abreu e Lima e Santiago Nunes Ribeiro, a da *Confederação dos Tamoios*, ocorrida em 1856, envolvendo José de Alencar, Araújo Porto Alegre e D. Pedro II. Além destas, principalmente a partir dos anos 1870, ficaram também notórias as discussões entre José de Alencar e Joaquim Nabuco – a famosa “Polêmica Alencar-Nabuco” – e as não menos afamadas escaramuças, e não poucas, que envolveram o nome de Sílvio Romero⁴²⁷.

Neste contexto das polêmicas e da vida cultural brasileira oitocentista, menos ruidoso, mas não menos importante, faz-se o chamado “episódio brasileiro”⁴²⁸, envolvendo Machado de Assis que, aqui, mais do que a existência de contendores, acusações, réplicas ou trélicas, apresenta uma espécie de “acerto de contas”, do escritor com as letras, a tradição e a crítica.

Em 1873, o autor de *Contos Fluminenses* (1870) e *Ressurreição* (1872), até então seu único romance publicado – mas com o qual já adquirira renome – lançou o ensaio *Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade*. Ou, simplesmente, *Literatura brasileira – instinto de nacionalidade*. Texto encomendado por José Carlos Rodrigues, que editava em Nova York a publicação “O Novo Mundo”.

Literatura brasileira – instinto de nacionalidade, inserindo-se no período que privilegiamos para o recorte deste trabalho, 1826-1882, aponta para algumas questões fundamentais para este trabalho e que, concomitantemente, dizem respeito à própria importância do texto do autor fluminense, bem como revelam o caráter polêmico do seu conteúdo. Antes mais nada, porém, e ainda falando a respeito da própria

427Sobre o assunto, ver: COUTINHO, Afrânio. **A tradição afortunada**. Op. cit. ; COUTINHO, Afrânio (org.). **A polêmica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965; além dos livros de Roberto Ventura e de Alberto Schneider, anteriormente já referenciados. Sobre a polêmica envolvendo o poema de Magalhães, A confederação dos Tamoios, ver: BUENO, A. ; ERMAKOFF, G. (orgs.) Op. cit., p. 17-101.

428A designação “episódio brasileiro” é de BAPTISTA, Abel Barros. O episódio brasileiro. Op. cit. Em outros termos, a designação “episódio” tem aí, por exemplo, o mesmo caráter que teve o lançamento do *Ensaio* de Magalhães, em 1836, na Nitheroy. Donde se pode falar, também, em episódio da Nitheroy.

temporalidade de nosso recorte, cabe observar que “Literatura brasileira – instinto de nacionalidade”, ou o “episódio brasileiro”, pode ser visto, dentro da construção deste trabalho, como um “divisor de águas”, ou, para usarmos uma expressão do jargão historiográfico, um *marco cronológico*. *Marco* que decorre da própria riqueza do documento machadiano.

Escrevendo em 1873, Machado de Assis, publicou seu texto entre duas perspectivas críticas – e estéticas - diferentes. De um lado, a esgotada, ou em esgotamento, crítica romântica – que é o que nos interessa mais diretamente neste trabalho – e, de outro, em seus albores, os pretensos “movimentos anti-românticos”⁴²⁹: a estética parnasiana e a crítica de tendência realista-naturalista, ainda incipientes, e que se revelariam, principalmente, nos trabalhos da chamada “Geração de 1870” – ou do “modernismo”, assim designado por José Veríssimo, em sua *História da Literatura Brasileira*, de 1916.⁴³⁰

É interessante lembrar, neste sentido, que o próprio Machado de Assis não pertenceu a nenhum dos grupos, mas dialogou com ambos. E disto decorre um problema literário dos mais interessantes para a história da literatura brasileira, com o qual não nos ocuparemos aqui, mas que revela a complexidade do autor da discussão acerca do “instinto de nacionalidade”. Como lembra Otto Maria Carpeaux,

429CARPEAUX, Otto Maria. **Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964. p. 135.

430Sobre estas duas perspectivas, podemos recorrer a outra imagem, do próprio Machado, no seu ensaio “A Nova Geração”, de 1879:

“(…)há uma tentativa de poesia nova,- uma expressão incompleta, difusa, transitiva, alguma coisa que, se ainda não é o futuro, não é já o passado (...)mas o essencial é que um espírito novo parece animar a geração que alvorece, o essencial é que esta geração não se quer dar ao trabalho de prolongar o ocaso de um dia que verdadeiramente acabou. Já é alguma coisa. Esse dia, que foi o romantismo, teve as suas horas de arrebatamento, de cansaço e por fim de sonolência, até que um dia sobreveio a tarde e negrejou a noite. A nova geração chasqueia às vezes do romantismo. (...) De outra sorte, essa geração teria advertido que a extinção de um grande movimento literário não importa a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirmou: alguma coisa entra e fica no pecúlio do espírito humano. Mais do que ninguém, estava ela obrigada a não ver no romantismo um simples interregno, um brilhante pesadelo, um efeito sem causa, mas alguma coisa mais que, se não deu tudo o que prometia, deixa quanto basta para legitimá-lo.(...)”

Mas não é só inadvertência naquele desdém dos moços; vejo aí também um pouco de ingratidão. A alguns deles, se é a musa nova que os amamenta, foi aquela grande moribunda que os gerou; e até há os que ainda cheiram ao puro leite romântico”

ASSIS, Machado de. A nova geração. *Revista Brasileira*, II, 1879. In. **Crítica literária: obras completas**, 29. São Paulo: Mérito, 1961. p. 180-181.

um escritor contemporâneo do naturalismo e do parnasianismo, que não pertence a este nem àquele grupo(...)justamente a maior figura da literatura brasileira: Machado de Assis. Seria preciso admitir a existência de um grupo de que ele é o único membro. (...) Machado foi, na mocidade e na primeira fase de sua carreira literária, romântico, superando depois esta tendência. É o “anti-romântico” mais decidido da literatura brasileira. É realista: embora não no sentido que muitas vezes se dá ao realismo literário do século XIX, como precursor do naturalismo(...).⁴³¹

Ainda que entendamos que a produção efetivamente literária não deva ser distanciada da produção crítica, pois daí decorre a própria elaboração do nome do autor e sua própria *autoridade*⁴³², ainda sim, voltemos àquilo que nos interessa: ao Machado ensaísta e seu “Literatura brasileira – instinto de nacionalidade”. Observe-se que qualquer leitura que se realize sobre um autor representativo do cânone literário brasileiro, como é o caso de Machado de Assis, implica dialogar com a “fortuna crítica” em torno de seu nome. A própria citação acima, de Carpeaux, por exemplo, já nos deixa em alerta para alguns cuidados, que devemos ter quando nos aventuramos a tal diálogo: de saída, Machado já é alçado, canonicamente, a “maior figura da literatura brasileira”; além disso, realça-se uma abordagem que, comumente, privilegia fases, escolas, períodos e que acaba, muitas vezes, por restringir a complexidade daquilo/daquele que se estuda, levando à perda inclusive da própria historicidade do objeto estudado. Risco aparentemente percebido pelo próprio Machado de Assis em seu próprio tempo, quando recomendava – à “nova geração” – que fugisse ao perigo do “espírito de seita, mais próprio das gerações feitas e das instituições petrificadas.”⁴³³

Bem por isto, ressalte-se novamente a importância *documental* do texto de Machado de Assis. Escrevendo num momento de aparente mudança nas perspectivas e discursos da crítica literária brasileira, o “instinto de nacionalidade” chama a atenção para a importância da própria historicidade desta crítica e de seus fundamentos. E disto, principalmente, alerta-nos para a prática – dominante – de uma historiografia da literatura. Cabe lembrar, novamente, que a escolha referencial do ensaio de Machado de Assis, num trabalho que tem como foco principal a escrita das Histórias da

431CARPEAUX, op.cit. p.135.

432Sobre a construção do nome e autoria, ver BAPTISTA, O episódio brasileiro. op. cit., p. 19-111.

433ASSIS, Machado de. op.cit. p. 243.

Literatura Brasileira, não é gratuito, pois, ainda que o texto anteceda as chamadas visões “sistêmicas” desta Literatura e de sua História, principalmente àquelas elaboradas por Romero e Veríssimo –, alarma-nos para alguns fundamentos que regem, ou regerão, estas mesmas Histórias.

Dito de outro modo, alocamos Machado de Assis, com “Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade”, em meio a dois momentos significativos da própria construção da historiografia da literatura: de um *lado*, aquele definido por preceitos supostamente românticos e definidor de uma concepção de literatura brasileira; de *outro*, em constituição, uma orientação *moderna*, guiada por princípios ditados pelo próprio movimento de *cientificidade*, imperante no período, donde brotarão as chamadas obras *básicas, fundamentais* e/ou agora, *clássicas* da historiografia da Literatura Brasileira⁴³⁴.

Curiosamente, Machado de Assis, tal qual integrante único de seu próprio grupo, ao mesmo tempo que dialoga com ambos os *lados*, cria uma estratégia de afastamento, mantendo sua própria autonomia, reivindicando, com isto, a autonomia tão propagada – por todos os *lados* – para a própria literatura.

Sem mesmo escrever uma história da literatura brasileira (ou bem por isso) e com uma produção crítica relativamente pequena se comparada com a atividade de romancista, Machado de Assis nos fornece algumas chaves para pensarmos tanto a crítica quanto a historiografia literária oitocentista, além de nos propor alguns caminhos para refletirmos sobre o próprio trabalho aqui proposto, uma vez que se volta para esta mesma historiografia – crítica – oitocentista.

No exame promovido por Machado de Assis à literatura brasileira, em 1873 – que reconhece, como seu “primeiro traço”, o *instinto de nacionalidade* que busca vestir com “as cores do país todas as formas literárias do pensamento” –, que salta à observação, quase que de imediato, é o comentário quanto à constituição de uma “tradição” ou, melhor, de uma tradição então já *canonicamente* constituída:

As tradições de Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda madrega, como àqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão.⁴³⁵

434 Sobre as designações em itálico, cf. CARPEAUX, op. cit. p. 22-23.

435 ASSIS, Machado de. Literatura brasileira- instinto de nacionalidade (1873). In. **Crítica literária: obras completas**, 29. São Paulo: Mérito, 1961. p. 129.

Objetivamente, Machado aponta os dois quesitos fundamentais dos estudos literários do período, que atravessaram todo século XIX: o nacionalismo literário e a formação do cânone. Nacionalismo que remete ao próprio problema da constituição de uma idéia de literatura brasileira – ou, como lembra Abel Baptista, “o caráter nacional da literatura brasileira remete ao caráter nacional do próprio Brasil (...) a busca da nacionalidade literária se confunde com a construção de imagens da identidade nacional brasileira”⁴³⁶ – donde decorrem questões referentes à própria viabilidade e autonomia desta literatura e que, historicamente, acompanham a própria instauração da historiografia literária, desde o *Resumo* de Ferdinand Denis, de 1826, ou do *Ensaio* de Magalhães, publicado em 1836.

Problema, portanto, presentíssimo na configuração da própria literatura brasileira, a *nacionalidade literária* contribuiu para efetivar a historiografia romântica, ao mesmo tempo que se caracteriza num de seus maiores legados, através da fundação de um *projeto* para uma *literatura verdadeiramente brasileira*⁴³⁷.

A vitalidade deste *projeto*, ou sua permanência, pode ser ainda percebida, por exemplo, no conhecido texto que José de Alencar escreve de prefácio ao seu romance *Sonhos d'Ouro*, intitulado “Bênção Paterna”, de 1872 - contemporâneo, portanto, ao ensaio de Machado.

Alencar escreve alertando o seu próprio livro sobre as possíveis acolhidas que poderia receber, principalmente junto aos críticos. Com este expediente – e defensor de um projeto de literatura brasileira – passa a apontar as deficiências da própria crítica, e seus equívocos, em relação à idéia do caráter nacional da literatura brasileira.

Diz o autor ao seu próprio “livrinho”:

(...) te hão de notar, de ires um tanto desbotado do matiz brasileiro, sem aquele picante sabor da terra: provém isso de uma completa ilusão dos críticos a respeito da literatura nacional(...). Aos que tomam ao sério estas futilidades de patriotismo e professam a nacionalidade como uma religião, a esses hás de murmurar baixinho ao ouvido, que te não escutem pragueiros, estas reflexões:

436BAPTISTA, op. cit. p. 29-30.

437Idem, p.31.

“A literatura nacional que outra coisa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contato de outros povos e ao influxo da civilização?”⁴³⁸

A literatura nacional como *projeto* ou o projeto da literatura nacional, de feição declaradamente romântica, presente também em Alencar, implica imperiosamente uma *história nacional*, a ponto de história e literatura – *nacionais* – se entrecuzarem. O autor de “Sonhos d'ouro”, no mesmo prefácio em questão, estabelece fases para apresentar aquilo que ele chama de “período orgânico da literatura nacional”, fases que curiosamente correspondem à sua própria produção:

A primitiva, que se pode chamar aborígine, são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalam a infância do povo(...) *Iracema* pertence a essa literatura primitiva, cheia de santidade e enlêvo, para Aqueles que venceram na terra da pátria a mãe fecunda – *alma mater*, e não enxergam nela apenas o chão onde pisam.

O segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana(...).É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. Esse período colonial terminou com a Independência.

A ele pertencem o *Guarani* e *As Minas de Prata*.(...)

A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço.(...)

O *Tronco do Ipê*, o *Til* e *O Gaúcho* vieram dali(...).⁴³⁹

Esta “terceira fase”, de Alencar, remete-nos novamente ao texto de Machado. E aos distanciamentos entre um e outro. Ou entre Machado e a tradição – crítica e historiográfica – até então institucionalizada.

Enquanto Alencar, em acordo com os primeiros promotores de uma possível historiografia literária, fala de uma fase começada com a Independência política (1822) e ainda em andamento em 1872, Machado, em aparente consonância com o preceito da “cor local” e referindo-se a algo que ainda está por vir, aparta, de forma perspicaz, independência política de autonomia literária:

438ALENCAR, José de. Bênção paterna. In. *Sonhos d'ouro* (1872). São Paulo: Instituto de divulgação cultural, s/d. p. 8.

439Idem, p. 8-9.

Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.⁴⁴⁰

Com isso, conseqüentemente, Machado de Assis atentava contra o preceito estabelecido, que vinculava literatura nacional e nacionalismo. Preceito que confundia a emancipação política com a emancipação da própria literatura e que localizava 1822 como o albor da literatura brasileira independente.

Da mesma forma, e sutilmente, o autor retoma o *problema* dessa origem e da constituição do cânone, questões cruciais para as historiografias da literatura brasileira, até as mais recentes:

A juventude literária, sobretudo, faz deste ponto uma questão de legítimo amor-próprio. Nem toda ela terá meditado os poemas de *Uraguai* e *Caramuru* com aquela atenção que tais obras estão pedindo; mas os nomes de Basílio da Gama e Durão são citados e amados, como precursores da poesia brasileira. A razão é que eles buscaram em roda de si os elementos de uma poesia nova, e deram os primeiros traços de nossa fisionomia literária, enquanto que outros, Gonzaga, por exemplo, respirando aliás os ares da pátria, não souberam desligar-se das faixas da *Árcádia* nem dos preceitos do tempo. Admira-se-lhes o talento, mas não se lhes perdoa o cajado e a pastora, e nisto há mais erro que acerto.⁴⁴¹

Recusando a procura de predecessores – que tivessem impulsionado originariamente a literatura brasileira – Machado de Assis, observa uma das características marcantes das histórias da literatura, o anacronismo:

Dado que as condições deste escrito o permitissem, não tomaria eu sobre mim a defesa do mau gosto dos poetas arcádicos nem o fatal estrago que essa escola produziu nas literaturas portuguesa e brasileira. Não me parece, todavia, justa a censura aos nossos poetas coloniais, iscados daquele mal; nem igualmente justa a de não haverem trabalhado para a independência literária, quando a independência política jazia ainda no ventre do futuro, e mais que tudo, quando entre a metrópole e a colônia criara a história a homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação. As mesmas obras de Basílio da Gama e Durão quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora.⁴⁴²

440ASSIS, M. de. op. cit. p. 129-130.

441Idem, p. 130.

442Idem, p.130-131.

A sutileza de Machado faz-se impressionante. Reconhecido aquilo que ele chama do “fato”, a própria existência do “instinto de nacionalidade”, instinto que se expressava no “geral desejo de criar uma literatura mais independente”⁴⁴³, lançava-se então o autor a “atestar” tal “fato” nas letras brasileiras daquele momento. Assim, passava pela produção – no romance, na poesia, no teatro e ainda na “língua”-destacando a manifestação do “instinto” em cada uma das formas.

Para que se perceba mais claramente as sutis objeções de Machado de Assis à idéia de nacionalismo literário, então como se apresentava, cabe lembrar que o seu alvo, ou interlocutor, era a própria tradição estabelecida pelo romantismo - como já abordamos na primeira parte deste trabalho. Tradição que pode ser sintetizada, com Antonio Candido, da seguinte forma:

O grande problema era definir quais os caracteres de uma literatura brasileira, a fim de transformá-los em diretrizes para os escritores; neste sentido, foram indicados, nunca seriamente investigados nem mesmo debatidos, alguns traços cuja soma constitui o temário central da crítica romântica e podem ser expressos do seguinte modo(...):1) o Brasil precisa ter uma literatura independente; 2) esta literatura recebe suas características do meio, das raças e dos costumes próprios do país; 3) os índios são os brasileiros mais lídimos, devendo-se investigar as suas características poéticas e tomá-los como tema; 4) além do índio, são critérios de identificação nacional a descrição da natureza e dos costumes; 5) a religião não é característica nacional, mas é elemento indispensável da nova literatura; 6) é preciso reconhecer a existência de uma literatura brasileira no passado e determinar quais os escritores que anunciaram as correntes atuais.⁴⁴⁴

O que depreende deste conjunto é, justamente, uma “teoria geral da literatura” a partir dos preceitos românticos, preceitos que visavam, justamente, fundar uma literatura nacional, portanto, emancipada, original, autêntica, legítima. Preceitos que se apresentavam como o alvo de Machado, que nada mais faz, em seu texto, do que acercar-se, a partir de suas “condições e motivos históricos”, a respeito da própria possibilidade da existência desta “nacionalidade literária”.

Numa visão de conjunto se pode dizer, portanto, que todo texto é um

443ASSIS, op. cit. p. 131.

444CANDIDO, op. cit. p. 329-330.

questionamento deste “temário central da crítica romântica”, a começar pelo item primeiro, motivo da própria *Notícia*.

Voltando-se por sobre os “motivos históricos” da nacionalidade literária, Machado de Assis lembrava o papel desempenhado por Gonçalves Dias, ao chamar a “atenção das musas brasileiras para a história e os costumes indianos”, procurando nestes sua fonte de inspiração. Tal atitude, se por um lado foi responsável pela eclosão da famosa “escola indianista”, por outro gerou reações:

Entrou a prevalecer a opinião de que não estava toda a poesia nos costumes semibárbaros anteriores à nossa civilização, o que era verdade, - e não tardou o conceito de que nada tinha a poesia com a existência da raça extinta, tão diferente da raça triunfante, - o que parece um erro.⁴⁴⁵

Tendo isto em vista, Machado trazia para primeiro plano a importância do elemento estético:

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária. Mas se isto é verdade, não é menos certo que tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe.

Ainda tratando dos “motivos históricos” que atuavam sobre a literatura nacional, Machado citava a atenção que os escritores dispensavam aos “costumes”, fossem “já do tempo colonial ou já do tempo de hoje”, bem com sobre “a natureza americana”. Neste ponto começava a esboçar sua leitura do problema:

Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura.(...)

Não há dúvida que uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam.⁴⁴⁶

Enfim, delineia sua perspectiva:

445ASSIS, M. de. op. cit. p. 132.

446Ibidem, p. 134-135.

O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda que trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.⁴⁴⁷

Abel Baptista, comentando a idéia de “sentimento íntimo”, ainda que não desenvolva sua análise, indica para um elemento de extremado interesse: o “efeito de leitura” subjacente ao “sentimento íntimo” ou o “sentimento íntimo” como “um efeito de leitura”:

O “sentimento íntimo” não é o que o escritor exprime nas suas obras, mas o que se exige dele, não é um traço substancial, mas um efeito de leitura, como tal caindo por inteiro no âmbito da responsabilidade do leitor. No fundo, Machado limita-se a afirmar que, qualquer que seja o programa literário, qualquer que seja a “feição do livro”, haverá sempre possibilidade de o ler a partir da relação com a realidade nacional.⁴⁴⁸

O que, talvez, se deva acrescentar sobre este “efeito de leitura”, de que fala Baptista, é o papel que a crítica deveria aí desempenhar. É o parece se depreender do próprio texto de Machado:

Um notável crítico da França, analisando há tempos em escritor escocês, Masson, com muito acerto dizia que do mesmo modo que se podia ser bretão sem falar sempre do tojo, assim, Masson era bem escocês, sem dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um *scotticismo* interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial.⁴⁴⁹

Assim, a exigência do sentimento íntimo, tornada “efeito de leitura” crítica, permitia ao jovem escritor apontar as deficiências da crítica instaurada no país, e de seus preceitos, bem como chamar atenção para a necessidade de sua renovação:

Estes e outros pontos cumpria à crítica estabelecê-los, se tivéssemos uma crítica doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que ela é em outros países. Não a temos. (...)A falta de uma crítica assim é um dos maiores males de que padece a nossa literatura; é mister que a análise corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e de história se investiguem, que as belezas se estudem, que os senões se apontem, que o gosto se apure e eduque(...)⁴⁵⁰

447Ibidem, p. 135.

448BAPTISTA, op. cit., p. 17.

449Ibidem, p. 135.

450Ibidem, p. 135-136.

Se pode dizer, a partir deste ponto (que é quando Machado passa a fazer aquele papel que o crítico deveria desempenhar, caso este existisse) que o problema maior da literatura brasileira e da nacionalidade literária, apesar das fraquezas e deficiências das próprias letras, decorria da ausência, maior, de uma crítica. Veja-se, portanto, que mais do que recusar aquilo que Antonio Candido chamou de “alguns traços cuja soma constitui o temário central da crítica romântica”, o que Machado recusava, mesmo, era a “leitura” que esta mesma crítica promovia, negando-lhe a própria existência.

Aqui termino esta notícia. Viva imaginação, delicadeza e força de sentimentos, graças de estilo, dotes de observação e análise, ausência às vezes de gosto, carências às vezes de reflexão e pausa, língua nem sempre pura, nem sempre copiosa, muita cor local, eis aqui alto os defeitos e as excelências da atual literatura brasileira, que há dado bastante e tem certíssimo futuro.⁴⁵¹

Perceba-se, por exemplo, a diferença entre Machado e Alencar, apesar do pouco tempo de publicação que separa seus textos. Enquanto vemos no autor do *Instinto* a exigência de uma outra leitura, a par de uma leitura crítica sobre a crítica e a literatura, no autor de *Sonhos d'Ouro* vê-se, da mesma forma, a crítica sobre a crítica, contudo, o papel relegado ao escritor é outro, afastando-se, nos parece, do sentimento íntimo comentado por Machado de Assis:

Sobretudo compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do idiota inspirado: tudo se lança o poeta no seu cadinho, para escoimá-lo das fezes que porventura lhe ficaram do chão onde esteve, e apurar o ouro fino.

E de quanta valia não é o modesto serviço de desbastar o idioma novo das impurezas que lhe ficaram na refusão do idioma velho com outras línguas? Ele prepara a matéria, bronze ou mármore, para os grandes escultores da palavra que erigem os monumentos literários da pátria.⁴⁵²

Essa visão “obreira” da literatura aparece também em outro texto da época e

451Ibidem, p. 148-149.

452ALENCAR, op. cit., p. 10.

que parece dialogar com Alencar e Machado.

Em 1875, Capistrano de Abreu interessado em estudar “a literatura quantitativamente” publicava uma série de textos em O Globo, resultantes de conferências proferidas em Fortaleza – intitulada *A Literatura Brasileira Contemporânea*. Detectando duas escolas que representariam um possível renascimento das letras nacionais: o “cosmopolitismo” e o “indianismo”, dizia o futuro historiador

(...) princípio íntimo e caráter social da arte são inseparáveis, e estão ambos viciados no Brasil; por conseguinte, como os que trabalham para melhorar, um concorre para elevar o outro; a empresa é a mesma: os operários não podem ser inimigos. (...) Podemos afirmar que se realizarão as suas aspirações; podemos prever que da união, do comércio das duas forças agora divergentes nascerá a literatura esplendorosa do porvir.⁴⁵³

Capistrano, imbuído das “novas idéias” – ligadas à chamada geração de 70 – detectava a existência de “dois métodos de crítica em literatura: o método qualitativo e o método quantitativo”:

O primeiro considera o produto e fixa-lhe o valor apelando para uma idealidade. O segundo considera o processo, o característico, os antecedentes da realidade. Um julga; outro define. Aquele procura a beleza e a perfeição; este procura o estado psíquico e social.⁴⁵⁴

A literatura compreendida como a “expressão da sociedade” deveria ser analisada a partir das condicionantes que atuavam na sociedade, das quais se destacavam, principalmente, as “forças físicas” ou da natureza:

(...) a crença no determinismo sociológico; a convicção de que a sociedade brasileira é regida por leis fatais; a esperança de descobrir estas leis, – eis o que me anima e guia.

A literatura é a expressão da sociedade, e a sociedade a resultante de ações e reações: de ações da Natureza sobre o Homem, de reações do Homem sobre a Natureza. Está, pois, traçado o caminho: em primeiro lugar, tratarei das influências físicas no Brasil; em segundo lugar, da sociedade que medrou sob essas influências e da literatura que exprime essa sociedade.⁴⁵⁵

453ABREU, João Capistrano de. *A literatura brasileira contemporânea* (1875). Ensaios e estudos, 1.^a série. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 70.

454Ibidem, p. 36-37.

455Ibidem, p. 37.

No mesmo período que Alencar militava em estabelecer uma missão para a literatura, bem como para os leitores e críticos, Machado buscava fixar uma outra apreciação da literatura, vê-se Capistrano anunciar parte daquilo que se constituiria modelar para o estudo crítico: o entendimento sociológico da literatura – ou a literatura entendida como fato social, e não poucas vezes tomada como documento desta sociedade, ou seu “reflexo”. Três diferentes leituras, três diferentes histórias.

3.3. Sílvio Romero e o (des)fazer das *legendas*: a crítica moderna e a história da literatura brasileira

(...) só a crítica, a tão desdenhada crítica, nos pode preparar um futuro melhor.

Ela, aqui, não deve limitar-se ao empenho de mostrar o largo caminho que nos cumpre trilhar; deve, antes de tudo, desobstruir o terreno, juncado de velhos preconceitos e falsidades; deve alçar o látego destruidor e desfazer as *legendas*, para afirmar a luz.

(Sílvio Romero, *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*, 1880)

Segundo Antonio Candido, a década de 1880 representou para o pensamento de Sílvio Romero um momento de “cristalização” das idéias que vinha amadurecendo desde a década anterior. Podemos aventar que, da mesma forma, e por extensão, o mesmo ocorre para a história da crítica e da historiografia brasileiras, dado o lugar que o intelectual passaria a ocupar na cultura brasileira e devido à maneira como projetou – e se projetou – para a função deste papel.

Neste sentido, buscamos refletir, neste último tópico, acerca de questões vinculadas à crítica, bem como sua função, e à idéia de história literária brasileira em Romero, a partir de dois textos seus, publicados naquele período: *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*, editado em 1880 – a partir de artigos escritos entre 1872 e 1874 e, principalmente, *Introdução à História da Literatura Brasileira*, publicado, em 1881, nos três volumes finais da *Revista Brasileira* (2ª fase) e impresso em livro no ano seguinte, 1882. Texto este que seria “bem aproveitado, na edição, em 1888, da *História da Literatura Brasileira*”, conforme observação de Luiz Antonio

Barreto.⁴⁵⁶ Tais ensaios revelam um projeto de escrita de história da literatura brasileira – antecedendo a *monumental História de 1888* – e apontam para a função, o papel e a importância da crítica e do crítico, decorrendo disto nossa escolha para trabalhá-los, em detrimento da própria utilização pormenorizada da obra de 1888. O próprio Antonio Candido deixa entrever, em sua tese de 1945, que a tarefa de Romero, no período 1880-1888 foi aperfeiçoar os seus instrumentos que permitiriam seu “ponto máximo” com a publicação de *História da Literatura Brasileira*. Assim, ainda que o autor apresente-se sob um “movimento” ou “marcha de idéias”, os fundamentos que regem sua obra maior – ou obra-síntese⁴⁵⁷ – podem ser encontrados nos artigos anteriores e daí decorre sua importância⁴⁵⁸. Cabe observar ainda que, tanto um quanto outro ensaio, citados acima, nos interessa também à medida que apresenta um caráter programático, característica que os aproxima, ainda mais, dos demais documentos comentados ao longo deste trabalho.

Na Introdução de *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* - texto escrito justamente para a edição em livro, diferentemente dos capítulos que o compõem, publicados, na imprensa, anos antes, como anteriormente observado –, Romero parece se aproximar ao já comentado Macedo Soares, ainda que vinte anos separem uma publicação de outra: ambas principiam comentando o estado da atividade crítica no Brasil à sua época, o que, de certa maneira, se faz como um meio para legitimar o próprio intento de cada um dos críticos.

Contudo, se para Macedo Soares – representante do “começo da “reação”, para lembrarmos o Quadro de Romero –, ninguém, em 1860, desconheceria a importância e utilidade da crítica, ainda que por aqui não tivéssemos uma crítica séria, com capacidade para realizar a “educação do público” ou de nortear “a opinião pelo

456BARRETO, Luiz Antonio. Nota do organizador. In. ROMERO, S. **Literatura, história e crítica**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 9-10.

457A expressão é usada por Benjamin Abdala Junior em *Sílvio Romero: História da Literatura Brasileira*. In.. MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**, 2. São Paulo: SENAC, 2001. p. 194.

458Para Antonio Candido, *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* representa, no conjunto da produção de Romero, o “embrião” de toda sua obra crítica. CANDIDO, Antônio. **O método crítico de Sílvio Romero**. p. 87.

caminho do bom gosto”⁴⁵⁹, para Romero as coisas pareciam se configurar ainda piores, uma vez que a inexistência da crítica, ou ao menos de uma crítica satisfatória, procederia da própria convivência do público leitor com aquilo que era praticado:

Não deixa de ser coisa perigosa o publicar neste país um livro de crítica. Além da falta absoluta que existe aqui desta ciência e disciplina do espírito, acresce que nossos ledores, grandes e pequenos, como bons burgueses, estão tranqüilíssimos com tudo quanto os cerca, e repelem soberbamente aquilo que os possa perturbar.⁴⁶⁰

Destas primeiras palavras do texto romeriano, além de uma explicação do porquê da inviabilidade, no Brasil, de uma crítica outra, atuante, já se vislumbra – e o autor logo reforça – o desdém e o equívoco do público, atribuídos à “falsa idéia” do que fosse a “nova ciência de criticar.” Em vez do prejuízo do incômodo, a atividade crítica supunha, ou deveria supor, um alcance muito mais alargado:

Em que pode prejudicar ao desenvolvimento espiritual de um povo o estudo que mostre-lhes quais as suas conquistas históricas e suas aptidões imanes? Longe de ser-lhe nocivo é de todo animador(...)⁴⁶¹

A crítica praticada, portanto, é caracterizada – à maneira das constatações de Macedo Soares – como a repetição das “velhas fraseslouvaminheiras”, sendo que aquele que distoa – “no meio do geral concerto” – é apontado, pelo incauto leitor, como “um *invejoso* das glórias alheias”.

Diante disto – sendo a inveja como que o próprio “incentivo” que dirigiria o crítico no Brasil – indaga Romero:

Em que vale, portanto, o sacrifício de proclamar a verdade a este povo, correndo o risco de ser apontado como o possuidor de sentimento repugnante?
Em nada.
Resta, porém, sempre a consolação de haver contribuído com alguma coisa para derrocar o podre edifício de velhos erros, e limpar a atmosfera que nos sufoca.⁴⁶²

459SOARES, op. cit. p. 267.

460ROMERO, S. A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna (1880). op. cit. . p. 39.

461Ibidem.

462Ibidem, p. 40.

Romero se diz, também, alvo do descaso do público leitor, lembrando que os capítulos da obra que segue, quando inicialmente publicados, foram “recebidos com indiferença por uns, e com indignação por outros”. Curiosamente se dizia satisfeito com tal acolhida, e com a expectativa de que o mesmo ocorresse com o opúsculo: “Isto para mim é um sintoma; neste país aquilo que muito agrada, tenho a certeza de que não presta.”⁴⁶³

O autor desenvolve sua argumentação enfatizando aquilo que ele acreditava ser papel crucial da crítica: o de “desfazer as legendas”. Seu texto, não poucas vezes recorrendo ao escárnio, assume um teor iconoclasta, dando vazão ao que Antonio Candido caracterizou como o “temperamento do polemista, abrasado pelas novidades literárias e científicas do momento, disposto nada menos que a arrasar”⁴⁶⁴ e que, ao longo da trajetória de Romero, parecerá não abrandar .

Certo da crítica como única via para superação dos entraves da vida espiritual nacional, *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* é composto de duas partes: “Origens e Tendências” e “O Romantismo no Brasil”, seguidas de um epílogo, que buscava traçar uma “síntese” da vida intelectual no momento de publicação da obra. Se nada parece passar incólume às observações do autor – da constituição “racial” da população à produção literária, da vinculação à Portugal ao quadro político, da escrita dos historiadores aos equívocos da pretensa crítica – pois tudo é objeto de comentário, coube ao Romantismo e à própria idéia então corrente de crítica os focos de maior atenção e, conseqüentemente, de maiores ataques.

Romero – acreditando que a “crítica sincera deve ser uma só para todos” e que se trata de “dizer a verdade à nação e não de glorificar falsas doutrinas” – ampliava a própria noção de crítica, seu alcance e prática, extrapolando o campo meramente literário para abarcar toda cultura:

463Ibidem, p. 42.

464CANDIDO, Antônio. op. cit. p. 45. Sobre o caráter de “polemista” de Romero é imprescindível a leitura do texto de Araripe Júnior, de 1898, “Sílvio Romero polemista”, integralmente reproduzido em: BOSI, op. cit. p. 319-382.

O futuro deste país deve estar nas convicções sinceras, nos caracteres intransigentes, sacrificados à honra, disseminados por aí além, desdenhados pelos poderosos do dia, e que ousam dizer a verdade ao povo, como – ao rei; não a pretendida verdade dos declamadores; mas a verdade da história, a verdade da ciência.

(...)

Entretanto, só a crítica pode nos salvar. Nada temos produzido em esfera alguma; a crítica levada a todos os compartimentos de nossa ignorância é que nos há de antolhar um melhor ideal.⁴⁶⁵

Dessa maneira, além de ampliar-se a própria finalidade da atividade crítica, a história passava a ser o elemento explicativo fundamental, constituindo-se tanto naquilo que permitiria sua formulação, quanto garantiria sua legitimidade:

Do consórcio, pois, de velha população latina, beatamente atrasada, beatamente fecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos, surgiu, na máxima parte este povo, que se diz, que se supõe grande, porque possui, entre outras maravilhas, “o mais belo país do mundo! ...”

É necessário buscar na história as condições de sua cultura, de sua civilização. Indicar os elementos diversos e concorrentes que formaram seu pensamento, mostrar a marcha que seguiram, pesar-lhes o valor, é bem diferente do simples indagar do estado hodierno de seu valor intelectual. Assim devera-se assinalar por suas pretéritas posições, seguindo-as passo a passo até hoje, as causas do nulo desenvolvimento de nossas letras e da nenhuma originalidade de nosso gênio.⁴⁶⁶

Contudo, nesse caso, “buscar na história” parece supor algo a mais do que, simplesmente, voltar-se aos já constituídos escritos dos historiadores. A menção às ações – (objetivas) – de “indicar”, “mostrar”, “assinalar” – ao contrário do “simples indagar” – parece exigir a preparação de outra prática histórica, uma história respaldada por preceitos de cientificidade, marcadamente, portanto, crítica e objetiva.⁴⁶⁷ Para Romero, assim como para, principalmente, o último quartel do século XIX, história e crítica são inseparáveis, pois é a própria história que respalda o exercício crítico – ou, como comenta Antonio Candido, foi sob a tutela da história que

465ROMERO, idem, p. 42; 71.

466Ibidem, p. 49.

467Estas questões já foram comentadas anteriormente, no subcapítulo *Mais algumas Ressalvas*, ítem 1.2 deste trabalho.

se viu surgir a crítica moderna.⁴⁶⁸

“A verdade da história, a verdade da ciência”, isto é, a relação apontada acima, da crítica com a história, bem como a ampliação do objeto da crítica e, conseqüentemente, seu alcance, foi apontada pelo próprio autor, também em *O Naturalismo em Literatura*, ao comentar os artigos literários de Zola, em 1882:

A crítica moderna não é a antiga crítica literária; é uma disciplina científica que se aplica a todas as manifestações da humanidade. Seu domínio não é a literatura em sentido restrito, a beletrística em linguagem alemã: — a poesia, o romance e o drama. Seu domínio é a totalidade das criações da inteligência humana. Seu método é o histórico comparativo e por isso ela chama-se a crítica histórica.⁴⁶⁹

Munido com os elementos da abordagem naturalista, Romero ampliava o conceito de literatura que, de Belas Letras, passava a identificar “um conjunto de documentos humanos tomados ao vivo” (e “não um acervo de mentiras”), além de portadora daquilo que o autor identificava como “ideal civilizador”:

A literatura faz pelo sentimento o que a ciência faz pela razão: — liberta o homem e estimula-o a sonhar e trabalhar para um estado melhor; uma maior confiança em nossos desígnios, em nossas faculdades, em nosso futuro.⁴⁷⁰

O interesse da crítica, portanto, não recai mais, e apenas, sobre o texto literário. Dessa forma, e inevitavelmente, a crítica à atividade crítica estende-se, também, à escrita da história. Romero, assim como faz com a crítica do período, desmerece a historiografia então existente, apontando as suas imperfeições e, principalmente, dando a entrever que a história (ou histórias) ainda estava por ser escrita:

Os historiadores brasileiros têm-se descuidado de delinear profundamente as origens de nossa imputação (Entre nós o problema histórico das raças que formam a população do país foi discutido com mais acrimônia do que verdade).(...)

468CANDIDO, op. cit., p. 109.

469ROMERO, S. O naturalismo em literatura. Op. cit. p. 345.

470ROMERO, op. cit. p. 342; 358. Sobre o naturalismo em Romero, consultar: VENTURA, Roberto. História e crítica em Sílvia Romero. In. MALLARD, L. et al. **História da literatura**: ensaios. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995. p. 37-52.

Tudo aí é vasto da vastidão da ignorância.

(...)

É banal vir ainda repetir que a história do Brasil – literária ou política – está de todo por fazer. Não há um só tipo nacional, grande ou pequeno, que esteja tirado a limpo, que ocupe por direito o seu lugar. Dir-se-ia que o acaso tem-se encarregado de distribuir os papéis. Entre nós não há, nunca houve crítica.⁴⁷¹

Talvez neste ponto revele-se, já, o projeto de Romero – e que, levado à cabo, consagrar-se-ia com a publicação de sua *História da Literatura Brasileira*. Diante da ineficiência da crítica e das história(s) praticadas, o autor, “fiel às tendências que prevaleceram em sua época” – para usarmos a observação de Sérgio Buarque de Holanda – apontou aquela que seria, para ele, a correta história da literatura brasileira⁴⁷²:

Nós temos já alguns trabalhos relativos à nossa literatura deste e dos passados séculos. Todos, porém, pecam pela ausência de um critério positivo, a falha de uma idéia dirigente e sistemática.

(...)

O capítulo preliminar de uma história da literatura brasileira, quando a escreverem com rigor científico, deverá ser uma inquirição de como o clima do país vai atuando sobre as populações nacionais; o segundo deverá ser uma análise escrupulosa das origens do nosso povo, descrevendo, sem preconceitos, as raças principais que o constituíram.(...)

O terceiro capítulo de uma história de nossa vida espiritual haveria de ser o estudo da nossa poesia e contos populares em sua tríplice proveniência.⁴⁷³

471ROMERO, S. A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna. p. 46; 49 e 76.

O tom de escárnio de que falamos antes e o desprezo em relação aos críticos, além da reiterada crítica à produção intelectual brasileira, fica bem exemplificada na seguinte citação do autor:

“Seriam, sem dúvida, uns quadros curiosos aqueles em que se procurassem estudar o desenvolvimento e o atual estado das letras e ciências neste império. Os que passassem em revista os nossos historiadores, os nossos filósofos, os nossos publicistas, os nossos críticos... haviam de ser, por certo, dos mais interessantes.

O leitor estrangeiro, que estiver a par de nossas pequenas mentais, não veja uma ironia na seriedade de minhas palavras... Nós outros temos também nossos filósofos, nossos historiadores, nossos críticos.

Quisera ocupar-me destes últimos; existe somente um embaraço, que bem pode parecer capital, é que lhes não sei os nomes.

Os rivais brasileiros de Sainte-Beuve, Scherer, Fischer, Schmidt... são anônimos”. (p. 69)

472A caracterização de Sílvio Romero por Sérgio Buarque de Holanda apareceu originalmente no Diário Carioca em 15 de abril de 1951. Cf. HOLANDA, S. B. de. Sílvio Romero. In. **O espírito e a letra**: estudos de crítica literária, II: 1948- 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 359-363. A citação se encontra na página 362.

473ROMERO, idem. p.104-105.

Dessa maneira, Sílvio Romero apontava um “plano” para a escrita da história da literatura brasileira e que projetaria uma nova configuração para a explicação do passado literário brasileiro. Ao atrelar crítica, história e ciência, o crítico-historiador desautorizava as leituras anteriores, apontando suas carências, ao mesmo tempo que fulminava sua base – os preceitos românticos. Ainda mais, a crítica impunha-se como a possibilidade de orientação correta, propiciadora das “convicções sinceras”:

A antiga maneira de fazer a crítica literária fundada nas regras eternas do bom gosto, modificou-se de uma vez e foi obrigada a aceitar a relatividade de seus conceitos.

Desde Buckle e Gervinus, começou-se a estudar a ação dos diferentes meios sobre os povos; desde Taine e Renan, admitiu-se, além disso, o influxo divergente das raças nas criações religiosas e artísticas.⁴⁷⁴

A exigência de uma outra crítica e uma outra história: é isto que se depreende de ambos os textos de Romero, dando-lhes um caráter programático. As deficiências da crítica, a pobreza da produção intelectual nacional, as mazelas da formação social brasileira, as incongruências das abordagens do Romantismo, as possibilidades da crítica científica, a necessidade de uma história que viesse explicar o passado brasileiro, são, entre outras, as questões que embasam tanto um quanto outro escrito.

Parece ser com este sentido de “programa” que Romero se lança à escrita de uma *História da Literatura Brasileira*, ou a uma Introdução – ao menos num primeiro momento. Se em 1880 apontava quais deveriam ser os capítulos desta provável história – provável, mas necessariamente científica – transcorridos apenas dois anos, justificava seu empreendimento:

Ser-nos-á lícito, como o tem sido a outros, falar de nós mesmos? Se o é, diremos simplesmente que o nosso desejo supremo no terreno da crítica, desejo que nunca pudemos traduzir em fato, fora sempre escrever uma história da literatura brasileira(...) Ainda agora, além de tudo, reconhecemos a impossibilidade de realizar o velho anelo, e o que hoje vimos oferecer a público não passa de uma espécie de generalização, alguma coisa que se pode chamar uma introdução à história da vida intelectual brasileira.⁴⁷⁵

474ROMERO, S. Introdução à história da literatura brasileira (1882). **Literatura, história e crítica**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 129.

475ROMERO, op.cit. p. 123.

Da mesma maneira que fazia no capítulo de abertura da primeira parte de *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*, intitulado “A Raça”, Romero, neste ponto, que é o da apresentação da sua tese, retoma as questões referentes aos equívocos da interpretação da história brasileira:

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como o quis de passagem supor o romanticismo, a história dos tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros no Novo Mundo.

É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial hão sido o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.⁴⁷⁶

Responsabilizando a “romântica brasileira” por ter tido “o prestígio de falsificar e obscurecer o estudo de nossas origens” e por acumular “trevas sobre os três primeiros séculos de nossa existência”, o autor observava que a história brasileira dos séculos coloniais ainda estaria por ser escrita:

Está ainda por escrever a história brasileira dos séculos coloniais. Em lugar da narrativa das direções que foram tomando as diversas camadas da população e da ordem futuras, em vez do desenho do pensamento de um povo que ia crescendo, tempos o mote, sempre mal glosado, das virtudes dos *Governadores* e do número de *Jesuitas* que chegavam.⁴⁷⁷

Buscando o entendimento destas “direções” e tributário das concepções do seu tempo, que passava a pressupor a “ação dos diferentes meios sobre os povos”, bem como “o influxo divergente das raças nas criações religiosas e artísticas”, Romero mencionava “dois grandes motores” que poderiam “pesar fortemente na feitura de um caráter nacional: a natureza e a aglomeração de populações distintas”. Contudo, no caso brasileiro, isto ainda estaria por acontecer, uma vez que para a modificação pela natureza requerem-se muitos séculos e, quanto à “aglomeração de populações

476Ibidem, p. 124.

477ROMERO, S. *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*, p. 49.

distintas”, a “fusão” ainda não teria se completado, ainda que o autor aponte para a conformação de uma “raça” tipicamente brasileira, resultante do concurso das três “raças” formadoras: índios (ou caboclos), brancos e negros⁴⁷⁸. Todavia, conforme prenunciava Romero, inspirado nos preceitos cientificistas do período, “é força convir, porém, que o futuro deste país pertencerá definitivamente ao branco:

Aplicando as leis de Darwin à literatura e ao povo brasileiro, é fácil perceber que a raça que há de vir triunfar na luta pela vida é a raça *branca*.. A família selvagem e a negra, uma espoliada pela conquista, outra embrutecida pela escravidão, pouco, bem pouco, conseguirão diretamente para si.(...)
A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós pertencerá ao branco; mas que este, para essa mesma vitória, atentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que de útil as outras duas raças lhe podem fornecer, máxime a preta, com quem tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no Velho Mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente.⁴⁷⁹

Coerente com sua proposta, alguns elementos se destacam na citação de Romero: primeiro, a recorrência ao que podemos chamar de nova orientação para o entendimento da nação e, segundo, e amparado nessa nova orientação, uma nova maneira de abordagem acerca da história brasileira. Assim, novos elementos são apontados ou, melhor, determinadamente apontados, como responsáveis pela formação do país: a ação do clima e a imposição da “seleção natural”.

Observe-se que o autor estabelece uma nova explicação tanto para a história pátria, quanto para a realidade nacional: ainda que o chamado embranqueamento fosse dado como certo, tal processo – resultante da ação do tempo e do meio – ainda não havia se completado. Por outro lado, também ainda não havia se realizado, de maneira satisfatória, a “fusão” geradora do elemento “genuinamente” *brasileiro*, que por ora estaria melhor encarnado na “vasta classe dos mestiços”. Disto decorreria, para

478É recorrente por parte de Romero a designação dos íncolas como caboclos, ainda que o uso hodierno sugira muito mais o significado de “mestiço descendente de índio e branco”, como se vê, por exemplo em Houaiss ou no Aurélio. Cabe, contudo, lembrar que “Caboco”, em seu significado primeiro, dizia – ou diz – respeito à “índigena”, “nativo” e/ou “natural”, como se vê no Dicionário do Folclore Brasileiro, de Câmara Cascudo.

479Ibidem, p.56 e 58.

Romero, uma das mazelas da nação: “não temos ainda um espírito, um caráter *original*.”⁴⁸⁰

Dessa maneira, Romero renunciava aos caros preceitos dos enfoques românticos, que buscavam a originalidade/genialidade da raça e apontavam para o índio como o elemento, por excelência, tipicamente nacional.

A raça selvagem selvagem está morta. Não temos nada mais a temer ou a esperar dela.(...)

Aquele povo não tinha o sentimento profundo e apaixonado da pátria; não palpitava nele, ao menos, o valor de heróis, que inspirara uma página bela da história da Grécia, a dignidade de fugir combatendo, que notabilizou a retirada dos *Dez Mil!*(...)

O índio não representa entre nós o que em França significava o velho fundo de população gaulesa, o terceiro estado, o povo que fez a Revolução.

Embalde se procurará um sério e fecundo princípio social e civil deixado por ele. Em muito pouco modificou o gênio, o caráter dos conquistadores.(...) O índio não é o brasileiro. O que se sente, o que se busca, o que se espera, o que crê – não é o que sentia, cria ou buscava aquele. São, portanto, o gênio, a força primária do *brasileiro* e não os do gentio que devem constituir a poesia, a literatura nacional.⁴⁸¹

Se as explicações, então usuais, acerca da constituição histórica eram questionadas, da mesma forma o era, também, a história da literatura. Refutada em seus elementos fundamentais – a idéia de um caráter nacional original e o indianismo – invalidava-se a própria noção predominante de uma literatura nacional, ou de um certo nacionalismo literário que apontava para a formação de uma literatura eminentemente nacional, “ponto culminante” do próprio Romantismo brasileiro, para usarmos expressão do próprio Romero.⁴⁸²

De acordo com Romero e, portanto, dentro de uma nova perspectiva para explicação da história literária brasileira, a discussão em torno da existência de uma literatura brasileira, sua originalidade e genialidade, apresentava-se eivada de equívocos:

A questão é simples sem seus termos, complicada em suas relações. Aí vai: *tem o Brasil uma literatura?* Sim ou não, dizem os doutores encarregados da resposta. *É ela original?* O sim e o não fazem-se ouvir outra vez.

480Sobre a questão da mestiçagem, ver SCHNEIDER, op.cit. p. 39 e ss.

481Ibidem, p. 54.

482Ibidem, p. 93.

Entretanto os que assim tão categoricamente se exprimem, mostram bem pouco tato para compreender o muito pequeno assunto de que se trata. Uma primeira afirmativa julgava-se coerente em carregar uma segunda; a negação também.

O engano é manifesto; há verdade em dizer que possuímos uma literatura e grave erro em chamá-la de original. (...) Há literatura, o prova a crítica e a história, sempre que num povo encontra-se a consciência de si mesmo e uma mais ou menos extensa rede disso que chamarei as *tradições mentais*, vazadas em algum produto da imaginação. Neste caso, o único aceitável, porque é o exato, encontra-se o Brasil.⁴⁸³

Se afirmativamente havia uma literatura, em relação aos quesitos de originalidade e nacionalidade as coisas se complicariam:

O *original*, se o tomam no alto sentido de criação profundamente própria, sem antecedente de sorte alguma, é um enormíssimo dislate, que não é partilha de nenhum gênio, como de povo algum.

Em sua expressão exata, quando significa o que é *característico*, sem ser impossivelmente novo, o que é assinalador de uma tendência, mais ou menos definida, de um homem ou de uma nacionalidade, certamente não se pode dizer que com justiça se aplica à literatura *nacional*.(...)

Querem, além de original, *nacional*. Não é difícil ouvir, por essas tão animadas reuniões, algum moço que exclama: — a nossa literatura nacional, como os *tacapes*, brasileira, como o *sabiá*!

Enfático, o negócio é desajuizado. É o indianismo que se inculca como uma solução, ou o matutismo (!) que se procura como um talismã. É sede de ser brasileiro tornando-se mania, é o nacional, duvidoso do que é, que se toma por caboclo ou sertanejo!⁴⁸⁴

Na sucessão das críticas ao Romantismo em geral e ao brasileiro em particular, chama atenção a observação de Romero quanto à única vantagem trazida por este último: o fato de ter sido, “intelectualmente”, o primeiro passo para que fosse deixada de lado a “cultura lusa”. Por outro lado, salta aos olhos, também, os seus “defeitos”: se o maior de todos, para o crítico, foi a concentração excessiva da poesia no indianismo, o “consórcio” deste com o nativismo também se mostrou “prejudicial” a ambos: “um se fez estéril e o outro tornou-se errôneo”:

483Ibidem. p. 93-94.

484Ibidem, p. 94.

É afirmável, contudo:- a literatura brasileira nada menos é do que original, mas pode se chamar *nacional*. Entendo por esta expressão tudo aquilo que revela , mais ou menos caracteristicamente, a vida mental de um povo, em bem ou mal. Se suas idéias foram insignificantes ou fecundas , não é menos certo que se fizeram representar; a falta da nota original, não chega a ofuscar a nacionalidade.(...)

Seremos, note-se bem, mais nacionais, quando menos procurarmos sê-lo.⁴⁸⁵

Denunciando as vinculações entre o Estado e a produção cultural – e que, podemos dizer, buscavam promover um “ideal de civilização e de nação”, além da própria “identidade nacional” – argutamente Romero responsabilizava o próprio poder moderador como responsável pela consolidação da poesia que ele chama de “indiana”:

O *poder moderador* consolidou a poesia indiana. A proposição é nova, mas verdadeira. Viu-se o monarca em necessidade de fantasiar-se o moderador dos elementos contrários que se revolviam no mundo social; viram-se os poetas obrigados a esquecer Portugal, o que era justo, e a procurar um *moderador* aos seus arrancos para o ideal!(...)Era o momento do romantismo invadindo tudo. (...) não podia deixar de trazer-nos a lembrança de ser nacionais e de sugerir-nos a idéia de procurar uma *raça* que nos significasse. Os Europeus, não; porque eram nossos inimigos: estávamos na época da independência. Os Africanos, não; porque eram muito baixos e prosaicos; haviam de ser os Índios esquecidos em nossa vida, mortos em nossas instituições; mas que deveriam existir mui poeticamente nos sertões do interior.

A poesia indiana tem assim a sua justificação; mas esta há de ficar na história, não nos deve mais perturbar com suas impossibilidades fantasiosas.⁴⁸⁶

Da mesma forma que, para Romero, o preceito da originalidade – “enormíssimo dislate” – não possuía lastro algum, revela-se aí o afrontamento com aquela que, por excelência, foi a questão crucial do Romantismo brasileiro: o indianismo. Este, agora,

485Ibidem, p.98.

486Ibidem, p.95. Sobre o papel desempenhado pelas Letras no processo de estabelecimento da Nação, consultar: Ricupero, Bernardo. O indianismo como mito nacional. In. op. cit. p. 153-178 e SALLES, Ricardo. O Papo Amarelo do Tucano: a cultura imperial. In. **Nostalgia imperial**: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 75-113. Cabe aqui apontar, também, a observação de Romero acerca da relação entre emancipação política e romantismo, relação, esta, presente, posteriormente, tanto na historiografia literária, quanto política e que, de certa forma, pressupõe certa tautologia. Buscando desautorizar a importância do romantismo, o que faz ao longo de toda segunda parte de seu *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*, diz o autor: “Veio a emancipação política; não foi um movimento nacional sério e gigantesco, um desses fecundos abalos sociais a que segue-se, pelas marchas das idéias, idêntica, revolução nas letras.” (p. 63)

estava condenado ao passado e lá deveria repousar, tornando-se, portanto, objeto da história literária e não mais seu fundamento.

Contudo, neste ponto que mais parece se distanciar das orientações românticas, é possível percebermos um elemento de confluência, talvez resultante mais do próprio momento em que Romero viveu do que das leituras por ele realizadas.

Por mais que negue as questões e contribuições das produções que o antecedem, ou por ser com elas que, justamente, dialoga, tais questões e contribuições – e seus problemas – continuaram se impondo na escrita da história literária de Romero. Ainda que descreia da originalidade de uma literatura nacional, ou discorde da projeção do indígena como elemento distintivo desta literatura, foi na busca de elementos muito próximos a estes que se lançou, mesmo ainda que através de abordagens de outra natureza ou com a recorrência a categorias de outra ordem.

A própria projeção – ou sua crença – deste homem autenticamente brasileiro, resultado, ainda inconcluso, da ação da natureza e do caldeamento de brancos, índios e negros, donde decorreria o caráter original, parece apontar para o que falamos acima.

Como exemplo do que estamos aventando, recorramos ao texto de 1880, *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*. Como dito anteriormente, Romero, em seu ensaio, apontava a natureza e a “mescla de povos diversos” como os dois fatores de maior atuação na formação/transformação do “caráter” nacional, voltando-se, portanto, para o estudo da influência do meio e da ação destes “povos”, entendendo-os como fundamentais para a compreensão da jovem nação e de seus dilemas. Dada a impossibilidade de se acercar com segurança dos resultados deste movimento, diante da integração da nação ainda em processo, Romero vislumbrava, então, a necessidade de se lançar um “olhar retrospectivo sobre a sua história intelectual, para marcar os primeiros traços da individualidade embrionária deste povo recente”, uma vez que a literatura poderia “ser consultada como sintoma de seu progresso ou decadência”⁴⁸⁷.

Ainda que o autor confesse seu pessimismo em relação à situação nacional, buscava na história, ou com a história, os possíveis traços de distinção – “embrionária”, é forçoso repetir – da individualidade do povo brasileiro. Assim e

487ROMERO, op. cit., p. 104.

ainda mesmo que por outras vias, Romero se voltava para um elemento essencialmente presente nas preocupações românticas, ou romanticistas, para adotarmos uma expressão do próprio crítico.

A busca pela particularidade do povo brasileiro, de seu elemento diferenciador, e que denota na aproximação com o universo romântico, tão combatido por Romero, parece acompanhar toda sua obra. Contudo é necessário perceber que esta aproximação não implica, de maneira alguma, simples continuísmo, ou permanência, o que é bem ilustrado pelo seu desprezo pela própria idéia do indianismo, marca característica da estética romântica brasileira. Entretanto, em ressonância àquilo que viemos desenvolvendo ao longo deste trabalho, é interessante frisar esta característica e que não deve ser, nos parece, menosprezada quando pensamos a constituição de uma historiografia literária brasileira. Historiografia que, justamente, se promove negando a produção precedente, mas que acaba por incorporar, mais ou menos diretamente, elementos destas. Nesse caso, especificamente, as questões do nacionalismo literário.⁴⁸⁸

Conseqüentemente, pode-se dizer, como temos feito ao longo deste ensaio, que estas questões caracterizam a constituição da historiografia literária, de seus diferentes programas e abordagens.

Da mesma forma, tal recorrência a elementos de caráter romântico também se faz visível logo nas páginas “preliminares” da *Introdução à História da Literatura Brasileira*, que expunha como objetivo “encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito e do caráter do povo brasileiro.”⁴⁸⁹ Assim, ainda que congregue de uma nova perspectiva historiográfica – embasada nos *determinismos* do período –, a intenção se volta para o recorrente problema posto pelo Romantismo: a nacionalidade.

Em relação a isto, ainda, é elucidativo voltarmos ao ensaio de 1880 que, de

488Ou, como diz João Alexandre Barbosa, “(...) é preciso anotar que a retórica naturalista de Silvio Romero não conseguia ultrapassar a urgência interpretativa de caráter sobretudo nacionalista que ele compartilhava com os seus antecessores românticos.” BARBOSA, J. A. BARBOSA, J. A. A biblioteca imaginária ou o cânone na história da literatura brasileira. op.cit. p. 33. Ver, ainda, SCHNEIDER, A. L. op. cit. 53-60.

489ROMERO, Introdução à história da literatura brasileira, op. cit. p. 125.

certa forma, complementa a *Introdução* e evoca o que estamos comentando:

A nacionalidade da poesia brasileira, com tanta azáfama procurada aqui e com tanta cólera negada em Portugal, só pode ter uma solução: acostar-se ao gênio, ao espírito popular nas suas eminências. É uma questão de instinto dos povos essa do nacionalismo literário. As nações têm uma força particular que as define e individualiza. Todos sabem qual é ela no francês, no inglês, no alemão...

Também teremos, se o não temos, nosso espírito próprio.

O gênio deste país, ainda vago e inextricável, um dia se expandirá aos raios de uma idéia que o fecunde.(...)

O *indício nacional* há de aparecer sem que haja necessidade de o buscar; o poeta é antes de tudo homem, e homem de um país. Seus sentimentos mais arraigados, as inclinações mais fortes de seu povo aparecerão.⁴⁹⁰

A existência da nação está determinada, pois há “uma força particular que as define e individualiza”. Logo:

(...) uma coisa é refletir um povo sobre si mesmo para ver se há bem representado em suas criações os seus instintos, e outra diversa é querer forçadamente ser nacional.(...)

Uma vez por todas: – um caráter nacional não se fabrica, nasce espontaneamente do coração popular, ou melhor: – uma nação é, não se improvisa.⁴⁹¹

Há uma diferença – ainda que bastante hipotética – e que nos parece marcante, apesar das aproximações acima comentadas, entre Romero e aquelas produções que chamamos de precedentes. A crítica de Romero, como a de seus pares de “geração”, parece instaurar uma perspectiva de futuro, em certo sentido ausente nos programas anteriores que, parece, buscavam muito mais legitimar uma idéia de passado – do que propor um futuro possível, ainda que distante.

Como bem caracterizou Antonio Candido, em toda a obra de Romero há uma aspiração à libertação:

490ROMERO, A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna, op. cit. p. 56.

491Ibidem, p. 96.

libertação do peso das raças “inferiores”, libertação da inclemência do clima, libertação do ensino jesuítico e retórico, libertação dos vícios políticos coloniais, libertação do servilismo à França, libertação dos exageros românticos.⁴⁹²

Assim, poderíamos acrescentar aí também, e por consequência, a busca de libertação em relação ao passado, ou de uma imagem de passado. Libertação buscada na própria história – fundamento para a própria crítica e, portanto, chave para a apregoada libertação e para um futuro que se queria crer possível.

492CANDIDO, op.cit. p. 100.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, cada um escreve como pode e como quer; o como deve é uma questão de moral, não de produção artística(...) Há críticos; isto sim. Os críticos são bons ou maus, na conformidade também das suas intenções, do seu temperamento.

Araripe Júnior

O crítico Araripe Júnior, seguindo a tendência de sua época, projetava, em 1887, uma possível e futura História da Literatura. Ainda que tal plano nunca tenha sido plenamente efetivado pelo autor, no que parece ter seguido Joaquim Norberto, ainda assim algumas das suas considerações se apresentam bastante interessantes para finalizarmos estas nossas reflexões.

Sob a influência da historiografia de Taine, Araripe Júnior – um dos nomes da “grande crítica” da Geração de 1870 – dizia:

É muito difícil, na execução de qualquer trabalho de crítica, e principalmente em uma história literária, escapar às tendências do próprio temperamento. O crítico, de ordinário, exagera uma das três condições da arte, dando mais importância, ou ao *meio*, ou à *raça*, ou ao *momento*.(...) A importância de qualquer um deles depende, não só do ponto de vista em que se houver colocado o historiador, como do público para quem escrever, do país sobre que dissertar e da especialidade a que se quer cingir.⁴⁹³

Da mesma maneira que se diz que “as convenções de todo o *corpus* literário refletem com toda certeza os contextos da história da literatura que o modelaram”⁴⁹⁴, também se pode dizer, que estes mesmos contextos podem ou devem ser aprendidos nos fundamentos que regem estas mesmas histórias. Em outros termos: faz-se necessário a sempre permanente indagação a respeito dos elementos que sustentam esta historiografia, seus princípios e convenções.

Por algum tempo, parece ter havido um certo desinteresse dos pesquisadores em relação às histórias da literatura, histórias aqui entendidas como aquelas visões

493ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Literatura Brasileira.(1887). **Obra crítica**, v. 1: 1868-1887. Rio de janeiro: Ministério de Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1958. p. 491.

494A expressão se encontra em ALTER, Robert. **A arte da narrativa bíblica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 160.

sistematizadas, amplas, geralmente lineares e narrativas. Talvez tal desinteresse decorra, mesmo, daquilo que Hans Robert Jauss diagnosticou como a crise de um modelo de história literária – pautada, geralmente, pelo recurso ao estudo das chamadas grandes obras/autores/escolas/tendências – diagnóstico, inclusive que chamaria importância para a dimensão da *recepção* e, portanto, para o papel do leitor sobre a obra literária.

Se lembrarmos, ainda com Jauss, que a recepção – ou para usarmos expressão do próprio teórico “a relação entre literatura e leitor” – possuiu, além de uma dimensão estética, outra, histórica e que se manifesta na “possibilidade de, numa cadeia de recepções, a compreensão dos primeiros leitores ter continuidade e enriquecer-se de geração em geração, decidindo, assim, o próprio significado histórico de uma obra”⁴⁹⁵, percebe-se que as histórias da literatura, bem como seus programas, acabam por apontar “leituras”, *autorizando* ou *orientando* diferentes formas de percepção a respeito de uma época, de uma obra ou de um autor. O que, em grande medida, provocou a interação entre história e crítica, numa aproximação mútua e na qual – da qual – ambas se informam. Cabe, assim, ao historiador voltar-se sobre estas histórias e seus programas, e esta foi nossa intenção neste trabalho.

Os “programas”, bem como as Histórias, principalmente no período estudado, 1826-1882, ao se voltarem para um suposto passado literário *brasileiro* ou *nacional* (do século XVI até parte do XIX), permitiram, ou contribuíram para sua *institucionalização*, da mesma forma que se *institucionalizaram como leituras autorizadas sobre este passado*. Neste sentido, a constituição da crítica literária e das chamadas obras referenciais da historiografia da literatura brasileira, em fins do século XIX, retomam estes planos, seus autores e orientações, produzindo diferentes avaliações sobre estes *planos*, ao mesmo tempo que se voltam ao mesmo objeto destes. Portanto, como dissemos ao longo deste trabalho, constituíram leituras sobre leituras, avaliações sobre avaliações e que acabaram por produzir *canonizações* possíveis: sobre a própria literatura, sobre a crítica e seus críticos e sobre a própria

495JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à história literária**. São Paulo: Ática, 1994. p. 23.

historiografia literária.

Mais do que as próprias *explicações* apresentadas, ou para além destas, acabou por nos interessar (nas obras lidas) estas “leituras sobre leituras” ou, dito de outro modo, a recepção e as apropriações feitas pelos estudiosos da literatura brasileira sobre outros estudiosos desta mesma literatura, resultando numa espécie de trama – consequência do próprio exercício, ou tessitura, da autoridade intelectual, que legitima, desqualifica ou nega a(s) obra(s) e autor(es) lido(s).

Neste sentido, buscamos ver as leituras dos chamados “românticos brasileiros” – principalmente, Gonçalves de Magalhães que, por “tradição” é, apontado como o *corifeu* deste Romantismo – ao mesmo tempo que acompanhamos as leituras realizadas sobre estes mesmos autores. O que se pode dizer, é, sempre, responsável pela própria constituição desta tradição que apontamos acima. Dessa maneira viu-se a leitura de Magalhães e as leituras sobre este mesmo Magalhães: o mesmo autor que supostamente teria escrito o primeiro programa para o estudo da literatura brasileira passa a ser a autoridade sempre citada pelos estudos posteriores – uma fala predecessora e competente que, citada, autoriza(ria) outras falas. O mesmo Magalhães que, no papel aparentemente auto projetado de iniciador parece negar a importância de seus próprios predecessores, seja um Denis, seja Garrett.

Não nos interessou, portanto, apontar “quem escreveu antes” ou “quem *apareceu* primeiro”. Caso fizéssemos isto, teríamos mantido – ou nos mantido – no mesmo *tipo* de história, e na mesma *prática* de nossos *personagens*. O que se revelou instigante foi, repetimos, acompanhar este enredamento no qual cada *autoridade* buscava marcar seu *lugar*, apontando suas vinculações da mesma forma que frisava distanciamentos.

Caso fosse necessário apontar um elemento de *permanência* em todo o período estudado, antes de qualquer outra coisa (mais do que um conceito de história ou uma modalidade de crítica) e a par do *nacionalismo* literário, parece ter sido, justamente, este *jogo* de vinculações e afastamentos seu principal fundamento. Característica que, claramente, decorre de uma concepção tanto de história quanto de crítica que, ao

mesmo tempo que as reforça, gera as apregoadas canonizações – incidindo na trama que, apontamos acima e que vista a partir de nosso tempo salta aos olhos

Dessa maneira, por exemplo, por mais que um Romero se afaste de um Magalhães, a medida vivem em tempos diferentes e praticam diferentes histórias e crítica, ainda assim, ambos parecem se aproximar uma vez que comungam esse mesmo *jogo* das vinculações, de aproximações e distanciamentos. Dito de outra maneira: ambos, ao se revelarem nesta trama de *precedências*, *procedência*, *filiações* e *legados*, acabam por revelar ou por deixar entrever uma das marcas da história e da crítica então praticadas.

Essa mesma *marca*, portanto, se revela, na forma de tratamento daquele período em relação ao passado. Daí nossa insistência em falar, por exemplo, no aspecto teleológico reiterado por grande parte daquela historiografia, que avaliava o passado em função de uma suposta vinculação com aquele presente. Daí a caracterização da *história como cânone*.

Assim, antes de nos preocuparmos com o cânone estabelecido pelos nossos autores, buscamos nos ater muito mais na constituição de um provável cânone da própria crítica e história literárias – o que se tornou visível quando atentamos para aquilo que, linhas acima, denominou-se de “jogo” das vinculações.

Dessa forma, ainda que possamos falar, caracterizadamente, em crítica e/ou história de cunho *romântico* ou *cientificista*, cabe observar que parte de elementos que singularizariam uma ou outra prática acabam reiteradamente sendo observados tanto numa quanto noutra concepção – ainda que seus praticantes as neguem. Tal aparente contradição antes de tudo acaba por conferir um interesse maior às Histórias da Literatura, justamente quando lida à luz desses aparentes contrasensos.

Portanto, se objetivamos perseguir a constituição deste cânone - crítico e historiográfico - transformando-o em nosso objeto de pesquisa, por outro lado, todo o caminho percorrido se fez em companhia do chamado nacionalismo literário, que ora mais exaltado, ora dirimido, serviu de sustentação para que os “homens representativos” falassem de outros homens, nas suas opiniões também “representativos” nacionalismo

que sustentou ao mesmo tempo que foi sustentado por estas mesma história e crítica literárias. Assim, se a preocupação com o nacionalismo e a nacionalidade sustentou, em grande medida, estas concepções, por outro aspecto, ou a partir delas recebeu sua própria sustentação.ou *sentido*. Donde decorre, mais uma vez, a importância destes textos para uma possível história intelectual brasileira.

FONTES

ABREU, João Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea (1875). **Ensaios e estudos**, 1.^a série. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 35-70.

ADET, Emílio ; SILVA, Joaquim Norberto de Sousa . Prefácio. Mosaico poético (1844). In. ZILBERMAN, Regina.; MOREIRA, Maria Eunice (orgs). **O berço do cânone**: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 191-194.

ADET, Emílio ; SILVA, Joaquim Norberto de Sousa . Introdução sobre a literatura brasileira (1844). In. ZILBERMAN; MOREIRA (orgs.). **O berço do cânone**: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 195-206.

ALENCAR, José de. Bênção paterna. In. **Sonhos d'ouro** (1872). São Paulo: Instituto de Divulgação Cultural, s/d. p. 5-11.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. “Gregório de Matos”. In. **Obra crítica**, vol. 3, 1888-1894. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1960.

ASSIS, Machado de. Ideal do crítico (1865).In. **Crítica literária**: obras completas, 29. São Paulo: Mérito, 1961. p. 11-19.

ASSIS, Machado de. A nova geração (1879). In. **Crítica literária**: obras completas, 29. São Paulo: Mérito, 1961. p. 180-181.

ASSIS, Machado de. Literatura brasileira- instinto de nacionalidade (1873). In. **Crítica literária**: obras completas, 29. São Paulo: Mérito, 1961. p. 129-149.

DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil (1826). In. CÉSAR, G. (org.). CÉSAR, Guilhermino (org.). **Historiadores e críticos do Romantismo**: a contribuição européia; crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978. p. 37-82.

GAMA E CASTRO, José da. Inventos dos portugueses (1842). In. CÉSAR, Guilhermino (org.). **Historiadores e críticos do Romantismo**: a contribuição européia; crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978. p.109-113.

GARRETT, Almeida. Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa (1826). In. ZILBERMAN; MOREIRA (orgs.). **O berço do cânone**: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 25-73.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil (1836). **Nitheroy**: Revista Brasiliense: ciencias, letras e artes, Paris, tomo I, vol.1. 1836. (Edição fac-similar da Biblioteca da Academia Paulista de Letras, v.9, 1978.) p.132-159.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil (1865). In. COUTINHO, Afrânio. (org.). **Caminhos do pensamento crítico**, v. 1. Rio de Janeiro: Americana/Prolivro, 1974. p. 13-26.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Lede. In. Suspiros poéticos e saudades (1836). COUTINHO, Afrânio (org.). **Caminhos do pensamento crítico**, 1. Rio de Janeiro; Americana/ProLivro, 1974. p. 27-29.

PEREIRA da SILVA, J.M. Estudos sobre a litteratura. **Nitheroy**: Revista Brasiliense: ciencias, letras e artes, Paris, tomo I, vol.2. 1836. (Edição fac-similar da Biblioteca da Academia Paulista de Letras, v.9, 1978.) p. 215-243.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **Curso de literatura nacional** (1863). 3.ed. Rio de Janeiro: Cátedra ; Brasília: INL, 1978.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **Resumo de historia litteraria**.. Rio de Janeiro: Garnier, 1873.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira (1843)COUTINHO, Afrânio. (org.). **Caminhos do pensamento crítico**, 1. Rio de Janeiro: Americana/Prolivro, 1974. p. 30-61.

ROMERO, Sílvio. A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna (1880). **Literatura, história e crítica**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 37-117.

ROMERO, Sílvio. Introdução à história da literatura brasileira (1882). **Literatura, história e crítica**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 119-337.

ROMERO, Sílvio. O naturalismo em literatura (1882). **Literatura, história e crítica**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 339-367.

ROMERO, Sílvio Movimento Espiritual do Brasil no ano de 1888 (1889). **Estudos de literatura contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p.205-239.

ROMERO, Sílvio Reações anti-românticas na poesia – Evolução do lirismo (1905). **História da literatura brasileira**, v. 5. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio ; Brasília: INL, 1980. v.5, p. 1659- 1688.

ROMERO, Sílvio ; RIBEIRO, João. **Compêndio de História da Literatura Brasileira** (1906). Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

ROMERO, Sílvio. Zeverissimações ineptas da crítica (1909). In. **Autores brasileiros**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 501-587.

ROMERO, Sílvio. Quadro Sintético da Evolução dos Gêneros na Literatura Brasileira (1911). **História da literatura brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio ; Brasília: INL, 1980. v.5, p. 1798-1821.

ROMERO, Sílvio Carlos Frederico F. de Martius e suas idéias acerca da história do Brasil (1912). **História da Literatura Brasileira**, v. 5. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio ; Brasília: INL, 1980. v.5, p. 1521-1549.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **Bosquejo da história da poesia brasileira** (1841). Belo Horizonte: UFMG, 1997.

SILVA, J. N. de SOUSA. Algumas palavras sobre este livro (1841). In.ZILBERMAN; MOREIRA (orgs.). **O berço do cânone**: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 95-99.

SISMONDI, S. de. De la littérature du midi de l' Europe (excertos) (1813). CÉSAR, G. (org.). **Historiadores e críticos do Romantismo**: a contribuição européia; crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978. p. 21-26.

SOARES, A. J. de Macedo. Da crítica brasileira (1860). In. COUTINHO, COUTINHO, **Caminhos do pensamento crítico**, v. 1. Rio de Janeiro: Americana/Prolivro, 1974. p. 263- 268.

VARNHAGEN, Francisco A. de. Prólogo (1847). In.ZILBERMAN; MOREIRA (orgs.). **O berço do cânone**: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 224-228.

VARNHAGEN, Francisco A. de. Ensaio histórico sobre as letras no Brasil (1850). In. ZILBERMAN; MOREIRA (orgs.). **O berço do cânone**: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 229-268.

VERÍSSIMO, José. Que é literatura? (1900). In. **Que é a literatura? e outros escritos**. São Paulo: Landy, 2001. p. 23-35.

VERÍSSIMO, José. A história da literatura brasileira (1902). In. **Estudos de literatura brasileira**, 6.^a série. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. p. 9- 15.

VERÍSSIMO, José. Sobre alguns conceitos de Sílvio Romero (1906). In. **Que é a literatura? e outros escritos**. São Paulo: Landy, 2001. p. 237-291.

VERÍSSIMO, J. **História da literatura brasileira** (1916). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

WOLF, Ferdinand. **O Brasil literário: História da literatura brasileira** (1863). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BIBLIOGRAFIA

ABDALA JR. Benjamin. Antonio Candido: Formação da Literatura Brasileira. In. MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 1999. p.357- 379.

ABDALA JR. Benjamin. Sílvia Romero: História da Literatura Brasileira. In.. MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**, 2. São Paulo: SENAC, 2001. p.191- 217.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Cilaine. A recepção de Álvares de Azevedo na crítica brasileira. **O belo e o disforme: Álvares de Azevedo e a ironia romântica**. São Paulo: Edusp, 1998. p.29- 67.

AMORA, Antônio Soares. **O Romantismo: a literatura brasileira**, vol.II. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

ARENDRT, Hannah. O conceito de história- antigo e moderno. In. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1988. p.43-68.

ARRUDA, J. Jobson. ; TENGARRINHA, J. Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.

BAPTISTA, Abel B. Ensinar literatura brasileira em Portugal. In. **O livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira**. Campinas: Unicamp, 2005.

BAPTISTA, Abel Barros. O episódio brasileiro. In. **A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis**. Campinas: Unicamp, 2003. p. 19-111.

BARBOSA, João Alexandre. **A tradição do impasse: linguagem da crítica & crítica da linguagem em José Veríssimo**. São Paulo: Ática, 1974.

BARBOSA, João Alexandre. **Opus 60: ensaios de crítica**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

BARBOSA, J. A. Paixão crítica. In. **A leitura do intervalo: ensaios de crítica**. São Paulo: Iluminuras, 1990. p. 37-62.

BARBOSA, J. A. Forma e história na crítica brasileira de 1870-1950. In. **A leitura do intervalo**: ensaios de crítica. São Paulo: Iluminuras, 1990. p. 63-75.

BARBOSA, J. A. A biblioteca imaginária ou o cânone na história da literatura brasileira. **A biblioteca imaginária**. São Paulo: Ateliê, 1996, p. 13-58.

BARBOSA, J. A. Apresentação. In. VERÍSSIMO, J. **Que é a literatura? e outros escritos**. São Paulo: Landy, 2001. p. 9-15.

BAREL, Ana Beatriz Demarchi. **Um romantismo a oeste**: modelo francês, identidade nacional. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

BARRETO, Luiz Antonio. Nota do organizador. In. ROMERO. **Literatura, história e crítica**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 9-10.

BARTHES, Roland ; BOUTTES, Jean-Louis. Lugar-comum. **ENCICLOPÉDIA EINAUDI**, vol. 11: oral /escrito-argumentação. Lisboa:Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. 266-277.

BAUMER, F. L. **O pensamento europeu moderno**: século XIX e XX, vol. 2. Lisboa: Edições 70, 1990.

BELO, André. **História & livro & leitura**. Belo Horizonte : Autêntica, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** Bauru: EDUSC, 2001.

BOLOGNINI, Carmen Z. **História da literatura**: o discurso fundador. Campinas: Mercado de Letras, Associação de leitura do Brasil(ALB)/São Paulo: Fapesp, 2003.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 35. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

BOSI, Alfredo (org.). O crítico de um crítico: “Sílvio Romero polemista”. In. **Araripe Júnior**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: EDUSP, 1978. p. 313-382.

BOURDÉ, Guy ; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mem Martins: Europa-América, 1990.

BUENO, Alexei ; ERMAKOFF, George (orgs.) **Duelos no serpentário**: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil, 1850-1950. Rio de Janeiro: G. Ermakoff , 2005.

CAIRO, Luiz Roberto Velloso. História da literatura, literatura comparada e crítica literária: frágeis fronteiras disciplinares. In. MOREIRA, Maria Eunice (org.). **Histórias da literatura: teorias, temas e autores**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 69-85.

CAMPOS, Haroldo de. **O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos**. 2. ed. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

CAMPOS, Haroldo de. Poética sincrônica. **A arte no horizonte do provável**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.

CAMPOS, Haroldo de. Texto e história. **A operação do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CAMPOS, Pedro M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In. GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 5.ed. São Paulo: Difel, 1986. P.250-293.

CANDIDO, Antonio. Fora do texto, dentro da vida. In. **A educação pela noite & outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 100-121.

CANDIDO, Antonio. **O método crítico de Sílvio Romero**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 1988.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 4. ed. São Paulo: Martins, 1972, 2 v.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945: panorama para estrangeiros. In. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz/Publifolha, 2000.

CANDIDO, Antonio. **O romantismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/USP, 2004.

CARBONELL, Charles-Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1992.

CARCHIA, Gianni ; D'ANGELO, P. **Dicionário de estética**. Lisboa: Edições 70, 2003.

CARPEAUX, Otto Maria. **Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.

CASSIRER, E. **A Filosofia do Iluminismo**. Campinas: Unicamp, 1992.

CASTELLO, José Aderaldo. A crítica literária no Brasil. In. **Método e interpretação**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964. p. 9-17.

- CASTELLO, José Aderaldo.. **Manifestações literárias da era colonial: 1500-1808/1836**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1965.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.
- CÉSAR, G. (org.). **Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição européia; crítica e história literária**. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7. n. 13. 1994.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In. HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHAVES, Vania Pinheiro. **O Uruguai e a fundação da literatura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1997.
- COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de história**. Lisboa: Presença, 1972.
- COMMAGER, Henry Steele. **Iniciação ao estudo da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- CÔRREA, Almir Aquino. O romantismo e a nacionalidade da literatura brasileira. **Remate de males**, Campinas, n.16, 1996. p. 43- 51.
- COUTINHO, Afrânio (org.). **A polêmica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 1997.
- COUTINHO, Afrânio. **A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- CUNHA, Eneida Leal. **Estampas do imaginário: literatura, história e identidade cultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- CURTIUS, Ernst Robert. Classicismo. In. **Literatura européia e Idade Média latina**. São Paulo: Hucitec / EDUSP, 1996. p. 313-340.

- D'ANGELO, Paolo. **A estética do romantismo**. Lisboa: Estampa, 1998.
- DECCA, Edgar de. As desavenças da história com a memória. SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995. p. 59-69.
- DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2004.
- DRAY, William. **Filosofia da história**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- FALCON, F. **A história cultural**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FALCON, F.J.C. Historicismo: a atualidade de uma questão aparentemente inatual. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.4, 1997. p.5-26.
- FEBVRE, L. A obra mestra: o problema da descrença no século XVI (1942). In. MOTA, C.G.(org.). **Febvre: história**. São Paulo : Ática, 1978. p. 29-78. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol.2)
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil** (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica. vol.1. Ouro Preto: UFOP, 1992.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia, a história. In. **Microfísica do poder**. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 15-37.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- FURTADO, Joaci Pereira. **Uma república de leitores: história e memória na recepção das *Cartas Chilenas* (1845-1989)**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GOMES, Álvaro Cardoso ; VECHI, Carlos Alberto. **A estética romântica: textos doutrinários comentados**. São Paulo: Atlas, 1992.
- GUIMARÃES, M. L. S. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In. PESAVENTO, Sandra J. (org.). **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p.9-24.
- GUINSBURG, Jacob. Romantismo, historicismo e história. In. **O Romantismo**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. p. 13-21.
- HADDOCK, B. A. **Uma introdução ao pensamento histórico**. Lisboa: Gradiva, 1989.
- HANSEN, João Adolfo. Forma romântica e psicologismo crítico. In. ALVES, Cilaine. **O belo e o disforme: Álvares de Azevedo e a ironia romântica**. São Paulo: Edusp, 1998. p. 9-23.

HANSEN, J. A. *Ut Pictura Poesis* e verossimilhança na doutrina do *conceito* no século XVII. In. **Para Segismundo Spina: língua, filosofia e literatura**. São Paulo: Edusp/Iluminuras, 1995. p. 201-214.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

HARTOG, François. **Regime de historicidade**. (Texto disponível em <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>);

HARTOG, François. Tempo e história: como escrever a história da França hoje? **História social**, Campinas, n.3, 1996. p. 127-154.

HOBSBAWM, E. J. O que os historiadores devem a Karl Marx? In. **Sobre história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p.155-170.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Suspiros poéticos e saudades. **Livro dos prefácios**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 353- 370.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Perene romantismo. **O espírito e a letra**: estudos de crítica literária, I: 1920-1947. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 373- 377.

HOLANDA, S. B. de. Sílvio Romero. In. **O espírito e a letra**: estudos de crítica literária, II: 1948- 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 359-363.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

IGLÉSIAS, Francisco. Um conceito equívoco: a História Universal. In. **História e ideologia** 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 17-61.

JASMIN, Marcelo Gantus. **Alexis de Tocqueville**: a historiografia como ciência da política. Rio de Janeiro: Access, 1997.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2000.

JOBIM, J. L. História da literatura. In._____. **Palavras da crítica**: tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 127-149.

JOBIM, José Luís. Subjetivismo. In. JOBIM, J. L. (org.). **Introdução ao romantismo**. Rio de Janeiro: Uerj, 1999. 131-142.

JOBIM, J. L. O lugar da história da literatura. **Desenredo**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v.1, n.1. jan./jun. 2005.

- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC Rio. 2006.
- LAJOLO, Marisa. Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes. In. MALLARD, L. et al. **História da literatura**: ensaios. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995. p. 19-36.
- LE GOFF, J. et al (orgs.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1992.
- LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 4.ed. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LIMA, Alceu Amoroso. **Introdução à literatura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1957.
- LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 2v.
- LIMA, Luiz Costa. A crítica literária na cultura brasileira do século XIX In. **Dispersa demanda**: ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- LIMA, Luiz Costa. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- LIMA, Luiz Costa. A estabilidade da noção de história da literatura no Brasil. JOBIM, José Luis et al (orgs.). **Sentidos dos lugares**. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2005. p. 52-58.
- LOBO, Luíza(org.). **Teorias poéticas do romantismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- LOPES, Hélio. O ficcionista e o crítico. **Letras de Minas e outros ensaios**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- LÖWITH, Karl. **O sentido da história**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- LUCAS, Fábio. **Do barroco ao moderno**: vozes da literatura brasileira; ensaios. São Paulo: Ática, 1989. p. 31.
- MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1952.

MEINECKE, Friedrich. **El historicismo y su génesis**. México: Fondo de cultura económica, 1982.

MELLO, Maria Elizabeth Chaves de. História da literatura: um projeto romântico com respaldo cientificista. Banco de ensaios do site do Grupo de Trabalho em História da Literatura http://www.pucrs.br/uni/poa/fale/pos/historiadaliteratura/gt/maria_mello.php Acesso em 20/2/2007.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides**: breve história da literatura brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

MIRANDA, José Américo. Apresentação. In. SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **Bosquejo da história da poesia brasileira** (1841). Belo Horizonte: UFMG, 1997. p. 9- 15.

MOISÉS, Massaud. **Bibliografia da literatura portuguesa**. São Paulo: Saraiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1974.

MÓISES, M. ; PAES, José Paulo. **Pequeno dicionário de literatura brasileira**. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1987.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

MOREIRA, Maria Eunice. **Nacionalismo literário e crítica romântica**. Porto Alegre: IEL, 1991.

MOREIRA, Maria Eunice (org.). **Histórias da literatura**: teorias, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

MOREIRA, Maria Eunice. Na Rede do Tempo: História da Literatura e fontes Primárias-a contribuição de Joaquim Norberto. In. ZILBERMAN, Regina et al. **As pedras e o arco**: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo horizonte: UFMG, 2004. p. 119-198.

MUHANA, Adma. **A epopéia em prosa seiscentista**: uma definição de gênero. São Paulo: Unesp, 1997.

MUHANA, Adma. **Poesia e pintura ou pintura e poesia**: tratado seiscentista demanuel Pires de Almeida. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002.

- NAXARA, Márcia R. C. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993.
- NUNES, Benedito. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. In. MARTINS, Maria Helena (org.). **Rumos da crítica**. São Paulo: Senac SP/Itaú Cultural, 2000. p. 54-79.
- NUNES, Benedito. Historiografia literária do Brasil: um fragmento. **Limites**: Anais do 3.º Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC). São Paulo: EDUSP, 1995. p. 201-208.
- ODÁLIA, Nilo. Introdução. **Varnhagen**: história. São Paulo: Ática, 1999. p. 5-31.
- ODÁLIA, N. . **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Unesp, 1997.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São paulo: Brasiliense, 1990.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001.
- PALMADE, Guy. História da história. In.: GADAMER, H. G. **História e historicidade**. Lisboa: Gradiva, 1988.
- PARANHOS, Haroldo. **História do romantismo no Brasil, 1500-1830**. São Paulo: Cultura Brasileira, 1937.
- PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da história**: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: UFPR, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3.ed. Campinas: Pontes, 2002.
- PEYER, Henri. **Introdução ao romantismo**. 3.ed. Mira-Sintra: Europa-América, 1995.
- PINASSI, Maria Orlanda. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre**. Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Unesp, 1998.
- PEDROSA, Célia. Nacionalismo literário. In. JOBIM, J. L. **Palavras da crítica**: tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 277-306.

PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. Apresentação. In. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **Curso de literatura nacional**. 3.ed. Rio de Janeiro: Cátedra ; Brasília: INL, 1978. p. XI- XXXIX.

POLITO, Ronald. **Um coração maior que o mundo**: Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial. São Paulo: Globo 2004.

PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In. JANCSÓ, István (org.). **Brasil**: formação do estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 633-675.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: um ensaio de poética do saber. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

REIS, Roberto. Cânon. In. JOBIM, J. L. (org.). **Palavras da crítica**: tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago. 1992. p. 65-92.

RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, João César de Castro. História. In. JOBIM, J. L. (org.). **Introdução ao romantismo**. Rio de Janeiro: Uerj, 1999. p. 31-63.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**; introdução metodológica. 5.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

RONCARI, Luiz. **Literatura brasileira**: dos primeiros cronistas aos últimos românticos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido**: a fundação de uma leitura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

ROUANET, Maria Helena. Nacionalismo. In. JOBIM, J. L. (org.). **Introdução ao romantismo**. Rio de Janeiro: Uerj, 1999. p. 9- 30.

ROUANET, Maria Helena. **Crítica e história da literatura no século XIX**: verso e reverso da mesma moeda? Texto disponível em <http://www.unicamp.br/iel/histlist/rouanet.htm>. Acesso em 20/09/2002.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia imperial**: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SALIBA, Elias Thomé. **As utopias românticas**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SANTIAGO, Silviano. Eça, autor de Madame Bovary. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 48-65.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil: um problema nacional? **Revista de História**, São Paulo, USP, 118, 1985, p. 3-12.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória, história, nação: propondo questões. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 87, 1986. p. 5-13.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Como se escreve a história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26. p. 67-80.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Dos parnasos e florilégios aos ensaios de história literária: experimentações românticas. **História**, São Paulo, v. 16, 1997. 157-172.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, hermenêutica do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, Kalina V. ; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia**. Bauru: EDUSC, 2000.

SINKEVISQUE, Eduardo. **Retórica e política**: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII: introdução a um debate sobre gênero. São Paulo: USP, 2000. (Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira)

SOMMER, Doris. **Ficções de fundação**: os romances nacionais da América Latina. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SOUZA, Roberto Acízelo de. A idéia de história da literatura: constituição e crises. In. MOREIRA, Maria Eunice (org.). **Histórias da literatura**: teorias, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 141-156.

SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. **Formação da teoria da literatura**: inventário de pendências e protocolo de intenções. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Niterói: EDUFF, 1987.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência**: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Apresentação. In. SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **História da literatura brasileira e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002. p. 13-31.

SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. **Teoria da literatura**. 9.ed. São Paulo: Ática, 2004.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. **História da literatura brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Cia. das Letras. 1990.

SÜSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna. **Papéis colados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. p. 13-33.

TEIXEIRA, Ivan. Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América portuguesa. **Revista USP**, São Paulo, n. 57. p. 138-159.

TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000.

THIESSE, Anne- Marie. **A criação das identidades nacionais**: Europa, séculos XVIII-XX. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

TORGAL, Luis Reis et al. **História da história em Portugal**: séculos XIX-XX. Lisboa: Temas & Debates, 1998.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Roberto. História e crítica em Sílvio Romero. In. MALLARD, L. et al. **História da literatura**: ensaios. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995. p. 37-52.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história/Foucault revoluciona a história**. 4.ed. Brasília: UnB, 1998.

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**: história e sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WEBER, João Hernesto. **A nação e o paraíso**: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira. Florianópolis: Ed. da UFCS, 1997.

WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico. In. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho/ Universidade Federal Fluminense, 1994. p. 151-168.

WEHLING, Arno. **Estado, história e memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WELLEK, René. **Conceitos de crítica**. São Paulo: Cultrix, s/d.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WELLEK, René. A teoria da história literária. In. TOLEDO, Dionísio (org.). **Círculo lingüístico de Praga**: estruturalismo e semiologia. Porto Alegre: Globo, 1975. p. 278-298.

WELLEK, René. **História da crítica moderna**. São Paulo: Herder, 1967.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP. 1994.

WHITROW, G. J. **O tempo na história**: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ZILBERMAN, Regina. História literária romântica e o nacionalismo enquanto cânone. **Scripta**, Belo Horizonte, v.1, n.1, 2º sem. 1997. p.103-114.

ZILBERMAN, R.; MOREIRA, M.^a E. **O berço do cânone**: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ZILBERMAN, Regina. Ferdinand Denis e os paradigmas da história da literatura. **Desenredo**: Revista do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, v.2, n.1, jan./jun.2006. p. 137-147.